



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

SILVIA LAURA COSTA CARDOSO

JARDINS BOTÂNICOS: Preservação, Práticas Sociais, Gestão e Turismo no Ambiente
Urbano

Belém
2019

SILVIA LAURA COSTA CARDOSO

JARDINS BOTÂNICOS: Preservação, Práticas Sociais, Gestão e Turismo no Ambiente Urbano

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Linha de Pesquisa: Sociedade, urbanização e estudos populacionais.

Orientador:

Prof. Dr. Silvio Figueiredo – NAEA/UFPA

Coorientadora:

Profa. Dra. Elis Miranda - UFF

Belém
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo (a) autor (a)**

C268j Cardoso, Silvia Laura
 Jardins Botânicos: Preservação, Práticas Sociais, Gestão e
 Turismo no Ambiente Urbano / Silvia Laura Cardoso. — 2019.
 332 f. : il. color.
 Orientador (a): Prof. Dr. Silvio José Lima Figueiredo
 Coorientador (a): Prof.ª Dra. Elis de Araújo Miranda
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Belém,
2019.
 1. Jardim Botânico. 2. Gestão. 3. Espaço Público Verde
 Urbano. 4. Turismo. 5. Práticas Sociais. I. Título.

CDD 300

SILVIA LAURA COSTA CARDOSO

JARDINS BOTÂNICOS: Preservação, Práticas Sociais, Gestão e Turismo no Ambiente Urbano

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador:

Prof. Dr. Silvio Figueiredo – NAEA/UFPA

Coorientadora:

Profa. Dra. Elis Miranda - UFF

Data da Aprovação: 28/08/2019.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
Orientador – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profa. Dra. Elis de Araújo Miranda
Coorientadora – Universidade Federal Fluminense - UFF

Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia
Examinadora interna – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragon
Examinador interno – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho
Examinador externo – PPGEDAM/NUMA/UFPA

Profa. Dra. Larissa Latif Plácido Saré
Examinadora externa - Universidade de Aveiro/Portugal

Aos meus pais, Ary Cardoso (*in memoriam*) e Laura Cardoso (amor eterno) pela educação e ensinamentos que muito contribuiu para minha formação pessoal e profissional.

Ao meu esposo Alan Passos e aos meus filhos amados Rodrigo Cardoso e Khauwan Cardoso, pelo apoio e compreensão nas minhas ausências que foram necessárias para meu aprimoramento profissional.

AGRADECIMENTOS

A palavra é GRATIDÃO.

A Deus e a Nossa Senhora de Nazaré, em sua infinita misericórdia por me possibilitar concluir esta tese. Entre os caminhos e descaminhos traçados pelo destino, sem sombra de dúvidas, foi um grande desafio e uma árdua tarefa concluir esta pesquisa.

À educação inicialmente recebida dos meus pais que me permitiu chegar até aqui.

À minha mãe Laura Cardoso, mulher forte e determinada, minha inspiração e motivação e à minha família Alan, Rodrigo, Khauwan que também foram grandes aliados, entendendo minhas ausências em alguns momentos familiares e os esforços que me foram necessários para a conclusão deste trabalho.

Ao meu orientador e amigo Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo, pela valiosa orientação, paciência e compreensão nas horas difíceis, por entender meus “bloqueios” e minhas inseguranças durante o percurso da elaboração da tese, amizade, incentivo e pelos ensinamentos que foram de extrema importância para meu crescimento pessoal, profissional e intelectual na realização deste trabalho.

À Prof. Dra. Elis de Araújo Miranda, pela paciência, esclarecimentos, indagações e discussões necessárias para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores examinadores da tese: Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho, Dra. Mirleide Char Bahia, pela paciência, leitura e comentários na qualificação da tese que muito contribuiu para a construção da versão final. À Dra. Larissa Latif que em um evento no NAEA, em 2015, também fez contribuições pertinentes sobre a presente pesquisa e ao Dr. Luis Aragón Vaca, que tive aproximação em 2003, em um seminário no NAEA, que tratou sobre a importância da preservação da água para o planeta, debate relevante e enriquecedor e que também despertou em mim o interesse pelas questões ambientais.

A todo o corpo docente e aos colaboradores da Pós-graduação do NAEA, com os quais tive uma agradável relação.

Ao Wellington, LAENA/NAEA pela valiosa ajuda na elaboração dos mapas para compor a pesquisa.

À Coordenação do PPGDSTU e à Josi, José, colaboradores do Programa, pela presteza e solidariedade que sempre tiveram comigo.

Ao Ministério do Turismo (MinTur) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela oportunidade de cursar o doutorado com uma bolsa de pesquisa (período parcial), e, por conseguinte, por estimular a busca de um trabalho com qualidade.

Aos gestores, visitantes e colaboradores dos jardins botânicos de Brasília, Recife, Rio de Janeiro e Curitiba pela gentileza em seus depoimentos e receptividade na presteza das informações.

Aos visitantes, colaboradores e gestores do Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia, do Museu Paraense Emílio Goeldi – Parque Zoobotânico e do Parque Naturalístico Mangal das Garças pelos depoimentos e disponibilização de materiais que proporcionaram maior entendimento acerca do cenário da gestão dos jardins botânicos amazônicos.

Aos amigos que fiz na turma do programa doutorado NAEA/2014, Alexandre Lins, Roberto Martins, Ana Claudia Silva, Iraneide Silva e Kettelyn Teixeira pelo companheirismo construído ao longo do ano de 2014, os quais dividi dúvidas e incertezas na construção dessa proposta de tese.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa: Sociedade, Turismo e Cultura pelas rodas de conversa enriquecedoras sobre o turismo e suas vertentes no mundo, no Brasil e, particularmente, na Amazônia.

*No mistério do Sem-Fim,
Equilibra-se um planeta.
E, no planeta, um jardim,
E, no jardim, um canteiro:
No canteiro, uma violeta,
E, sobre ela, o dia inteiro,
Entre o planeta e o Sem-Fim,
A asa de uma borboleta.*

(Cecília Meireles)

RESUMO

Esta tese analisa a dinâmica no campo de relações da gestão em jardins botânicos urbanos. O objetivo principal da pesquisa foi analisar os processos de gestão implementados nos jardins botânicos urbanos de Belém do Pará, a partir das relações entre os agentes do campo dos jardins botânicos e suas gestões, e, da configuração de um campo relacional por meio das políticas públicas urbana e de meio ambiente e seus desdobramentos no planejamento e na gestão, em espaços públicos verdes urbanos: o Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia, o Museu Paraense Emílio Goeldi – Parque Zoobotânico e o Parque Naturalístico Mangal das Garças, a fim de compreender se as práticas que qualificam os jardins botânicos influenciam o gerenciamento desses espaços públicos. Paralelamente, apresenta a análise das experiências de gestão nos jardins botânicos urbanos de Brasília, Recife, Rio de Janeiro e Curitiba, cujo objetivo foi identificar as características dos processos de gestão implementados que favoreceram a compreensão do cenário dos jardins botânicos paraenses. O estudo, com caráter interdisciplinar, realiza uma intersecção teórico-metodológica e seu marco referencial é a abordagem do Campo Social associada ao estudo das dinâmicas caracterizadas pelos processos de gestão e pelas práticas sociais nos espaços públicos verdes urbanos. De cunho qualitativo, a pesquisa foi realizada com base em estudos exploratórios por meio da combinação entre pesquisa bibliográfica, análise documental, pesquisa de campo e *survey*, com observação simples e entrevistas não diretivas junto aos agentes que com eles se relacionam e/ou influenciam. As idiossincrasias são evidenciadas entre discursos e práticas de gestão ambiental. As formas de gestão analisadas ainda apresentam lacunas e dificuldades para uma atuação mais ampliada, pois os aspectos ambientais apresentam-se como uma temática periférica e pouco articulada com as demais políticas ambientais e urbanas. A implementação de jardins, por si só, não garante a sustentabilidade dos recursos naturais de forma efetiva, seja pela descontinuidade na manutenção de sua infraestrutura e de seu pessoal, ou ainda pelo baixo envolvimento dos agentes sociais que se relacionam direta ou indiretamente com o espaço verde. Dadas as diferentes formas de gestão, não é possível afirmar qual o melhor modelo para gerenciar um jardim botânico urbano em função das peculiaridades locais. Portanto, o que deve haver é mais de uma forma de gestão a ser implementada por cada jardim, conforme suas necessidades e interesses, sendo que, para alcançar os desafios que se apresentam depende da maneira como serão implementadas as ações necessárias, levando-se em conta que a capacidade institucional deverá ser objeto de ações específicas e contínuas, aliadas à maior participação democrática popular na tomada das decisões. A atuação dos jardins botânicos na RBBJ ainda é incipiente,

devido à desarticulação política entre os membros, à vulnerabilidade do fortalecimento e da cooperação da organização das instituições, enquanto promotoras das políticas públicas para jardins botânicos, atreladas à baixa participação social. Estes são fatores relevantes a serem considerados na formulação de uma proposta de gestão ambiental efetiva.

Palavras-chave: Jardim Botânico. Gestão. Espaço Público Verde Urbano. Turismo. Práticas Sociais.

ABSTRACT

This thesis analyzes the dynamics in the field of management relations in urban botanical gardens. The main objective of the research was to analyze the management processes implemented in the urban botanical gardens of Belém do Pará, from a trajectory based on the relationships between the field agents of the botanical gardens and their management, in the configuration of a relational field through the urban and environmental public policies and its consequences in planning and management, in three urban green public spaces: Bosque Rodrigues Alves - Zoobotanical Garden of the Amazon, the Paraense Emilio Goeldi Museum - Zoobotanical Park and the Mangal das Garças Natural Park, in order to understand whether the practices that qualify botanical gardens influence the management of these public spaces. At the same time, it presents the analysis of management experiences in the urban botanical gardens of Brasília, Recife, Rio de Janeiro and Curitiba, whose objective was to identify the characteristics of the management processes implemented that favored the understanding of the paraense botanical gardens scenario. The study with an interdisciplinary character performs a theoretical-methodological intersection, and its reference framework is the approach of the Social Field associated with the study of the dynamics characterized by management processes and social practices in urban green public spaces. Of a qualitative nature, the research was carried out based on exploratory studies through the combination of bibliographic research, document analysis, field research and survey, with simple observation and non-directive interviews with the agents who relate to and / or influence them. Idiosyncrasies are evidenced among discourses and practices of environmental management. The analyzed forms of management still present gaps and difficulties for a broader performance, since the environmental aspects are presented as a peripheral theme and little articulated with the other environmental and urban policies. The implementation of gardens, by itself, does not guarantee the sustainability of natural resources in an effective way, either due to the discontinuity in the maintenance of its infrastructure and its personnel, or even due to the low involvement of social agents that are directly or indirectly related to the space. green. Due to the different forms of management, it is not possible to state which is the best model to manage an urban botanical garden due to local peculiarities. Therefore, what should be more than one form of management to be implemented by each garden, according to their needs and interests, and to achieve the challenges that arise, it depends on the way in which the necessary actions will be implemented for its effective reach, in which institutional capacity should be the object of specific and continuous actions, combined with greater popular democratic participation in decision-

making. The role of botanical gardens in the RBJB is still incipient, due to political disarticulation among members, the vulnerability of strengthening and cooperation of the institutional organization, as promoters of public policies for botanical gardens, linked to low social participation. These are relevant factors to be considered when formulating an effective environmental management proposal.

Keywords: Botanical Garden. Management. Urban Green Public Space. Tourism. Social Practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Modelo de Inovação Social para o Desenvolvimento Participativo dos Territórios – Chile.....	84
Figura 02	Ciclo de Treinamento Modelo de Inovação Social para o Desenvolvimento Participativo dos Territórios — Chile.....	85
Figura 03	Campo Relacional da Gestão dos Jardins Botânicos Urbanos Paraenses.....	176
Figura 04	Parque Avellaneda – Buenos Aires, Argentina.....	279

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Jardins Botânicos Brasileiros (Filiados e não Filiados na RBBJ).....	144
Mapa 02	Jardim Botânico de Brasília (JBB).....	148
Mapa 03	Jardim Botânico de Recife (JBR)	155
Mapa 04	Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).....	159
Mapa 05	Jardim Botânico de Curitiba (JBC).....	165
Mapa 06	Espaços Públicos Verdes em Belém do Pará: Bosque, Museu, Mangal.	174
Mapa 07	Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia.....	188
Mapa 08	Museu Paraense Emilio Goeldi – Parque Zoobotânico.....	215
Mapa 09	Parque Naturalístico Mangal das Garças.....	236

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Evolução do papel do Estado na Gestão Pública Brasileira.....	56
Quadro 02	Políticas Públicas de Meio Ambiente Brasileira: da criação a implementação.....	100
Quadro 03	Principais atividades dos jardins botânicos.....	128
Quadro 04	Características inerentes ao Jardim Botânico.....	129
Quadro 05	Tipos de Jardins Botânicos no mundo: usos, formas e funções.....	130
Quadro 06	Modelos de Oásis nas Metrôpoles.....	134
Quadro 07	Atuação das Organizações em Rede.....	141
Quadro 08	Panorama Geral de Jardins Botânicos Brasileiros — registro, enquadramento e associado.....	143
Quadro 09	Etapas da Pesquisa de Campo.....	175
Quadro 10	Campo Relacional da Gestão nos Jardins Botânicos Urbanos Paraenses.....	179
Quadro 11	Mapeamento Institucional dos Espaços Públicos Verdes Urbanos Paraenses.....	243
Quadro 12	Etapas de Pesquisa de Campo com Usuários.....	248
Quadro 13	Principais Usos e frequência dos Visitantes dos EPVU's Paraenses	264
Quadro 14	Etapas do Processo de Recuperação Integral do Parque Avellaneda.....	277
Quadro 15	Síntese das Formas de Atuação das Gestões dos EPVU's e Possibilidades Futuras.....	281

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01	Mercado do Ver-o-Peso.....	119
Fotografia 02	Estação das Docas.....	122
Fotografia 03	Complexo Ver-o-Rio.....	124
Fotografia 04	Portal da Amazônia.....	126
Fotografia 05	Área de Piquenique — JBB.....	150
Fotografia 06	Visitantes no café-da-manhã ao ar livre.....	151
Fotografia 07	Estacionamento do JBB.....	151
Fotografia 08	Prática de Yoga no JBB.....	152
Fotografia 09	Educação Ambiental JBB — Bioma Cerrado.....	152
Fotografia 10	Jardim Sensorial JBR.....	155
Fotografia 11	Meliponário - JBR (Antes e Depois da Reforma).....	156
Fotografia 12	Laboratório Didático Museu do Meio Ambiente JBRJ.....	160
Fotografia 13	Coleções de Educação Ambiental JBRJ.....	161
Fotografia 14	Centro de Visitantes e Eventos Culturais JBRJ.....	162
Fotografia 15	Lanchonete JBRJ.....	162
Fotografia 16	Coleções de Espécies ameaçadas de Extinção JBRJ.....	163
Fotografia 17	Coleções do Bioma da Região Amazônica JBRJ.....	164
Fotografia 18	Jardim das Sensações JBC.....	169
Fotografia 19	Jardim Geométrico JBC.....	169
Fotografia 20	Brinquedoteca e Parque Infantil BRAJZBA.....	189
Fotografia 21	Identificação das plantas medicinais, aromáticas e paisagísticas no Jardim Sensorial da Amazônia BRAJZBA....	196
Fotografia 22	Jardim Botânico vai à Escola BRAJZBA.....	196
Fotografia 23	Aquário do Bosque Rodrigues Alves.....	208
Fotografia 24	Rocinha MPEG/PZB.....	216
Fotografia 25	Espaço Raízes MPEG/PZB.....	218
Fotografia 26	Acolhimento de Escola – NUVOP/Setor de Educação e Clube do Pesquisador Mirim - MPEG/PZB.....	222
Fotografia 27	Espaço Café do Museu – MPEG/PZB.....	230
Fotografia 28	Feira Orgânica - Apoio: SUSIPE/PA.....	233
Fotografia 29	Museu da Navegação Mangal das Garças.....	238

Fotografia 30	Encontro entre amigos Mangal das Garças.....	257
Fotografia 31	Grupo de idosos CRAS - ação cultural no BRAJZBA.....	258
Fotografia 32	Ônibus de Turismo no MPEG/PZB.....	259
Fotografia 33	Turismo Pedagógico no BRAJZBA.....	263

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
ASCON	Associação dos Servidores do Museu Goeldi
BRAJZBA	Bosque Rodrigues Alves - Jardim Zoobotânico da Amazônia
BGCI	Botanic Gardens Conservation International
BGCS	Botanic Gardens Conservation Secretariat
BELEMTUR	Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém
CEA	Comissão de Educação Ambiental
CEBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COFIS	Conferências e Fóruns sobre Políticas Públicas e Comissões de Fiscalização e Controle Social
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDEMAS	Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente
CONSEMMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
COP	Conselho Orçamento Participativo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
DAE	Divisão de Áreas Especiais
DAOUT	Distrito Administrativo de Outeiro
DAVP	Departamento de Áreas Verdes Públicas
DCA	Departamento de Controle Ambiental
DGAE	Departamento de Gestão de Áreas Especiais
DPAR	Divisão de Parques
ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
FADESP	Fundação de Amparo à Pesquisa
FLONA	Floresta Natural
FMMA	Fundo Municipal de Meio Ambiente

FUNVERDE	Fundação de Praças e Áreas Verdes de Belém
IABG	International Association of Botanic Gardens
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IN	Instrução Normativa
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPJBRJ	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
IPEANE	Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Nordeste
JBC	Jardim Botânico de Curitiba
JBR	Jardim Botânico de Recife
JBRJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro
JECRIM	Juizado Especial de Crime
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MPEG	Museu Paraense Emilio Goeldi
MTUR	Ministério do Turismo
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
NUSP	Núcleo Setorial de Planejamento
ONG	Organização Não Governamental Instituto Peabiru
ORTN's	Ordens do Tesouro Nacional
OS	Organização Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDAVE	Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PDU	Plano Diretor Urbano
PEGV	Parque Ecológico de Belém Gunnar Vingren
PEAMB	Programa de Educação Ambiental para Belém
PMMA	Política Municipal de Meio Ambiente
PMAB	Plano Municipal de Arborização Urbana de Belém
PMB	Prefeitura Municipal de Belém

PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNMG	Parque Naturalístico Mangal das Garças
PNM	Política Nacional de Museus
PPA	Plano Plurianual
PPGA	Planejamento Participativo e Gestão Associada
PPG-7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROBELÉM	Plano de Reestruturação Urbana da Orla de Belém
PROGOELDI	Programa de Revitalização do Museu Paraense Emilio Goeldi
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RBJB	Rede Brasileira de Jardins Botânicos
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEA	Serviço de Educação Ambiental
SEDAEC	Setor de Educação Ambiental e Extensão Cultural
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SESAN	Secretaria Municipal de Saneamento
SESPA	Secretaria de Estado de Saúde do Pará
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
SEMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SMUP	Sistema Municipal de Unidades Protegidas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNRJB	Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos
SUSIPE	Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará
TJRJ	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
TUPF	Título de Utilidade Pública Federal
UC	Unidade de Conservação
UICN	União Mundial para a Conservação da Natureza
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	22
2	REFLEXÃO SOBRE A GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	41
2.1	Administração pública X política pública: olhar dicotômico.....	42
2.2	O Papel do Estado e a gestão pública.....	47
2.3	A trajetória da administração pública brasileira.....	49
2.4	Composição da administração pública brasileira.....	57
2.5	Mudanças na administração pública brasileira.....	60
3	PLANEJAMENTO E GESTÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO URBANA.....	65
3.1	Instrumentos legais para o planejamento urbano.....	69
3.2	Planejamento e gestão urbana: experiência da gestão participativa.....	74
3.3	Planejamento e gestão participativa: a experiência na Amazônia	77
3.4	Inovações nas formas de planejamento e gestão participativa.....	81
4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE E GESTÃO AMBIENTAL: INSTRUMENTOS LEGAIS.....	87
4.1	Políticas públicas para proteção do meio ambiente no Brasil.....	93
4.2	A proteção legal para Jardins Botânicos Brasileiros.....	95
5	NATUREZA NA CIDADE: A DINÂMICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E ESPAÇOS VERDES.....	101
5.1	A plurissignificação dos espaços públicos urbanos: do direito à contemplação ao direito à cidade	103
5.2	A Experiência da visitação, do turismo e do lazer nos Espaços Públicos Verdes Urbanos.....	109
5.3	As dinâmicas dos Espaços Públicos em Belém do Pará: da influência de <i>Hausmann</i> ao <i>new urbanism</i>.....	117
5.4	Espaços Públicos Verdes: jardins botânicos, usos, formas e funções.....	127
5.4.1	Jardins botânicos no mundo.....	132
5.4.2	Jardins botânicos no Brasil.....	134
5.5	Estratégia Global para a Conservação de Plantas e o Papel da Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB).....	137

5.5.1	Sistema de Conservação <i>in situ</i>	139
5.5.2	Sistema de Conservação <i>ex situ</i>	139
6	AS EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO NOS JARDINS BOTÂNICOS BRASILEIROS	145
6.1	Experiência de gestão no Jardim Botânico de Brasília (JBB)	147
6.2	Experiência de gestão no Jardim Botânico de Recife (JBR)	154
6.3	Experiência de gestão no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)	158
6.4	Experiência de gestão no Jardim Botânico de Curitiba (JBC)	164
7	GESTÃO DE JARDINS BOTÂNICOS PÚBLICOS URBANOS PARAENSES: Análise a partir dos Gestores e dos visitantes	173
7.1	Práticas de gestão e as dinâmicas de uso do Bosque Rodrigues Alves — Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA)	187
7.2	Práticas de gestão e as dinâmicas de uso do Museu Paraense Emílio Goeldi – Parque Zoobotânico (MPEG)	214
7.3	Práticas de gestão e as dinâmicas de uso do Parque Naturalístico Mangal das Garças (PNMG)	235
7.4	Turismo e lazer nos Espaços Públicos Verdes Urbanos Paraenses pelo olhar dos usuários: comunicadores e protagonistas do vivido	247
7.4.1	A Experiência da visitação de turistas nos Espaços Públicos Verdes Urbanos Paraenses.....	258
7.5	Jardins Botânicos Paraenses e o trabalho em rede: o papel da RBJB	265
7.6	A Experiência da gestão associada – Parque Avellaneda, em Buenos Aires, Argentina	276
8	CONCLUSÃO	286
	REFERÊNCIAS	294
	APÊNDICES	310
	APÊNDICE A- Roteiro de entrevista (Gestor).....	311
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista (educador ambiental).....	313
	APÊNDICE C - Roteiro de entrevista (Locatário).....	315

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista (Setor de turismo).....	316
APÊNDICE E - Roteiro de entrevistas (Usuário).....	317
APÊNDICE F - Roteiro de entrevistas (Representante do conselho gestor).....	318
APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	320
APÊNDICE H - Consentimento Livre e Esclarecido.....	321
ANEXOS	322
ANEXO A- Quadro A-1: Política urbana e de meio ambiente do município de Belém.....	323
ANEXO B – Situação das instituições quanto ao registro.....	326
ANEXO C- Instituições por região brasileira.....	331

1 INTRODUÇÃO

A busca do ser humano por espaços verdes nas cidades modernas do Ocidente não é algo recente na história. A procura por áreas verdes para atividades de recreação e turismo se intensificou na era moderna devido ao acelerado processo de urbanização que a sociedade urbano-industrial enfrentou, principalmente, após as transformações ocasionadas pela Revolução Industrial, que provocaram o distanciamento entre o indivíduo e a natureza, na medida em que houve a supressão dos espaços verdes em função da construção das indústrias e dos centros urbanos.

Na era pós-industrial, entretanto, a sociedade civil começou a sentir as consequências negativas ocasionadas ao meio ambiente e passou a reivindicar melhoria da qualidade ambiental por meio de conferências e congressos com temáticas voltadas à preservação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. Em algumas ideias recorrentes nos discursos acerca da temática sobre o desenvolvimento sustentável, de Founex a Estocolmo (CMMAD, 1988) até o Relatório *Brundtland* (CMMAD, 1988) há ênfase em mais crescimento econômico, com formas, conteúdos e usos sociais modificados, orientação dada no sentido das necessidades das pessoas, da distribuição equitativa de renda e de técnicas de produção adequadas à preservação dos recursos.

No dia-a-dia, podemos observar o quanto o ser humano está destruindo o meio ambiente. O acelerado processo de crescimento das cidades, os impactos da industrialização, a poluição sonora e dos veículos estão causando vários impactos ambientais no ar, no solo e na água que afetam diretamente a fauna e a flora do planeta. Observa-se que, a cada dia, aumenta a concentração dos habitantes nas áreas urbanas, levando a uma diminuição do contato entre as pessoas e o ambiente natural, o que torna os espaços verdes, e, portanto, os jardins botânicos, importantes, no intuito de despertar o interesse da sociedade pela natureza. Além de ser apazível visitar um jardim botânico na cidade, esses jardins também são lugares de relevância para a conservação da flora e instrutivos ao contribuir para o processo de conscientização ambiental, ao educar o olhar dos cidadãos para práticas sustentáveis.

Os jardins botânicos são porções de terra com material vegetal suficiente para se destacar da paisagem urbana relacionada às construções e pavimentação da cidade, constituindo-se de áreas naturais ou artificiais nas quais a vegetação predomina. Há diversos jardins botânicos pelo mundo, em cidades com características próprias de constituição e gestão.

A maioria dos jardins é administrado por organizações públicas ou privadas ou de capital misto, como afirmam Leadlay & Greene (1999). Entretanto, ainda que esses espaços

públicos verdes urbanos sejam regidos por normas e regras que os institucionalizam — é o verde institucionalizado, hierarquizado transmutado em parques, jardins botânicos, jardins zoológicos, museu de história natural, entre outras nomenclaturas — cada jardim tem suas peculiaridades, são também espaços simbólicos, pois possibilitam o encontro, a interação, a busca por prazer, a sociabilidade e se relacionam com aspectos identitários dos habitantes contribuindo para formar a “imagem” de cada cidade.

Nesse sentido, considera-se nas análises desses espaços, além de suas funções, as amplas possibilidades de usos e cargas simbólicas, o livre acesso e a liberdade de escolha quanto ao compartilhamento ou não de experiências. São espaços socioculturais em que predominam a qualidade arquitetônica, paisagística, ambiental, histórica, além de uma certa vigilância.

Observa-se, ainda, que algumas cidades no mundo projetam a sua economia em torno do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produção ou requalificação de espaços e paisagens destinadas ao consumo e ao lazer, nos moldes do *new urbanism*, por meio da arquitetura ecológica funcionalista, termos que serão debatidos no presente trabalho. À medida que a cidade se desenvolve há a necessidade de espaços verdes para o provimento do bem-estar e da melhoria da qualidade de vida.

Neste cenário, o meio urbano é produto e produtor de uma crescente demanda por áreas verdes, especialmente por parques e jardins, que são lugares capazes de oferecer aos cidadãos um retorno à contemplação da natureza, além de ser espaço destinado a várias práticas sociais, como por exemplo: conservação da biodiversidade, educação ambiental, pesquisa científica, cultura, esportes, lazer e turismo, dentre outras. Deste modo, são significativos no planejamento urbano, contribuindo para uma “suavização” da paisagem nas cidades dominada pelo processo acelerado de verticalização e pela progressiva perda dos quintais urbanos e de outras áreas naturais de uso coletivo associadas à habitação.

As áreas ou espaços verdes não se constituem sozinhos, para que alcancem esse pretensão objetivo devem ser “públicos”. As cidades na chamada “pós-modernidade” apresentam algumas características, nas quais é possível entender que seu espaço público é percebido inicialmente como funcional e relacionado às atividades de lazer e de sociabilidade, nesse campo esses espaços teriam dupla função (FIGUEIREDO, 2008). A primeira função está voltada à disponibilidade de opções de lazer aos moradores, processos de sociabilidade, garantindo o bom funcionamento da engrenagem urbana, calcada na dicotomia trabalho/lazer. A segunda função relaciona-se a um lugar de referência da cultura, divertimento, entretenimento, como uma amostra dos “produtos” simbólicos que a sociedade tem. Essa dupla função é incorporada pelo planejamento urbano e, pelas políticas públicas de gestão da cidade

que, em setores ligados ao meio ambiente, cultura, esporte e turismo garantem a refuncionalização e produção desses espaços, em vários locais e das mais variadas formas (FIGUEIREDO, 2008).

Por outro lado, observa-se também que, nas novas dinâmicas que regem os espaços nas cidades como Belém do Pará, as relações socioambientais ao longo dos anos vêm sofrendo modificações, tendo em vista que, o modo de vida dos indivíduos nas cidades modernas gera diversos problemas sociais, particularmente, relacionados à saúde, ocasionados pela falta de tempo livre. O cidadão, na modernidade, com o ritmo cada vez mais acelerado vivencia rotineiramente a correria para dar conta dos inúmeros compromissos e atividades assumidas no dia-a-dia, tendo que conviver com o *stress* urbano, provocando o distanciamento do contato com o outro e com a natureza, fatores que comprometem sobremaneira o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas nas cidades. Entretanto, cada cidade tem suas características e especificidades, e, no caso, a cidade de Belém tem especificidades locais e regionais que retratam a história e a cultura amazônica (FIGUEIREDO; RAVENA, 2014) é uma cidade metrópole numa região que tem uma dinâmica diferenciada. Suas potencialidades são caracterizadas por recursos naturais, pois possui exemplares de floresta equatorial inserida no núcleo urbano, a exemplo dos parques e jardins botânicos e a possibilidade de acesso aos rios, furos, igarapés e ilhas do entorno da cidade, o que facilita a proximidade do cidadão com a natureza.

Suas dinâmicas culturais são de relevante importância, principalmente, no que se refere às manifestações da cultura, pois, Belém apresenta repertório sociocultural de relevância ímpar para a região amazônica, além de possuir monumentos importantes no cenário ambiental e da cultura regional, a exemplo dos monumentos históricos e lendários retratados no Bosque Rodrigues Alves — Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA), nas exposições arqueológicas e indígenas presentes no Museu Paraense Emílio Goeldi — Parque Zoobotânico (MPEG/PZB), assim como exemplares desse patrimônio em exposição no Parque Naturalístico Mangal das Garças (PNMG). Além das igrejas, palacetes e casarios do Centro Histórico da Cidade Velha, do Teatro da Paz e do Mercado do Ver-o-Peso, que são patrimônios identitários e espaços de convivência fazendo parte do cotidiano da cidade.

No campo do turismo, Belém do Pará é destino turístico de relevância da Amazônia, e local estratégico que favorece a distribuição de fluxos de turistas para a Ilha do Marajó, Região do Araguaia-Tocantins e Região do Tapajós, no Estado do Pará. Na compreensão de autores como Figueiredo (1998) as especificidades da Amazônia se refletem em Belém e potencializam a cidade para a atividade turística. Entretanto, deve ser observado o cuidado de não entender

como panaceia, tampouco, como atividade que não precisa de planejamento. Potencializam também, a pesquisa científica, pois, a floresta amazônica é um imenso laboratório vivo que deve ser estudado e preservado por razões científicas, sociais e econômicas. Os exemplares de floresta amazônica inseridos no núcleo urbano de Belém do Pará, como os parques e jardins botânicos, possuem essa potencialidade e um olhar para elas por parte dos gestores desses espaços públicos precisa estar mais presente. A valorização sustentável da floresta urbana, para além dos benefícios climáticos é de suma importância às gerações presentes e futuras e, particularmente, os jardins botânicos tem essa função fundamental no que diz respeito à conservação das plantas *in situ* e *ex situ* dos exemplares das espécies amazônicas.

Assim, no campo da gestão, os processos que sustentam as ações nos espaços públicos verdes urbanos (EPVUs) muitas vezes estão voltados aos usos desses lugares pelos cidadãos como opção de diversão, diretamente vinculados à apropriação de consumo de serviços de entretenimento ou bens materiais, como forma de produto cultural. Estes serviços em geral são ofertados pela indústria cultural¹ representada pelos segmentos do lazer, do esporte, do entretenimento e do turismo.

Nas cidades pós-modernas, estes espaços verdes caracterizam-se por representar espaços que precisam ser legalmente criados com objetivos de preservação para suprir o rompimento ocasionado pelo processo desordenado de urbanização das cidades. Na compreensão de autores como: Cardoso e Figueiredo (2017), Macedo e Sakata (2002), Rocha e Brito (2009) e Santos e Silveira (2001), além de contribuir para suprir o rompimento ocasionado pelo processo de urbanização, os espaços verdes exercem várias funções nas cidades modernas, dentre elas: paisagística, ambiental, histórica, cultural, social e econômica.

O estudo de Bahia (2012) denomina as áreas protegidas como Áreas Verdes Públicas Urbanas (AVPUs), em Belém do Pará, como um tipo de espaço livre de apropriação pública por excelência, geralmente gerenciado pelo poder público, localizado em áreas urbanas ao ar livre (que se contrapõe às áreas edificadas), onde há predominância de vegetação arbórea e solo com pouca ou nenhuma impermeabilização. As AVPUs possuem configurações ecológicas, estéticas e de lazer e são destinadas ao uso público da população da cidade para descanso, passeio e práticas corporais diversificadas com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação, sendo algumas mais livres e outras com certo controle de uso. No estudo da autora,

¹ A expressão “indústria cultural” foi empregada na década de 1940, por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, na obra “Dialética do Esclarecimento”, em capítulo intitulado “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas” buscando compreender as condições de produção e reprodução social na mercadorização da cultura, sua banalização e reificação, gerando um consumo que interferiria nas questões relacionadas ao “tempo livre” da sociedade. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 99).

as AVPUs englobam praças arborizadas, jardins públicos, parques urbanos, hortos urbanos, jardins botânicos, jardins zoológicos, áreas com arborização urbana (canteiros, centrais de avenidas, trevos de vias públicas e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas), faixas de ligação entre as áreas verdes e as mesmas Áreas de Preservação Permanente Urbanas (APPs urbanas), redimensionando seu caráter e função pública.

Entretanto, esta pesquisa definirá as áreas verdes para além da definição de Bahia (2012), como Espaços Públicos Verdes Urbanos (EPVUs), cujo sentido será abordado no corpo do trabalho, e terá sua análise direcionada aos jardins botânicos urbanos, *status* dado a esses espaços verdes pela Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB), por compreender esses lugares como aqueles onde ocorre uma ação política com objetivos definidos ou onde existe a possibilidade de que isto aconteça. É um espaço conformado para além de suas características físico-geográficas, pois não é só o lugar de preservação da biodiversidade e demais usos, mas sim, um espaço socialmente produzido, identitário, com significados simbólicos para quem deles usufrui, espaço de convivência que faz parte do cotidiano da cidade.

O espaço público que se encontra inserido no espaço urbano é o espaço onde o sujeito atua e se expressa em sociedade. Boullón (2002, p. 196-197) considera os espaços públicos como sendo os logradouros abertos ou fechados de uso público e os marcos que são objetos ou artefatos que se destacam na paisagem urbana atuando como ponto de referência. Assim, a gestão do espaço público verde urbano institucionalizado, normalmente entra nos processos de planejamento público, considerando as formas de usos e funções demandadas pelos mais variados agentes sociais que utilizam o espaço com diferentes necessidades e motivações.

Ao observar essas constantes transformações ao longo dos anos é que surgiu meu interesse pessoal pela temática. Com infância vivida na casa dos meus pais, em residência na periferia de Belém, na década de 1970, período no qual as casas possuíam quintais com arborização que propiciavam a sensação de tranquilidade, de prazer e liberdade em contato com a natureza, onde aconteciam as reuniões familiares, as longas conversas embaixo da sombra das árvores, as brincadeiras infantis (casinha, médico, cai no poço, bandeirinha, macaca/amarelinha, cemitério/queimada, pira-esconde, pira-alta, dentre outras), juntamente com os meus irmãos, primos e amigos de infância. Naquela época, os quintais urbanos eram lugares de sociabilidade, de convivência, do lúdico que favorecia o fortalecimento dos laços entre familiares, amigos e vizinhança. Com a modernidade estes encontros foram se tornando cada vez mais escassos ao longo dos tempos.

Além disso, ao longo dos anos a minha trajetória acadêmica foi voltada para debater a temática ambiental, inicialmente, em 1999, com a graduação em Bacharelado em Turismo, e

em 2005, em Administração, ambos cursados na Universidade Federal do Pará (UFPA). Estes estudos se intensificaram na pós-graduação, em 2003, na Especialização Internacional em Gestão Pública, Planejamento e Meio Ambiente, realizada no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (FIPAM XVIII/NAEA/UFPA) e, posteriormente, em 2010, durante meus estudos no mestrado pelo Núcleo de Meio Ambiente (PPGEDAM/ NUMA/UFPA), que possibilitou a continuidade das discussões sobre a temática e no qual produzi a dissertação intitulada “Subsídios à Gestão Ambiental de Parques Urbanos: o caso do Parque Ecológico de Belém Gunnar Vingren (PEGV)” onde foi desenvolvida a pesquisa acerca da participação dos atores sociais no processo de implementação da gestão da área verde protegida. Também tem contribuído a minha atuação, que já se estende por mais de nove anos, nas áreas do turismo e da gestão pública, com experiências em atividades técnicas desenvolvidas em diversos locais, dentre estes, um parque municipal.

Dessa maneira, esses fatores, associados às minhas inquietações, curiosidades e questionamentos sobre o objeto da pesquisa aproximaram-me da problemática da relação ser humano-natureza na cidade, fato, cada vez mais distante, nos dias atuais. Assim, esta tese é um desdobramento das pesquisas já desenvolvidas anteriormente, com o intuito de aprofundamento das reflexões sobre a gestão dos jardins botânicos e todas as questões que a envolvem.

Os espaços públicos verdes urbanos, vistos como área de sociabilidade, lazer, cultura e turismo estão aparentemente em oposição ao urbano, tendo em vista que na atualidade são cada vez mais incipientes nas cidades pós-modernas, tornando-se fato às vezes raro e distante dos moradores das grandes metrópoles. As casas com quintais arborizados, que outrora eram também espaços de sociabilidade e lazer entre amigos e familiares, perderam lugar para o processo de verticalização realizado pelo mercado imobiliário, acelerando ainda mais o distanciamento das pessoas do ambiente natural. A vivência na rua com a vizinhança e a sua importância no ambiente urbano - que ultrapassa os limites de área de livre circulação de pessoas e veículos - deixou de ser a preferência social, quando o assunto se refere à sociabilidade e ao lazer, devido à problemas relacionados com a insegurança urbana (pelo menos para as classes sociais mais altas e médias). Dessa forma, os espaços públicos verdes urbanos como os jardins botânicos e os parques são opções de usufruto dos cidadãos junto à natureza com certo nível de “segurança” urbana.

É possível observar nos últimos anos o interesse da academia nos estudos concernentes às políticas públicas urbanas e de meio ambiente, ao planejamento urbano e a gestão. Observa-se, também, uma certa preocupação no acompanhamento das ações dos órgãos públicos competentes, tanto por parte da iniciativa privada, através de entidades de classe, como por

parte da sociedade civil organizada, na busca de intervenções que possibilitem à gestão desses espaços a dotação de novos serviços e melhor infraestrutura e, conseqüentemente, promovam o bem-estar da sociedade urbana.

É fato que dispomos de pouco material bibliográfico acerca de estudos que abordem a temática de políticas públicas voltadas ao meio ambiente e a gestão de jardins botânicos urbanos, principalmente no que concerne às publicações brasileiras. Muitos teóricos brasileiros concentram suas investigações no campo econômico, embora observe-se uma maior preocupação em outros campos de estudo, como por exemplo, na geografia, na arquitetura e no turismo. Pesquisadores como Ignarra (2001), Macedo e Sakata (2002), Santos e Silveira (2001), Souza e Bahl (2013) apontam algumas reflexões acerca dos usos dos espaços públicos verdes no ambiente urbano, nas regiões sul, sudeste e nordeste. Na região norte, destacam-se os estudos de Bahia (2012), Cardoso e Figueiredo (2014), Costa (2013), França (2018), Figueiredo (2008), Monteiro e Nóbrega (2008), Trindade Júnior (2013), Vasconcellos (2009), que tratam, sobretudo, da temática da apropriação dos espaços públicos verdes para as práticas do lazer e do turismo e apontam algumas reflexões sobre as políticas públicas urbanas e de meio ambiente e sobre a gestão concernentes a estes estudos na Amazônia Oriental Brasileira.

A investigação inerente à gestão em jardins botânicos requer o aporte interdisciplinar, o que significa obter a análise mediante um adequado conhecimento do mesmo, no qual se pauta a presente pesquisa. A interdisciplinaridade pressupõe uma forma de produção do conhecimento, porque ela implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias, e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos. Esta problemática apresenta certa complexidade, tendo em vista que algumas pesquisas não atingem sua análise na totalidade somente pelas teorias convencionais e, neste cenário, a interdisciplinaridade favorece a interpretação dos dados, pois, quando se debate o tema “meio ambiente” ainda é presente na atualidade a compreensão de algumas pessoas, relacioná-lo tão somente com a natureza, limitando-o a uma concepção sobre a preservação da biodiversidade.

Com o intuito de responder às indagações deste estudo com caráter interdisciplinar, a pesquisa se alicerçou no referencial teórico sobre política pública e sua interface com a administração pública, assim como suas influências no planejamento e na gestão (pública, urbana e ambiental). Alicerçou-se, ainda, no referencial teórico sobre espaço público, cidade, turismo, lazer e jardins botânicos, que deram suporte ao problema da pesquisa e às questões relacionadas a este, a fim de atender de forma satisfatória os seus objetivos. Foram utilizados autores do campo das ciências sociais (administração, gestão pública, arquitetura, geografia,

turismo, etc.).

Para tratar sobre a temática no campo da política pública e sua interface com a administração, o planejamento e a gestão foram utilizadas obras que discutem tais aspectos, como: Costa (2010), Denhardt (2011), Fedozzi (1998; 2001), Fleury (1994), Oliveira (2012), Poggiese (2011), Réus (2012), Rezende (2006), Rua (1998; 1999), Scardua (2003), Silveira (*et al.*, 2016), Souza (2008) e Teixeira (2010), dentre outras que abordam a evolução da gestão pública e as influências no planejamento e na gestão urbana ao longo dos anos e que direcionam para a compreensão das categorias: cidadania, acessibilidade, autonomia, democracia e participação de extrema importância para o entendimento da gestão dos espaços públicos verdes urbanos, foco da pesquisa, gestão essa que será abordada no trabalho e que diz respeito à relação entre as propostas de ação dos jardins botânicos pesquisados, suas finalidades e a resposta de seu “público”, direto ou indireto.

A construção teórica sobre o tema espaço público e cidade buscou subsídios em discussões de autores como: Amendola (2000), Castells (2010), Castro e Figueiredo (2014), Figueiredo (2008), Harvey (2014), Gomes (2002), Lefebvre (2010), Leite (2004), Santos (1985; 1987) e Serpa (2007), dentre outras importantes referências para a pesquisa, por abordarem com criticidade os conceitos de espaço público e cidade e as categorias: autonomia, acessibilidade, interação, sociabilidade, sendo essenciais nesta investigação.

Sobre o enfoque relacionado aos jardins botânicos e às políticas públicas urbanas e de meio ambiente, deram suporte à análise vários autores, como Arruda (1999), Câmara (1993), Cardoso (2012), Diegues (1996), Macedo e Sakata (2002), Medeiros (2003), Miranda (2009), Monteiro e Nóbrega (2008), Santos e Silveira (2001), Segawa, (1996), Souza (2008), Silva e Egler (2003), Terra (2000) e Vainer (2010), dentre outras importantes obras para a pesquisa.

Ao tratar das trajetórias históricas importantes da cidade de Belém do Pará, os autores que contribuíram para percorrer esse conhecimento foram, entre outros, Bahia (2012), Figueiredo (1998), Meira Filho (1996), Sarges (2002), Trindade Júnior (2013), bem como o conteúdo das leis, resoluções, decretos, planos, relatórios, regimentos internos e instruções normativas, que incluem as diretrizes norteadoras das políticas públicas urbanas e de meio ambiente.

A pesquisa aborda a busca crescente dos indivíduos por espaços verdes no meio urbano e pela necessidade de desenvolver estudos relacionados ao papel exercido pelos gestores dos jardins botânicos urbanos, a fim de entender como a gestão implementada nestes jardins se relaciona com uma possível política pública coletiva e democrática, que qualifica os espaços verdes nas cidades modernas e elaborar proposições que possam subsidiar a gestão pública de

jardins botânicos urbanos.

Nessa perspectiva, propõe-se que tal campo de investigação teórica e prática evidencie as suas possíveis interfaces, ao adotar a compreensão de que meio ambiente não envolve somente a fauna e a flora, mas, também, o ser humano e as práticas sociais que formam um todo indissociável. Essa premissa corrobora as interpretações sobre a relação do ser humano com a natureza, particularmente, na vida cotidiana das cidades.

Uma das temáticas centrais nas cidades pós-modernas e que orientam a presente pesquisa diz respeito aos processos de gestão pública implementados nos jardins botânicos públicos urbanos, por meio das diretrizes norteadoras das políticas públicas urbana e de meio ambiente e às práticas sociais que qualificam os espaços públicos verdes nas cidades.

Partindo desses pressupostos, este estudo tem como problema de tese analisar em que medida os processos de gestão dos jardins botânicos públicos urbanos e as políticas públicas direcionadas a eles têm condições de fazer com que eles alcancem seus objetivos e se integrem à cidade, favorecendo a aproximação do ser humano com a natureza. A investigação será pautada por alguns questionamentos: a) Quais as contribuições das políticas públicas urbana e de meio ambiente para a gestão dos jardins botânicos?; b) Como se configuram os processos de gestão nos jardins botânicos públicos urbanos?; c) Em que medida a condução da gestão pública e da gestão urbana implicam no planejamento e na gestão dos jardins botânicos?; d) Como as relações socioambientais entre os usuários por meio de suas práticas nos jardins botânicos públicos urbanos evidenciam a “gestão” desses jardins?; e) A necessidade dos jardins botânicos serem entendidos como “áreas protegidas” favorece o acesso e a apropriação pelos usuários destes espaços verdes?

Para se aproximar do objeto, esta tese realiza, ainda, uma problematização sobre a mediação dos jardins botânicos com o público, a partir da experiência do turismo e da visitação, ao tratar das possibilidades de usos desses espaços públicos, que envolvem desde o sentido atribuído ao local pelo órgão gestor, agências e *websites* de turismo até os efetivos usos por residentes e turistas.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar os processos de gestão implementados nos jardins botânicos urbanos de Belém do Pará, a partir de uma trajetória balizada nas relações entre os agentes de campo dos jardins botânicos e suas gestões, na configuração de um campo relacional por meio das políticas públicas urbana e de meio ambiente e seus desdobramentos no planejamento e na gestão desses espaços públicos.

Para isso foi necessário estabelecer cinco objetivos específicos: 1) apresentar as políticas públicas — urbana e de meio ambiente — e as diferentes acepções de espaço público verde

urbano; 2) realizar um mapeamento das relações institucionais estabelecidas e mantidas pelos jardins botânicos urbanos paraenses e a forma de participação dos agentes envolvidos; 3) entender se os programas, projetos e ações desenvolvidos pelos gestores de jardins botânicos qualificam os usos e as práticas sociais nesses espaços e favorecem a visitação de moradores e turistas; 4) identificar características dos processos de gestão pública implementadas em diferentes jardins botânicos urbanos brasileiros (Brasília, Recife, Rio de Janeiro e Curitiba), localizados em regiões brasileiras distintas, a fim de favorecer a compreensão do cenário dos jardins botânicos públicos urbanos paraenses; 5) verificar se a participação na Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB), enquanto promotora da política pública para jardins botânicos no país, favorece nesses espaços públicos a cooperação e o fortalecimento da organização institucional.

A partir dos marcos da problematização foram levantadas duas hipóteses: a primeira, de que os processos de gestão pública dos jardins botânicos urbanos norteados através das políticas públicas urbana e de meio ambiente, caracterizadas principalmente pela PNMA, CF/88, Estatuto da Cidade, PDU, SNUC, Resoluções CONAMA 226/00 e 339/03, Instruções Normativas IBAMA, já implantadas, apresentam limitações em relação aos seus objetivos. Essas limitações revelam-se nas dificuldades de implementação de ações expressas nas políticas públicas e de estruturas de planejamento e gestão (conselhos gestores, planos de gestão, fundos e participação em rede, entre outros), que pudessem hoje servir de base para a efetiva implantação dessas políticas, contribuindo para a cooperação e o fortalecimento da organização institucional, produzindo entraves na gestão participativa e democrática dos jardins botânicos públicos urbanos paraenses. E, a segunda, de que há uma pré-disposição dos gestores dos jardins botânicos urbanos de Belém do Pará para implementar programas, projetos e ações que qualificam os usos dos espaços públicos verdes urbanos para o consumo do lazer em detrimento das iniciativas inerentes à pesquisa científica voltada para jardins botânicos.

Para o entendimento das relações socioambientais, que incluem os agentes importantes no campo da gestão dos jardins botânicos e, mais especificamente, dos jardins botânicos paraenses e seu público visitante, são utilizadas as categorias campo social e *habitus*, que são importantes para a compreensão da realidade encontrada, haja vista que trata de abordagens com significados “simbólicos” (BOURDIEU, 2010; 2007; 2004; 1989; 1987, 1983).

Para melhor compreensão do significado, Bourdieu (2010) descreve campo social como um espaço intermediário entre dois polos antagônicos e no qual há a realização de um conjunto de relações sociais, estruturadas e estruturantes simultaneamente. Através dele, a análise científica das condições sociais da produção e recepção de seus bens simbólicos intensifica sua

própria experiência. Sua gênese social, as crenças que o sustentam, os jogos de linguagem que nele se jogam e os interesses e as apostas materiais ou simbólicas que nele surgem, possibilitam olhar os fatos e enxergá-los como eles são.

Esse “mundo social” obedece a leis sociais mais ou menos específicas e dispõe de uma autonomia parcialmente acentuada em relação ao macrocosmo social. A aplicação da categoria “campo social” contribuiu para a identificação das pressões externas sobre o campo estudado (suas estruturas de gestão, processos, normas e demandas) e “[...] os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas determinações internas” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

O campo traz contribuições para se conhecer as relações socioambientais do objeto de pesquisa, as ações estabelecidas entre os agentes sociais² e as estruturas em que ocorrem os processos, os quais abrangem um conjunto de procedimentos dos agentes envolvidos no campo, onde se buscou analisar o papel de determinados agentes e instituições do campo, baseados em um cenário de mudanças sociais reverberadas a partir dos processos de gestão implementados e dos usos que qualificam os jardins botânicos urbanos estudados.

Para entender como se forma este campo de relações socioambientais, foram tomados como recorte de análise e observação os processos de gestão em três jardins botânicos — Bosque Rodrigues Alves — Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA), Museu Paraense Emílio Goeldi — Parque Zoobotânico (MPEG/PZB) e Parque Naturalístico Mangal das Garças (PNMG), situados no centro urbano de Belém do Pará, Amazônia, Brasil, por entendermos que nesses espaços públicos as relações socioambientais são fluidas e, por esse motivo, possibilitam observar o modo de agir dos gestores, as dinâmicas produzidas entre os agentes e como esse *habitus* tem se modificado ao longo do tempo e de que forma tem influenciado a arena onde eles ocorrem, a qual agrega um conjunto de políticas públicas, de normas, leis, regras e práticas dos sujeitos envolvidos que determinam a arena.

A essa abordagem da gestão estão associados os estudos sobre os conceitos de espaço público e cidade, preservação, turismo e seus desdobramentos no ambiente urbano. Para compreendê-los, é necessário associá-los aos conceitos de cidadania, democracia, acessibilidade, autonomia, sociabilidade e participação na realidade empírica dos jardins botânicos de Belém do Pará, o que se tornou, na elaboração desta tese, desafiador e, ao mesmo tempo, gratificante. A pesquisa buscou aporte, também, no referencial teórico sobre políticas

² Os agentes sociais, termo que possui conotação de constante produção de ação pelos indivíduos no campo social, são para Bourdieu (2004), os indivíduos que mantêm relações dentro de uma estrutura das relações objetivas (princípio do campo) que determina o que os agentes podem e o que não podem fazer.

públicas (urbana e de meio ambiente), planejamento e gestão que deu suporte ao problema da pesquisa e às questões relacionadas a este, a fim de atender de forma satisfatória aos seus objetivos.

Paralelamente, como suporte metodológico de análise foram realizados *surveys*, cujo objetivo foi identificar características dos processos de gestão implementados em jardins botânicos urbanos em distintas cidades brasileiras, a fim de favorecer a compreensão do cenário dos jardins botânicos urbanos paraenses. O estudo apresenta a análise das experiências de gestão de quatro jardins botânicos públicos urbanos: Brasília, Recife, Rio de Janeiro e Curitiba, localizados em regiões brasileiras distintas.

Definiu-se o campo social estudado como o Campo de Relações da Gestão de Jardins Botânicos Públicos Urbanos Paraenses. Este recorte delimita o espaço físico de análise e como cada campo é formado por diferentes agentes sociais. Ao aplicar essa metodologia, efetuou-se a descrição relacional dos agentes individuais e institucionais que os compõem e que apresentam certa influência nestes espaços, apresentando, ou não, interferência; a descrição das normas e regras implícitas que presidem e transpassam as relações que ocorrem no campo, assim como das instituições que contribuem para delimitar o campo ou que nele são definidas, dentre outros elementos que permitiram apreender as questões centrais para atingir os objetivos da pesquisa.

Bourdieu (1983), atenta para a indissociabilidade da relação entre o campo e o *habitus*. O campo disponibiliza contribuições para a percepção das relações do objeto de pesquisa, as dinâmicas produzidas entre os agentes e as arenas onde estas ocorrem, as quais agregam um conjunto de práticas dos sujeitos envolvidos no campo.

O *habitus* é um modo de agir aprendido pelo agente na sua inserção em determinado campo, ou seja, é um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo de sua vida, os quais lhe permitem perceber e agir num determinado universo social. Portanto, as “estruturas”, que envolvem os jogos, as nuances e as disputas no campo em que está inserido, são importantes na formação do *habitus*, porém, a ação dos agentes não é completamente determinada por tais estruturas.

Como nos fala Bourdieu (1989, p. 32), a ideia de *habitus* é primordial para caracterizar os agentes que estão interagindo em um determinado campo social. As ações de determinado grupo são direcionadas conforme a dinâmica das relações entre estrutura e indivíduo. A ideia de consenso, como afirma, surge enquanto possibilidade de haver pessoas agindo de forma semelhante no campo social. Desse modo, ocorrem alguns “ajustes” das posições ocupadas dentro desse campo, pois,

o espaço social está construído de tal modo que os agentes que ocupam posições semelhantes ou vizinhas estão colocados em condições semelhantes e submetidos a condicionamentos semelhantes, e tem toda a possibilidade de possuírem disposições e interesses semelhantes, logo, de produzirem práticas também semelhantes e que o espaço social tende a funcionar como espaço simbólico. (BOURDIEU, 1989, p. 32)

A pesquisa se alicerça em uma abordagem qualitativa, haja vista que trata de abordagens com significados simbólicos e estes não podem ser reduzidos apenas às questões quantitativas, pois respondem às questões subjetivas. A pesquisa qualitativa envolve uma grande variedade de materiais empíricos que podem ser estudos de caso, experiências pessoais, histórias de vida. Ou seja, materiais que descrevam a rotina e os significados da vida humana em grupos (YIN, 2005). A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados no momento da análise (MARTINS, 2004). Na pesquisa qualitativa, o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação (TEIXEIRA, 2005).

Esta pesquisa foi realizada com base em estudos exploratórios, combinados com pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, por meio de vários procedimentos, tais como: o levantamento bibliográfico, o qual levou em conta o estabelecimento de um marco teórico realizado por meio de pesquisa nas fontes bibliográficas relevantes da temática em questão (livros, artigos, teses, dissertações, anais de seminários/congressos, periódicos e artigos acadêmicos disponíveis em sites na internet, sites institucionais, entre outros), pesquisas realizadas na biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), biblioteca central da Universidade Federal do Pará (UFPA), bem como em bibliotecas que disponibilizam seu acervo digital. O levantamento bibliográfico foi voltado para as temáticas sobre políticas públicas, planejamento e gestão, espaços públicos e cidade, turismo e lazer em jardins botânicos.

O levantamento documental foi realizado a partir da análise de documentos institucionais, tais como: relatórios de atividades, programas, planos, projetos, leis, resoluções e decretos, bem como junto ao acervo institucional do Bosque Rodrigues Alves — Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA), Museu Paraense Emilio Goeldi — Parque Zoobotânico (MPEG/PZB) e Parque Naturalístico Mangal das Garças (PNMG) e também em *websites* institucionais. Nesta etapa, foram analisadas as informações obtidas junto aos órgãos do governo (federal, estadual e municipal, objetos desta análise), os quais são os que têm competência na elaboração e implementação das políticas públicas urbana e de meio ambiente.

A pesquisa de campo teve como finalidade a realização de observação simples,

entrevistas não diretivas e *surveys* que envolveram visitas aos jardins botânicos. A observação simples caracteriza-se como uma observação:

[...] dirigida ao conhecimento de fatos ou situações que tenham certo caráter público ou que pelo menos não se situem estritamente no âmbito das condutas privadas [...], condutas mais manifestas das pessoas na vida social, tais como: hábitos de compra, de vestuários, de conveniência pessoal, de frequência a lugares públicos, etc. (GIL, 1994, p. 12)

Nessa fase, o objetivo foi observar a interação dos usuários nos jardins botânicos, que se caracterizam por serem espaços de ambiência, sociabilidade e outros usos com o meio ambiente, a fim de verificar como estes indivíduos reagem em contato com os espaços verdes, como forma de entrelaçar os dados com a teoria, com os dados documentais e com as entrevistas.

As entrevistas foram do tipo não diretiva, com as perguntas sendo respondidas por meio de uma conversação informal.

[...] a entrevista não diretiva, ao contrário da entrevista dirigida, não propõe ao entrevistado uma completa estruturação do campo de investigação: “é o entrevistado que detém a atitude de exploração”. A partir da instrução ‘consigne’ transmitida pelo pesquisador, o entrevistado define como quiser o “campo a explorar” sem se submeter a uma estruturação pré-determinada. G. Michelat enfatiza que a entrevista não diretiva favorece a captação de uma informação ‘mais profunda’ ou ‘menos censurada’ do que no caso de outros procedimentos [...] (THIOLLENT, 1987, p. 85).

A opção por esse tipo de entrevista se deve pelo fato de que a profundidade alcançada ou menos censurada pela não diretividade está voltada à sua capacidade de facilitar a produção de significações carregadas de “emoções”, mesmo quando se apresentam como estereótipos. “O que nós procuramos pôr à luz, de fato, é a lógica subjacente às associações que, a partir da instrução inicial, irão levar o entrevistado a abordar tal ou qual tema, a voltar atrás ou progredir para outros temas” (THIOLLENT, 1987, p. 85). O autor apresenta três fases que devem ser seguidas na entrevista não diretiva, conforme proposta de G. Michelat:

Escolha de um pequeno número de pessoas diversificadas representativas do assunto estudado. Não se trata de amostragem, mas sim de seleção de indivíduos em função dos critérios do investigador. A seleção deve incluir representantes das posições as mais diversas; por exemplo, para estudar o fenômeno religioso, serão selecionadas pessoas religiosas e ateias; para problemas raciais, seriam escolhidas racistas e anti-racistas. 2) gravação de entrevistas conduzidas sem imposição de problemática. O ponto de partida é dado pela instrução do pesquisador. No decorrer da entrevista, o entrevistador permanece numa situação de “atenção flutuante” que, permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural sem questionamento forçado. 3) a análise do conjunto das entrevistas selecionadas (*corpus*) levanta as verbalizações assim como as hesitações, os silêncios, os risos, os lapsos, etc., que são considerados reveladores de significação latente (THIOLLENT, 1987, p. 86).

A análise deve ter como referência os dados pessoais do entrevistado como: idade, sexo, profissão, ocupação, escolaridade, dentre outros. O *corpus* não é um texto único, pois cada entrevista deve ser analisada com base na tentativa de se encontrar os sintomas relativos ao “sistema de representações, de valorizações afetivas, de regras sociais, de códigos simbólicos interiorizados pelo indivíduo, no decorrer de sua socialização e sua relação, eventualmente conflitiva, com as diversas dimensões de uma experiência atual que ele partilha com muitos outros” (THIOLLENT, 1987, p. 86).

Na entrevista não diretiva, a liberdade deve ser estimulada, a fim de permitir ao entrevistado a emissão do maior conjunto de sinais possíveis. O entrevistador poderá se encontrar em condições mais satisfatórias para atribuir uma significação ao discurso captado nas entrevistas e, após várias leituras, “dar uma satisfatória categorização de seus diversos elementos. Isto corresponde ao retardamento da categorização que sempre é relativo” (THIOLLENT, 1987, p. 96).

Neste sentido, é necessário que o pesquisador se mantenha atento para direcionar sempre que for oportuno o debate para o assunto que lhe interessa, acrescentando perguntas adicionais para esclarecer questões que não ficaram claras ou auxiliar a reelaborar o contexto da entrevista, caso o entrevistado não atenda satisfatoriamente ao tema e/ou tenha dificuldades com o mesmo. Esse tipo de entrevista é utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo um melhor direcionamento para a temática, a fim de alcançar os objetivos.

A seleção dos entrevistados foi por acessibilidade ou por conveniência. Este tipo de seleção se caracteriza pelo fato do pesquisador selecionar “os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 1994, p. 104).

Os *surveys* apresentam as análises das experiências de gestão dos jardins botânicos urbanos de Brasília, Recife, Rio de Janeiro e Curitiba. O *survey* é pertinente quando o pesquisador tem como proposição investigar o que, como, porque, ou quanto se dá determinada situação, não sendo possível determinar variáveis dependentes e independentes; a pesquisa dá-se no momento presente ou recente e trata de situações reais do ambiente (FREITAS *et al.*, 2000).

Bourdieu (1987) orienta que na medida do possível o entrevistador deva falar na mesma linguagem que o entrevistado, a fim de que seja entendido e o diálogo não seja prejudicado, ou seja, o pesquisador deve deixar momentaneamente de lado seu capital cultural para que ambos, pesquisador e pesquisado possam se entender, minimizando a violência simbólica que é exercida por ele mesmo. O autor apresenta algumas sugestões para a realização da transcrição das entrevistas e alerta que o pesquisador acrescente à sua escrita os pequenos detalhes

(silêncios, gestos, risos, entonação de voz do informante durante a entrevista, etc.). Essas ‘emoções’ que não ultrapassam os limites da gravação devem ser consideradas no momento da análise, pois transmitem os sentimentos do informante. O pesquisador tem o dever do rigor da pesquisa no que concerne à sua fidelidade ao transcrever tudo o que o entrevistado falou e sentiu no momento da entrevista. Ao realizar o relatório da pesquisa, é dever do pesquisador se esforçar ao máximo para situar o leitor acerca do espaço social do entrevistado, sua condição social e quais os elementos condicionantes nos quais o pesquisado é produto.

Os *surveys* foram realizados entre os anos 2015/2016, nos jardins botânicos urbanos brasileiros. Para a coleta dos dados, além da entrevista e da observação foi realizado registro fotográfico nos jardins. O primeiro *survey* aconteceu em maio de 2015, no Jardim Botânico de Brasília (JBB). Foram entrevistados o gestor do JBB, 01 educador ambiental e 01 funcionário do quiosque do café. O segundo *survey* aconteceu em agosto de 2015, junto à gestora do Jardim Botânico de Recife (JBR), durante a realização da III Reunião Região Norte de Jardins Botânicos, ocorrida em Belém do Pará.

Em julho de 2016, foi realizado o terceiro *survey*, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Entretanto, tive dificuldades de executar as entrevistas com gestores nesse jardim botânico, tendo em vista que estava ocorrendo uma transição política na ocasião, com mudança na direção do JBRJ. Após vários contatos consegui realizar uma entrevista enviada por email, com a educadora do Serviço de Educação Ambiental/JBRJ. O quarto e último *survey* aconteceu em novembro/2016, no Jardim Botânico de Curitiba (JBC). Neste jardim foram realizadas entrevistas com a gestora do JBC e 03 (três) visitantes.

O objetivo destas análises foi obter dados, por meio de observações em campo e entrevistas não-diretivas, que auxiliassem no melhor desenvolvimento da pesquisa sobre as experiências de gestão implementadas naqueles jardins botânicos, a fim de identificar as características inerentes aos processos de gestão implementados nos jardins botânicos paraenses.

Paralelamente aos *surveys*, foram realizadas pesquisas de campo em três jardins botânicos da cidade de Belém do Pará, Amazônia, Brasil: Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA), Museu Paraense Emilio Goeldi - Parque Zoobotânico (MPEG/PZB) e Parque Naturalístico Mangal das Garças (PNMG), foco principal da análise. A escolha dos *loci* da pesquisa se deu devido a esses espaços públicos serem lugares de referência para a preservação da natureza, além de serem lugares de educação e entretenimento para residentes e turistas no contexto da vida urbana amazônica.

Os jardins botânicos analisados nesta pesquisa integram a lista da Rede Brasileira de

Jardins Botânicos (RBJB), que possui mais de 50 instituições associadas (RBJB, 2015). Esses espaços públicos recebem diferentes pessoas motivadas a frequentá-los, para ali se encontrarem e interagirem. Possuem forte apelo para a conservação da flora brasileira *in situ* e *ex situ*, integram a lista mundial de jardins botânicos - *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI), composta por 1.846 jardins, distribuídos em 148 países, e são responsáveis por mais de 4 milhões de coleções de plantas vivas (BGCI, 2001).

Nos jardins botânicos paraenses foram realizadas entrevistas com gestores de órgãos públicos e representantes do setor privado, num total de 08 (oito) gestores, sendo 03 (três) com atuação na gestão do BRAJZBA em períodos diferentes, vinculados à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA/PMB), e 01 (um) representante da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e que também atuou como gestor do Bosque no período (2005/2006), 03 (três) com atuação na gestão do MPEG/PZB, também em períodos diferentes, vinculados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e 01 (um) com atuação no PNMG, vinculado à Secretaria de Turismo do Estado do Pará (SETUR/PA).

Foram realizadas também 05 (cinco) entrevistas com educadores ambientais que exercem suas funções nos jardins estudados.

Do setor privado que atuam no campo do turismo e exercem atividades nesses jardins, foram entrevistados 01 (um) representante de agência de turismo receptivo e 01(um) guia de turismo. No Bosque foram realizadas 03 (três) entrevistas com representantes do setor de serviços (autorizatários) e no Museu, 01 (uma) entrevista (café/loja de artesanato). Totalizando 06 (seis) entrevistas. No Mangal das Garças não foi autorizada a realização das referidas entrevistas, tendo em vista que a gestão do espaço é feita por uma organização social (OS), com características de gestão muito semelhantes ao modelo de empresa do setor privado.

Em relação ao terceiro setor, foram realizadas 03 (três) entrevistas, sendo 01 (uma) com representante do Instituto Peabiru, Organização Não Governamental (ONG) que atua no ProGOELDI (MPEG/PZB), 01 (uma) com representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMMA) e 01 (uma) com representante da Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB). Durante a pesquisa de campo não foi identificada atuação do terceiro setor no PNMG e no BRAJZBA.

Também foram realizadas entrevistas com visitantes (residentes e turistas) do BRAJZBA, MPEG/PZB e do PNMG, totalizando 22 (vinte e dois) entrevistados, sendo 07 (sete) no Bosque, 04 (quatro) no Museu e 01 (uma) no Mangal das Garças.

O levantamento bibliográfico do estado da arte perpassou por todo o período de elaboração da tese que foi de quatro anos. A análise documental, as observações, os *surveys* e

as entrevistas aconteceram a partir do segundo semestre/2014 até os últimos três anos subsequentes.

Como já mencionado o *survey* sobre a gestão do jardim botânico de Recife aconteceu na cidade de Belém com a gestora do referido jardim, portanto, não tive a oportunidade de realizar *in loco* entrevistas com os usuários daquela área verde. De modo geral, apesar da disponibilidade dos sujeitos para o fornecimento das informações referentes à coleta de dados para a pesquisa, aconteceram alguns contratempos, particularmente em julho de 2016, quando foi realizado o terceiro *survey*, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Mesmo tendo cumprido todas as condições burocráticas impostas para a coleta dos dados, com envio de e-mails e plano de pesquisa, tive dificuldades de realizar as entrevistas com gestores naquele jardim botânico.

Como limitação da pesquisa de campo, também não obtive retorno do Presidente e do Vice-Presidente da RBJB, apesar de ter insistido diversas vezes por e-mail e rede social e explicado toda a importância da entrevista para a pesquisa em questão. O próprio site institucional da RBJB não está atualizado, algumas páginas de rede social (*blogs, facebook*) contém informações ínfimas, que não atendem ao propósito desta pesquisa. Nesse aspecto, consegui realizar entrevista apenas com 01 (um) representante, membro da RBJB e ex-gestor do BRAJZBA.

Quanto à organização dos capítulos da tese, segue a disposição:

O primeiro capítulo apresenta, no campo da administração e da gestão pública brasileira, a evolução do Estado, que interfere diretamente nos modelos de gestão e as mudanças da gestão pública que vão se modernizando ao longo do tempo.

O segundo capítulo debate sobre o planejamento e a gestão no ambiente urbano e a importância do planejamento, a partir da necessidade de organização das cidades em constante transformação, bem como a sua importância para a gestão dos espaços verdes urbanos. Apresenta ainda, as inovações nas formas de gestão participativa, que trouxeram contribuições valiosas para o entendimento da temática.

O terceiro capítulo trata das diretrizes norteadoras das políticas públicas de meio ambiente, a partir das estratégias legais que contribuem para a implementação da gestão nesses espaços públicos verdes urbanos.

O quarto capítulo trata da complexidade de morar no ambiente urbano pelo acelerado processo de ocupação das cidades e pela correria do dia a dia, que distancia os cidadãos do contato com a natureza para uso do tempo livre. Descreve, também, as dinâmicas dos espaços públicos e sua significação nas *urbes*, além disso, procura discutir a questão do direito à cidade

e ao meio ambiente para os cidadãos. Tece um breve comentário sobre o processo de embelezamento de Belém do Pará, do período da *belle époque* — o auge do ciclo da borracha amazônica — aos projetos de intervenção urbana. Finalizando o capítulo, apresenta-se a experiência dos espaços públicos verdes urbanos para o turismo e o lazer.

Partindo da constatação de que os jardins botânicos oferecem aos cidadãos vários usos, formas e funções que o qualificam na cidade, o quarto capítulo discorre também sobre a trajetória histórica dos jardins botânicos, a qualificação e as características desses espaços, apresenta a importância dos sistemas de conservação *in situ* e *ex situ* para as plantas e o papel da Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB).

O quinto capítulo aborda as experiências de gestão em jardins botânicos implementados em diferentes cidades brasileiras, baseado no papel dos gestores na condução das políticas públicas urbana e de meio ambiente e a influência na implementação da estrutura de gestão desses espaços.

O sexto capítulo contextualiza o campo relacional da gestão dos jardins botânicos urbanos paraenses, com a descrição das estruturas físicas, os instrumentos legais da criação à institucionalização, buscando entender como acontecem e se estabelecem as relações socioambientais nesse campo, como cada agente assume nele o seu papel, bem como se esses fatores vêm influenciando ou não as práticas dos agentes que se relacionam direta e indiretamente com os jardins botânicos. Trata ainda, dos usos dos EPVUs pelos cidadãos em atividades de turismo e lazer e da relação entre esses usos e o papel dos gestores na condução do planejamento e da gestão desses espaços, a partir das demandas de seu público direto e indireto.

Por fim, apresenta a experiência de gestão associada do Parque Avellaneda, em Buenos Aires, Argentina, como uma forma de atuação para subsidiar a implementação de uma gestão participativa e democrática para os EPVUs. Fechando o capítulo, apresenta-se a síntese das formas de atuação das gestões dos jardins botânicos urbanos brasileiros e possibilidades futuras para auxiliar a gestão.

2 REFLEXÃO SOBRE A GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

No campo da administração, a realidade se define pela convivência de diversos modelos de gestão que se alternam quanto ao seu nível de predominância no decorrer do tempo. Já o estudo das bases teórico-metodológicas do planejamento e da gestão diz respeito aos seus elementos caracterizadores.

Para compreender e diferenciar as formas de planejamento e gestão, destaca-se a importância da interação desses instrumentos com a política pública, pois, no dia-a-dia, os indivíduos fazem política, seja na convivência com parentes, vizinhos ou amigos, nos ambientes de educação, no ambiente organizacional, nas campanhas eleitorais ou nas redes sociais.

A partir da discussão desses pressupostos, da revisão da literatura pertinente, das transformações ocorridas no desenvolvimento da administração pública no mundo e no Estado brasileiro que influenciaram os modelos de planejamento e gestão, em que as fontes podem, num primeiro momento, ser enquadradas para agrupar temas que se inter-relacionam visando construir categorias de análise para atingir o objetivo proposto, foram definidas quatro categorias, a saber: cidadania, democracia, autonomia e participação. A escolha dessas categorias e das fontes nela incluídas se deve a duas razões: a primeira está relacionada com os pressupostos teórico-metodológicos que identificam as transformações do Estado e suas influências na administração pública ao longo do tempo. A segunda consiste na necessidade de identificar as características dos modelos de planejamento e gestão democráticos que corroboram a abertura da participação social, da parceria público-privado, da cogestão e seus desdobramentos no ambiente urbano.

O foco é entender os percursos da gestão pública no processo de implementação destes instrumentos de planejamento e gestão nas metrópoles, que evidenciam como este debate direciona e é direcionado por novos marcos legais no ambiente urbano - como, por exemplo, a criação de Conselhos Gestores de Meio Ambiente, fóruns participativos, modelos de gestão associada através da ação coletiva, a exemplo das experiências teórico-metodológicas implantadas na Argentina e no Chile, dentre outros -, assim como entender a atuação dos gestores que conduzem o processo de implementação destas novas formas de gestão nas cidades brasileiras. Tais iniciativas nos mostram que alguns passos têm sido dados pela administração pública no país, no sentido de ampliação da cidadania, o que resultou na articulação de mudanças nas formas de gestão e mudanças no conteúdo das políticas públicas.

Essas alternativas de gestão talvez possam atender às atuais demandas de segmentos expressivos da sociedade brasileira, pois sugerem uma busca de superação tanto das práticas

clientelistas e individualistas quanto da rigidez burocrática, as quais nos últimos anos haviam se tornado, no imaginário coletivo, a “identidade” da administração pública. Tais iniciativas de aprimoramento da gestão pública representam uma semente de um processo de mudança na construção de um novo Estado no Brasil, ou seja, um Estado que seja mais eficiente e democrático e que vise atender as demandas da sociedade civil.

2.1 Administração pública X política pública: olhar dicotômico

Ao resgatar a história da administração pública, Denhardt (2011) infere que há a predominância de um olhar dicotômico que separa política e administração, cujo foco é produzir serviços públicos e organizações mais eficazes e eficientes. “Embora a política determine as tarefas para a administração, não se deve admitir que ela manipule seus cargos” (DENHARDT, 2011). Nesta visão dicotômica, questões administrativas não são questões políticas.

Apesar dessa suposta dominação, muitos dos primeiros teóricos da administração pública criticavam a tentativa de separação entre política e administração, por entender que a administração não reconhecia a influência da burocracia na execução da política pública (RÉUS, 2012, p. 70). Os administradores eram vistos por autores, a exemplo de Appleby, como “relevantes atores políticos”, que influenciavam o processo de *policy-making*³ de várias formas e, de modo mais significativo, no exercício da discricionariedade administrativa (DENHARDT, 2011).

Nesse mesmo tempo, importantes estudiosos do campo da administração pública, como Thomas Jefferson, Luther Gulick (1933; 1937) e Dwight Waldo (1948) citados por Réus (2012, p. 71) baseavam suas pesquisas orientadas pela teoria política democrática, abrindo um caminho paralelo que desafiasse a visão da administração enquanto mera executora de serviços na busca de maior produtividade, contribuindo, dessa maneira, para uma visão de administração produtora e promotora do interesse público e com influência sobre a sua definição. A administração pública, dentro da Teoria Geral da Administração (TGA), trata especificamente do planejamento, da organização, da liderança, da execução e do controle nos órgãos públicos que integram a administração direta e indireta dos governos federal, estadual e municipal (PALUDO, 2010).

Na contramão desses estudos, diversos autores procuraram levantar as falhas dos modelos focados na organização racional. Dentre eles, a pesquisa do grupo de teóricos dos

³ A expressão não possui termo correlato usual com a língua portuguesa. Nesse caso, entende-se como o processo de “fazer política” (RÉUS, 2012, p.71).

estudos comportamentais⁴. Essas análises tinham como proposições a equidade enquanto “correção de desequilíbrios existentes entre a distribuição dos valores sociais”, como contraponto à eficiência, adotada como valor básico da administração empresarial e incorporada pela administração pública (DENHARDT, 2011, p. 92). Nesse sentido, as proposições de equidade e seus desdobramentos na gestão urbana, na tentativa de minimizar os desequilíbrios ambientais, econômicos e sociais contribuem para a implementação de novas formas de gestão pública, a exemplo dos modelos de planejamento e gestão participativa.

Algumas definições sobre o objetivo das organizações públicas ajudam a compreender o papel da teoria comportamental desempenhada a partir de seus estudiosos. “O propósito da organização pública é a redução do sofrimento econômico, social e psíquico e a melhoria de oportunidades de vida para quem está dentro e fora das organizações” (LAPORTE, 1971, p.32). Administração Pública, na leitura de Crenson (1971) e comentada por Denhardt (2011), não é apenas o instrumento para a execução da política pública. Ela é decisiva para a maneira como os cidadãos veem o mundo, particularmente o mundo político e seu próprio lugar nele. Desse modo, a administração pública, entendida a partir da proposição da corrente comportamentalista⁵, tende a se ampliar para além da análise de procedimentos administrativos e se direcionar para uma análise mais ampliada da maneira pela qual as políticas tomam forma, conteúdo e são confirmadas e administradas em uma sociedade democrática (DENHARDT, 2011).

Os estudos sobre políticas públicas surgiram a partir de pesquisas realizadas na Europa, norteadas, inicialmente, pelas teorias explicativas sobre o papel do Estado. Na América do Norte, mais precisamente nos Estados Unidos, esses trabalhos surgem no meio acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas nos textos sobre a ação dos governos (AZEVEDO *et al.*, 2013, p. 20).

Laswell, Simon, Lindblom e Easton foram os quatro principais teóricos responsáveis pela criação na área de pesquisa em políticas públicas (SOUZA, 2006). Esses estudiosos desempenharam um importante papel para a compreensão da temática. Entretanto, Easton

⁴ Movimento científico, nascido em 1968, através de um simpósio acadêmico que reunia jovens cientistas. Denhardt (2011) se refere a essa corrente comportamentalista como Nova Administração Pública (NAP). Mas, de forma geral, no Brasil, NAP é um termo que se refere à administração pública gerencial difundida como gerencialismo, a partir de 1990.

⁵ A corrente comportamentalista foi um movimento de base humanista que pode ser considerada a versão pública da Escola de Relações Humanas, que se colocava como contraponto ao homem alienado da Teoria Científica de Taylor, a qual dava ênfase nas tarefas executadas pelos operários. A eficiência estava atrelada à racionalização do trabalho do operário e pelo somatório da eficiência individual e como contraponto à Teoria Clássica, que formula uma “Teoria da Organização”, tendo por base a administração como ciência (CHIAVENATO, 2004).

norteou seu estudo a partir de uma compreensão sistêmica, que pode ser entendida como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Desse modo, as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse que influenciam seus resultados e efeitos. Em resumo, a política pública tem o objetivo maior, por intermédio das ações de governo, de promover o bem-estar social e econômico para toda a sociedade (AZEVEDO *et al.*, 2013, p. 20).

As políticas públicas podem ser definidas como “[...] sendo uma linha de ação conscientemente escolhida e orientada para um determinado fim (...) e que podem ser consideradas como o encontro entre valores sociais e institucionais [...]” (PEDONE; SILVA, 1987, p. 61). Para Souza (2006), não existe uma única definição sobre o que seja política pública. A autora sintetiza um conjunto de contribuições:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer. Porém, de acordo com Souza, a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell ou seja, decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p.24).

Outras vertentes, como de Amaral & Pereira (2009), defendem que política pública é a habilidade de um grupo de indivíduos políticos, que possuem forte influência sobre a sociedade e direcionam suas ações — imbuídas de suas ideologias — para elaborar um modelo de Estado, o qual se materializa a partir das políticas públicas. Apesar das diferentes abordagens acerca das políticas públicas, Souza (2006, p. 26) considera política pública a partir de uma perspectiva holística, de que o todo é mais importante que a soma das partes e que indivíduos, instituições, ideologias, interações e interesses são fatores que devem ser considerados ainda que haja diferenças sobre a sua importância.

Nessa direção, as políticas públicas podem assumir quatro formatos: 1) as políticas distributivas, que são as decisões tomadas pelo governo desconsiderando a questão dos recursos limitados gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo; 2) as políticas regulatórias, as mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse; 3) as políticas redistributivas, que atingem maior número de pessoas e impõem perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos e futuros para outros (são, em geral, as políticas sociais universais — sistema tributário, sistema previdenciário e são as de maior complexidade de execução) e, 4) as políticas constitutivas, que tratam dos procedimentos. Dentro do sistema

político, cada uma dessas políticas públicas irá produzir grupos de interesses divergentes, resultando em vetos ou aprovações de acordo com o apoio e a vontade dos grupos políticos envolvidos (SOUZA, 2006).

Mas, política também se refere à vida em sociedade, as regras de organização dessa vida, os objetivos da comunidade e as decisões sobre todos esses aspectos. “Política é a conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum” (DALLARI, 1984, p. 10). O exercício de se pensar em política significa a preocupação de cuidar dos problemas inerentes aos interesses da coletividade. Portanto, a participação ou não no processo político faz com que nos tornemos responsáveis pelas decisões de escala macro, bem como pelas ações em escala micro (AZEVEDO *et al.*, 2013, p. 20).

Na atualidade, o mundo é regulado por Estados capitalistas, detentores de múltiplos sentidos, funções, características e institucionalidades, que se manifestam por meio de políticas públicas e sociais. Por conseguinte, a política não mais se limita às relações de poder entre Estados-nações, como enfatizado no conceito de Weber da sociologia clássica (FLEURY, 1994). Política, hoje, envolve a prática social imbuída de diversificados sentidos, múltiplas naturezas e significados.

A política pública e, particularmente, a política social, do ponto de vista teórico-conceitual, são campos multidisciplinares que buscam explicar a natureza da política pública e seus processos. Nesse sentido, as ações políticas são implementadas por indivíduos e grupos sociais representados politicamente em organizações e/ou instituições.

O discurso de elaboração de políticas públicas que favoreçam a concretização dos direitos sociais acontece, algumas vezes, de maneira equivocada, pois nem sempre possibilita mecanismos reais de democratização de algumas políticas, uma vez que a sociedade civil deveria ser amplamente convocada para debater suas demandas. Porém, na maioria das vezes, isso não ocorre, a elaboração das políticas geralmente é realizada dentro de uma cúpula de políticos que decidem o que é conveniente para a minoria da sociedade, em detrimento das necessidades da sociedade como um todo, o que resulta na falta de conhecimento dos direitos sociais e, nessa direção, na conseqüente falta de cobrança de garantia de tais direitos pelos cidadãos menos esclarecidos de seus direitos sociais.

Nesse sentido, Teixeira (2010, p.12) infere que a democracia entendida como “a construção de regras e de princípios fundados no reconhecimento de igual condição das partes para decidir o que é acordado entre elas, realiza-se de forma travada”. Os agentes sociais não desfrutam de autonomia que favoreça condições iguais de argumentação na arena pública e isso possibilita a alguns indivíduos levarem vantagem em detrimento dos outros.

A ideia de autonomia vem do grego *autonomos*, que significa “dar-se a si próprio, a sua própria lei” (SOUZA, 2002, p.171). Engloba dois sentidos inter-relacionados: autonomia coletiva e autonomia individual:

autonomia coletiva, ou o consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade, o que depreende garantias político-institucionais, assim como uma possibilidade material efetiva. Refere-se às instituições e às condições materiais (o que inclui acesso a informação suficiente e confiável) que em conjunto, devem garantir igualdade de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios da coletividade. A autonomia individual, refere-se à capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa. Depende de sua parte, tanto de circunstâncias estritamente individuais e psicológicas quanto, também, de fatores políticos e materiais, em que os processos de socialização fazem emergir, constantemente, indivíduos lúcidos, dotados de autoestima e insensíveis a tutelas políticas (SOUZA, 2002, p.171).

A ideia autonomista advogada por Souza (2002) tem como fonte principal de inspiração o pensamento do filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis (1922-1997). O filósofo via as democracias representativas ocidentais como “oligarquias liberais” e não como verdadeiras democracias. Diante da estrutura entre uma minoria de poderosos (os dirigentes) e a maioria de cidadãos ordinários (os dirigidos) e a alienação política destes últimos nos regimes “democráticos” — representativos modernos —, usar a palavra “democracia” para qualificá-los seria uma banalidade e um enfraquecimento do verdadeiro sentido do regime democrático. Este deveria ser visto como incompatível com uma situação em que as esferas decisórias são em grande medida fechadas à participação do público e em que os políticos profissionais, apesar de eleitos “livremente” (ou melhor, tão livremente quanto é possível diante de usuais filtragem e mesmo manipulação de informações operadas pelos veículos de comunicação de massa e propaganda sob o efeito da influência dos grupos mais poderosos), poucos prestam contas do que fazem com seus mandatos, os quais são extremamente difíceis de serem revogados, na concepção do autor.

O inverso da autonomia é a heteronomia, — refere-se às leis formais, normas sociais, códigos de conduta — que rege a vida de uma coletividade, é imposta a alguns nos marcos de uma separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos (SOUZA, 2002).

Autonomia e heteronomia referem-se para além de poder político. Uma sociedade autônoma é uma sociedade que:

se “auto institui” sobre os fundamentos da liberdade tanto em relação à opressão política quanto, também, a constrangimentos de ordem metafísica (tabus, leis fundadas em dogmas religiosos, etc.) constrangimento esses que bloqueiam ou prejudicam a capacidade de julgamento lúcido e responsável dos indivíduos, como

que retirando parcelas de responsabilidade pelo devir humano e pela condição da vida social das motivações e do agir dos homens e mulheres concretos e transferindo-se para uma esfera transcendente (“vontade de Deus”, “karma”, espíritos dos mortos, interferência de divindades) (CASTORIADIS, 1975; 1983a; 1986b; 1990b; 1997 *apud* SOUZA, 2002 p. 175).

Nesse prisma, a autonomia é considerada como o princípio e o parâmetro central para a avaliação de processos e estratégias de mudança sócio espacial, que inclui a promoção do desenvolvimento urbano por meio de planejamento e da gestão.

A concepção de uma sociedade basicamente autônoma significa, “apenas”, uma sociedade em que não há a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos. Oportuniza, com isso, o aparecimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes (SOUZA, 2002, p. 175). Nesse caso, a autonomia será vista a partir da ótica de diferentes graus de autonomia (e heteronomia) que, na prática, existem ou podem existir a partir do papel do Estado, enquanto gestor da elaboração e implementação das políticas públicas.

2.2 O papel do Estado e a gestão pública

O Estado tem como seu principal papel organizar a sociedade em diferentes dimensões (política, econômica, social, ambiental, cultural e jurídica). Para desempenhar este papel, o Estado tem várias maneiras de conduzir esse processo, a elaboração de leis é uma delas, que se apresenta como característica mais incisiva, já outras formas são menos explícitas, como a condução de ações através de projetos que interessam ao próprio Estado e à sociedade (AZEVEDO *et al.*, 2013, p. 20).

O processo de intervenção do Estado foi estruturado com o intuito de regulamentar a vida dos cidadãos em âmbito mundial, tanto no Oriente, quanto no Ocidente. O Estado absolutista, o Estado socialista, o Estado capitalista, o Estado liberal foram exemplo de regimes adotados por diferentes nações no sentido de garantir um maior controle sobre os meios de produção em diferentes países.

O Estado é o principal elemento de que a sociedade dispõe para promover a igualdade de oportunidades entre a população. Sousa (1995) destaca os principais problemas que inibem o exercício eficiente do trabalho institucional conduzido pelo Estado: a) o corporativismo, cuja lógica é autoproteção dos funcionários, em detrimento aos objetivos finalísticos da instituição; b) a morosidade nas decisões; c) ausência de uma política de qualificação, inibindo a formação de quadros competentes e promovendo cortes nos fluxos de informações; d) tomada de decisões

orientada por critérios clientelísticos ou afetivos; e) reduzida flexibilidade das ações, não permitindo a incorporação de elementos que favoreçam os processos avaliativos.

É de suma importância para os cidadãos o funcionamento adequado do Estado, especialmente, os mais necessitados e que mais precisam dos serviços públicos para melhoria da sua condição de vida. Os resultados obtidos pelo Estado no desempenho de suas funções sociais reforçam sua legitimidade perante a população, pois isso significa garantir o exercício dos direitos de cidadania, como saúde, educação, habitação, segurança, etc.

A cidadania, conforme afirma Soares (2011), deriva das conquistas socioeconômicas e políticas das mobilizações populares. Soares explica que a cidadania deve ser compreendida como participação política do indivíduo no Estado democrático, ao contemplar o gozo dos direitos civis e políticos, acompanhados de direitos econômicos, sociais e culturais.

O termo cidadania remete à ideia de pertencimento de um indivíduo a um grupo social politicamente organizado inserido em um país e que, ao viver em sociedade, lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações, sob vigência de uma Constituição. A cidadania, para Miranda (2002) está relacionada com a participação no Estado democrático e, ainda, foi com base nesse entendimento que o conceito foi elaborado e repercutiu depois da Revolução Francesa.

Como afirmam Silveira *et al.* (2016) um dos defensores de um Estado com bases democráticas e voltado ao bem comum e à vontade geral dos cidadãos, foi Jean-Jaques Rousseau (1712-1778). A base do pensamento de Rousseau se pauta em um dos fundamentos da democracia, mediante a afirmação da predominância da vontade do povo⁶, o reconhecimento de uma liberdade natural e busca de igualdade a todos os cidadãos, refletida na aceitação de todos a partir da vontade consubstanciada pela maioria.

Silveira *et al.* (2016) indicam que há um consenso de que a cidadania é uma conquista e ao mencionar Dimenstein (1994) ilustram alguns exemplos de como o direito vêm sendo ampliado e conquistado ao longo da história: a Revolução Francesa (que no século XVIII modificou a concepção de supremacia dos reis), a Independência dos Estados Unidos, a Abolição da Escravatura, a luta pelo direito ao voto e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948.

Dessa maneira, o termo cidadania, na Constituição Federal Brasileira de 1988, liga-se ao conceito de soberania popular, aos direitos políticos, ao conceito de dignidade da pessoa

⁶ O conceito de povo pressupõe vínculo com o Estado por meio da nacionalidade ou da cidadania, sendo, portanto, um conceito político e jurídico. Cidadãos são os membros do Estado, os destinatários da ordem jurídica estatal, os súditos do poder. O conceito de povo difere do de população. A noção de população se refere a um conceito demográfico, a um dado quantitativo que inclui até mesmo os estrangeiros e apátridas que residem em determinado Estado (MIRANDA, 2002).

humana e aos objetivos da educação como base e essência da democracia (SILVA, 2014). Não é apenas por meio dos mecanismos propostos pela legislação brasileira que a cidadania pode ser exercida como, por exemplo, o voto, mas através de ações que visem transformar a sociedade na qual se vive. A cidadania só existe se houver igualdade, justiça e liberdade.

A cidadania é um referencial de conquista da humanidade e está em permanente construção por meio daqueles que sempre buscam por mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas e não se conformam e se acomodam frente às dominações, seja do próprio Estado, seja de outras instituições. Assim, a cidadania ultrapassa as questões legais, sendo importante a reflexão sobre a cidadania participativa.

Pela importância do setor público no que concerne à melhoria do bem-estar da população e pelo volume de recursos patrimoniais e financeiros, destinados pela sociedade ao Estado e por ele administrados, a qualidade da sua gestão se torna um fator decisivo para a sociedade, muito embora não consiga atender, na maioria das vezes, às necessidades demandadas pela população, por diversos motivos: ineficiência, má qualidade da gestão, desperdício e desvio de recursos públicos, baixo comprometimento com os resultados e falta de transparência nos atos administrativos (OLIVEIRA, 2012, p 26). Estes são apenas alguns exemplos que fazem com que a administração seja alvo de muitas críticas na promoção da igualdade de oportunidades para os cidadãos, ou seja, a construção de uma burocracia de Estado competente e eficiente para a consolidação da democracia no Brasil.

2.3 A trajetória da administração pública brasileira

Ao analisar a trajetória da administração pública brasileira, Helal e Diegues (2009, p. 25) citam que “podemos destacar três modelos de gestão distintos: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial”. Partindo dessa premissa, alguns autores, como Martins (1995) defendem que a administração pública no Brasil deve ser compreendida, em primeiro lugar, a partir de suas heranças patrimonialistas oriundas do Estado absolutista. Entretanto, apesar da existência desses três modelos no Brasil, não é possível pensar que cada um tenha surgido em detrimento do outro ou pela ausência do anterior. Ao contrário, o que se percebe é uma convivência harmoniosa e paradoxal entre modelos, bem como com os modelos democráticos que surgiram na administração pública contemporânea.

O modelo patrimonialista se caracteriza por práticas administrativas e estamentais de origens portuguesa e espanhola replicadas no Brasil colônia (FAORO, 2001). De acordo com Faoro (2001) este modelo é marcado por uma ética que se relaciona com o que Weber chama

de “dominação tradicional”, na qual os soberanos e líderes políticos organizam seu poder da mesma forma como o fazem em suas residências.

Helal e Diegues (2009, p. 26) ao tratar do modelo patrimonialista mencionam que este seria “uma extensão da autoridade tradicional para além das fronteiras do lar, conservando os traços domésticos de uma administração não racional”. Esta extensão da administração doméstica se reflete nas práticas de nepotismo, corrupção e uso privado dos recursos públicos, considerados praticamente normas da administração municipal (BRESSER PEREIRA, 2001).

O patrimonialismo é como uma herança cultural herdada de nossos colonizadores, onde o poder público do Estado está concentrado em um estamento aristocrático-burocrático de juristas, letrados e militares, que derivam seu poder e renda do próprio Estado através de excedente econômico transformado em bem público (FAORO, 2001).

Contudo, em contraponto, Costa (2010, p. 44) busca fugir da simplificação que divide o desenvolvimento da administração pública em três momentos históricos: o patrimonial, o burocrático e o gerencial e propõe uma nova periodização formada por sete períodos, desde a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro até o advento do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2003. São ainda períodos marcados por transformações institucionais, caracterizados por momentos históricos ou marcos já consagrados na história do país. Sua periodização estabelece as seguintes etapas:

- 1808 a 1840 – a construção do Estado nacional;
- 1840 a 1889 – o Estado monárquico representativo;
- 1889 a 1930 – o Estado na primeira República;
- 1930 a 1945 – a burocratização do Estado nacional;
- 1945 a 1964 – o Estado-nacional desenvolvimentista;
- 1964 a 1989 – o Estado e a modernização autoritária;
- 1990 a 2002 – o Estado na era do gerencialismo.

Acrescenta-se nesse ciclo proposto por Costa (2010) a implementação de uma nova gestão pública (*new public management*), em uma iniciativa de gestão voltada para resultados, com foco na valorização do cidadão e na excelência da gestão. Posteriormente, com a crise do gerencialismo que culminou com a revisão do paradigma weberiano, surge a redemocratização, cujo foco é a participação cidadã. As experiências alternativas de gestão pública ainda em desenvolvimento até os dias atuais, implementadas em alguns estados brasileiros com caráter democrático-participativo através de conselhos gestores e do paradigma do Orçamento Participativo (OP), tais como: Porto Alegre e Belém do Pará, contribuíram para o processo de redemocratização do Estado brasileiro.

O Brasil experienciou ciclos de centralização e descentralização desde os tempos do Império. Ocorreram diferentes formas de distribuição do poder regional desde o regime colonial que incluíam, além de três níveis subsistentes, o governo metropolitano representado pela Coroa Portuguesa. Com o advento da Proclamação da República, mesmo com a adoção da forma federativa, os movimentos de centralização e descentralização não foram exauridos (COSTA, 2010).

A administração patrimonialista foi profundamente marcada pela pessoalidade e pelo interesse da “elite burguesa” na gestão do bem público, o que deixou raízes profundas na gestão pública brasileira ainda muito visíveis, mesmo após o grande número de reformas burocráticas e gerenciais por que passou o Brasil no último século. Contudo, destacam Bresser e Spink (2006) que a ascensão do capitalismo e da democracia despontaram a necessidade de um novo paradigma capaz de combater e proteger o Estado dos vícios do modelo patrimonialista tradicional “substituindo a força dos regimes autoritários pela organização racional e eficiente” (HELAL; DIEGUES, 2009, p. 26).

No século XIX, consolidou-se o Estado liberal cujos objetivos eram garantir os contratos e a propriedade privada e, ainda, oferecer segurança à população. Em substituição ao Estado absolutista, o Estado liberal foi fruto da exigência social da classe burguesa que se fortaleceu economicamente e prosperou nos negócios. O Estado adaptou-se às necessidades de parte da sociedade em um processo de disputa política e social e evoluiu para um processo democrático de disputa por poder (OLIVEIRA, 2012, p.39).

Destarte, desde o século XIX, no Brasil, a administração pública tem na organização burocrática sua principal estratégia para alocar recursos e produzir o bem público. Quando houve o êxodo rural, o modelo de sociedade brasileira sofreu mudanças significativas, pois os problemas, que antes eram resolvidos no feudo, se transformaram em problemas sistêmicos. De acordo com Réus (2012) como atores sociais inseridos em uma sociedade moderna, somos obrigados a conviver de orientados por normas e regras e a principal estratégia da organização na era do capitalismo industrial há tempos é a organização burocrática, cuja base de valoração está assentada sobre a racionalidade da eficiência.

A administração burocrática, apesar das críticas à sua abordagem, nasceu de uma necessidade de racionalizar e dotar de método a gestão organizacional. A burocratização do Estado brasileiro, ao imprimir os princípios como: impessoalidade, formalidade e regulamentação à administração pública no país, foi, de certa maneira, uma forma de minimizar a tradição patrimonialista instalada na organização estatal.

Ao fim do século XIX, o Estado podia ser caracterizado como liberal-democrático

(BRESSER-PEREIRA, 2009). Sob o prisma da gestão, em um Estado liberal-democrático, com poucas funções sociais, as exigências eram mais simples em comparação com o Estado social-democrático emergente, embora mais complexas do que no estado-absolutista anterior. Mas foi durante o século XX, com a evolução da democracia e do capitalismo, que ocorreram mudanças significativas no papel do Estado ao incorporar garantias de direitos sociais (saúde, educação, habitação, dentre outros) às suas funções básicas. Este movimento caracterizou-se como Estado social-democrático e, para colocar em prática esses novos direitos, foi necessário ampliar a prestação de serviços que corroboraram em custos excessivos ocasionando aumento de impostos (OLIVEIRA, 2012).

A evolução do papel do Estado levou-nos à sua versão social-democrática, porém a administração pública continuou a ser organizada pelos princípios burocráticos de Max Weber: imparcialidade, impessoalidade, formalidade, hierarquia rígida, planejamento de carreiras e padronização de procedimentos até chegar a crise desse modelo burocrático (OLIVEIRA, 2012). Em relação à situação patrimonial anterior, a adoção dos princípios “weberianos” permitiu que a gestão pública avançasse bastante, pois a organização burocrática⁷ proporcionou uma dominação racional-legal mais efetiva do Estado sobre a sociedade.

Como nos ensina Oliveira (2012) no Estado-absolutista, a gestão era patrimonialista (os recursos do país se confundiam com os bens do soberano), ou seja, não havia separação entre o que era público e privado. Os princípios weberianos fizeram essa separação no Estado liberal. Por exemplo, nenhum usuário poderia ser atendido pela estrutura do Estado, nem podia haver tratamento diferenciado apenas por ser amigo do rei. Isso representou grandes mudanças no funcionamento da administração pública e em sua relação com a sociedade.

Conforme observa Oliveira (2012), a excessiva rigidez da burocracia pública ao ser organizada pelos princípios weberianos (imparcialidade, impessoalidade, formalidade, hierarquia rígida, planejamento de carreiras e padronização de procedimentos), se mostrou incapaz de oferecer serviços públicos com qualidade e eficiência nessa nova etapa evolutiva provocando crise desse paradigma burocrático. Isso ocorreu porque houve uma ampliação dos serviços oferecidos, mas também por causa do crescimento populacional que tornou a gestão pública mais complexa e a necessidade de serviços prestados mais eficientes.

A partir da II Guerra Mundial, o Estado também mudou sua forma de administrar, ampliou suas responsabilidades e se firmou como Estado de bem-estar social (*welfare state*). Neste novo papel assume cada vez mais serviços e se depara com o desafio de administrar a

⁷ Burocracia — administração da coisa pública por funcionário sujeito à hierarquia e regulamento rígido e a uma rotina inflexível (SCARDUA, 2003).

máquina estatal, que com o passar do tempo, por demanda da sociedade, se torna maior, mais complexa e diversificada. Dessa maneira, a cultura burocrática entra em contradição com a necessidade de maior flexibilidade administrativa para o bom funcionamento gerencial. A eficiência do serviço público, por exemplo, não era uma questão tão relevante na estrutura burocrática tradicional quanto passa a ser na estrutura pública contemporânea, ao prestar serviços em vários setores e consumir parcelas significativas de recursos da sociedade.

A eficiência só passou a ser valorizada nos países chamados desenvolvidos a partir da década de 1980. Entretanto, no Brasil, foi inserida na gestão pública por meio da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, na qual a eficiência prima pela economicidade, para a melhor utilização dos recursos públicos, a fim de evitar os desperdícios. Voltada para a organização da administração pública foi incorporada aos princípios constitucionais (OLIVEIRA, 2012).

Conforme o autor, além da eficiência, outra característica do modelo burocrático que levou a administração pública a se voltar para si mesma foi a ênfase nos procedimentos, mais do que nos resultados. Desse modo, a gestão proporciona um atendimento ineficaz e de pouca qualidade se não centrar sua atenção nas demandas, requisitos e necessidades de seus usuários. Com isso, foi estimulada a cultura de exigir do servidor público unicamente o cumprimento correto dos procedimentos e não resultados para a sociedade. Rígidas regras, excesso de centralização e procedimentos bem detalhados corroboraram para as consequências da implantação do modelo burocrático clássico.

Nesse cenário, a burocracia teve um importante papel, no Brasil e no mundo, ao oferecer, por meio de seus princípios de impessoalidade e método, a gestão das grandes e complexas organizações que caracterizavam a esfera pública, buscando inserir a eficiência como um valor central da organização. No entanto, o que se observa sobre a burocracia, na teoria e na prática, é o uso exacerbado de alguns princípios como o da formalidade e o da impessoalidade, utilizados de acordo com a conveniência e o interesse, caracterizando os “vícios da burocracia” (RÉUS, 2012, p. 69), que acabaram por atribuir ao modelo burocrático uma ideia negativa ligada a entraves processuais e irracionalidade.

A grande dificuldade da burocracia e dos modelos “pós-burocráticos” está na sua base epistemológica que desdobra da eficiência a maior parte dos seus princípios e, dessa maneira, torna a eficiência o principal valor que a organização deve seguir (RAMOS, 1989; DENHARDT, 2011). Além disso, os autores direcionam para as implicações negativas da visão ontológica que a eficiência, enquanto valor fundamental da gestão, produz um *homo economicus*, que visa sempre uma maior eficiência e pressupõe uma racionalidade baseada no

cálculo instrumental (RÉUS, 2012, p. 69).

Desse modo, o modelo heurístico da burocracia, orientado para a eficiência e racionalidade, foi marcado pelo exagerado apego às regras e regulamentos, ritualismo, lentidão e rigidez processual, impessoalidade cega e forte resistência às mudanças (VERGARA, 2004). Isso fez a administração pública, baseada no modelo burocrático patrimonialista, alvo de muitas críticas oriundas da incapacidade de oferecer serviços públicos eficientes, de responder rapidamente às demandas dos cidadãos pela rigidez e complexidades dos processos e da dificuldade de adaptar-se às mudanças ao longo do tempo.

No caso do Brasil, essas disfunções acabaram por produzir uma deterioração da capacidade do governo, realçada pela corrupção e pela falta de capacidade humana para a “gestão dos novos tempos” (RÉUS, 2012, p. 70). Considerando a evolução tecnológica, a velocidade de mudanças e a complexidade das relações sociais, percebe-se que os sistemas de governo brasileiro, exceto algumas “iniciativas de inovação”, se tornaram arcaicos, pois foram construídos para gerir um mundo que hoje não existe mais.

Ao discutir o caráter conservador, elitista, patrimonialista e autoritário tão presentes na cultura política e na vida social em geral dos brasileiros, Barquero (2003, p. 7) observa como os brasileiros agem de maneira significativa na configuração de “uma cultura política fragmentada, com predisposição ao individualismo e à pouca valorização do coletivo, gerando um cenário prejudicial para a materialização de uma base normativa que valorize a democracia institucional”. No caso da gestão dos jardins botânicos esse individualismo e a pouca valorização do coletivo se reflete na descontinuidade e/ou fragmentação dos programas, projetos e ações iniciados pela gestão anterior e que se perdem no tempo.

Essa herança política-cultural baseia-se na histórica falta de autonomia, de uma divisão mais efetiva de poder público e da atividade privada e na concepção de que o Estado tem como função atender aos interesses pessoais e servir lealmente aos chefes políticos, em detrimento da qualidade e eficiência dos serviços prestados ao público. Por conseguinte, Nunes (1997) relata que outros autores demonstram como os padrões culturais, além das instituições e processos políticos, são resultados também de práticas clientelistas e corporativistas associadas com insulamento burocrático⁸ e universalidade da norma, originados no Brasil nos anos 30 e 40

⁸ Insulamento burocrático é caracterizado por Bresser-Pereira (1999) como uma estratégia das elites para superar a arena controlada pelos partidos. Caracterizado como um fenômeno no qual a burocracia possui um alto grau de independência em relação aos controles político ou social. Considerado como uma ação deliberada de proteção de uma elite tecnoburocrática, que atuava com alto grau de autonomia e discricionariedade com vistas ao desenvolvimento econômico ou mesmo focada em uma política pública específica. No Brasil, o debate histórico é utilizado para explicar as estratégias desenvolvimentistas nos governos Vargas e Kubitschek que se utilizavam do

(NUNES, 1997). A cultura da administração pública brasileira reflete, assim, um modelo de gestão híbrida, que combina as administrações patrimonialista e burocrática (RUA, 1999), presente ainda nos modelos atuais como será mostrado no decorrer desta pesquisa. O quadro 01 demonstra a evolução do papel do Estado na gestão pública brasileira, em ordem cronológica.

insulamento para afastar a dominação dos partidos políticos sobre as ações e os programas governamentais (CAVALCANTI *et al.*, 1997).

Quadro 01: Evolução do Papel do Estado na Gestão Pública Brasileira

EVOLUÇÃO	PERÍODO	PRINCIPAIS INFLUENCIADORES	FORMAS DE GESTÃO	CARACTERÍSTICAS DE GESTÃO	PREMISSAS	RESULTADOS OBTIDOS
Estado Absolutista	Império /Monárquico	Montesquieu	Patrimonialista	Centralização	Clientelismo	Rigidez burocrática Procedimentos rígidos
Estado Liberal-democrático	Final Século XIX	Weber	Burocrática	Centralização	Padronização de procedimentos	Rigidez burocrática
Estado Moderno	Pós Revoluções Americana e Francesa	Rosseau Weber	Burocrática	Centralização	Legalidade Legitimidade	Vontade soberana do povo
Estado Social-democrático	Início do Século XX	Rosseau Weber	Burocrática	Centralização	Corporativismo	Flexibilidade das rotinas burocráticas
Estado de Bem-estar social (<i>welfare state</i>)	1945 Fim da II Guerra Mundial	Rosseau Getúlio Vargas	Democratização Desburocratização	Flexibilidade administrativa e gerencial	Busca pela Igualdade de direitos	Aumento dos direitos políticos, sociais e civis atuação dos movimentos sociais
Estado Novo	CF/1988	Fernando Henrique Cardoso	Descentralização Desburocratização	Autonomia	Excelência (Art. 37 -Princípios constitucionais)	Garantia dos direitos sociais ampliados Transparência, <i>accountability</i>
Emenda Constitucional nº 19	1998	Fernando Henrique Cardoso	Gerencialismo	Centralização/ Descentralização	Eficiência	Aprimoramento da gestão pública
Nova Administração Pública (<i>New Public Management</i>)	1980 - Movimento Internacional pela Reforma do Estado Década 90 Brasil	Bresser Pereira	Gerencialismo Democratização/ Desburocratização	Cidadania	Revisão do Paradigma Weberiano-OCDE Excelência	Gestão por resultados Valorização do cidadão
Redemocratização	2003	Luiz Inácio Lula da Silva	Democrática-Participativa	Participação Popular	Crise do Gerencialismo Parceria	Participação Cidadã e acesso a informação, transparência, <i>accountability</i> ,

Fonte: autoria própria (2018)

O modelo tradicional que predominou ao longo do século XX vem sendo substituído por formas mais transparentes, participativas e orientadas ao cidadão, desde a redemocratização manifestada nas experiências alternativas de gestão pública, como os conselhos gestores e o orçamento participativo. Neste contexto, a CF/1988 pode ser considerada um marco de significativa transformação desse cenário, tanto do ponto de vista da democratização quanto da forma como o Estado passou a atuar após a promulgação da Carta Magna. As garantias e os direitos sociais e políticos foram ampliados, entretanto, a efetivação dessas conquistas requer uma rede de arranjos de cooperação institucional ainda inexistente no país e que se torna ainda mais distante com o retrocesso inerente às tomadas de decisão da atual gestão do governo federal, no que se refere à garantia dos direitos sociais, políticos e principalmente ambientais, as quais vem conduzindo o país a uma crise constitucional e forte ameaça à democracia brasileira.

2.4 Composição da administração pública brasileira

A administração pública, identificada como o aparelhamento técnico responsável pelas ações do governo, representado pelos interesses partidários daqueles que alcançam o exercício do poder por tempo determinado, é composta por órgãos da administração direta e indireta. Pelo Decreto-Lei nº 200, art. 4º (BRASIL, 1967) entende-se por administração pública direta a atuação do governo diretamente pelos órgãos que o integram. Os órgãos atuam nos quadros que compõem cada uma das esferas do governo, a exemplo dos Ministérios, ligados à Presidência da República, na esfera federal, as Secretarias Estaduais, ligadas ao Governo de cada Estado membro e as Secretarias Municipais, ligadas a cada Município.

A administração indireta, conforme Decreto-Lei nº 200/67, é composta por autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações (BRASIL, 1967). As autarquias têm personalidade jurídica de direito público, possuem como característica principal a autonomia de gestão, por serem consideradas um serviço autônomo com patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. As empresas públicas, sociedades de

economia mista e fundações⁹ são consideradas paraestatais, porém sua personalidade jurídica é de direito privado e sua criação é determinada por lei. O patrimônio da sociedade de economia mista deriva da participação do governo e da iniciativa privada, sob a forma de sociedade anônima, o que não ocorre nas empresas públicas, dotadas exclusivamente de patrimônio governamental.

A fundação é regida pelos artigos 62 a 69 do Código Civil, constitui-se a partir da existência de um bem livre (patrimônio), que é dotado pelo seu instituidor, através de escritura pública ou testamento, para servir a um objetivo específico voltado a causas de interesse público, isto é, para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Todos os atos de criação são condicionados à prévia aprovação do Ministério Público dos Estados onde está situada (BRASIL, 2002).

Já o terceiro setor é detentor de muitas denominações. Di Pietro (2008) define-o como um conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos e não lucrativos. São entidades não estatais que não visam objetivos financeiros e se dispõem à realização de objetivos demandados pela sociedade civil sem interesse de obter lucro (MELLO, 2011). São instituições regidas pelo Código Civil (Lei nº 10.406/2002, com as introduções trazidas pelas Leis nºs 10.825/03 e 11.127/05) e juridicamente constituídas sob a forma de associações e fundações e reconhecidas como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos ou lucrativos (BRASIL, 2002; 2003; 2005).

As principais características das entidades do terceiro setor, segundo Di Pietro (2008), são: entidades privadas, instituídas por particulares; podem desempenhar serviços que não são exclusivos do Estado quando recebem ajuda ou incentivo dele; são passíveis de controle de suas atividades pela administração pública e pelo Tribunal de Contas.

A associação é criada por decisão em assembleia e regida por um estatuto em consonância com os artigos 53 a 61 do Código Civil (BRASIL, 2002), é formada pela união de pessoas por um objetivo comum, organizadas para fins não lucrativos. Todos os recursos provenientes de suas atividades devem ser revertidos em atendimento aos seus objetivos estatutários.

As parcerias das instituições do terceiro setor com o poder público podem ser

⁹ O Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia foi hierarquicamente subordinado às diretrizes normativas de uma fundação, no período de 1996 até sua extinção em 2003, Fundação de Parques Áreas Verdes (FUNVERDE), da Prefeitura de Belém, como será mostrado no capítulo que trata da gestão dos EPVUs paraenses.

executadas através de contrato, convênio (ou fomento), termo de parceria¹⁰ e contrato de gestão e possuem características próprias.

O contrato de gestão é um instrumento celebrado entre o Estado e instituições não governamentais que podem ser qualificadas como organizações sociais (OSs)¹¹, para fins de prestação de serviço público, mediante fomento do Estado e com foco na eficiência deste. Também pode ser utilizado na administração pública direta e indireta, de acordo com a Emenda Constitucional nº 19 (BRASIL, 1998) e, no mínimo, deve estabelecer a forma como a autonomia será exercida ou como o programa será cumprido pela entidade e quais as metas a serem cumpridas pelo órgão ou entidade no prazo estabelecido no contrato e como será feito o controle do resultado (Di PIETRO, 2008).

O Contrato de Gestão, foi criado pela Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, conforme segue a transcrição:

Art. 1º - O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior se habilitem à qualificação como organização social:
[...] d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral; [...]

Art. 5º - Para os efeitos desta lei, entende-se por Contrato de Gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas a formação de parceria entre as partes para a formação e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º (BRASIL, 1998b, p.3).

No que se refere ao termo de parceria, é o instrumento firmado entre o poder público e as entidades qualificadas como OSCIPS.

A diferença entre OS e OSCIPS, de acordo com Di Pietro (2008) consiste em que a OS recebe ou pode receber delegação para a gestão do serviço público, enquanto a OSCIP exerce atividade de natureza privada, com a ajuda do Estado. As OSCIPS são disciplinadas pela Lei nº 9.790/99 e regulamentadas pelo Decreto nº 3.100 (BRASIL,

¹⁰ Este instrumento de gestão foi utilizado pelo Instituto Peabiru na implementação do Programa ProGOELDI, como será mostrado no capítulo que trata da gestão dos Jardins Botânicos Urbanos Paraenses.

¹¹ O Parque Naturalístico Mangal das Garças é regido administrativamente por uma OS, a Pará 2000, tendo o governo do Estado do Pará o poder majoritário nas decisões inerentes à gestão do espaço verde, como será mostrado no capítulo que trata da gestão dos Jardins Botânicos Urbanos Paraenses.

1999b).

As atividades previstas se referem à execução de programas, projetos e plano de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou, ainda, pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras instituições sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins das OSCIPS, que podem ser: cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, assistência social, educação, saúde, dentre outras previstas no art. 3º da Lei nº 9.790/99 (BRASIL, 1999a).

A referida Lei também estabelece em seu art. 10, § 2º que as cláusulas essenciais do termo de parceria devem conter o objeto, as metas e os resultados, os prazos de execução, os indicadores para avaliação de desempenho, a previsão de receitas e despesas e a forma de prestação de contas (BRASIL, 1999a).

A administração pública vem sendo estimulada a realizar mudanças que contribuam para a qualidade na prestação dos serviços aos cidadãos, eficiência, transparência, publicidade e desburocratização dos processos, na tentativa de melhorar e facilitar o acesso da sociedade aos serviços públicos com equidade, dentre outras mudanças. Nesse contexto, são importantes instituições para atuar em parceria com o setor público na implantação de políticas que objetivem o bem-estar e o desenvolvimento social. São exemplos dessa forma de gestão alguns parques e jardins botânicos brasileiros.

2.5 Mudanças na administração pública brasileira

Diante de todo esse cenário, observa-se nas três últimas décadas desde o surgimento da “nova” gestão pública, a utilização de diferentes modelos ou paradigmas de reforma como um tema presente nos estudos sobre administração e gestão pública, que visam a sua melhoria tanto nos processos, como nos procedimentos e oferta de serviços prestados, assim como na relação de satisfação dos cidadãos. Os marcos teóricos de referência desses estudos conhecidos da agenda político-administrativa são: a redução de contas, a ética e a transparência, a gestão por resultados, a profissionalização, governo eletrônico etc. (OLIVEIRA, 2012).

As principais tendências que direcionam nesse sentido são: o processo de globalização em curso, que redefine o papel do Estado, a redemocratização do país, que estimula demandas de ampliação e melhoria do serviço público, um maior protagonismo da participação da sociedade civil, que assume responsabilidades na prestação de serviços

públicos; a evolução das tecnologias de informação e comunicação, as restrições criadas pela crise fiscal ao financiamento da administração pública; a crise do modelo atual de intervenção na economia, que estimula o papel regulador do Estado e a crise no seu modelo de gerenciamento, que leva a uma revisão do paradigma weberiano (OLIVEIRA, 2012). Enfim, é preciso reformar o papel do Estado e construir um modelo de gestão pública que seja capaz de torná-lo mais aberto às necessidades dos cidadãos brasileiros.

Essas tendências colocaram em discussão o marco regulatório do setor público brasileiro. Este deve ser atualizado com a aplicação de formas alternativas de planejamento e gestão baseadas no planejamento estratégico e na participação cidadã, visando ampliar a capacidade institucional do Estado, possibilitar as condições técnicas e gerenciais e otimizar os recursos financeiros, na elaboração e execução das políticas públicas, a fim de permitir que os governos continuem a atender às demandas da população, em quantidade, qualidade, equidade e justiça social.

As tentativas para retomar o desenvolvimento e direcioná-lo para a ideia de reduzir as desigualdades trouxeram à tona a necessidade da gestão pública de aperfeiçoar as ferramentas que dão suporte aos gestores públicos, como os instrumentos de planejamento, orçamento e gestão. Segundo Carlos Matus (1989) em sua obra *Adeus, Senhor Presidente*, a boa gestão pública (*good public management*) consiste num somatório de técnica (planejamento) e política. Para aplicar essa combinação é necessário ter o apoio político da sociedade e a capacidade técnica na condução da gestão pública (OLIVEIRA, 2012).

Por conseguinte, planejamento é uma técnica aplicada ao território urbano que possibilita a organização espacial, social e ambiental, a partir da necessidade de organização das cidades em constante transformação. É também utilizado na administração pública para orientar a gestão. O planejamento é dividido em etapas distintas com projeções futuras e cenários desejáveis, a fim de atender às expectativas da população envolvida e ao meio em que ela está inserida.

Portanto, planejar é tentar prever a evolução de um fenômeno ao traçar um caminho estratégico, ou seja, é tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de minimizar problemas futuros e maximizar benefícios. Já a gestão remete ao presente, é a efetivação do que foi planejado, ao menos em parte, pois se deve considerar a presença constante daquilo que é imprevisível e indeterminado. Gerir significa administrar uma determinada situação presente de acordo com os recursos disponíveis e

levando em consideração as necessidades imediatas da sociedade (SOUZA, 2008).

Sob a ótica da administração, o conceito de gestão está relacionado ao conjunto de recursos decisórios e à aplicação das atividades destinadas aos atos de gerir. Oliveira (2012) infere que, para a gestão pública alcançar eficiência na prestação dos serviços públicos aos cidadãos, há duas condições essenciais — o planejamento estratégico e a decisão — que se distinguem da execução burocrática da lei. Através do planejamento estratégico, os gestores públicos definem objetivos, detalham indicadores de desempenho, identificam as oportunidades e as ameaças, as forças e as fragilidades, que poderão se antepor aos objetivos, e determinam estratégias mais adequadas para executá-los.

Figueiredo (1995, p.36) destaca que, além da tradição de parecer e ser homogeneizador de problemas, o planejamento como função do Estado possui “tendência clássica de impor-se à população [...] é, portanto, impositivo. Como intervenção na realidade, o planejamento representa impactos e o que tem impacto social, tem de ter controle social [...]”.

Para colocar em prática o planejamento estratégico, levando em consideração as incertezas inerentes à administração, os gestores tomam decisões e usam um razoável grau de discricionariedade, com a clareza de que não há garantia que esses objetivos serão alcançados. São necessários autonomia, competência e coragem para tomar decisões voltadas ao interesse público, cujos resultados, porém, raramente podem ser avaliados com segurança.

Os instrumentos de monitoramento e avaliação da gestão pública relacionadas à execução das políticas e programas por meio do Plano Plurianual (PPA)¹², são um dos atributos inseparáveis do planejamento governamental, de articulação interinstitucional e coordenação geral de políticas públicas, dentre outros. Em relação ao PPA, há orientação para que esteja centrado no alcance das metas prioritárias da administração pública, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)¹³ e com a Lei Orçamentária Anual (LOA)¹⁴. Deve acompanhar a execução de cada programa, tendo, portanto, flexibilidade para se adequar às suas especificidades, respeitando a forma de organização

¹²Art. 167 da CF/1988 — Trata das diretrizes, objetivos e metas da administração pública e possui vigência de quatro anos.

¹³Elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Serve de orientação para a elaboração da LOA.

¹⁴A LOA prevê todos os gastos anuais do governo.

e a disponibilidade de informações em cada caso.

Por outro lado, a participação social é um elemento chave na democracia junto com *accountability* (controle, fiscalização, responsabilização) e transparência na administração pública (Lei Complementar 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal¹⁵; Lei complementar 131/2009 — Lei Capiberibe¹⁶; Lei 12.527/2011¹⁷ — Lei de Acesso à Informação). Esta participação envolve o engajamento do cidadão via espaços públicos de controle social, como os conselhos gestores ou observatórios de políticas públicas, que tem como objetivo criar fluxos de informação permanentes, aumentar a confiança nas instituições em tempos de crises e rejeições e gerar espaços para inovação no serviço público.

A percepção de que os modelos de planejamento devem ser compatíveis com as especificidades e a realidade de cada região começa a ser uma variável importante, apesar da imposição ainda existir, e da mínima participação da comunidade acerca das decisões sobre suas vidas, acontecendo, quando muito, pelos meios tradicionais (Câmaras de Vereadores, Assembleia Legislativa) (FIGUEIREDO, 1998, p. 07), ou, algumas vezes, em instâncias de participação social (audiências públicas, conferências públicas), por intermédio de entidades representativas de segmentos da sociedade civil para tratar de temas diversos (geralmente política pública, plano diretor ou conjunto de políticas). Entretanto, essa participação ocorre de forma descontinuada, pois, muitas vezes, os representantes não têm o real conhecimento sobre o que está sendo debatido nas plenárias. Outras vezes, aquele cidadão, representante de determinada entidade que havia participado de um debate anterior, é substituído de forma aleatória e/ou arbitrária por outra pessoa, ocorrendo a descontinuidade e o enfraquecimento da participação social.

Dourado (1995), Aguiar (1994) e Milaré (1990) inferem que existem quatro tipos de participação social em esferas governamentais de decisão e controle, no que se refere, por exemplo, à proteção ao meio ambiente e sua manutenção:

- a) A realização de plebiscitos e referendos;
- b) A participação nos processos de criação do direito do meio ambiente (na

¹⁵ A LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e visa impor o controle dos gastos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atrelando-os à capacidade de arrecadação dos tributos desses entes políticos.

¹⁶ A Lei Capiberibe trata da transparência das contas públicas a partir da publicização na internet.

¹⁷ Regula o acesso as informações previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da CF/1988, altera a Lei nº 8.112, de 11/12/1990; revoga a Lei nº 11.111, de 05/05/2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 08/01/1991 e dá outras providências.

- apresentação de projetos de lei e na participação em órgãos colegiados);
- c) A participação na formulação e na execução de políticas ambientais (na fiscalização, na denúncia, criação de ONGs);
 - d) A participação através do poder judiciário (ações individuais ou coletivas, mandados de segurança coletivos contra danos ao meio ambiente).

De outro lado, Figueiredo (1995, p.36) argumenta que o problema desses mecanismos de participação social é que eles agem, de certo modo, posteriormente ao problema, ou seja, são apenas uma forma de remediar, criando respostas para problemas específicos. A possibilidade de um grupo organizado interferir antecipadamente no problema, o que caracterizaria o planejamento, é, de certa maneira, algo mais complexo e difícil.

Se o Estado deve se orientar para a oferta de bens e serviços à população, para comunicação com a sociedade visando minimizar as discrepâncias de informações entre Estado e cidadãos, então, os instrumentos de planejamento, orçamento e gestão devem seguir nessa mesma direção. Isso requer filtragem e autocrítica constante sobre a utilização dos processos já desenvolvidos e flexibilidade para que sejam reduzidas as rotinas burocráticas.

Um novo significado para o conceito de planejamento e gestão deve dialogar com esse espírito transformador. Assim, entende-se a gestão para além da dimensão da organização, e não somente como um conjunto de processos que devem ser utilizados na administração pública, tendo em vista que esse significado possibilita o risco de que a gestão se torne um fim em si mesma, desconectada dos resultados que deve produzir no contexto da sua governabilidade.

3 PLANEJAMENTO E GESTÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO URBANA

O acelerado processo de crescimento das cidades brasileiras, a degradação ambiental em curso e o acentuado esgotamento dos recursos do planeta, especialmente nas últimas décadas do século XX, coloca em dúvida, hoje, a eficiência dos instrumentos de planejamento urbano que são utilizados na orientação do uso e ocupação do solo urbano. Os efeitos decorrentes das desigualdades sociais tornam ainda mais complexo o enfrentamento dos problemas ocasionados por essa rápida expansão. Isso propicia a reflexão dos planejadores e gestores urbanos sobre novas alternativas de planejamento, controle e gestão das metrópoles.

Neste sentido, é preciso pensar antecipadamente sobre o que se pretende alcançar e determinar os meios e os recursos para que a gestão pública possa concretizar tais objetivos. Planejar, em seu sentido mais amplo, implica na identificação de variáveis com o objetivo de adotar um curso de ação, baseado em análises científicas, que permita alcançar uma situação pré-determinada (MOLINA, 1997, p. 37).

A gestão urbana pode ser entendida como a gestão da cidade e está relacionada com o conjunto de recursos e instrumentos da administração aplicados na cidade como um todo, visando a qualidade da infraestrutura e dos serviços urbanos, propiciando melhoria na qualidade de vida e aproximando os cidadãos nas decisões e ações de governança pública municipal, conforme apresenta Rezende (2006).

Planejamento e gestão são ferramentas para o desenvolvimento sócio espacial, entendido como uma positiva mudança social. Entretanto, o conteúdo dessa mudança deve considerar as necessidades, os desejos e os anseios da sociedade, com seus valores culturais próprios, suas particularidades histórico-geográficas e suas práticas sociais que visem assegurar a sustentabilidade. A finalidade do planejamento e da gestão consiste em superar problemas, para que haja uma melhoria da qualidade de vida e de justiça social (SOUZA, 2011). O planejamento e a gestão são estratégias de promoção do desenvolvimento urbano, atreladas à pesquisa social básica, tanto teórica quanto empírica, e, dentre os seus principais objetivos, estão a melhoria da qualidade de vida e de justiça social.

Como nos informa Souza (2011) a falta de planejamento, ou o planejamento mal elaborado, ou até mesmo, quando este existe, o não cumprimento de suas etapas e/ou a descontinuidade deste instrumento é um dos problemas mais frequentes de gestão nas cidades brasileiras. Por outro lado, existe a percepção de que o planejamento é uma

ferramenta do Estado capitalista que serve à reprodução do *status quo*, como também a interpretação tecnocrática dos problemas e conflitos urbanos, na qual o desenvolvimento da cidade está atrelado à competência técnica.

Na obra *Mudar a Cidade*, Marcelo Lopes de Souza (2011) destaca que há cinco elementos fundamentais de qualquer atividade de planejamento: (i) pensamento orientado para o futuro; (ii) escolha entre alternativas; (iii) consideração de limites, restrições e potencialidades, consideração de prejuízos e benefícios; (iv) possibilidades de diferentes cursos de ação, os quais dependem de condições e circunstâncias variáveis; (v) a preocupação com a resolução de conflitos de interesse.

O planejamento e a gestão urbana, compreendidos como estratégia de desenvolvimento, não apenas urbano ou do local, mas também regional e nacional, buscam a superação de problemas da ordem da injustiça social e a melhoria da qualidade de vida. Por essa ótica, o planejamento e a gestão são estratégias de desenvolvimento urbano na busca de uma melhor qualidade de vida, entendida como a satisfação das necessidades básicas ou não, materiais e não materiais, de uma parcela cada vez maior da população, mesmo que a compreensão de justiça social dependa da multiplicidade e da complexidade do sentido e da ideia de justiça social existente em cada sociedade (SOUZA, 2008).

O planejamento utilizado pela gestão urbana tem minimizado problemas, uma vez que a ampliação e a implantação de infraestrutura, análise de zoneamento territorial e vocação econômica definida contribuem para melhorar a funcionalidade da cidade favorecendo que a ocupação urbana aconteça, de certa maneira, organizadamente. Entretanto, para que o espaço urbano seja devidamente organizado é necessário empenho contínuo dos gestores e planejadores para que se possa promover o desenvolvimento e a sustentabilidade nas cidades.

No dizer de Villaça (1999) o conceito dominante de planejamento urbano no Brasil tem como especificidade a organização do espaço urbano e aplica-se de maneira individual ao plano de uma cidade e não abrange toda a ação do Estado sobre o urbano ou sobre o processo de urbanização. A iniciativa do planejamento urbano *lato sensu* brasileiro nasceu sob a égide dos planos de embelezamento das cidades, que corresponde às ações de responsabilidade do Estado sobre a organização do espaço intraurbano, o qual inclui tanto os discursos como as práticas, contudo, o que prevalece é o discurso.

O planejamento urbano define o tipo de uso que é aceitável, estimulado e proibido

em determinado espaço da cidade. Deve considerar e/ou tratar da densidade demográfica e pode, também, direcionar o crescimento da malha urbana. O planejamento urbano se preocupa com o direcionamento da evolução espacial e com o uso das superfícies de uma cidade. Em contrapartida, o urbanismo tem como missão aplicar o planejamento e a modelagem formal do espaço urbano por intermédio da atividade construtiva ou das intervenções urbanas.

No que diz respeito ao planejamento urbano municipal, os dois principais instrumentos que devem ser usados como forma de ordenamento territorial e norteamento das atividades municipais são: a Lei Orgânica do Município e o Plano Diretor, ambos presentes na CF/88. A gestão urbana deve seguir as diretrizes do plano diretor, instrumento legal que norteia as políticas públicas para o desenvolvimento da cidade.

A gestão municipal pode ser entendida como a gestão da prefeitura e de seus órgãos que compõem administração direta (secretarias) e administração indireta (autarquias, institutos, fundações, agências, etc.). Está relacionada com o conjunto de recursos e instrumentos da administração aplicada na gestão local por meio de seus servidores públicos municipais (REZENDE, 2006). Por esse motivo, o planejamento urbano deve ser pensado sempre em conjunto com a gestão municipal, pois esta é seu complemento inseparável. Ambos sugerem um contexto bem mais amplo representado pelo urbanismo e o desenho urbano, subconjunto do planejamento urbano.

Embora o plano diretor seja um dos instrumentos de planejamento urbano mais utilizados nas cidades brasileiras, nas últimas décadas, por agregar os mais variados temas, em forma de diretrizes gerais e consensuais, não se constitui em uma ferramenta efetiva de organização e planejamento das metrópoles por diversos motivos, especialmente, por agregar vários enunciados que versam sobre políticas, diretrizes, programas, sistemas, fundos e indicações gerais diversas. Tais políticas públicas deveriam ser capazes de garantir a ampliação, conservação e gestão democrática de espaços públicos de maneira equânime por toda a cidade.

Para Villaça (1999) o plano diretor não é apenas um documento científico e técnico, mas um documento político, pois, na maioria dos municípios brasileiros os planos diretores são elaborados por um núcleo técnico e/ou político para atender a demanda da lei federal (Estatuto da Cidade) e, em sua maioria, estão longe de contemplar as necessidades e anseios da sociedade local. A influência em outros níveis de governo do 'poder político' deste documento é pequena, e poderá ser nula, se o próprio governo

municipal não der credibilidade ao plano diretor da cidade.

Evidentemente, nenhuma política pública é neutra. Sua elaboração é um ato político e, como argumenta Hall (2001) são elas perpassadas por motivações econômicas, sociais, culturais e ideológicas. Não se deve desconsiderar que o planejamento é uma ferramenta fundamental no processo de dinamização das políticas públicas. Assim como, não se deve desprezar que as transformações urbanas ocasionadas pelas novas configurações das cidades modernas (crescimento urbano desordenado, “estrangulamento” das áreas verdes pela valorização do mercado imobiliário, novas configurações paisagísticas decorrentes de projetos urbanísticos de revitalização de áreas degradadas ou em desuso) e as dinâmicas que regem os espaços verdes públicos — especialmente, nas cidades da Amazônia Brasileira, em que a destruição avança em ritmo acelerado — sofrem interrupções da relação ser humano-natureza.

Para a compreensão de como ocorreram os processos de urbanização na Amazônia e em Belém do Pará, é preciso analisar as pesquisas de autores que tratam da temática, como Castro (2006), França (2018), Santos (2010), Sarges (2010) e Trindade Júnior (1998) que descrevem esses processos e salientam que estes estão interligados e condicionados ao modelo político-econômico de exploração dos recursos naturais, desde a exploração das “drogas do sertão”, com ênfase para o período do *boom* da borracha amazônica, estendendo-se até a exploração madeireira, de minérios e do urbanismo de espetáculo, nos tempos atuais.

Até as primeiras décadas do século XIX, a economia regional pautou-se na exploração das “drogas do sertão” (cravo, canela, frutas, plantas medicinais, etc.) experimentando um ligeiro crescimento com a cultura de exportação do cacau, seguida da cultura de exportação do açúcar, arroz, algodão, tabaco e café cujos principais portos consumidores eram Gênova, Hamburgo, Veneza, França e Holanda. Concomitantemente, desenvolveu-se uma manufatura artesanal, com curtumes, engenhos, produção de farinha, sabão, entre outros (SARGES, 2010, p. 91).

Para Trindade Junior (1998) a urbanização amazônica também é reflexo do processo de industrialização, a exemplo do resto do país, tendo como fronteira econômica a necessidade de buscar recursos que atendam à dinâmica da economia mundial, mas para os interesses da industrialização interna, ainda que esta não represente o fator indutor da metropolização, no caso de Belém.

Nesse sentido, entende-se que o planejamento e a gestão urbana devem produzir diretrizes e estratégias articuladas entre vários setores que possibilitem a inversão da

realidade dessa segregação e da destruição da natureza. Já o planejamento ambiental parte do princípio da valoração e conservação do meio ambiente de um determinado território com base na sustentabilidade. Por outro lado, a gestão ambiental integra a administração na execução de atividades econômicas e sociais que envolvem práticas sustentáveis, ao orientar a utilização dos recursos naturais racionalmente, inclusive com o uso de fontes de energias renováveis ou não. A gestão ambiental urbana deve primar pelo uso de práticas que incluam a conservação e a preservação da biodiversidade, o reaproveitamento e a reciclagem de matérias primas e observar a relação do impacto ambiental das atividades do homem sobre o meio ambiente nas cidades.

3.1 Instrumentos legais para o planejamento urbano

É fato que os problemas da cidade exigem planejamento e organização. Ao longo dos anos, a atuação do Estado brasileiro sobre o espaço urbano pode ser identificada nas ações de saneamento (implantação da rede de abastecimento de água e coleta de esgotos, coleta e destinação do lixo, etc.); transporte (construção e abertura de vias, regulação e oferta de transporte urbano, etc.); habitação (moradias verticais e horizontais populares, abertura de loteamentos, construção de edifícios pela iniciativa privada, etc.). Nesse contexto, pode-se considerar que a Lei Federal nº 6.766/79, que regula loteamentos, é mais próxima daquilo que se possa chamar de planejamento urbano, pois se trata de uma lei especificamente espacial (VILLAÇA, 1999).

A partir dos anos 80, iniciam-se, no Brasil, críticas ao planejamento urbano influenciadas pelos debates ocorridos na Europa e nos Estados Unidos na década anterior. O papel a ser desempenhado pelo planejamento em uma sociedade capitalista, que exigia um Estado bem organizado e com capacidade de intervenção e realização de investimentos, foi abalado com a crise fiscal do Estado, com o desmoronamento do modelo de substituição de importações e do estilo desenvolvimentista que enfraqueceu o sistema de planejamento e a própria atividade de planejar. O planejamento passa a ser associado a práticas maléficas e imbuídas de autoritarismo que caracterizavam suas ações até então (FREY 1996; SOUZA, 2008; MARICATO, 2007). Para Maricato (1997) após esse abismo estabelecido nos espaços da cidade estabeleceu-se um divisor de classes entre ricos e pobres, que contribuiu para o nascimento do Movimento para a Reforma Urbana no Brasil, no fim dos anos de 1970, com sua primeira reunião ocorrida no Rio de Janeiro,

sob o comando da igreja católica, que coordenava a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a qual inicialmente tratava de lutas relacionadas ao trabalhador do campo e que, a partir desse momento, passa também a se envolver nos movimentos urbanos.

Destarte, o principal marco do planejamento estratégico no país está relacionado com a chegada da missão Catalã para a formulação do “Plano Estratégico do Rio de Janeiro”. As principais características desta metodologia de planejamento são: a criação de um consenso, objetivos de curto prazo, e direcionamento para o sucesso do plano, elaboração de vários projetos e uso intenso do *marketing* urbano. Arantes (2007) por sua vez, critica o planejamento estratégico mercadológico utilizado para a formulação do plano supramencionado, na busca da “cidade do pensamento único”.

Com a consolidação do Movimento para a Reforma Urbana no Brasil, nos anos 80, consubstanciado pelas reivindicações e propostas populares empreendidas pelas entidades e associações que se empenharam na luta para resolver os problemas urbanos, a Constituição Federal de 1988, instituiu o Plano Diretor Urbano. Posteriormente, após doze anos de tramitação¹⁸, foi instituída a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, também denominada como “Estatuto da Cidade”¹⁹, a qual estabelece normas de ordem pública e de interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2001).

Esta lei legitima um conjunto de instrumentos que possam materializar, dentre outros aspectos, a função social da cidade²⁰, “o direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001) que na lei está relacionado à denominação de “cidades sustentáveis”. Inclui ainda, os direitos sociais e a gestão democrática. A política urbana brasileira e os planos diretores locais devem seguir as diretrizes previstas na referida lei, com destaque para os incisos I, II e XII:

Art. 2º - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e

¹⁸ O projeto de Lei nº 181/1989, do Senador Pompeu de Sousa, que viria a ser promulgado posteriormente como Estatuto da Cidade, estava tramitando no Congresso Nacional desde 1989 (BAHIA, 2012, p. 79).

¹⁹ Regulamenta os Artigos 182 e 183 da CF/1988 e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (BRASIL, 2001).

²⁰ O princípio da função social presente em todas as Constituições Brasileiras desde 1934, especialmente no que concerne à propriedade urbana somente encontrou uma definição mais assertiva na CF/1988, no art. 182, § 2º, que estabelece que “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” (BASSUL, 2002, p. 135).

futuras gerações;

II – Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

[...] XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico [...] (BRASIL, 2001, p.17).

O Estatuto da Cidade estabelece diretrizes gerais da política urbana e regulamenta o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Estabelece que a função social da propriedade e o direito à cidade são os fundamentos da política urbana (BRASIL, 2001). Isto significa que o interesse público se sobrepõe aos interesses privados e que a propriedade urbana deve adequar-se aos princípios do bem-estar coletivo e da justiça social. O Estatuto da Cidade determina que na elaboração do plano diretor deve haver, obrigatoriamente, a participação da população, direta e indiretamente, através de suas associações representativas (BRAGA; CARVALHO, 2004).

O planejamento e a gestão urbana podem ser viabilizados através de instrumentos legais, que, bem formulados e estrategicamente implementados, podem ordenar melhor o território urbano. Esses instrumentos legais dispõem de medidas de regulamentação do uso do solo urbano e, entre outras medidas, colaboram para configurar de forma ampla ou particular o desenvolvimento das relações sociais com vários segmentos intraurbanos. Como exemplo, tem-se o Plano Diretor Urbano (PDU), que é o instrumento básico de desenvolvimento e expansão urbana. Em suas diretrizes gerais, concede ao poder público a missão de promover o desenvolvimento da cidade, sendo obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, com validade de 10 (dez) anos, conforme consta no artigo 182, parágrafo 1º, da Constituição Federal Brasileira (CF/1988) (SOUZA, 2008). O PDU por via de diretrizes, normas e leis, pode contribuir para o atendimento das necessidades dos municípios, na busca de uma efetiva função social da cidade e o desenvolvimento de maneira sustentável.

Desse modo, a partir da CF/1988 e do Estatuto da Cidade, os municípios devem elaborar suas próprias leis e normas complementares considerando suas condições socioeconômicas, culturais, geográficas, históricas, o que significa pensar estratégias locais de planejamento e gestão de cada município. Na esfera do poder público, a CF/1988, artigo 30, delega ao poder público municipal a competência para o desenvolvimento e o ordenamento territorial através do planejamento, do controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, a fim de promover a proteção do

patrimônio histórico-cultural local (BRASIL, 1988).

No Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é definido como:

[...] um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. O plano diretor parte da leitura de uma cidade real, envolvendo temas e questões relativos aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, que embasa a formulação de hipóteses realistas sobre opções de desenvolvimento e modelos de territorialização. O objetivo do plano diretor não é resolver todos os problemas da cidade, mas sim ser um instrumento para a definição de uma estratégia para a intervenção imediata estabelecendo poucos e claros princípios de ação para o conjunto dos agentes envolvidos na construção da cidade, servindo também de base para a gestão pactuada da cidade (BRASIL, 2001, p. 40).

O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor são instrumentos que representam um certo avanço na luta por um território mais justo e mais democrático. Entretanto, ainda existem lacunas a serem percorridas entre a promulgação da lei e a efetiva aplicação do planejamento para a elaboração de planos diretores urbanos em diversas regiões brasileiras, como nas cidades amazônicas. O documento é o instrumento da política de desenvolvimento dos municípios e sua elaboração e execução é primordial para o planejamento e para a gestão das cidades. Sua finalidade é orientar a atuação do poder público local e da iniciativa privada na construção dos espaços urbanos, na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhoria da qualidade de vida e justiça social para os moradores das cidades.

A partir da CF/1988, e do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor Urbano passa a ser utilizado na gestão dos partidos de esquerda, como principal meio de promover a reforma urbana e criar mecanismos para o processo efetivo de participação popular nas decisões relativas à vida da cidade. Ou seja, inspira-se na essência democrática e na interação e harmonização das necessidades da cidade, buscando um processo básico do desenvolvimento básico (SOUZA, 2008). Dentre os objetivos básicos deste planejamento destacam-se: a democratização da relação entre Estado e sociedade, a redistribuição de renda na cidade, a priorização de políticas públicas em favor dos marginalizados e excluídos, a apropriação da cidade pelos seus usuários (SOUZA, 2008; BRASIL, 2001). Entretanto, como nos informa Bassul (2002) são igualmente importantes a organização popular e a conduta política da gestão municipal junto com a promulgação da lei.

Faz-se necessário que alguns mecanismos apareçam como garantia dessa participação. Para Dowbor (1987, p.107) existem alguns exemplos de participação sistemática da população nas decisões: “o centro de estudos municipais, os comitês de

bairro, as associações de áreas profissionais, a possibilidade de formação de um conselho de desenvolvimento municipal”, de acordo com o autor, “a organização da participação, entretanto, num país que não tem tradições de política participativa, exige uma flexibilidade e o aproveitamento de todas as oportunidades de mobilização”. Além de representar a decisão sobre qualquer projeto que represente a desarticulação do cotidiano nativo, a participação e a criação de novas instâncias de decisão podem proporcionar a criação de uma consciência coletiva de exercício de cidadania (FIGUEIREDO, 1998).

Não se pode admitir que o poder monetário e a especulação econômica tracem os modelos da cidade a partir dos modos de apropriação expressos nas relações de produção e consumo, no desenvolvimento desigual, na concentração/exclusão etc., tendo em vista que isso também está presente na vida urbana. Destarte, não se pode deixar de observar que problemas como a manipulação de grupos políticos e econômicos, podem ocorrer, além da burocracia nas ações, mas, esses obstáculos precisam fazer parte do processo de planejamento participativo. Deve ser nessa prática que a articulação entre os vários setores da sociedade irá descobrir suas necessidades e possibilidades (FIGUEIREDO, 1998).

Nesse sentido, há indicativo de se estabelecer políticas urbanas de forma integrada, que articulem os problemas setoriais da cidade, bem como a implementação de uma gestão urbana por parte do governo municipal que se preocupe em minimizar os problemas relacionados às questões sociais. Enfatiza-se a importância da compreensão das novas dinâmicas que regem o espaço urbano, particularmente ao meio ambiente.

O Estatuto da Cidade atingirá sua plenitude quando alcançar a integração das políticas municipais como as de habitação, transporte, planejamento urbano, meio ambiente, saúde, educação, segurança, saneamento, patrimônio histórico e arquitetônico essenciais à efetivação da gestão democrática. Para que um projeto de gestão seja bem-sucedido é fundamental o conhecimento das condições de vida da população e do meio físico, pensar de forma integrada os problemas setoriais da cidade na perspectiva de conhecê-la e interpretá-la na sua atualidade (SILVA, 2003, p. 33-34).

O planejamento e a gestão consistem na realização de um conjunto de atividades relacionadas ao saneamento, à mobilidade, à saúde, à educação, à habitação, dentre outras demandadas pela sociedade, previamente articuladas e direcionadas permanentemente para o desenvolvimento das cidades em conformidade com seu plano. O enfoque autonomista defende que planejar e gerir uma cidade não é planejar ou gerir apenas coisas (território, o mobiliário urbano, a mobilidade urbana, etc.), mas, sobretudo, planejar e

gerir as relações sociais (SOUZA, 2002). O plano diretor é um dos instrumentos fundamentais do planejamento municipal na atual configuração do pacto federativo e deveria corresponder aos anseios de uma sociedade essencialmente heterogênea.

A existência de um plano diretor em uma cidade, considerando seu conteúdo e toda a metodologia que envolve sua elaboração revelam o grau de conflitos, articulações, condensações e consensos das demandas da sociedade, ou seja, o plano, enquanto documento regulador do planejamento urbano deveria, em condições ideais, refletir o resultado da ação coletiva dos atores sociais e contemplar as necessidades humanas passíveis de planejamento pelo município para tornar a cidade habitável ambientalmente e sustentavelmente (SANTOS, 2009, p.22).

Um dos grandes desafios do plano diretor pautado como instrumento de planejamento e gestão por parte do governo municipal é a questão social, através do incentivo à construção de arenas de participação popular com a perspectiva de abrir um campo de negociação de múltiplos interesses que disputam os recursos e a gestão das políticas públicas urbanas. É desse modo que se busca estimular a capacidade política de negociação das esferas públicas não estatais a exercerem um posicionamento crítico à ação do Estado e a proporem políticas alternativas. Assim, as estratégias de desenvolvimento sócio espacial serão baseadas no tripé: solidariedade, participação e gestão local, sugerido no Estatuto da Cidade.

3.2 Planejamento e gestão urbana: a experiência da gestão participativa

Desde a década de 70, como se sabe, em pleno contexto político-autoritário, surgiram importantes experiências de gestão participativa²¹ no Brasil. É na relação dual entre tradição de gestão pública autoritária e inovação política que ocorreu a experiência do Orçamento Participativo (OP). Dentre as cidades brasileiras, Porto Alegre foi a cidade em que essa experiência tomou grande proporção. No período de 1989 a 1996, firmou-se como modelo de gestão baseada na participação popular. O Orçamento Participativo (OP-POA) foi reconhecido como uma experiência de gestão participativa bem-sucedida e teve repercussão nacional e internacional, tendo sido interpretado no discurso de diversos atores políticos e sociais como uma estratégia para a instituição da cidadania no Brasil.

²¹ A exemplo de Lages, Vila Velha, Boa Esperança, Diadema, Recife, Pelotas, entre outras (FEDOZZI, 2001).

No dizer de Fedozzi (2001) ao longo de quatro gestões consecutivas da Administração Popular (AP)²², o Orçamento Participativo (OP-POA) inspirou a implantação de formas semelhantes de gestão dos orçamentos públicos²³ em várias cidades brasileiras e estrangeiras de pequeno, médio e grande porte²⁴.

Já no entender de Novais *et al.*, (2007) a experiência do planejamento urbano no Brasil apresentou mudanças significativas desde a década de 1990, momento em que intensificou a difusão de modelos de análise e intervenção sobre o território brasileiro oriundos, sobretudo da Europa. As novas metodologias implementadas no planejamento urbano ganharam espaço devido a fatores que vão além de seu instrumento.

Esse reconhecimento teve ampla divulgação, em 1995, quando a cidade de Porto Alegre foi selecionada pelas Nações Unidas como uma das 40 melhores intervenções urbanas merecedoras de apresentação, durante a Segunda Conferência Mundial sobre Habitação Humana (Habitat II), realizada em Istambul. Outro momento desse reconhecimento foi o I Fórum Social Mundial, em 2001, momento em que a cidade de Porto Alegre sediou o evento. A repercussão do OP foi observada por instituições multilaterais de financiamento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, os quais passaram a apoiar o OP e recomendá-lo a outros países.

O processo de elaboração e execução orçamentária nos Executivos no âmbito da administração pública brasileira tem seus procedimentos controlados pela tecnoburocracia. Os dados são exclusivos do reduzido número de técnicos dos órgãos que gerenciam o sistema e/ou da cúpula política governamental. Devido à falta de conhecimento da forma como funciona o orçamento público estatal, inclusive nos meios do Legislativo e do Executivo é que comumente há suspeitas de ausência de transparência desse instrumento e a impossibilidade de acesso por parte daqueles que não são “conhecedores” do assunto. Assim, como nos informa Fedozzi (2001), uma experiência como a do OP, ao tentar modificar esse *status quo*, buscando a transparência e

²² A Frente Popular é uma frente de partidos de esquerda, cuja hegemonia é do Partido dos Trabalhadores (PT). A partir de 1989, momento em que passou a gerenciar a Prefeitura de Porto Alegre, implantou a chamada Administração Popular, a qual se reelegeu em 1992, 1996 e 2000 (FEDOZZI, 2001).

²³ Orçamento Público é o principal instrumento de gestão do Estado moderno. Representando parte do contrato social, expressa, de um lado, as formas e o montante da renda nacional destinado a administrar o país (por meio de arrecadação de impostos) e, de outro lado, como são distribuídos esses recursos e quem se beneficia deles na sociedade, através das despesas públicas (FEDOZZI, 2001)

²⁴ A exemplo de Uruguai, Argentina, Colômbia, México, Paraguai, Cuba, Espanha, Itália, Portugal, Alemanha, França, Inglaterra, Estados Unidos, Senegal, Moçambique e República Dominicana (FEDOZZI, 2001).

democratização das decisões sobre ele, nos demonstra que essa experiência é uma importante inovação na gestão pública brasileira e, por sua vez, consiste em uma possibilidade de descentralização do Estado, em favor da democracia e da cidadania.

O OP-POA funcionou com uma estrutura que articulava três tipos de instâncias: unidades administrativas, responsáveis pelo processamento técnico-político das demandas dos moradores, instâncias comunitárias autônomas (Associações de Moradores, Conselhos Gestores, ONGs etc.), que mobilizavam os moradores e priorizavam os investimentos em cada uma das 16 regiões; e instâncias institucionais de participação, como o Conselho do Orçamento Participativo (COP), as Assembleias Regionais e Temáticas e os Fóruns de Delegados do OP.

O processo de participação ocorria em três etapas e seguia duas formas de participação: a regional, referente às demandas por território, e a temática, que debatia temas específicos, mas referentes a toda a cidade. As etapas ocorriam da seguinte maneira: realização das 16 Assembleias Regionais e 06 Temáticas; formação das instâncias institucionais como o COP e os Fóruns de Delegados e discussão do orçamento e aprovação do Plano de Investimentos pelo COP.

Ressalta-se a importância da racionalização política empreendida pelo OP. Ao instituir uma esfera pública de cogestão, com regras universais e previsíveis de participação e com um método transparente de decisão sobre a alocação dos recursos públicos, por meio de critérios objetivos e impessoais para a seleção das demandas, o OP engendra a constituição de uma esfera pública democrática que favorece o *accountability*, criando obstáculos objetivos tanto para a utilização pessoal/privada dos recursos, por parte dos governantes, como para a tradicional troca de favores que caracteriza o fenômeno clientelista na história do país.

Apesar dos clássicos argumentos em favor da descentralização do Estado como algo consubstancial a favor da democracia e da cidadania, pois ela ampliaria o leque de possibilidades para a criação de práticas pluralistas e a inclusão dos setores populares no sistema de tomada de decisões (CASTELLS, 1980; BORJA, 1987), o debate atual na literatura brasileira e a análise de experiências concretas de descentralização nos últimos 10 anos na América Latina e no Brasil revela alguns vínculos ambíguos entre os temas da gestão local, da democracia e da cidadania (NUNES, 1990; COHEN, 1994; ARRETCHE, 1996).

Entretanto, a prática do clientelismo e do patrimonialismo ainda persiste na gestão

dos municípios, mesmo com as possibilidades de descentralização e “modernização” do Estado em países latino-americanos (Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia). Estas estruturas de poder e gestão demonstram que o desenvolvimento desses países permanece coerente com a dialética inclusão/exclusão dos setores populares nos sistemas de poder vigentes (NUNES, 1990).

Com essa prática, a descentralização do Estado deixa de ter a sua essência democrática, uma vez que a esta corresponde uma igual descentralização das relações de poder e dos conflitos, que transformam os municípios em espaços de disputa e incerteza, quanto às condições criadas para o exercício da cidadania. Nesse sentido, a autonomia municipal oriunda do novo contexto político brasileiro tanto pode criar condições para agregar à “primeira transição democrática” novos padrões institucionais de gestão pública efetivamente modernizadores em termos democráticos (O’DONNELL, 1988; 1991), como pode representar a persistência de práticas políticas patrimonialistas que, ao mitigarem os efeitos da descentralização reproduzem as formas tradicionais de dominação, que historicamente impedem o surgimento, a promoção e a consolidação da cidadania (FEDOZZI, 1998). Infelizmente, estas práticas políticas ainda predominam na gestão pública de municípios brasileiros.

3.3 Planejamento e gestão participativa: a experiência na Amazônia

A primeira experiência na Amazônia do planejamento e gestão participativa ocorreu em Belém do Pará. Embora a concepção inicial desse paradigma de gestão urbana, bem-sucedido, tenha acontecido na cidade de Porto Alegre/RS, o governo belenense resolveu implantá-lo na cidade e oportunizou, na época, a participação popular através das plenárias setoriais.

A implantação da metodologia de gestão ocorreu na cidade, com a eleição do Prefeito Edmilson Rodrigues (1997-2004 – Partido dos Trabalhadores/PT). A Prefeitura Municipal adotou o princípio da gestão socialmente construída, princípio este implementado em oposição ao modelo burocrático-centralizador até então predominante na história de gestão da cidade de Belém do Pará (FARIAS, 2004). Uma das principais preocupações dessa nova gestão municipal acabou sendo a descoberta de formas de fazer política e possibilitar que a população participasse e decidisse sobre prioridades (FIGUEIREDO, 1998).

O modelo de gestão participativa em Belém iniciou com o Orçamento Participativo (OP-BEL), conferências e fóruns sobre políticas públicas e comissões de fiscalização e controle social (COFIS). Contudo, essas três vertentes não se desenvolveram harmoniosamente entre si e percorreram outros caminhos, por vezes, separadamente. Isso porque a estratégia estabelecida pensava a cidade de maneira desarticulada e pontual do conjunto dos problemas urbanos (FIGUEIREDO, 1998; VASCONCELLOS *et al.*, 2009).

Como resultado da experiência acumulada do Orçamento Participativo (OP-BEL), (1997-2000), após a reeleição do prefeito Edmilson Rodrigues (2001/2004), a gestão da cidade passou a ser realizada pelo Congresso da Cidade, instrumento mais avançado de participação social. A iniciativa local favorecia a elaboração de planos antes considerados burocráticos e formais, sobretudo os planos plurianuais (PPA), leis e diretrizes orçamentárias (LDO) e planos de governo. Posteriormente, no período de 2001-2004, foi implantada a experiência de gestão urbana através do Congresso da Cidade. Esta metodologia de planejamento e gestão objetivava planejar a cidade como uma só entidade, diferentemente do orçamento participativo que era apenas um dos instrumentos desse planejamento (VASCONCELLOS *et al.*, 2009).

As diretrizes seguidas pelo Congresso da Cidade eram orientadas por seis eixos temáticos: a) desenvolvimento urbanístico e ambiental; b) desenvolvimento humano por uma economia solidária; c) desenvolvimento humano pela inclusão social; d) gestão democrática e qualidade social do serviço público; e) desenvolvimento humano por uma cidadania cultural; f) direitos humanos e desenvolvimento e gestão do poder legislativo (VASCONCELLOS *et al.*, 2009; CARDOSO, 2012). Neste contexto, a estrutura administrativa teve que se adequar ao novo modelo de gestão das ações municipais.

Nesse período, a política ambiental de Belém estava orientada pelas linhas de ação à saber: aspectos legais (ética e valores sociais da cidade); educação ambiental (no meio da gente, uma nova Belém); controle ambiental (cogestão da qualidade ambiental); gestão de áreas verdes (Belém, Amazônia Viva) e Sistema Municipal de Unidades de Conservação (SMUC) e Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves (JBBRA).

O modelo de planejamento e gestão ambiental implantado na cidade predispunha a interação dos fatores relacionados aos recursos naturais, saneamento, habitação, turismo, educação, economia, transporte, etc.

Neste foco, infere-se que os novos paradigmas de gestão da cidade apresentados

— a experiência do planejamento participativo e integrado através do Orçamento Participativo (1997-2000) e a experiência do Congresso da Cidade (2001-2004), orientada por eixos temáticos, estavam imbuídos dos mecanismos de participação denominados por Fung e Wright e mencionados por Gaventa (2001) como: a) democrática, à medida que se confia na participação e nas capacidades das pessoas comuns; b) deliberativa, porque institui a tomada de decisões a partir de argumentações amparadas nas necessidades; e, c) empoderante, desde que eles tentem vincular ação com discussão.

Estes mecanismos participativos favoreceram a participação popular e a mobilização de diversas camadas da sociedade civil organizada ou não da cidade, que se empoderaram através de diversas instâncias de participação. O OP-BEL conduzia a participação popular por meio de conferências e fóruns participativos. Posteriormente, no Congresso da Cidade as instâncias participativas eram conduzidas em quatro níveis: a) oficinas e reuniões preparatórias, b) congressos distritais, c) congressos municipais temáticos, d) congresso da cidade, a fim de discutir e demandar as necessidades e anseios a favor de um conjunto de atores urbanos e não somente de uma classe ou de um indivíduo.

O turismo foi uma das práticas que ganharam importância a partir do planejamento participativo, muitas vezes por se relacionar com a reforma de bens patrimoniais da cidade. O tratamento dado ao turismo na cidade de Belém, além de considerá-lo uma área não prioritária, na maioria das vezes foi realizado em algumas ações pontuais caracterizadas pela ausência da participação da população nas decisões a cerca dessa temática. Dentro da discussão do OP, a maior parte das demandas das Assembleias não faziam referência ao turismo diretamente, as demandas eram relacionadas ao saneamento, regulamentação de terras, habitação, transporte e outros. Obviamente, tais demandas possibilitavam a melhoria da qualidade de vida dos belenenses e isso influenciou diretamente o turismo (FIGUEIREDO, 1998).

Nas plenárias sobre a revitalização de Belém também o patrimônio cultural ganhou maior expressão. Dentre as obras sugeridas pela comunidade foi destacado o mercado do Ver-o-Peso, grande área de feiras e mercados da cidade, além do Complexo Turístico e Cultural da orla de Icoaraci, distrito de Belém. A grande importância da participação popular nesse processo esteve na possibilidade de inversão de prioridades no controle da gestão do dinheiro público.

A metodologia de planejamento e gestão implantada em Belém do Pará, favorecia o diálogo e a comunicação entre o Estado e a sociedade civil. A participação dos diferentes atores sociais por meio do planejamento participativo e integrado, enquanto instrumento de gestão, possibilitava a abordagem sistêmica e dinâmica da cidade, considerando as peculiaridades locais, aliadas à realidade global (MAIA, 2009). O poder local naquele período fomentou esse processo criando diversos canais de participação popular e consolidando os canais já existentes.

Entretanto, o governo posterior (2005-2012), Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, passou a administrar de forma diferente da gestão anterior e conduziu a gestão da cidade de forma centralizada, “*top down*”, ou seja, por meio de ações norteadas pelo poder normativo, representado pela institucionalização e sanção de políticas públicas, leis, decretos, programas, projetos e conselhos gestores.

A administração municipal instituiu, em 29 de dezembro de 2005, a Lei nº 8.489/05, que delineia a Política Municipal de Meio Ambiente (PMMA) e o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISEMMA). Essa lei traz em seu bojo os princípios, objetivos e diretrizes do planejamento e da gestão ambiental da cidade. A referida lei instituiu, ainda, o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), com a finalidade de financiar planos, programas, projetos e atividades, de caráter executivo ou de pesquisas científicas e tecnológicas, visando o uso racional e sustentado dos recursos naturais (BELÉM, 2005). A institucionalização da PMMA, do SISEMMA e do FMMA visavam nortear legalmente as ações pertinentes à gestão ambiental do município de Belém. Posteriormente, com a implantação da Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008, esta política foi integrada ao Plano Diretor Urbano (PDU), conforme ANEXO A- Quadro A-1.

Dessa forma, o avanço na gestão municipal na construção de uma política urbana e ambiental democrática para a cidade ocorreu de maneira incipiente, tendo em vista que até o momento atual foram realizadas ações pontuais inerentes às diretrizes do Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer da Prefeitura de Belém, como por exemplo, a criação do Plano Municipal de Arborização Urbana de Belém (PMAB), criado pela Lei ordinária nº 8.909/12.

Posteriormente, o modelo burocrático-centralizador (Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB), novamente passou a dominar as práticas da gestão municipal em consonância com a gestão estadual que já ocupava o poder desde 2011. Este modelo assumiu a gestão da cidade a partir de 2013 e permanece até os dias atuais,

como será mostrado posteriormente, no espaço que trata sobre a gestão do BRAJZBA. Esta administração apresenta características de um pensamento de gestão orientada pela desarticulação e tratamento individual de cada questão da cidade, separando-os do conjunto dos problemas urbanos. Há uma predominância de administração por meio de relatórios técnicos, elaborados por especialistas dentro de gabinetes e com pouca ou nenhuma consulta popular, o que distancia a gestão das diretrizes descritas no Plano Diretor Urbano/2008²⁵, na perspectiva de implantação de uma gestão municipal participativa (CARDOSO *et al.*, 2016).

A questão do exercício da cidadania associa-se com frequência à ação coletiva dos agentes sociais e a descentralização do Estado, enquanto marco institucional do novo contexto democrático. No âmbito do modelo participativo, essa inovação de gestão pública cumpriu um importante papel da promoção da cidadania no Brasil, nos aspectos políticos, sociais e culturais, proporcionando, por um lado, a inversão de prioridades nos orçamentos públicos e possibilitando que os setores sociais há tempos excluídos do desenvolvimento urbano fossem integrados como sujeitos ativos do processo decisório de gestão. Entretanto, a continuidade desse modelo exige vontade política dos governantes e criatividade na construção de processos e espaços institucionais que articulem a complementaridade necessária entre a participação da cidadania na alocação de recursos orçamentários, eficácia nos serviços prestados à população e a visão holística dos problemas da cidade, no contexto do país e nas transformações decorrentes do processo da globalização.

3.4 Inovações nas formas de planejamento e gestão participativa

Numa busca de uma sociedade transformadora, reflexo de um despertar cidadão que exige cada vez mais de suas instituições, destacam-se três modelos de gestão participativa que tem chamado a atenção de planejadores e gestores urbanos no mundo: o governo aberto (*open government*), a cogestão e o desenvolvimento participativo de territórios vizinhos.

O conceito de governo aberto (*open government*), compreendido como uma nova

²⁵ O Plano Diretor Urbano de Belém (PDU), criado pela Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993 e revisado pela Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008, traz como uma das características a espacialização das políticas públicas setoriais que deverão ser concebidas e dimensionadas segundo a diversidade do município. No Título III do PDU, dentre os itens que tratam dos objetivos e diretrizes setoriais da política de gestão urbana, tem-se a política de meio ambiente (BELÉM, 2008).

forma de conceber a administração pública, vai além dos dados abertos, da prestação de contas, da participação cidadã na elaboração e implementação das políticas públicas, do planejamento e da gestão (RAMÍREZ; ALUJAS, 2012).

Este conceito envolve transparência e acesso à informação pública, participação e tomada de decisões, prestação de contas das ações estatais, favorece espaço de colaboração de ações para alcançar metas (coprodução). Tem como propósito fortalecer os sistemas democráticos, potencializar a participação e o compromisso cívico, incrementar os níveis de confiança dos cidadãos com as instituições, melhorar a qualidade, a eficácia e a eficiência dos governos e suas administrações públicas pelos princípios de equidade, integridade e transparência (RAMÍREZ; ALUJAS, 2012).

Conforme nos informa Insulza (2012):

Los principios que rieguen el gobierno abierto se inscriben en la tradición de derechos de primera generación, como la libertad de la prensa y de la libre circulación de información y de ideas. Estos mismos valores son erigidos como derechos imprescindibles en la Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre que, en su artículo IV, establece que “toda persona tiene derecho a la libertad de investigación, de opinión y de expresión, y de difusión del pensamiento por cualquier medio.

Tudo isso através da geração de novos espaços democráticos para inovação institucional e desenvolvimento de mecanismos ligados a cogestão para a provisão de serviços públicos e trabalho colaborativo de novos marcos organizativos e sistemas de gestão orientados a fomentar a abertura de uma nova forma de governar no contexto de sociedade em rede.

Ainda na perspectiva da cogestão, como um desses novos marcos organizativos e formas de gestão, destaca-se a metodologia de planejamento participativo e gestão associada (PPGA), criada por Poggiuese (2011). O autor infere que para alcançar a efetiva participação é necessário antecipar práticas para transformar a realidade e defende que há a possibilidade de tomar decisões associadas entre Estado e as pessoas.

A partir dessa ótica de análise, pensar em uma gestão pública diferente do modelo tradicional pode trazer inúmeros benefícios para a sociedade. Poggiuese (2011), corrobora com a posição de Zimmermann (2009, p. 15) quando afirma que:

[...] a pressuposição de uma sociedade civil heterogênea implica também a reflexão em torno das desigualdades socioeconômicas presentes no contexto brasileiro, que seguramente influenciam os espaços públicos e o diálogo sociedade civil-Estado. Neste sentido, parece ser fundamental reflexões em torno da participação da sociedade civil nos espaços, quais entidades compõem

os espaços públicos, quais os critérios que definem as escolhas de representantes nas entidades e como se dá a relação das entidades da sociedade civil e dos governos.

Nesta direção, o conjunto de metodologias de Planejamento Participativo e Gestão Associada (PPGA), também denominadas “família de metodologias PPGA” foram criadas por Héctor Poggiese, experimentadas e disseminadas para facilitar a participação popular nas políticas públicas. As metodologias PPGA são um resultado de uma experiência entrelaçada em um tripé contínuo de uma *práxis* entre teoria-metodologia-prática e se refere a uma *práxis* específica, própria, que encadeia a experiência de sucessivos negócios em contextos sócio-políticos que condicionam as decisões públicas na democracia.

A primeira experiência de implementação do PPGA ocorreu na Argentina, porém, foi interrompida. Mais tarde, no Brasil, a experiência do PPGA, culminou com a abertura do período democrático e a dissolução da ditadura militar, entre os anos de 1978 e 1984. A ditadura no Brasil foi um único e extenso lapso de 20 anos dentro desse processo (POGGIESE, 2011).

Na década de 90, a matriz conceitual da ciência social, que envolve o tripé — social, político e o conhecimento — foi colocada na esteira do planejamento e na tomada de decisão em projetos e políticas governamentais, habilitadas por vontades políticas expressas. É nesta combinação de metodologia científica e vontade política que de acordo com Poggiese (2011), se vislumbra no horizonte a possibilidade de melhorar os processos de decisão aumentando ao mesmo tempo a participação social, ou vice-versa, aumentar a participação social melhorando, ao mesmo tempo, os processos de decisão.

Foi em consequência dessa combinação (metodologia científica e vontade política) que se concentrou no tempo e no espaço a abertura política e a ampliação democrática em um grupo de países (Brasil 1982-1984, Nicarágua, 1983, Costa Rica 1984, Argentina 1985-1989), que permitiu trazer à luz a matriz metodológica que hoje é conhecida.

Poggiese (2011) informa que não existe o hábito da decisão e por isso há que fazê-lo à medida que deve ser criado como cenário formalizado de planejamento e gestão.

Isso exige uma preparação prévia junto com a manifestação expressa de uma vontade política do órgão governamental convocante, a respeito de quais procedimentos serão utilizados para o planejamento e a gestão por meio do PPGA. De modo que, as metodologias PPGA não se aplicam a todo e qualquer caso de participação, mas sim, aqueles em que o que está em jogo são as

circunstâncias formais e as pré-decisões, nos quais os atores envolvidos interferiram, adotem e pratiquem as regras PPGA (POGGIESE, 2011, p. 3).

Na perspectiva da cogestão, ou seja, da metodologia de planejamento participativo e gestão associada (PPGA), Poggiese (2011, p. 3) infere que é necessário antecipar práticas para transformar a realidade e defende que há a possibilidade de tomar decisões associadas entre Estado e as pessoas.

Particularmente, nas experiências da Argentina, o PPGA é o instrumento que os gestores urbanos têm escolhido para resolver problemas estruturais de gestão associado à vontade política de fazer. O Parque Avellaneda é um dos exemplos da experiência PPGA na Argentina, S O Buenos Aires, que será abordada posteriormente.

Já a experiência de participação e gestão pública denominada de Modelo de Inovação Social para o Desenvolvimento Participativo dos Territórios, ou “*Acción Territorial Vecinal*”, aplicada na região de Maule, no Chile busca fortalecer:

el poder de incidencia, negociación y acción colectiva de la ciudadanía, articulando a los e las vecinas, organizaciones y grupos que funcionan em escalas microvecinales, de forma tal que emerja un nuevo actor, que visibilice las problemáticas sociourbanas em esta escala mayor y formule y gestione agendas de desarrollo ante las instituciones públicas e los actores privados” (JERI et al., 2018, p.10).

A iniciativa faz parte do Projeto “*Territórios Vecinales Innovadores*”, que é executado pela Escola de Sociologia e Serviço Social da Universidade Católica de Maule (UCM) em conjunto com a Cooperación SUR, e conta com o financiamento do Fundo de Inovação para a Competitividade Regional de Maule (Fundo FIC, do Governo Regional de Maule).

Figura 01- Modelo de Inovação Social para o Desenvolvimento Participativo dos Territórios - Chile



Fonte: <https://www.territoriosvecinales.cl/>

Um total de 236 pessoas (funcionários públicos, líderes e representantes sociais de 25 municípios da região de Maule (Talca, Curicó, Linares e Cauquenes) participaram de seis ciclos de treinamento, realizado no período de novembro de 2018 a janeiro de 2019, que resultou na elaboração do Manual “Ação Territorial de Vizinhança”, documento que mostra um modelo de inovação social para o desenvolvimento participativo dos territórios. Este modelo está em fase experimental no Chile e tem a duração de três anos para ser totalmente implementado.

Figura 02- Ciclo de Treinamento Modelo de Inovação Social para o Desenvolvimento Participativo dos Territórios — Chile



Fonte: <https://www.territoriosvecinales.cl/actores-sociales-del-maule/>

Ação Territorial de Vizinhança é uma experiência atual e inovadora que requer apoio técnico e recursos financeiros. A ideia é que o modelo sirva de referência para processos de menor escala temporal, a fim de que possam enfrentar ou amenizar os problemas sócio urbanos em outros lugares do mundo. O planejamento e a gestão são ferramentas para o desenvolvimento sócio espacial e este desenvolvimento é entendido como uma mudança social positiva. Tais ferramentas também auxiliam a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades das pessoas de forma mais equitativa.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE E GESTÃO AMBIENTAL: INSTRUMENTOS LEGAIS

A política ambiental, no dizer de Fernandez-Vítora (1997) é comumente definida como conjunto de atividades e procedimentos com os diferentes níveis de competências e organizações supranacionais do Estado (administração central, autônoma e local) e as organizações não-governamentais que pretendem alcançar determinados fins de proteção do meio ambiente e conservação da natureza. Para Lanna (1995) a política ambiental se caracteriza por ser um instrumento legal que oferece um conjunto consistente de princípios doutrinários que conformam as aspirações sociais e/ou governamentais no que concerne à regulamentação ou modificação no uso, controle, proteção e conservação do meio ambiente.

As políticas ambientais trazem objetivos, diretrizes e princípios bem fundamentados para que o gestor ambiental não incorra em pré-julgamento de ações que o leve a erros na tomada de decisão (SCARDUA, 2003). Mas, não podem ser aplicadas dissociadas das características da sociedade que pretende atuar, uma vez que a tomada de decisão está vinculada aos reais objetivos da política, em equacionar o uso dos recursos e redistribuí-los. Em relação aos princípios dessa política, eles se baseariam no direito ambiental brasileiro, fundamentado pela Constituição Federal/1988, e também é marcado por algumas declarações internacionais das quais o Brasil é signatário, como a Declaração de Estocolmo²⁶, do Rio 92, Convenção da Diversidade Biológica (CDB), a Rio+10 e a Rio +20, que versam sobre a proteção do meio ambiente.

O ponto principal de evidência das discussões, tanto nas declarações internacionais quanto na Constituição Federal Brasileira, é indiscutivelmente o cidadão e a qualidade de vida destes. Assim como as pessoas, seria necessário acatar as diversidades existentes na fauna e na flora, respeitando seu habitat natural bem como sua existência, a fim de garantir a preservação. Nas lições de Antunes (2006, p. 27), “a relação com os demais animais deve ser vista de uma forma caridosa e tolerante, sem que se admita a crueldade, o sofrimento desnecessário e a exploração interesseira de animais e plantas”.

A qualidade de vida humana também está intimamente ligada às condições

²⁶ Declaração de Estocolmo, trata dos direitos fundamentais do homem a condições adequadas a vida, a um meio ambiente equilibrado, entre outros princípios. Foi firmada na cidade de Estocolmo, em 1972 (CMMAD, 1988).

sanitárias da natureza. As áreas verdes são instrumentos legais no processo de conservação e recuperação de vários atributos inerentes aos recursos naturais, tais como a biodiversidade, as funções ecológicas, a qualidade ambiental e a paisagem natural (PAZ *et al.*, 2006). A União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN) define-as como “uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos” (UICN, 1994, p. 7).

Bastante difundida mundialmente, a concepção de conservação da natureza *in situ* propõe o estabelecimento de um sistema de áreas naturais protegidas. A estratégia para o estabelecimento do sistema de áreas naturais protegidas teve como marco fundamental a criação em 1872, do Parque Nacional de *Yellowstone*, nos Estados Unidos, embora a definição de parque já houvesse sido criada por George Catlin, em 1830 (McCORMICK, 1992) e que diferentes tipos de áreas protegidas tenham existido anteriormente.

A existência de áreas naturais protegidas foi fundamentada em muitos países, pelo prisma da socialização e do usufruto das belezas cênicas existentes nesses lugares por toda a população. Nos EUA, o caso particular da criação do Parque *Yellowstone* representou uma vitória dos preservacionistas, que na época tinha o naturalista John Muir como seu maior expoente.

Na percepção dos preservacionistas, havia uma dissociação intrínseca da relação ser humano-natureza. Ou seja, o estado “natural” era tudo que prescindia da interferência humana e que, portanto, permanecia inalterado como criado originalmente pela “ação divina” (MONTEIRO; NÓBREGA, 2008). As áreas virgens para os preservacionistas deveriam receber proteção integral, sendo permitida em seu interior apenas atividades educativas e de recreação (McCORMICK, 1992).

Para exemplificar essa percepção, Diegues (1993) define dois tipos de entendimento:

[..] para alguns, as áreas naturais protegidas são um fim em si mesmas e destinam-se a proteger a natureza intocada, frente aos avanços do crescimento demográfico e da devastação do mundo moderno. Por outro lado, há o pressuposto que a humanidade caminha para a destruição dos ecossistemas naturais e que, no futuro, restariam somente “ilhas de conservação”, paraísos remanescentes de um mundo natural. Essas duas posições implicam em ideias opostas de significado da natureza: a primeira mais “egocêntrica”, onde o mundo natural tem um valor em si mesmo, independente da utilidade que venha a ter para o homem; a segunda é mais “antropocêntrica” e reafirma a primazia do homem sobre o mundo natural. Na segunda visão, o mundo natural foi criado para benefício e uso do homem. Para a primeira visão, o homem sempre se

comporta como um dominador, um domesticador da natureza e esse comportamento leva, irremediavelmente, à destruição do mundo natural. Na segunda visão, o mundo natural foi criado para benefício e uso do homem [...] (DIEGUES, 1993, p. 222).

O modelo estava ligado a uma visão romântica de valorização da vida natural e selvagem (*wilderness*) ameaçada pelo crescimento desordenado da população urbano-industrial (VAINER, 2010). Este modelo se expandiu, em seguida, para o Canadá e países europeus, tornando-se padrão mundial de proteção da natureza. A ideia que fundamenta o modelo é a de que as mudanças ocasionadas pelo ser humano na natureza são inevitáveis, havendo a necessidade e a possibilidade de conservar fragmentos naturais em seu estado original, antes da intervenção humana (ARRUDA, 1999).

A ideia de dissociação ser humano-natureza, de Muir e Pinchot, continuou orientando os pressupostos relacionados aos sistemas nacionais de áreas naturais protegidas. Com o passar do tempo, foram incorporados aos objetivos originais dos sistemas nacionais de áreas verdes protegidas, novos conceitos que priorizavam cada vez mais a conservação da biodiversidade das áreas escolhidas, e não apenas pelas belezas cênicas, como outrora ocorria (GHIMIRE, 1993).

Assim, sob o pressuposto da conservação da biodiversidade, as áreas naturais protegidas, especialmente os jardins botânicos, passaram a cumprir o papel socioambiental para o desenvolvimento ao servir principalmente como “laboratórios vivos” para pesquisas científicas, educação e interpretação ambiental.

Contudo, foi a partir dos anos de 1950 e, particularmente, na década de 1970, que o mundo conheceu uma significativa expansão de áreas verdes protegidas, período em que foram criados mil e trezentos parques. Segundo o Relatório Nosso Futuro Comum, lançado em 1987, pela Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (Comissão *Brundtland*) — que ressalta a proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável — a rede de áreas naturais se expandiu em 80% de extensão, sendo que dois terços do total dessas áreas foram criadas no terceiro mundo. O expressivo aumento do número de áreas naturais protegidas implantadas em países em desenvolvimento decorreu da preocupação da comunidade internacional com a rápida perda da biodiversidade em todas as regiões do mundo. Simultaneamente, os países em desenvolvimento passaram a perceber essas áreas como potenciais geradores de divisas através do turismo e como instrumento político para o controle de recursos florestais (GHIMIRE, 1993).

Em 1970, foi lançado o programa *Man and Biosphere* (MaB), da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), cujo objetivo era

encorajar o desenvolvimento com equilíbrio nas relações entre o ser humano e o ambiente natural. Em 1985, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a UICN passaram a incluir, na lista de parques nacionais, aquelas unidades protegidas em que há pessoas em seu interior, cidades, serviços de comunicação e atividades relacionadas, desde que permanecessem em uma zona específica e não prejudicassem a efetiva conservação das demais zonas (AMEND; AMEND, 1992).

Com o advento da Conferência de Estocolmo, em 1972, importantes resultados surgiram, como, por exemplo, a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), além do debate ocorrido entre países menos desenvolvidos acerca das diferentes prioridades para a questão ambiental, o progresso do pensamento ambientalista e finalmente o maior envolvimento das Organizações Não Governamentais (ONGs).

Dentre os discursos ambientalistas, as ideias das organizações ambientais (ONGs) tiveram maior relevância, dando maior visibilidade às suas ações, o que contribuiu diretamente para que demais atores, pesquisadores e parte do empresariado, incorporassem opiniões e ações mais efetivas ao debate ambiental. A atuação da comunidade científica se espalhou e numerosas instituições acadêmicas interdisciplinares de pós-graduação em meio ambiente e institutos de pesquisa com caráter interdisciplinar desempenharam papel relevante em programas e parcerias com agências governamentais, ONGs e empresas privadas, visando o uso sustentável e a conservação da biodiversidade.

Em 1992, o IV Congresso Mundial de Parques, ocorrido em Caracas, na Venezuela, teve como uma das principais temáticas o debate sobre a relação homem e as áreas naturais protegidas. Alguns conceitos e necessidades saíram fortalecidos e foram discutidos, posteriormente, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)²⁷ (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro, Brasil. Durante a Segunda Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, também chamada Rio 92 ou Eco 92, como ficou conhecida, dois importantes documentos que direcionariam as ações a serem adotadas pelos países signatários dessa convenção: a Carta da Terra (também chamada Declaração do Rio) e a Agenda 21²⁸. De acordo com esses documentos, a política de conservação da biodiversidade de um país ou de um estado deveria identificar os objetivos e as necessidades de conservação, descrever programas e seus objetivos, bem

²⁷ CNUMAD. Agenda 21. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996, 585p.

²⁸ CMMAD. *Nosso Futuro Comum*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988, 430p.

como as instituições responsáveis pela implementação e gestão dos espaços verdes protegidos.

Resultado de todos esses debates, a Agenda 21 brasileira estabeleceu algumas ações e recomendações para a prática da boa governança e ética para a promoção da sustentabilidade. Camargo (2002, p. 162) enfatiza que a Agenda 21 brasileira tem “o compromisso de mudar os padrões de governança e governabilidade estabelecendo um novo equilíbrio entre Estado e sociedade”, baseado no princípio da participação e no processo de descentralização (SCARDUA, 2003, p. 41).

Vinte anos após a Eco 92, aconteceu entre 13 e 22 de junho de 2012, a Conferência Rio +20, cujo objetivo foi assegurar um comprometimento político renovado com o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso e as lacunas presentes até aquele momento em relação aos resultados dos principais eventos sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar novos desafios emergentes como a economia verde e a erradicação da pobreza, bem como a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Embora os acontecimentos tenham ocorrido em ordem cronológica, a gestão ambiental propriamente dita não acompanha tais eventos. Ao contrário, é marcada por avanços e retrocessos devido a sua implementação estar diretamente vinculada às agendas governamentais locais.

Nos contextos locais, o planejamento ambiental partiria do princípio do planejamento, da valoração e conservação do meio ambiente de um determinado território com base na sustentabilidade. A gestão ambiental integraria a administração na execução de atividades econômicas e sociais que envolvem práticas sustentáveis, ao orientar a utilização dos recursos naturais racionalmente, inclusive fontes de energias renováveis ou não. A gestão ambiental urbana, portanto, de acordo com as visões mais consensuais sobre a mesma, primaria pelo uso de práticas que incluem a conservação e a preservação da biodiversidade, o reaproveitamento e a reciclagem de matérias-primas e a observação da relação do impacto ambiental das atividades do homem sobre o meio ambiente nas cidades.

A criação, o planejamento e a gestão de espaços públicos verdes se relacionam com o planejamento e gestão ambiental, pois são consideradas importantes estratégias de controle do território, especialmente nas áreas destinadas ao zoneamento natural nas metrópoles, tendo em vista que direciona os limites e as dinâmicas de uso e ocupação

específicos. As políticas públicas urbanas e de meio ambiente e as normas de uso que se aplicam a essas áreas são rotineiramente atribuídas em razão da valorização dos recursos naturais nelas existentes ou, ainda, pela necessidade de preservação de biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção, conforme expõe Medeiros (2003).

Essas estratégias dizem respeito à concepção da natureza, dos seres humanos, da sociedade e, portanto, também da percepção interdisciplinar para o gerenciamento, proteção e conservação da biodiversidade.

Em relação à gestão ambiental no Brasil, Scardua (2003) destaca em sua tese diversas dificuldades de implementação da mesma e elenca alguns fatores que podem ter contribuído como um entrave, fazendo com que a institucionalização da gestão ambiental nos estados e municípios brasileiros se processe de forma descontínua no tempo e no espaço, tais como: a falta de técnicos nos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente; falta de capacitação e treinamentos; salários defasados quando comparados aos praticados pela iniciativa privada; instituições despreparadas para assumir atividades ambientais; carência de recursos financeiros e de infraestrutura; ausência de instrumentos de gestão ambiental ou instrumentos ultrapassados, dentre outros.

Nessa medida, observa que os obstáculos existentes para a institucionalização de fato da gestão ambiental estão mais ligados à cultura dos órgãos centrais, que possuem uma visão centralizadora da forma de atuação, herança do modelo patrimonialista ainda hoje presente em nossa sociedade, do que ao interesse de assumir ou não essa atribuição, além da ausência ou insuficiência de capacidades institucionais, infra estruturais e participação social nos municípios (SCARDUA, 2003).

Coimbra (2004) entende que a qualidade da gestão ambiental é dada, principalmente, pela integração a um processo de administração participativa, integrado e contínuo, que procura compatibilizar as atividades humanas com a qualidade e a preservação do patrimônio ambiental. Por meio da ação conjugada do poder público e da sociedade organizada em seus vários segmentos, a gestão priorizaria as necessidades sociais e do meio natural, com alocação de recursos e mecanismo de avaliação e transparência.

Entretanto, o processo de gestão ambiental com enfoque participativo requer um conjunto de condições que assegurem a sua sustentação. Dentre estas condições: a visão sistêmica, o planejamento e descentralização de ações, a integração e a equidade nas

relações de interesses institucionais, a fim de proporcionar a efetiva participação dos agentes envolvidos na conservação sustentável do meio ambiente.

No contexto da participação, são inegáveis os avanços quantitativos no que se refere a implantação de diferentes instrumentos de gestão ambiental, que subsidia a condução da política ambiental nas esferas federal, estadual e municipal como, por exemplo: Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, Comitês de Bacias Hidrográficas, Consórcios Públicos, entre outros (MACEDO, 2007). Os conselhos gestores são importantes instrumentos de participação, mas, em grande parte dos espaços públicos verdes urbanos, tem pouca mobilização e participação. Há casos em que os espaços ainda não conseguiram implementar seus conselhos por falta de quórum, ou outros que já iniciaram o processo de implantação e os extinguiram por causa da baixa participação (WHATELY, 2008), por incipientes parcerias ou falta de recursos financeiros.

Azevedo e Anastasia (2002) concordam com Avritzer (2000), que os conselhos gestores ou “inovações institucionais” vêm sendo experimentadas no Brasil a partir do final dos anos 80. Também são denominadas “instituições híbridas”, que são instituições mistas, formadas em parte por representantes do Estado e em parte por representantes da sociedade civil, com poderes consultivos e/ou deliberativos, que agregam elementos da democracia representativa e da democracia direta. Estas instituições híbridas indicam uma gestão compartilhada entre o estado e a sociedade civil para a tomada de decisão. Elas são expressas, por exemplo, na elaboração de Planos Diretores Urbanos (PDUs), que fornecem subsídios para o ordenamento territorial e também são instrumentos que podem contribuir para uma gestão ambiental participativa.

4.1 Políticas públicas para proteção do meio ambiente no Brasil

No Brasil, as pressões sobre os recursos naturais foram intensificadas a partir do século XIX, devido ao crescimento desordenado da população urbana (que ainda é um problema de ordem pública nos dias de hoje), particularmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador para citar apenas alguns exemplos. Para conter as degradações ambientais, especialmente nos mananciais ameaçados pelo uso inadequado dos recursos hídricos, foram publicados, em 1817 e 1818, vários Decretos Reais com o objetivo de proteger legalmente as áreas ameaçadas. Embora, nessa época, as medidas

administrativas não tivessem como foco principal a proteção e a gestão adequada dos recursos naturais, as iniciativas já demonstravam a preocupação com a conservação da natureza no país. Nesse período, não havia, no Brasil, aporte legal e administrativo que possibilitasse a criação, gestão e manejo de áreas naturais (BRITO, 2010).

A partir da elaboração da Constituição de 1934 foi concedido à natureza o valor de ‘patrimônio nacional’, que proporcionou a entrada na agenda governamental da discussão das questões ambientais. Nesta vertente, o Código Florestal, criado em 1934, delineou os principais conceitos de Parques Nacionais (PARNA) e Florestas Nacionais (FLONA), consideradas as primeiras categorias de Unidades de Conservação (UC) instituídas no país. Com base no Código Florestal/34, foi publicado o Decreto nº 1.713/1937, instituindo a primeira UC brasileira, o PARNA de Itatiaia, no Rio de Janeiro, destinada a atividades de pesquisa científica e uso lúdico (BRITO, 2010).

A criação e gestão de áreas naturais brasileiras legalmente protegidas são caracterizadas por três aspectos: construção histórica da política ambiental, imbuída teoricamente nas concepções preservacionistas; normatização da legislação baseadas no desenvolvimento de ações de comando e controle e o aparelhamento do Estado, ou seja, conjunto de órgãos gestores que envolvem as três esferas de governo (BRITO, 2010). De acordo com o autor, o surgimento de tipologias, grupos e categorias de espaços legalmente protegidos ocorreu a partir da promulgação de leis e decretos criados para atender a demanda da sociedade e Estado, e para ratificar diversos acordos, tratados e convenções adotados pelo Brasil.

Antes da promulgação da Constituição Federal Brasileira (CF), em 1988, a proteção das áreas naturais estava *sub judice* da Lei nº 6.938/1981, art. 3º, inciso I, que trata da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Esta lei conceitua meio ambiente como: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (BRASIL, 1981). Esta lei previa um sistema de gestão ambiental descentralizado no país por meio do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), constituído por um órgão superior, um órgão consultivo deliberativo, um órgão central, um órgão executor, órgãos seccionais e órgãos locais. A PNMA previa que o modelo de gestão ambiental a ser adotado no Brasil tivesse como premissa a descentralização das ações, do órgão superior para os órgãos locais. Entretanto, como e quando deveriam ser feitas tais atividades não foi discutido com os entes estaduais e municipais, entes estes, alvo das ações previstas no SISNAMA,

segundo analisa Scardua (2003).

Nessa medida, a PNMA foi impulsionada com a promulgação da CF/88, que dedica um capítulo específico sobre a questão ambiental. Por intermédio do art. 225, o país consagra o meio ambiente como direito público e assegura a todas as pessoas o “direito ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, p.1708).

Angher (2005) é um dos teóricos que defende que o controle ambiental de áreas verdes, compreendendo a fauna e a flora silvestres, a proteção e a preservação de espécies exóticas, é obrigação dos municípios e estados, da União e de todos os cidadãos. Desde 1980, os municípios começaram a criar estruturas voltadas à descentralização das ações por meio de modelos de gestão ambiental, como, por exemplo, os Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMAS), estratégia inicial para a criação e implantação dos órgãos municipais de meio ambiente.

No âmbito do governo federal, especificamente no Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tem sido o principal gestor e responsável pelo controle da fauna e da flora brasileiras, por meio de alguns programas desenvolvidos pelo MMA, a exemplo do Programa Nacional de Meio Ambiente — PNMA I e o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil — PPG-7. Este órgão atua nos estados brasileiros através de superintendências regionais. Em alguns estados brasileiros onde existe déficit na infraestrutura de gestão ambiental, o IBAMA passa a ser o órgão oficial responsável pelo controle da biodiversidade.

Entre os anos de 1990 a 2000, em todo o Brasil, foi realizada uma força-tarefa com a finalidade de definir áreas prioritárias para a proteção, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros. Assim, iniciou um amplo trabalho de planejamento que envolveu várias áreas de conhecimento, tornando o trabalho interdisciplinar.

4.2 A proteção legal para Unidades de Conservação no Brasil: Lei do SNUC

O modelo de áreas verdes protegidas adotado pela legislação brasileira é um dos

principais elementos de estratégia de proteção legal de áreas naturais brasileiras²⁹ (ARRUDA, 1999). Este foi influenciado pela política de proteção ambiental, a partir da criação do Parque *Yellowstone*, nos Estados Unidos, em 1872 (BRITO, 2010).

Em 2000 foi criada a Lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esta lei ficou conhecida como Lei do SNUC. De acordo com o Art. 2º desta lei, entende-se por:

I - Unidade de conservação (UC) espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II – Conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantir a sobrevivência dos seres vivos em geral [...];

V – Preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais [...] (BRASIL, 2000, p. 2).

O SNUC define dois grupos de Unidades de Conservação (UC's): Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As UC's de Proteção Integral têm por objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais (art. 7º, § 1º). Já as UC's de Uso Sustentável visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (art. 7º, § 2º) (BRASIL, 2000).

Os principais instrumentos de gestão de unidades de conservação de que trata a lei são: o zoneamento ambiental e os planos de manejo. O zoneamento ambiental estabelece uma compartimentação de um determinado território em zonas diferenciadas de utilização do solo e dos recursos naturais, considerando as questões geomorfológicas, bióticas e socioculturais.

Com relação aos planos de manejo³⁰, a Lei do SNUC orienta que todas as

²⁹ Embora este estudo trate sobre jardins botânicos, a literatura retrata que a criação legal de áreas naturais brasileiras com a finalidade de proteção dos recursos naturais abrange várias categorias de áreas protegidas com regulamentações específicas para cada área verde.

³⁰ Plano de Manejo: documento técnico mediante o qual com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelece o seu zoneamento e as normas que deve presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias a gestão da unidade - Art. 2º, XVII, Lei do SNUC (BRASIL, 2000, p.2)

Unidades de Conservação devem ser gerenciadas por este documento, também chamado de plano de gestão. Na elaboração do plano de manejo, o ideal é que se disponha de um levantamento eficiente e eficaz da flora e da fauna e demais diagnósticos do meio físico. Os planos de manejo ao serem elaborados devem ter o caráter interdisciplinar, pois também preveem programas que incluem a administração da infraestrutura, a gestão da visitação pública, atividades de educação ambiental, proteção, fiscalização, interação socioambiental e apoio à regularização fundiária.

A criação do SNUC abriu espaço para que novas categorias de áreas protegidas fossem criadas ou incorporadas, a partir de experiências originais desenvolvidas no país, além das já previstas pela legislação brasileira. As UCs exercem uma função ambiental de grande importância, quanto ao uso sustentável dos recursos, que favorece um ambiente saudável para as coletividades locais. A lei do SNUC é considerada um marco no que se refere à democratização dos espaços de gestão ambiental pública, pois torna obrigatório o estabelecimento de processos de participação na gestão das UCs (MACEDO, 2007).

O art. 5º, inciso III, da lei do SNUC, dita as diretrizes que asseguram a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000). Esses processos participativos devem ocorrer formalmente através de três instrumentos: as consultas públicas, os planos de manejo e os conselhos gestores (MACEDO, 2007).

De acordo com o SNUC, os parques nacionais, estaduais e municipais são de posse do domínio público e têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (BRASIL, 2000). Para isso, o SNUC instituiu, através do zoneamento, setores ou zonas em uma UC, com objetivos de manejo e normas específicos, proporcionando meios e condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (BRASIL, 2000). Esta lei restringe a denominação “parque” para as UCs de Proteção Integral, localizadas em perímetro urbano ou rural, seja de gestão federal, estadual ou municipal (BRITO, 2009).

4.3 A proteção legal para jardins botânicos brasileiros

Uma política pública de determinado setor pode ser congruente com outra política pública de outro setor, como também ser complementar a esta política pública, ao fornecer elementos reforçadores de seus objetivos e metas principais; pode ser ainda reparadora

ou compensatória, ao atuar sobre os danos ou consequências das políticas públicas, com o objetivo de atenuá-los (BELLONI, 2000). Nesse sentido, em relação aos jardins botânicos, no mesmo período é criada no Brasil, em consonância às Normas Internacionais de Conservação para Jardins Botânicos, a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Resolução 266, de 03 de agosto de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, que estabelece diretrizes para a criação de jardins botânicos brasileiros, normatizar o funcionamento desses espaços verdes e, ainda, definir os seus objetivos.

O art. 2º da Resolução CONAMA 266/2000 define que os jardins botânicos brasileiros terão por objetivos:

- I – Promover a pesquisa, a conservação, a preservação, a educação ambiental e o lazer compatível com a finalidade de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;
- II – Proteger inclusive por meio de tecnologia apropriada de cultivos, espécies silvestres, ou raras, ou ameaçadas de extinção, especialmente no âmbito local e regional, bem como resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;
- III – Manter bancos de germoplasma *ex situ* e reservas genéticas *in situ*;
- IV – Realizar de forma sistemática e organizada, registros e documentação de plantas, referentes ao acervo vegetal, visando a plena utilização para a conservação e preservação da natureza, para pesquisa científica e educação;
- V – Promover intercâmbio científico, técnico e cultural com entidades e órgãos nacionais e estrangeiros;
- VI – Estimular e promover a capacitação de recursos humanos (BGCI, 2001, p. 03)

Essa mesma Resolução cria a Comissão Nacional de Jardins Botânicos (CNJB), cuja finalidade é assessorar a Secretaria-Executiva do CONAMA no acompanhamento e análise dos assuntos relativos a jardins botânicos.

Os jardins botânicos foram criados para empreender muitas atividades de “conservação integrada”, abordagem multidisciplinar de conservação de plantas e já desempenham papéis de destaque em pesquisa botânica, recuperação de espécies, monitoramento e restauração de ecossistemas, bioprospecção e inventários florísticos, reintrodução e desenvolvimento de sistemas de uso sustentável para recursos de plantas silvestres, educação pública, biologia da conservação, administração de coleções vivas, entre outros campos do conhecimento.

É difícil definir uso sustentável em jardins botânicos. Entretanto, são a eles inerentes duas ideias fundamentais: i) o uso sustentável de espécies silvestres fornece benefícios para a conservação, não só por conservar determinadas espécies, mas também

ecossistemas a elas associados; ii) fornece benefícios ao desenvolvimento, quando assegura, a longo prazo, o provimento de recursos valiosos para as pessoas e quando possibilita a recuperação de espécies que foram exauridas pelo uso descontrolado (BGCI, 2001).

Em 2003, foi criada a Resolução CONAMA 339, de 25 de setembro de 2003, que classifica três categorias distintas para jardins botânicos “A”, “B” e “C”, observando-se vários critérios técnicos que consideram a infraestrutura, qualificação do corpo técnico e de pesquisadores, objetivos, localização e especialização operacional, dentre outros (BGCI, 2001).

As Resoluções CONAMA 266/00 e 339/03 fornecem diretrizes e estratégias para a criação, planejamento e gestão de jardins botânicos brasileiros, pois trazem em seu bojo mecanismos norteadores de fundamental importância para o planejamento sustentável e a implantação de programas, projetos e ações que favorecem a gestão ambiental nesses lugares.

No Manual Técnico de Darwin para Jardins Botânicos, os autores Leadlay e Greene (1999) mencionam que todo jardim botânico deve ter um plano diretor que abranja a missão e um plano orientado por um programa com metas. A Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB) orienta que os jardins botânicos implementem um instrumento de planejamento (plano diretor ou plano de gestão) que defina as diretrizes e ações para direcionar seus objetivos e a visão de futuro.

Como alguns jardins botânicos brasileiros possuem *status* de parques ou jardins zoológicos estes devem obedecer às diretrizes da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, também conhecida como a Lei de Crimes Ambientais e Instruções Normativas (IN) instituídas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que visam proteger a fauna brasileira. No quadro a seguir, apresenta-se uma síntese dessas políticas.

Quadro 02: Políticas Públicas de Meio Ambiente Brasileira: da criação a implementação

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	OBJETIVOS	DEFINIÇÃO
1817/1818	Decretos Reais	Conter as degradações ambientais, especialmente nos mananciais ameaçados pelo uso inadequado dos recursos hídricos	Proteção dos mananciais
CF/1934	Artigo	Proporcionar a entrada na agenda governamental da discussão das questões ambientais	Concede a natureza o valor de “patrimônio natural”
Código Florestal/1934	Artigo	Delineou os principais conceitos de Parques Nacionais (PARNA) e Florestas Nacionais (FLONA)	Conceitua parque e florestas nacionais
Decreto nº 1.713/1937	Regulamentação	Cria a primeira UC/Brasil PARNA, Itatiaia/RJ	atividades de pesquisa científica e uso lúdico
Ministério do Meio Ambiente MMA	Lei nº 6.938/1981, (PNMA)	Prevê criação de um sistema de gestão ambiental descentralizado no país por meio do SISNAMA	Descentralização de ações de proteção do meio ambiente
CF/1988	Art. 37 (Meio Ambiente)	Dedica um capítulo sobre meio ambiente como direito público	Descentralização das ações de proteção do meio ambiente
Agenda 21 Brasileira	Conferência Eco/92	Identificar os objetivos e as necessidades de conservação, descrever programas e seus objetivos	Ações e recomendações para a prática da boa governança e ética para a promoção da sustentabilidade.
Ministério do Meio Ambiente MMA	Lei nº 9.985/2000 Lei do SNUC	Orientação para a criação de um plano de gestão democrático e participativo	UC Proteção Integral (Parques) preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais (art. 7º, § 1º), RPPN, APAS, Reservas Extrativistas
Ministério do Meio Ambiente MMA	Resolução Conama nº 266/2000	Diretrizes para a criação e normatização de jardins botânicos	Criação e normatização para jardins botânicos
Ministério do Meio Ambiente MMA	Resolução Conama nº 339/2003	Artigo Critérios	Define critérios para categorização de jardins botânicos
Ministério do Meio Ambiente MMA	Conama nº 369/2006, Art. 8º, § 1º	Define Áreas Verdes urbanas	Revogada com o novo Código Florestal - Lei nº 12.727, de 17/10/12

Fonte: elaboração própria baseado no conteúdo das políticas públicas (2018)

5 NATUREZA NA CIDADE: A DINÂMICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E ESPAÇOS VERDES

Morar nas cidades torna-se complexo devido à vida urbana estar alicerçada sobre diversos conflitos e problemas que coadunam dimensões éticas, ambientais, econômicas, culturais e sociais que afetam diretamente a qualidade de vida de seus habitantes. Esses problemas resultam do processo de consolidação das áreas urbanas como importantes espaços para o desenvolvimento do capitalismo e da reprodução da vida em sociedade. A cidade é resultado de vários tipos de processos sócio espaciais gerados pela complexa interação entre os agentes modeladores do espaço, interesses diversos, significações e fatores estruturais (BAHIA, 2012). Cidade é o espaço onde o homem pode desenvolver melhor as suas ideias, devido à coexistência de diferentes grupos sociais, sendo assim, um lugar onde se tem a liberdade de optar por um modo de vida diverso (BRAGA; CARVALHO, 2004).

A maneira como a sociedade se organiza no ambiente urbano levanta a necessidade de reflexão sobre os conceitos que envolvem os espaços (urbano, público e turístico). Sobretudo como um fenômeno espacial, pois as contradições do mesmo “não advêm da sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social” (LEFEBVRE, 2010, p. 57).

Como nos mostra Lefebvre (2010), a cidade é o espaço mais visível e concentrado das diferenças de classes e das contradições sociais. Essa percepção das contradições sociais mostra o entendimento das relações mais amplas entre sociedade e mercado, na perspectiva macro e interescalar, mas exige um esforço teórico de tradução, no sentido de construção de mediações teóricas aplicáveis à análise de cidades integradas ao mercado e às relações de trabalho assalariado.

A percepção do urbano se restringe às cidades idealizadas a partir de um dado padrão da sociedade moderna. Esse é o ponto da crítica ao adotar um olhar homogeneizador que define a cidade pela relação com o capital e ainda pela sociedade industrial. O espaço é a expressão da sociedade. É onde a vida social acontece e onde o turismo se apresenta com todas as suas interfaces. Uma vez que a sociedade está passando por transformações estruturais, na atualidade estão surgindo novos usos, novas funções e novas formas do espaço.

O espaço é um produto material em relação a outros produtos materiais, que envolve, inclusive, as pessoas, as quais se expressam em relações sociais

“historicamente” determinadas que oferecem ao espaço uma função, uma forma e um sentido social (CASTELLS, 2010). É, portanto, um espaço vivido (GOMES, 1996), portanto, deve ser compreendido como um espaço de vida, construído e representado por aqueles que nele interagem.

Nesse cenário, as relações socioambientais nas cidades modernas sofrem também diferentes modificações, reflexo do modelo capitalista de produção e consumo que as sustenta e que resulta em problemas significativos aos sujeitos no ambiente urbano.

Com o processo de evolução das sociedades ocidentais, as cidades foram tomando novos formatos e funcionalidades que agregaram aos espaços públicos urbanos uma dinâmica própria. A partir do advento e da expansão da Revolução Industrial em meados do século XVIII e durante o século XIX, as cidades passaram a receber um número crescente de habitantes e uma maior demanda de atividades econômicas. Durante os séculos XIX e XX, urbanização e industrialização foram processos praticamente associados, ou seja, as cidades se urbanizavam na mesma medida em que se industrializavam (BRAGA; CARVALHO, 2004). Porém, esse crescimento oriundo das atividades econômicas não foi acompanhado de planejamento urbano adequado, fato que originou diversos problemas ambientais em cidades europeias.

Entretanto, a cidade, ao mesmo tempo em que favorece o processo civilizatório, pois demanda possibilidades de construir espaços de sociabilidade, exige uma cidadania cada vez mais sofisticada nas relações sociais solidárias, no sentido em que os conflitos possam ser resolvidos de forma democrática e progressiva, com mais equidade, sobretudo culturalmente, de maneira mais sadia e sustentável (BRAGA; CARVALHO, 2004).

Joseph (2000) classifica a cidade como um meio natural de socialidades reticulares, de interações situadas, que se elaboram no cotidiano em um jogo complexo e dialético entre organização e desorganização, entre identidades e mobilidades, entre frequência do similar e experiência da diversidade e entre as fronteiras do privado e do público, que incluem regras, normas, fiscalização, regulação e sugerem que espaço público urbano significa espaço do encontro, do ajuntamento, do político e da performance. Esse *mix* produz o espaço público na cidade.

Neste capítulo, procura-se discorrer sobre diversos enfoques teóricos que permitem a compreensão dos espaços públicos. Serão abordados os estudos de autores como Figueiredo (2008), Gomes (2002), Harvey (2014), Lefebvre (2010), Leite (2004), Santos (1985; 1987), Trindade Júnior (2013), dentre outros que debatem os processos de

urbanização em nível internacional, nacional e amazônico e procuram apresentar, em suas análises, as transformações e os reflexos nos usos, formas e funções de apropriação dos espaços públicos pelos cidadãos.

5.1 A plurissignificação dos espaços públicos urbanos: do direito à contemplação ao direito à cidade

A história dos espaços públicos urbanos está intrinsecamente ligada aos processos de urbanização pelos quais passaram as cidades europeias, particularmente quando ocorre a forte influência do Barão Georges-Eugène Haussmann, entre os anos de 1852 e 1870, perceptíveis no planejamento e modernização da cidade de Paris, na França. Dentre as principais mudanças, inclui-se o alargamento das vias públicas, a higienização da cidade, a hierarquização dos espaços, a busca do controle em relação à função, à forma e à beleza cênica. As ruas receberam tratamento para circulação de pessoas e de transportes urbanos. Essas transformações criaram os *boulevards*, que mudaram a paisagem da cidade moderna no ocidente (FIGUEIREDO, 2008).

No que concerne à produção social na cidade, Lefebvre (2010) menciona três dimensões que demarcam o espaço urbano: a prática espacial, a representação do espaço e o espaço da representação. A primeira dimensão se relaciona à dimensão do percebido e corresponde à materialização física das formas espaciais construídas pressupondo uma reunião de usos e funcionalidades distintas. A segunda dimensão diz respeito ao concebido, às representações mentais do espaço ligadas, principalmente, ao saber e ao poder que expressa símbolos e imagens que definem o pragmatismo na sociedade, como aquele concebido pelos planejadores, urbanistas e pelos tecnocratas. A terceira dimensão é o espaço vivido e inclui diferentes práticas cotidianas dos sujeitos com suas imagens e significados. Esta contém a dimensão do “irracional”, das emoções, do subterrâneo, das obras, do “simbólico”, recobertos de códigos, linguagens e resíduos colocados em prática pelos setores de planejamento e pela racionalidade, que concebe um ordenamento urbano novo visando alcançar conteúdos espaciais novos às formas espaciais antigas (LEFEBVRE, 2010).

O espaço público, visto como área de sociabilidade, lazer, cultura e turismo está em oposição ao urbano, tendo em vista que, na atualidade, são cada vez mais incipientes nas cidades modernas, tornando-se fato raro e distante dos moradores das grandes

metrópoles.

Percebe-se que, com o acelerado aumento das transformações urbanas ocasionadas pelas novas configurações das cidades, as dinâmicas que regem os espaços públicos verdes sofrem alguns rompimentos desencadeados pelo crescimento urbano desordenado e pela modificação da paisagem, onde a floresta em pé dá lugar a um processo acelerado de verticalização, perceptíveis nas edificações residenciais e/ou comerciais. Ou, ao mesmo tempo que as propostas de requalificação urbana projetam alguns aspectos culturais, relegam outros ao esquecimento e/ou à anulação no contexto da vida cotidiana moderna (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

No Brasil, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e privados é tão diferencial e contrastante que uma grande maioria de brasileiros acaba por ser privada dessa acessibilidade. Por vezes, estes simplesmente não existem ou não podem ser acessados por poucos recursos financeiros ou pouco tempo. Na grande metrópole, há cidadãos de diversas classes ou ordens, desde o cidadão abastado de recursos financeiros que tem o privilégio de utilizar a metrópole toda, até o que, por falta de meios, somente utiliza a cidade parcialmente, como se fosse uma cidade pequena ou uma cidade local. Essa ideia de espaço é defendida por Santos (1987) como produto definido socialmente e inclui os aspectos naturais. É perceptível que o espaço é produzido através de uma lógica capitalista de bens e consumo, pois o valor do indivíduo depende do lugar em que ocupa na sociedade.

O espaço é considerado, para Santos (1987, p. 22) “como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica de outro lado, situações que se apresentam na atualidade”. Assim, a igualdade dos cidadãos supõe para todos uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços disponíveis, sem os quais a vida não será vivida com o mínimo de dignidade que se impõe.

Por sua vez, Leite faz uma distinção entre conceitos fundamentais como espaço urbano, esfera pública e espaço público. O espaço urbano é a simples configuração espacial da cidade, sem maiores significados para os sujeitos e suas ações sociais. Este não inclui práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social de seu espaço. Esfera pública é um campo imaterial que prescinde de uma referência espacial para a realização de ações interativas (LEITE, 2004). Arendt caracteriza esfera pública pelo crescimento e pela irresistível tendência de “devorar as esferas do político e do privado” (ARENDR, 2001, p.55). De certo modo, viver em sociedade também significa

atuar na esfera pública.

Vale dizer que a interseção entre espaço urbano e esfera pública resultaria em um espaço público, definido como sendo “algo que resulta de uma demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas reflexivamente delimitado” (LEITE, 2004). O espaço público possui sociabilidade pública com práticas interativas (conflitivas ou não), convergência de categorias espaço *versus* ação.

O espaço público não se qualifica de forma absoluta, existindo um *continuum* muito complexo para a sua definição. Espaço geográfico ou social é aquele definido por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2008). Esse lugar é um espaço dotado de significação, gerando espaços vividos que se associam a identidades coletivas e processos de construção, modificações de territórios e de construção de sentimentos de lugar, “pertencimento”. A partir daí ele estabelece uma diferenciação entre os tipos de espaço, sendo eles públicos ou coletivos. O espaço público pressupõe uma liberdade formal e real. Já o espaço coletivo é um espaço de uso comum, mas desprovido de qualidades e sem liberdade. Percebe-se aí que existem posições sobre espaço público, das quais, uma é de origem liberal, que defende a primazia ao individual e à defesa da vida privada, e, a outra posição é democrática ou republicana, segundo a qual o espaço público é um *locus* em que o ser humano se realiza plenamente (SOUZA, 2008).

Entretanto, a ideia de espaço público, nas ciências da sociedade, tem sido foco de enfoques teóricos e metodológicos diversos que permitem a compreensão dos espaços urbanos. Todas as pessoas, independentemente do tipo e classe social, têm direito a produzir uma vida em comum nas metrópoles, pois as qualidades humanas emergem de nossas práticas nos diferentes espaços da cidade, mesmo que estes sejam passíveis de cercamentos, controle social e apropriações, tanto por interesses público-estatais quanto por interesses privados (HARVEY, 2014). O comum e o comum urbano são continuamente produzidos. A dinâmica da cidade é também a operacionalidade de seus espaços, de comunicação, de sociabilidade e de mistura dessa morfologia sócio espacial.

Assim sendo, ameaças e limitações à autonomia individual e coletiva em decorrência das transformações sociopolítico-espaciais podem gerar o que Souza chama de “anemia” do espaço público, que corresponde à deterioração da sociabilidade e da civilidade e às restrições ao exercício da cidadania. Espaços públicos vigiados são anêmicos, mas não anômicos, pois não registram um relaxamento das normas que regem

a vida de uma sociedade, mas, ao contrário, são marcados pelo monitoramento que só restringem a privacidade, ameaçam a liberdade e a espontaneidade (SOUZA, 2008). Quanto maior a autonomia, o nível de acessibilidade e pluralismo, maior o grau de consistência da esfera pública e de vitalidade e densidade dos espaços públicos. Para revitalizar ou garantir a segurança de espaços públicos, é necessário buscar maior presença humana possível com heterogeneidade e diversidade dos espaços públicos como fator de vitalidade.

A necessidade do cercamento de espaços públicos, como os parques ou jardins botânicos, gera o debate sobre se essas práticas estariam gerando um declínio, segregação ou perda do espaço público (SERPA, 2007). Por outro lado, em sociedades marcadas e estratificadas sobre a base da exclusão, é central e crucial a possibilidade de ter acesso a outros espaços, como, por exemplo, os jardins botânicos, espaço relacional onde se criam os sonhos, as vivências e a experiência do imaginário urbano.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente (SANTOS, 1996, p. 122). Considera-se o uso do espaço como lugar de moradia, de trabalho, de educação, de lazer, de esporte, de cultura e de turismo.

O espaço urbano, culturalmente construído é evidenciado pela produção de símbolos que se definem por intermédio de códigos, os quais não incluem apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, o ritual, a cerimônia, a música, a dança e as construções (COSGROVE, 2003, p. 103). Estas interferências e transformações que ocorrem no espaço, especialmente no urbano, reconfiguram não apenas a organização espacial pelos “arranjos físicos das coisas, mas também os padrões espaciais de ação social com a rotina e as concepções históricas do espaço e do mundo” (LEFEBVRE, 1998, p. 146).

Os espaços públicos, vistos como áreas de sociabilidade, lazer e turismo, indispensáveis à vida nas cidades, e que muitas vezes servem de ligação com a natureza, estão do lado oposto ao restante do urbano, com prédios erguidos em demasia, que favorecem a verticalização e transformam o núcleo urbano no que se costuma chamar de “selva de pedra”, bem como construções de condomínios de luxo que agrupam complexos de lazer e entretenimento, restritos a uma determinada classe social ou a sistemas econômicos de produção, que favorecem a segregação no acesso aos espaços. Contudo,

os espaços públicos caracterizados pela dinâmica da circulação, comunicação, lazer e sociabilidade, como os espaços verdes, têm sido alvo de intervenções do planejamento urbano, do lazer e do turismo nas cidades, em geral com a premissa de proporcionar bem-estar e qualidade de vida à população (FIGUEIREDO, 2008).

A compreensão da dinâmica do espaço público deve considerar distinções sociais que estão para além da renda, como a religião e a etnia (GOMES, 2002). Essa visão adotada por Gomes enfatiza a dimensão do espaço como política, onde verdades de grupos estão em conflito e negociação. Enfoca, ainda, os processos sociais de estruturação do espaço público, onde o pesquisador deve observar as dinâmicas, ritos de apropriação, exclusão e pertencimento, assim como a orientação espacial, segundo signos estruturados ou vivências diferenciadas que resultam em imaginários próprios aos grupos que transitam e transformam esses espaços. A forma cotidiana de se lidar com os espaços é a forma de significá-los.

Neste contexto, o espaço público, como hoje conhecemos, é um elemento típico das cidades modernas, estando em constante processo de requalificação. Os espaços públicos verdes, como os jardins botânicos urbanos, são dinâmicos e se associam de maneira diversa, criando composições próprias. Eles oferecem um lugar de representação do imaginário, onde são interpretadas as ficções, o teatro, os símbolos, os mitos ou as lendas. Distinções de uso regulam a distribuição das pessoas sobre o espaço, criam proximidades e distâncias, criam conflitos e alianças. Cada grupo social usa estratégias espaciais para desenvolver um sentido de compartimentação e exclusividade, a fim de acessar seus gostos, necessidades e desejos simbólicos ou não.

Contudo, a acessibilidade ao espaço público, ou seja, à própria cidade e aos jardins botânicos não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico de ruas, praças, largos, *shoppings centers*, parques e jardins. A acessibilidade aos espaços se apresenta como uma variável importante a ser analisada. Um espaço acessível a todos deve significar algo mais do que um simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo, segundo Serpa (2007). Essa acessibilidade não se reduz à questão material, mas pressupõe, igualmente, representações sociais e é carregada de simbolismos, com algumas interdições (barreiras físicas, paisagísticas, imagéticas, etc.) que dificultam a acessibilidade dos indivíduos ao espaço.

Considerando as reflexões de Serpa (2007), percebe-se que existe uma distância

mais social do que física na questão da garantia à acessibilidade, já que nem sempre o acesso ao espaço físico desses lugares representa uma verdadeira apropriação dos mesmos pelas classes populares. Alguns fatores que contribuem para essa distância social aos espaços públicos são a falta de condições financeiras, que limita o deslocamento das pessoas para esses lugares, a deficiência no planejamento e na gestão da cidade, a falta de divulgação desses espaços, a violência das cidades e a falta de uma democratização cultural desses espaços que possibilite o acesso igualitário a todos na vida urbana.

É preciso analisar se tais espaços são realmente públicos e democráticos ou se são implementados para apenas um tipo específico de público, caracterizando uma forma de segregação do espaço, já que “o problema da democratização do acesso não se resume a uma repartição espacial equitativa dos equipamentos, que permitiria chances de utilização equivalentes a todas as categorias sociais” (SERPA, 2007).

Nos últimos tempos, “os espaços públicos vêm perdendo o caráter de uso multifuncional deixando de ser local de encontro, de prazer, de lazer, da festa, do circo e do espetáculo” (BAHIA, 2012, p. 118), contribuindo para o “enclausuramento” das pessoas (MARCELLINO, 2006), na falta de opção de diversão em espaços públicos ou em equipamentos de lazer que estimula o gasto do tempo livre na própria residência.

Evidencia-se, nos dias atuais, uma certa privatização da vida cotidiana ao lar, no qual os moradores das cidades estão conectados à tecnologia e ao mundo virtual, como mediadores do contato com a realidade e com a cidade, o que reduz, significativamente, o diálogo, as relações humanas e afetivas, o contato físico e emocional entre as pessoas e a experiência em espaços públicos verdes urbanos.

Para se considerar o espaço como realmente público, Serpa (2007) orienta que se deve levar em consideração uma acessibilidade generalizada e irrestrita a um espaço, a qual deve significar muito mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo.

A acessibilidade se caracteriza por ter um caráter simbólico, estando muitas vezes relacionada à demarcação de territórios urbanos, ao capital cultural herdado da família”, ao “capital social educacional (BOURDIEU, 2007), aos tipos de consumo, aos estilos de vida e às dimensões de classe (BOURDIEU, 2008), os quais se caracterizam como elementos determinantes das identidades sociais.

A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa, também, uma dimensão de classe, uma alteridade “desigual” e “diferente”. Desse modo,

a acessibilidade ao espaço público na cidade contemporânea é, em última instância, hierárquica (SERPA, 2007).

Por outro lado, alguns espaços públicos constituem nas cidades contemporâneas os filtros por onde a comunicação social é obtida (GOMES, 2002). Em uma estrutura fracionada, a cidade perde sentido global e se transforma em aglomeração. Neste contexto, algumas áreas surgem com o papel de intermediárias no diálogo entre os diferentes segmentos que compõem a cidade.

Os espaços verdes urbanos considerados como os hortos, bosques, parques, jardins, praças, abertos ou fechados são os lugares onde ocorre a vida pública que tem relação direta com a vida política. São, portanto, lugares de fruição da vida social que precisam incluir as diferentes necessidades dos indivíduos que atuam e se relacionam, lugares onde a vida ganha uma dimensão pública através da comunicação. Assim, faz-se necessário “estabelecer os princípios e as condições em que uma norma é válida e pertinente ao conjunto de pessoas que vivem juntas. É o lugar das indiferenças, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, devem ser submetidas às regras de civilidade” (GOMES, 2002, p. 161).

A dinâmica do espaço urbano não pode ser dissociada da dinâmica da vida e dos elementos materiais que a cercam, a partir dos quais as formas históricas de apropriação e as inter-relações políticas definem os espaços de uso público, a exemplo dos parques e jardins que se situam num cenário onde se reproduz um complexo sistema de redes e fluxos, como afirma Leoncione (2006).

5.2 A experiência da visitação, do turismo e do lazer nos espaços públicos verdes urbanos

Turismo significa o movimento de pessoas. A essência do turismo está nas relações entre as pessoas e a sua interação com os espaços visitados. Dessa forma, além da vertente econômica, o turismo pode ser entendido como fenômeno social cujos componentes básicos para a reflexão são o ser humano, o espaço e o tempo (BARRETO, 1997; CRUZ, 2000).

O sistema do turismo indica algumas características presentes e estudos mais aprofundados sobre o fenômeno. Christin (2008) compreende o turismo como uma atividade ocidental, pois a maioria dos turistas é ocidental e os principais destinos são

ocidentais. O dicionário *Le grand Robert de la langue française* (REY, 2001) define turista como “a pessoa que se desloca, que viaja por prazer”.

A viagem e o turismo se caracterizam, hoje, pela possibilidade de representarem o homem pós-moderno e inscreve-se na lógica dual trabalho/tempo livre. O turismo é sinônimo de férias e transformou-se no uso maximizado do tempo livre. A viagem permite uma vida melhor, pois ela cura, combate o *stress* cotidiano e oportuniza vivenciar diferentes experiências, além de educar o viajante/turista e modificar sua percepção de vida, pois a viagem proporciona o conhecimento (FIGUEIREDO; RUSCHMANN, 2004).

Figueiredo (2010) ao mencionar Sartor (1977 e 1981) como uma das primeiras pesquisadoras do turismo no Brasil, chama a atenção para o entendimento do turismo como fenômeno ligado à civilização moderna e entendido como atividade temporal do homem fora de sua residência habitual, por razão diferente daquela de exercer uma atividade remunerada. Outro autor que trata do fenômeno turístico é Fernandez Fuster, para ele “turismo é de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo (hotéis, agências de viagem, transportes, espetáculos, guias-intérpretes, etc), que o núcleo deve habilitar para atender às demandas turísticas que o invadem e que não promoveria se não as recebessem” (FERNANDEZ FUSTER, 1978, p. 28-29).

Dessa maneira, instaura-se uma nova forma de estudar turismo, como um *mix* de abordagem multidisciplinar e interdisciplinar que mostra todas as nuances do fenômeno já transformado em atividade mercadológica e, portanto, todas as abordagens dos estudos versam sobre uma grande quantidade de saberes organizados, principalmente sua organização e seu planejamento na gestão do turismo *stricto sensu*, na gestão relacionada às políticas públicas e na relação conceitual e operacional entre o mercado e os aspectos institucionais (estatísticas, políticas públicas, fluxos, transportes, núcleos receptores, núcleos emissores, etc.) (AZEVEDO *et al.*, 2013).

Contudo, o entendimento do turismo não deve ficar restrito apenas pela vertente econômica, para não se verticalizar sua apreensão num único campo de conhecimento. Dessa maneira, é importante compreendê-lo num contexto social mais amplo, que envolva outras variáveis, pois, além de envolver condicionantes intangíveis, o turismo acaba por instigar estudos em outras áreas como a sociologia, a economia, a geografia, a antropologia, entre outras, como afirma Azevedo (AZEVEDO *et al.*, 2013).

O entendimento do turismo enquanto fenômeno social é definido por Padilla (1993), ao afirmar que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, saúde, descanso ou cultura saem do seu local de residência habitual para outro no qual não exercem nenhuma atividade remunerada, nem lucrativa, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Para Moesch (2002) no turismo, o epicentro do fenômeno está na sua humanização, pois são os indivíduos que se deslocam para os destinos e não as mercadorias, o que impõe complexidade ao esforço de uma argumentação sistemática dessa realidade. Desse modo, o turismo ultrapassa a função de um sistema econômico. É processo humano, pois, se o turismo for compreendido como mera atividade econômica, sua análise passa a ser norteadas por índices estatísticos, projeções de crescimento, estudos de oferta e demanda e fluxos de turistas, planos e projetos em nível macro e micro, custo-benefício em relação à produção e ao consumo, limitando-se a uma análise aparente do fenômeno econômico.

O estudo dos usos, das trocas e motivações dos turistas em regiões receptoras, do encontro entre os visitantes e os visitados, traz interessantes contribuições para o entendimento do “tempo e do “espaço” turístico e, principalmente, da produção de relações (humanas) produzidas no seio da prática social que surge da viagem para o lazer, considerando também a produção de diversos tipos de práticas e representações sociais (FIGUEIREDO, 2010).

Uma outra forma de produção social do espaço público relacionado ao turismo diz respeito ao turismo educacional ou pedagógico, que significa “o viajar para aprender”, e se caracteriza por viagens de estudo do meio, tendo como objetivo transportar o conhecimento teórico assimilado em sala de aula para a realidade concreta, oferecendo ainda momentos de descontração e sociabilização (SWARBROOKE; HORNER, 2002).

Esse tipo de turismo pedagógico serve como atividade educativa às escolas e contribui para o processo da aprendizagem em ambiente não escolar, ou seja, é a sala de aula transportada para o ambiente natural, que permite o enriquecimento cultural, a partir do contato com o patrimônio material e imaterial entre o visitante e o visitado. Essas viagens³¹, quando ocorrem em EPVUs, são importantes e instrutivas para o processo de

³¹ Siqueira e Ornelas (2005, p. 19) classificam as viagens de cunho pedagógico sob duas vertentes, de acordo com o tempo de permanência do visitante no lugar visitado. Excursionismo pedagógico, são viagens

conscientização socioambiental, por meio de atividades de educação ambiental, ao educar o olhar dos discentes para práticas sustentáveis, para a preservação e conservação da flora e da fauna, além de contribuir para a interação e a sociabilidade entre os indivíduos. Visitar jardins botânicos possibilita resgatar a relação entre o ser humano e a natureza que não deveria ser rompida.

Spínola da Hora e Cavalcanti (2003, p. 224) inferem que, nessa experiência, “os alunos passam a assumir a condição temporária de turistas, deslocando-se de seu lugar de origem em busca de algo novo”. Há, então, numa aula, o elemento dinâmico (a viagem) e o sujeito do turismo (o turista). A troca de posição se refere apenas ao tratamento dado à atividade pedagógica, pois não há mudança física, social ou psicológica dos discentes.

A compreensão da transformação de alunos em turistas implica em análise mais subjetiva do turismo, transpondo a simples ideia do deslocamento de fronteiras políticas (cidades, estados, países e continentes) e da permanência por mais de 24 horas. Deve-se compreender o que faz do turista um “turista”, no sentido da experiência pessoal. Turista é o sujeito do turismo, aquele que realiza a viagem, o elemento dinâmico da atividade (SPÍNOLA DA HORA; CAVALCANTI, 2003, p. 224)

Nesse sentido, para que os discentes se coloquem na condição de turistas, é necessário um “olhar turístico” ou “olhar de turista”, levando a eles informações sobre o local que os mesmos irão conhecer e, desse modo, maximizar as experiências dos alunos. “Uma vez convertido o olhar do aluno em olhar de turista, torna-se mais fácil a transmissão de algum conhecimento, visto que a aula ganha vida e a experiência do aprendizado do aluno torna-se algo real, com o qual ele pode interagir” (SPÍNOLA DA HORA; CAVALCANTI, 2003, p. 225)

Nessa premissa, o turismo constitui-se como uma atividade que influencia além do setor econômico pelo consumo dos turistas nesses lugares, as complexas teias sociais e culturais onde a vida urbana ocorre, com destaque às relações de reciprocidade entre visitantes e visitados, que sobrevivem nas imbricações que regem as intervenções políticas que os organizam, porque o ato de produzir é ao, mesmo tempo, o ato de produzir o espaço (SANTOS, 1996, p. 63).

Existe uma tendência à privatização do espaço público, inclusive tornaram-se produtos do mercado os equipamentos de lazer, os espaços públicos verdes e o lazer

realizadas num período inferior a 24 horas de permanência e turismo pedagógico, quando realizadas num período superior a 24 horas, com pernoite.

propriamente dito.

Ao tratar da temática do lazer, Marcellino (1996, p.11) considera que não se pode conceituar o lazer de forma isolada, sem relação com outras esferas da vida social. O lazer influencia e é influenciado por outras áreas de atuação numa relação dinâmica. Portanto, dentro da sociedade o lazer depende de cada indivíduo, no entanto, ao pensarmos em lazer logo se tem a ideia de diversão.

Segundo Dumazedier (1983, p.34):

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares ou sociais.

Nesse sentido, os EPVUs disponibilizam aos usuários uma diversidade de usos e funções que perpassam por atividades de: turismo, esportivas, físicas, lazer e educação, entre outras. Entretanto, como descreve Santos (1987, p.48), “quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque são essenciais”. A incorporação do espaço público, muitas vezes, se dá como mercadoria para o consumo de poucos, numa lógica de reprodução do sistema capitalista no mundo, ou seja, mesmo que seja público e teoricamente comum a toda a população, apenas poucos se beneficiam do espaço (SERPA, 2007).

A privatização de ruas e acessos restringe o movimento de passantes, canaliza percursos e provoca a desertificação de muitas áreas urbanas. Com o confinamento dos moradores nos prédios dos conjuntos habitacionais populares (onde eles existem), agrava-se a questão das drogas e aumenta a violência urbana, decreta-se (muitas vezes de modo irreversível) a morte dos espaços públicos. Nas ruas das áreas centrais, os pedestres cedem seu lugar nas calçadas para automóveis e camelôs (SERPA, 2007, p. 32).

Ressalta-se, ainda, que na era das grandes metrópoles e dos meios de comunicação de massa, a forma de pensar o turismo se dá na lógica do consumo de uma mercadoria para um público pretensamente homogêneo. O turismo possibilita fazer a cidade valer mais que seu uso — a cidade mercadoria é a possibilidade da troca e essa troca é comercializada por meio da atividade turística, pois as cidades, como qualquer outro tipo de espaço, compõem o produto turístico e a experiência turística. Como mercadoria ela precisa ter um diferencial na oferta do produto turístico.

Isso sugere a turistificação, notadamente um conceito novo, que serve para demonstrar um relativo direcionamento de espaços, cidades ou mesmo cadeias de

produção à atividade turística. Esse direcionamento ocorre a partir da mudança da conformação da paisagem e do ordenamento espacial (sinalização turística, musealização dos elementos do espaço, a configuração e organização dos espaços voltados para a visitação são índices de espetacularização do lugar), desse modo, associado ao conceito de turistificação dos espaços públicos está o de estetização (FIGUEIREDO, 2008, p. 86).

A experiência turística possui imenso material de troca simbólica, mas pode acabar pobre e superficial, quando se resume a um consumo rápido, sem dúvidas ou reflexões. É por esse motivo que em algumas situações as visitas aos EPVUs são mediadas por roteiros pré-moldados, os chamados *city tours*³². Também são disponibilizados aos visitantes serviços de trilhas monitoradas ou interpretativas, programações culturais, venda de artefatos da cultura local e venda de comidas da gastronomia local. Assim, o turismo pode ser entendido como o consumo das experiências em um espaço/tempo, na concepção de Castro e Figueiredo (2013).

O turismo que envolve a relação entre o homem e o espaço em determinado tempo é influenciado por múltiplas motivações, justificando, portanto, o caráter multidisciplinar e a heterogeneidade de significados na busca por conceitos e acepções que corroborem a compreensão do fenômeno turístico e a forma com que os lugares e as paisagens são apropriados e transformados pelo movimento dos turistas (SOUZA; BAHL, 2013, p. 3). A paisagem urbana formada por bosques, jardins, praças, parques é uma paisagem cultural, onde o homem por meio de sua *práxis*³³ transforma a paisagem do mundo natural em um mundo artificial e adaptado, onde a paisagem natural passa a ser cultural, pois sofreu diversas interferências.

Para que um jardim botânico possa atrair visitantes e nele ocorra o fenômeno turístico, é necessário apresentar “relevantes elementos da natureza, notadamente paisagem e espaços de conservação, assim como representar a história, a cultura e a sociedade na qual está inserido” (PEDRON, 2013, p. 141).

Muitas vezes os agentes do poder público adotam uma lógica de planejamento dos espaços públicos, regidos por normas e regras que o institucionalizam, prioritariamente

³² *City tour* são roteiros previamente elaborados, que integram a visitação em pontos turísticos distintos da cidade, são comercializados por agências de turismo receptivo ou guias de turismo.

³³ É a ação prática do ser humano que em relação dialética com a teoria é por ele iluminada e a ilumina, ou ainda, a teoria não reduz a prática, mas a complementa e também a faz avançar, realizando-se sempre através da ação humana, é, portanto, a “[...] atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano [...] atividade humana que produz objetos, sem que por outro lado essa atividade seja concebida com o caráter estritamente utilitário” (VASQUEZ, 1968, p.3).

voltada para o olhar externo, objetivando a visibilidade da cidade numa perspectiva de *marketing* turístico e venda de sua imagem para o mundo, sem atender os anseios e as necessidades socioculturais da população local.

Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é, portanto, investir em espaços públicos “visíveis”, sobretudo, os espaços centrais e turísticos, graças as parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Esses projetos sugerem uma ligação clara entre “visibilidade” e espaço público. Eles comprovam também o gosto pelo gigantismo e “pelo grande espetáculo” em matéria de arquitetura e urbanismo (SERPA, 2007, p. 32).

A respeito do planejamento urbano e de práticas de intervenções urbanísticas, várias denominações têm sido usadas para identificá-las — “renovação”, “regeneração”, “revitalização”, “reabilitação”, “readaptação”, “refuncionalização”, “requalificação”. O entendimento proposto por Moura *et al.* (2006) distingue a natureza de alguns desses termos.

O período pós-guerra (1945-1975) desenvolveu-se como o período que antecedeu a concepção da revitalização urbana tal como hoje a conhecemos. As necessidades de “renovação” e “revitalização” tornaram-se mais evidentes no último quartel do século XX, com o envelhecimento de zonas de construção massiva no pós-guerra ou com o declínio das velhas zonas industriais e portuárias características das fases de industrialização. Programas como *Neighborhood Renewal Strategy*, na Inglaterra, nascem da tradição de compromisso social do Estado junto das populações desfavorecidas das grandes cidades e remontam aos movimentos reformistas urbanos do início do século XX, passando posteriormente pela racionalização das medidas de ajuda de “regeneração”, *Single Regeneration Budget Programme*, em 1994. Em 1997, a chegada ao poder do *New Labour*, levou à criação de uma unidade dedicada à exclusão social (*Social Exclusion Unit*), que procurou dinamizar a reflexão estratégica sobre a revitalização nos bairros urbanos mais desfavorecidos (MOURA *et al.*, 2006).

Ao longo do tempo, a desatualização das áreas central e periférica das cidades chamaram a atenção para a necessidade de dar-lhes novas funções. A lógica da intervenção urbana nos espaços muda no tempo, mas também opõe ideologias face à cidade, nem sempre previamente conciliáveis, dada a diversidade de interesses. Assim, surgem conceitos não bem definidos, mas que contêm simultaneamente uma ideia teórica e uma proposta de ação sobre a cidade. É o caso dos conceitos de “renovação urbana”,

“reabilitação” e “requalificação” (MOURA *et al.*, 2006).

O conceito de “renovação urbana” é marcado pela ideia de demolição do edificado e substituição por novas construções, em geral, com morfologias e tipologias diferentes, voltados para novas atividades econômicas adaptadas ao processo de mudança urbana. A renovação altera profundamente as estruturas edificadas e, conseqüentemente, tem impacto grave no tecido social e econômico. A reabilitação não representa a destruição do tecido urbano, mas a sua “habilitação”, ou seja, a “readaptação” a novas situações em termos de funcionalidade urbana. Trata-se de readequar o degradado tecido urbano. Comandam esta nova política de intervenção urbana, preocupações com o patrimônio histórico-arquitetônico, bem como a manutenção da população nos centros das cidades como: Ribeira-Barredo, no Porto, Évora, Guimarães ou Lisboa (MOURA *et al.*, 2006).

A “requalificação urbana” é um instrumento, sobretudo, para a melhoria das condições de vida das populações, que promove a construção e recuperação de equipamentos, infraestruturas e valorização do espaço público com medidas de dinamização social e econômica. Procura a reintrodução de qualidades urbanas, de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área. Provoca a mudança de valorização da área, ao nível econômico, cultural, paisagístico e social, no que concerne à produção de espaços públicos com valor de centralidade. Tem um caráter estratégico, mobilizador e acelerador e está voltada para novos padrões de organização e uso do território (MOURA *et al.*, 2006).

Há uma tendência na projeção e criação de espaços públicos pelo Estado para o usufruto das classes médias e altas que torna homogêneas as diferenças culturais na concepção equitativa de uso global dos espaços. Modelos ligados à estetização são associados da mesma forma a uma perda da essência do lugar, tendo em vista que, muitas vezes, a frequência e permanência de pessoas de diferentes origens o fazem perder sua essência, configurando um espaço turístico, um espaço desprovido de vida originária, um não-lugar como são caracterizados alguns espaços turísticos (FIGUEIREDO, 2008, p.86).

Como nos diz Serpa (2007), os novos parques públicos projetados mais para o “mundo urbano exterior” do que para a própria população, com objetivo de visibilidade e *marketing* da cidade, através do mercado da paisagem e do paisagismo, estão em evidência. “Projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados às diferentes instâncias do poder local — constituem-se em uma espécie de “grifes” do mercado imobiliário — e tornam-se importantes instrumentos de valorização desse segmento de

mercado”.

Nas grandes cidades do mundo existem exemplos recentes de requalificação e implantação desses espaços públicos verdes, como por exemplo, *High Line Park*, em Nova York, Estados Unidos; *Promenade Plantée*, em Paris, França; *Cheong gye*, em Seul, Coreia do Sul; Parque do Aterro do Flamengo; e Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, Brasil, dentre outros, frutos de uma “arquitetura ecológica” funcionalista, que são produtos de *new urbanism*³⁴, inspirado em padrões urbanísticos de antes da II Guerra Mundial.

5.3 As dinâmicas dos Espaços Públicos em Belém do Pará: da influência de Hausmann ao *new urbanism*

Em Belém do Pará, desde o período da *Belle Époque* — o auge da borracha amazônica —, durante a administração de Antônio Lemos (1897-1911), a criação e manutenção de espaços públicos verdes urbanos voltados para os usos da classe burguesa e para os visitantes estrangeiros já possuíam as características acima citadas.

No período da *belle époque*, Belém passou por um processo de “embelezamento estratégico”, influenciado pelo modelo parisiense, comandado pelo administrador e político Georges Eugène Haussmann, fortemente identificado pelo padrão das construções que imprimiu a Belém a imagem de uma cidade moderna. O capitalismo e a modernidade se refletem na estrutura urbana de Belém, seguindo o modelo de urbanismo moderno na Europa, com destaque para a administração de Antônio Lemos, que administrou a cidade no período de 1897 a 1910 (FARIAS, 2004). Sarges (2010, p. 20) demonstra várias modificações na paisagem da cidade com o “calçamento de ruas com paralelepípedos de granito importados da Europa, construção de prédios públicos, casarões em azulejos, monumentos, praças, largos, *boulevards*, etc.”.

Após se eleger como vereador, em novembro de 1889, e tendo sido o candidato mais votado, Antônio Lemos tornou-se presidente da Câmara Municipal de Belém e, em 1897, foi nomeado como Intendente Municipal de Belém (atualmente cargo de Prefeito)³⁵

³⁴ O *new urbanism* “procura reintegrar os componentes da vida moderna – habitação, trabalho, compras e recreação, em bairros de uso misto, compactos, adaptados aos pedestres, unidos por sistema de tráfego” (CONGRESS OF NEW URBANISM, 1999).

³⁵ De acordo com Rocque (1996, p. 137), conforme a Constituição de 1891, “o cargo de Intendente Municipal era autônomo, seu titular, eleito em pleito direto, tornava-se uma espécie de fiel da balança” .

Nascido no Maranhão, viera ao Pará como burocrata da Marinha, não possuía grandes dotes oratórios nem tampouco muita cultura. Seu maior triunfo era ser redator do jornal “A Província do Pará”, e uma das proeminentes figuras do Grupo Assis (facção política chefiada pelo Dr. Joaquim José de Assis, um dos chefes do Partido Liberal [...] Lemos dominou o Pará durante quase 15 anos em decorrência dos poderes que os políticos interioranos lhe outorgaram [...] (ROCQUE, 1996, p. 15-16).

Antônio Lemos transformou a cidade em um mercado consumidor de produtos importados, com destaque para abertura de várias lojas comerciais que traziam seus produtos da Europa, como *Paris N’América, Bom Marché, Maison Française, Mme. Russo*, além de algumas lojas ambulantes que comercializam fazendas francesas, inglesas e outras miudezas (SARGES, 2002).

O cenário central da cidade vai se transformando em “espaço elegante e chique”, por onde deveria desfilar a burguesia exibindo seu poder, luxo e riqueza. O resultado dessa modelação da cidade é a elitização do espaço urbano, com a erradicação dos setores populares para as áreas mais distantes do centro (SARGES, 2002).

É expressiva a influência “*haussmanianna*”, fortemente representada pela abertura de vias largas, da instalação de infraestrutura, da «elitização» do centro da cidade, com a construção de *boulevards*, típicos do paisagismo parisiense, demolições de velhas edificações e higienização da cidade — no período Lemista, em Belém. Esse período da administração de Antônio Lemos foi fortemente marcado pelo movimento higienista, que visava tornar a cidade salubre, criando um rigoroso código de posturas para disciplinar hábitos de higiene na população, com ações de saneamento básico e a implantação de serviços urbanos. Essas reformas urbanísticas serviam para o deleite da classe burguesa emergente, expulsando para a periferia da cidade as classes de baixa renda. Tais reformas urbanísticas que ocorreram nas cidades brasileiras aos moldes de Paris, no século XIX, passaram a ser classificadas como *haussmannianas* (PORTO *et al.*, 2007).

A requalificação e refuncionalização de alguns espaços públicos verdes da cidade sofreu expressiva influência *haussmanianna*, durante a administração do intendente Antônio Lemos. Foi no governo de Antônio Lemos o período em que o desenvolvimento urbanístico da cidade de Belém teve sua fase áurea.

Nesse período, a cidade passou por um processo de urbanização, servindo, inclusive, de modelo para outras cidades.

O calçamento das ruas, a construção do mercado de São Braz, a instalação da rede de esgotos, a iluminação elétrica pública, a criação de logradouros, a plantação de mangueiras nas avenidas e a abertura de novas ruas, refletiam o “progresso” da cidade. Os espaços públicos que temos hoje, a exemplo da Praça da República e do Bosque Rodrigues Alves foram criados nesse período. Da mesma maneira, alguns dos mais expressivos símbolos arquitetônicos da cidade, como o Teatro da Paz e o Mercado de Ferro do Complexo do Ver-o-Peso foram erguidos nessa época, configurando, até hoje, formas espaciais significativas da memória histórica da cidade (MATOS, 1999, p. 5).

Fotografia 01- Mercado de Ferro do Ver-o-Peso



Fonte: Cardoso (2018)

Em virtude do *boom* do látex da borracha amazônica, Belém assumiu o papel de principal escoador da produção da borracha, além de se tornar a vanguarda cultural da região. Desse modo, a partir da segunda metade do século XIX, a urbanização da cidade não estava ligada somente à intensificação massiva do modo de vida da sociedade industrial, conforme ocorrido nas cidades europeias e americanas, mas pela dinamização da função: comercial, financeira, política e cultural que desempenhara durante a fase áurea da borracha (SARGES, 2002).

Era esperado que a cidade se adequasse às transformações impostas pelo modelo capitalista, que se modernizasse para facilitar o escoamento da produção e de divisas para os países centrais. Dessa maneira, era necessário o incremento de investimentos em capitais e diversificação da produção. Assim, Belém passou a desenvolver atividades inerentes à elite europeia, como, por exemplo, a produção de eventos para a classe burguesa (reuniões sociais, bailes, concertos musicais, etc.) que acarretavam altos custos com investimentos onerosos por parte do governo. O intendente Antônio Lemos mandava

buscar grandes companhias artísticas da França, de Portugal e do Rio de Janeiro para se apresentarem no Teatro da Paz.

A cidade de Belém, do século XIX, necessitava ter um espaço ordenado e disciplinado. E, para exercer essa tarefa, o poder público, com desejo de transformar a cidade em um “palco de atrações”, teve que replanejar a cidade, bem como criar mecanismos que regulamentassem a vida social da população, como, por exemplo, o Código de Posturas (SARGES, 2002). Nesse cenário, Belém do Pará, à época, configurou-se como cidade dominada e agitada pelo modelo social parisiense, especialmente no aspecto intelectual, que ressaltava a ligação da cidade com as principais capitais europeias, por um lado causada pela dependência financeira e comercial com a Inglaterra e, por outro, por uma relação cultural intensa com a França.

Em decorrência desse processo de modernização, a partir da segunda metade do século XIX, a cidade de Belém do Pará, semelhante a outras capitais brasileiras com atividade econômica voltada para a exportação, foi afetada pelos impactos decorrentes das transformações geradas pelo “boom” da borracha e dos onerosos investimentos do governo. Houve um considerável aumento populacional desordenado, que trouxe o agravamento da insalubridade, a escassez habitacional e o aumento do custo de vida que colocou Belém no *ranking* de “cidade mais cara do país e com altos índices de desigualdade social”, particularmente no contexto urbano (DAOU, 2000).

Com a nova ordem econômica e social estabelecida, Belém teve que se aparelhar no sentido de atender às novas funções urbanas, o que exigia, também, o rompimento com os velhos traços coloniais. Nesse aspecto, a Administração Municipal, a partir da segunda metade do século XIX, atendendo às exigências da elite e o pensamento progressista do século XIX, levou os governantes locais a serem influenciados pelas ideias de espaços urbanos amplos e rompidos por áreas verdes. Naquele momento, a valorização dos elementos da natureza como o ar, luz e a água seriam as expressões de progresso e higienização.

Para a elite local, a Europa tornara-se o espelho de toda a modernização. Os valores estéticos e ideológicos europeus, especialmente franceses, eram transportados para sociedade amazônica. As ideias urbanísticas eram calcadas na “cidade jardim” e no urbanismo da Paris *hausmanniana*. O governador Augusto Montenegro e o intendente Antônio Lemos eram porta-vozes do projeto de modernização. A cidade de Belém se recriava ornamentando-se de jardins e bosques, abriam-se grandes artérias, reproduzindo-

se os amplos *boulevards* franceses.

As praças e os jardins eram espaços para demonstrar o *status* da burguesia, como novo “deleite” da elite local, e serviam para verem e serem vistos (SARGES, 2002). Esses lugares se transformaram num espaço onde, por meio da observação do vestuário de seus visitantes, era possível se identificar a qual classe social cada transeunte pertencia, diferenciando as classes trabalhadoras e os burgueses.

A política de urbanização Lemista redefiniu o espaço urbano de Belém e caracterizou a segmentação da cidade, higienizando o centro para a classe burguesa. A periferia, mau cheirosa e alagada, transformou-se em área para a população pobre. A implantação de ideias de civilização e mudança radical de hábitos e costumes da população paraense gerou muitas tensões sociais (BAHIA, 2012, p.87).

Em Belém, a exemplo de outras capitais brasileiras, o processo de ocupação do território desde a época Lemista acirrou a segregação e as “disputas” por espaços, empurrando as classes mais pobres para a periferia da cidade, sem as condições mínimas de infraestrutura e saneamento básico. Historicamente, constituiu-se num processo de ocupação e de uso do solo de forma desordenada. As melhores áreas da cidade foram ocupadas pelas elites ou pelas instalações de algumas instituições públicas federais e estaduais, as quais fazem parte até hoje do cinturão que define os limites do município de Belém (CRUZ; CASTRO e SÁ, 2011).

Ainda nos tempos atuais, essas características prevalecem nas requalificações de espaços públicos pelo Estado, na tentativa de “reestabelecer” o acesso da população ao rio, porém com uma perspectiva de “urbanismo espetáculo”:

Através do “urbanismo espetáculo” são criados e/ou reforçados valores culturais e representações sociais que formatam comportamentos e definem a utilização de espaços públicos como verdadeiras subtrações do direito à cidade, no melhor estilo daquilo que podemos chamar de “não-lugar” (Trindade Júnior; Amaral e Santos, 2006).

Muitos autores têm elaborado estudos sobre as intervenções arquitetônicas e urbanísticas desse perfil em orlas de todo o Brasil. Autores como Castro e Santos (2006); Castro e Figueiredo (2008); Costa (2013); Figueiredo (2008); Trindade Júnior, Amaral e Santos (2006), França (2018), dentre outros, tratam, especificamente, de projetos de intervenção voltados para a orla de Belém do Pará.

O uso da orla de Belém, na percepção de Castro e Santos (2006), define-se por meio de interesses diversos com o Estado e empresários estabelecendo as prioridades de

investimentos, que incluem desde os usos para o turismo e o embelezamento da cidade até aqueles que tem como objeto atender a estrutura de produção em curso. Alguns dos atrativos turísticos da cidade que são frutos dessas intervenções arquitetônicas, com o objetivo de abrir as “janelas para o rio”, são a Estação das Docas e o Complexo Turístico Feliz Lusitânia.

A Estação das Docas (Fotografia 02), inaugurada em 13 de maio de 2000, é um fruto do projeto de revitalização portuária. Foram utilizados três galpões pertencentes ao antigo Porto de Belém, do início do século XX, cuja finalidade era atender às necessidades portuárias da produção e exportação da borracha amazônica. O complexo turístico possui uma área de 32 mil m² e oferece serviços de restaurantes, bar-café, sorveteria, cervejaria, lojas de artesanato, teatro, auditório, agências de turismo, banheiros públicos, bancos, Memorial do Porto e o Memorial da Fortaleza de São Pedro Nolasco. Possui, ainda, um terminal hidroviário e área externa de 500 metros com vista para a Baía do Guajará.

Fotografia 02- Estação das Docas



Fonte: Cardoso (2018)

O Complexo Turístico Feliz Lusitânia está localizado na primeira légua patrimonial da cidade, às margens da baía do Guajará, e comporta vários projetos de revitalização, tais como: o Forte do Castelo, que marca a fundação de Belém do Grão

Pará, em 12 de janeiro de 1616, e o Museu do Encontro, que possui área de lazer, lojas de artesanato, lanchonetes, etc. Abriga a igreja de Santo Alexandre e o antigo arcebispado, que foram transformados em espaços culturais e o Museu de Arte Sacra. Foram revitalizados, também, os casarios com estilo colonial e a Casa das Onze Janelas (antigo prédio de valor histórico e arquitetônico), transformado em espaço cultural, com sala de exposição, bar e museu, além do trabalho de paisagismo no entorno.

No mundo ocidental, o lazer e o consumo das novas classes médias são “motores” de complexas transformações urbanas, modificando áreas industriais, residenciais e comerciais decadentes, recuperando e integrando “*waterfronts*”, desenvolvendo novas atividades de comércio e de lazer “festivo”. Isso é particularmente evidente nos Estados Unidos, onde as experimentações se multiplicam, antes de se exportar para o resto do mundo (SERPA, 2007, p. 21).

Figueiredo (2008, p. 86) analisa que esses espaços têm como características a configuração de uma amostra da cidade, ou seja, uma síntese composta por diversos elementos como a gastronomia, as manifestações culturais, o artesanato que assumem uma dupla função: “para os residentes, a reafirmação dos símbolos identitários e para os turistas, a demonstração singular da vida cidadina considerando-a como exclusiva e diferente”.

Entretanto, esse tipo de intervenção reforça a crítica sobre o processo de turistificação de espaços públicos, com modificação da paisagem e do ordenamento espacial, cujo objetivo é a adequação para a atividade turística. Essa adequação acontece com a modificação da paisagem e de seus elementos “os elementos musealizados, expostos, indicados e sinalizados, direcionados, ordenados em função da estética e da representação” (FIGUEIREDO, 2008, p. 86).

Há, também, em Belém, a intervenção urbanística de um outro tipo de projeto para o embelezamento da cidade, que não traz em seu bojo as características do “urbanismo de espetáculo”, do “*waterfront*”, mas que utiliza áreas da beira do rio e valoriza os aspectos amazônicos, com objetivo de proporcionar a interação da população com o rio, favorecendo a contemplação, o lazer e o turismo. Dois exemplos desses projetos de requalificação e revitalização são: o “Complexo Ver-o-Rio” e o “Portal da Amazônia”, realizados pelo poder público municipal.

O “Complexo Ver-o-Rio” (Fotografia 03), inaugurado em 1999, abrange uma área da orla central de Belém (Baía do Guajará), que tem como objetivo valorizar a fisionomia da cidade. O espaço público inclui em suas instalações uma praça que servia a uma antiga

companhia aérea, quiosques de comidas típicas, bebidas e lanches, palco para *shows*, *playground* infantil, reconstituição de uma antiga rampa construída no passado para pouso de hidroaviões, trapiche lateral e parapeitos para contemplação da Baía do Guajará, posto da guarda municipal, posto de informações turísticas, banheiros públicos, ponte, lago com passeio de pedalinho, áreas de convivência com tratamento paisagístico, monumento ao poeta Rui Barata, memorial dos povos indígenas e quadra poliesportiva (COSTA, 2013, p. 23).

Fotografia 03- Complexo Ver-o-Rio



Fonte: Cardoso (2018)

O Complexo Ver-o-Rio” está localizado em uma área periférica da cidade, que foi outrora obstruída por usos diversos pela iniciativa privada e foi retomada pelo poder público municipal para fins de projeto de intervenção urbana, transformando-a em área de cultura, lazer e turismo. O Complexo faz parte de um projeto de intervenção maior denominado Plano de Reestruturação Urbana da Orla de Belém (Pro-BELÉM), que reuniu vários projetos de intervenção datados de 2000 e tem como objetivo a ampla reestruturação e requalificação dos espaços da orla de Belém, valorizando a fisionomia

da cidade, por meio da visualização de seus elementos amazônicos, integrando-os ao convívio da população, ordenando as atividades culturais, de lazer, de turismo, de tráfego e transportes, recuperando a paisagem urbana e a qualidade ambiental (BELÉM, 2000).

Os propósitos do projeto do “Complexo Ver-o-Rio” integraram o lazer contemplativo, a partir da construção de bancos localizados de frente para a Baía do Guajará, da prática de esportes náuticos, dos usos voltados para o turismo cultural e para a prática de caminhada e *cooper*, além da geração de trabalho e renda para famílias oriundas do programa bolsa-escola³⁶. As ações do projeto foram orientadas através do planejamento participativo, na perspectiva da economia solidária, além de valorizar em sua arquitetura os elementos regionais³⁷ e a concepção de turismo sustentável (SILVA *et al.*, 2005).

O “Portal da Amazônia”, (Fotografia 04), também integra o “Plano de Reestruturação Urbana da Orla de Belém (Pro-BELÉM)” e está em desenvolvimento desde 2005. Integra dois grandes projetos de intervenção: a Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, que visa ações de saneamento e, a Orla de Belém, objetivando abrir “as janelas para o rio”. Com a execução completa do projeto, a orla de Belém terá uma extensão de 6 mil metros que se estende entre o Parque Naturalístico Mangal das Garças e a Universidade Federal do Pará. O projeto de intervenção urbanística prevê a construção de seis pistas com 70 metros de largura, com área para passeio, estacionamento e ciclovia, quadra poliesportiva, equipamentos de ginástica ao ar livre, restaurantes e quiosques. O projeto é desenvolvido pela Prefeitura de Belém com recursos financeiros dos governos federal e estadual, além de recursos através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio da iniciativa privada.

³⁶ O bolsa-escola foi um programa de assistência social do governo federal que concedia mensalmente recursos financeiros para famílias cadastradas no programa e que viviam em situação de pobreza visando combater a fome e a miséria (COSTA, 2013, p. 23).

³⁷ No complexo os detalhes da obra primam pelo caráter regionalista sem perder de vista o resgate das origens ribeirinhas a cobertura dos quiosques foi feita com material de piaçava e imita o movimento da cobra grande – personagem popular das lendas amazônicas, o calçadão possui desenhos marajoaras (a arte marajoara é conhecida por sua cerâmica, fruto do trabalho dos índios e caboclos da Ilha do Marajó/PA), a rua principal tem o nome do poeta Rui Barata e o parque infantil foram inspirados nos brinquedos de miriti – espécie de palmeira típica do norte do país, usada para a confecção dos tradicionais brinquedos de miriti que expressam o imaginário amazônico (SANTOS, 2002; AMARAL, 2005).

Fotografia 04- Portal da Amazônia



Fonte: Cardoso (2018)

Os atrativos turísticos devem priorizar o desenvolvimento e a manutenção de seus acessos, equipamentos e serviços, pois se relacionam com as motivações de viagens dos turistas e a avaliação que os mesmos fazem desses elementos (IGNARRA, 2001, p. 48). Os espaços públicos urbanos conformam-se em atrativos turísticos quanto maior for seu caráter diferencial, sejam parques, bosques, hortos, jardins ou praças. Nesse sentido, o espaço turístico, apresenta nuances híbridas, pois se conforma pelo físico e pelo simbólico que produzem trocas constantes entre si. Esses espaços também se constroem pelo modelo de gestão a eles aplicada, que deve considerar as expressões de seus visitantes, por meio das relações que os atores sociais estabelecem com os lugares. As ações dos gestores de jardins botânicos urbanos devem ser pensadas com base nas políticas públicas direcionadas para os espaços verdes, nas aspirações e demandas de usuários (residentes ou turistas) em ações de educação ambiental, de conservação da biodiversidade e ampliação de serviços voltados ao público visitante, tais como trilhas monitoradas, programações culturais que ampliem e diversifiquem suas formas de uso, na busca de mudanças qualitativas compatíveis na compreensão de que o turismo é, também, um fenômeno social.

5.4 Espaços Públicos Verdes: Jardins Botânicos, usos, formas e funções

Os jardins botânicos são considerados, mundialmente, como a principal estratégia para conservar as várias formas de vida, ou biodiversidade, sobre as quais ainda há pouco conhecimento (BGCI, 2001). Eles são representativos das paisagens nas cidades, pois favorecem a socialização e a contemplação de fragmentos da natureza que possibilitam romper com o *stress* cotidiano dos habitantes. Logo, esses espaços propiciam a reconfiguração das paisagens urbanas.

As paisagens urbanas são compostas pela inter-relação entre o espaço encontrado, no que concerne aos aspectos naturais, históricos e arquitetônicos, ou seja, “elementos concretos”, e os aspectos simbólicos, ou seja, “culturais, imagens e imaginários”, ambos pensados de maneira que suas reconstruções sejam planejadas e ordenadas em relação ao meio no qual se inserem (MELO *et al.*, 2012). Paisagem, é o conjunto de formas que exprimem as heranças que representam sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Porém, os usos, formas e funções dos jardins botânicos são diversificados. Wyse-Jackson (1999) define jardins botânicos como “instituições que guardam coleções documentadas de plantas vivas, visando a pesquisa científica, a conservação, a exibição e a educação” (WYSE-JACKSON, 1999 apud BGCI, 2001). Além disso, os jardins botânicos são locais privilegiados e propícios para envolver os visitantes não só pela importância e estética das coleções de plantas vivas, mas por proporcionarem bem-estar, harmonia e prazer aos seus visitantes (KUZEVANOV; SIZYKH, 2006).

Em alguns países, o jardim botânico é a principal instituição envolvida nacionalmente na pesquisa, coleta, manutenção e conservação de espécies silvestres da flora. Muitos são comprometidos com a conservação de plantas de relevância para alimentação e agricultura, assim como aquelas úteis para outros interesses econômicos. Os jardins botânicos incluem, em seus programas e atividades, informações sobre plantas, meio ambiente, sistemas ecológicos e sustentabilidade. São, também, importantes para demonstrar a relação e a interdependência entre o homem e a natureza e ajudar as comunidades a viverem de forma sustentável.

Algumas das principais atividades serão listadas a seguir. Porém, nem todas as atividades são praticadas pelos jardins botânicos. A lista mostra os recursos potenciais, a experiência e as habilidades dos jardins botânicos para a conservação.

Quadro 03: Principais atividades dos Jardins Botânicos

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arboricultura ▪ Urbanismo, distribuição de recursos e uso de terras ▪ Biologia da conservação ▪ Conservação e manutenção de espécies para subsistência ▪ Dendrologia ▪ Capacitação e estabelecimento da aptidão de comunidades locais e rurais para conservação ▪ Programas de educação ambiental ▪ Avaliação do impacto ambiental ▪ Pesquisa etnobiológica ▪ Bancos genéticos a campo ▪ Estudos de herbário e taxonomia das plantas ▪ Pesquisa hortícola ▪ Administração integrada de controle de pragas ▪ Pesquisa de laboratório, incluindo cultivo <i>in vitro</i> (cultura de tecido) de plantas ▪ Biblioteca e centros de informação ▪ Introdução e avaliação de recursos genéticos de novas culturas ▪ Horticultura e floricultura ornamental ▪ Reintrodução de espécies e pesquisa em restauração de habitats ▪ Programas de redução de poluição e monitoramento ▪ Recreação pública ▪ Treinamento medicinal e terapia; ▪ Bancos de sementes e bancos de tecidos ▪ Redes comunitárias para a conservação ▪ Sistemática ▪ Treinamento para professores ▪ Turismo ▪ Pesquisa, conservação e monitoramento <i>ex situ</i> e <i>in situ</i> de espécies de plantas silvestres

Fonte: Banco de Dados BGCI, (2001, p. 31)

De acordo com o BGCI (2001), na definição de jardins botânicos, pode se incluir uma diversidade de instituições que variam desde grandes jardins com muitos funcionários e uma extensa variedade de atividades até instituições pequenas, com reduzido número de funcionários e recursos limitados.

Tais diferenças não impedem uma estratégia em comum, pois conferem ao conjunto dos jardins um papel complementar na implementação de políticas e ações para a conservação da flora. Cada jardim botânico tem propósitos, estrutura organizacional e localização diferente, variando os seus usos, formas e funções. A ênfase na diversidade é que confere aos jardins botânicos seu caráter particular e seu papel diferenciado.

Em 1987, foi realizada pelo BGCI uma extensa pesquisa sobre instituições que mantêm coleções vivas e, a partir dos resultados, foi criado um banco de dados informatizado listando todo jardim botânico conhecido no mundo, detalhes de seus recursos, pessoal e atividades. O objetivo do banco de dados era apoiar o desenvolvimento e, em seguida, a implementação futura da Estratégia de Conservação para Jardins Botânicos (IUCN-BGCS e WWF, 1989).

Em 1990, a BGCI preparou um registro internacional de jardins botânicos onde se inscreveram 1.400 instituições que mantêm coleções vivas. Nessa perspectiva, houve um aumento considerável em relação à edição anterior, ocorrida em 1983, onde 708 instituições foram incluídas. Em 2001, o quantitativo de jardins inscritos no banco de dados da BGCI subiu para 1.846 instituições, em 148 países (BGCI, 2001).

A falta de uma definição mais clara sobre o que é um “jardim botânico” obscureceu os limites entre o que são parques públicos, coleções particulares e jardins botânicos cientificamente estabelecidos. Algumas instituições foram aceitas na listagem da BGCI, formulada em 2001, embora pudessem ser somente identificadas como jardim botânico.

Uma definição anterior de jardim botânico, dada pela Associação Internacional de Jardins Botânicos (*International Association of Botanic Gardens*) (IABG) era “[...]um jardim botânico ou arboreto é aquele que está aberto ao público e onde se classificam as plantas” (BGCI, 2001, p. 07). Porém, a “Estratégia de Conservação para Jardins Botânicos” (IUCN-BGCS e WWF, 1989) apresentou uma lista abrangente de características que definem um jardim botânico e que incorpora a diversidade de papéis que estas instituições podem desempenhar.

Quadro 04: Características inerentes ao Jardim Botânico

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Classificação adequada das plantas • Uma base científica fundamental para coleções • Comunicação de informação para os demais jardins, instituições, organizações e para o público • Troca de sementes ou outros materiais com outros jardins botânicos, arboretos ou centros de pesquisa (dentro dos estatutos de convenções internacionais, leis nacionais e regulamentos alfandegários) • Compromisso e responsabilidade de longa duração para com a manutenção das coleções de plantas • Manutenção de programas de pesquisa em taxonomia de plantas nos herbários associados • Monitoramento das plantas nas coleções abertas ao público • Promover a conservação através de atividades de extensão e de educação ambiental • Documentação adequada das coleções, inclusive habitat silvestre de origem • Empreender pesquisas científicas ou técnicas nas plantas das coleções |
|---|

Fonte: Banco de Dados BGCI, (2001, p. 33)

De acordo com a IUCN-BGCS e WWF (1989), essas características não constituem um resumo abrangente das atividades empreendidas por jardins botânicos no mundo. Entretanto, é preciso saber que existem muitas instituições que são, especificamente, jardins botânicos, mas que só são capazes de seguir algumas dessas

características.

Assim, o conceito de jardim diversifica-se à medida que a sociedade se transforma ao longo dos anos. Nesse sentido, é necessária cautela, sobretudo para não reduzir o significado das inúmeras acepções de jardim ao senso comum, ou seja, um espaço destinado à pesquisa, ao lazer e ao turismo, mas que se confunde com a praça, o horto e o parque. Sobre este mesmo aspecto, Terra (2000) comenta que os termos jardim, praça e parque para os autores que tratam do assunto, tais como (MACEDO; SAKATA, 2002; SILVA; EGLER, 2003), possuem o mesmo significado de áreas verdes e somente se diferenciam pelas funções e tamanho da área (TERRA, 2000).

Nesta tese, jardim botânico é entendido como espaço público de práticas distintas, sociabilidade e aprendizado e define jardim botânico como:

Espaços vivos de pesquisa, cultura, lazer e turismo, abertos ao público, que se distinguem das demais áreas verdes protegidas, por abrigarem uma coleção de plantas ordenada, devidamente classificada e registrada, o que contribui para aumentar seu potencial educativo, qualificar seus usos, formas e funções e contribuir para a preservação dos recursos naturais.

Tais definições estão diretamente relacionadas com a ideia de usos, formas e funções desses espaços e seus desdobramentos no ambiente urbano. Nesse prisma, isso oportuniza aos jardins botânicos urbanos oferecer aos seus visitantes um retorno à natureza, fato cada vez mais raro e distante dos habitantes das grandes metrópoles, além de proporcionar educação, lazer, cultura e turismo às pessoas.

Os jardins botânicos têm contribuído para a conservação da flora mundial. Ao longo do tempo, inserem-se na dinâmica das questões relativas ao meio ambiente. Os principais tipos de jardins botânicos no mundo, seus usos, formas e funções estão representados no quadro 05. Com isso é possível identificar que muitos jardins possuem ampla diversidade e que, portanto, não se incluem em uma categoria definida.

Quadro 05: Tipos de Jardins Botânicos no mundo: usos, formas e funções

Tipos	Usos	Formas	Funções
Jardins “clássicos” de múltiplas funções	Horticultura Herbários Educação	Treinamento de horticultura; pesquisa (taxonomia com herbários associados e laboratórios). Desenvolvem programas de educação do público e amenidades.	Ambiental Social

Jardins ornamentais	Ornamentação Educação Turismo	Possui diversidade de coleções documentadas de plantas (podem ou não abrigar programas de pesquisa, educação ou conservação. Alguns são particulares.	Social Econômica Turística
Jardins Históricos	História Cultura Turismo	Incluem os antigos jardins desenvolvidos para o ensino de medicina (alguns tinham propósitos religiosos)	Ambiental Social Turística
Jardins de Conservação	Conservação Coleções de Plantas in situ	Contam com vegetação natural, ou tem áreas associadas a elas, além de coleções cultivadas	Ambiental
Jardins Universitários	Conservação Educação	Destinados ao ensino e à pesquisa. Abertos ao público	Ambiental Social
Jardins Botânicos combinados com Jardins Zoológicos	Conservação Habitats Para a fauna	Possuem coleções de plantas que proveem habitats para a fauna.	Ambiental Social
Jardins agrobotânicos e coleções de germoplasma	Conservação Agricultura	Funciona como uma coleção <i>ex situ</i> de plantas de valor ou potencial econômico para conservação, pesquisa, reprodução e agricultura. Muitos são centros experimentais associados a institutos agrícolas ou silvícolas.	Ambiental Social Econômico
Jardins alpinos ou monteses (Jardins Satélites)	Cultivo da flora alpina e montesa	Localizados em regiões montanhosas da Europa e de alguns países tropicais. São projetados para o cultivo da flora alpina e montesa, ou no caso de países tropicais, para o cultivo da flora subtropical ou temperada. Alguns jardins alpinos ou monteses são jardins-satélites de jardins botânicos maiores localizados em terras baixas.	Ambiental
Jardins naturais ou silvestres	Conservação Educação Lazer Turismo	Possui vegetação natural ou seminatural que é protegida e administrada. Criada com vistas à conservação e para atividades educacionais junto ao público	Ambiental Social Turismo
Jardins de horticultura	Horticultura	Pertencem e são mantidos por sociedades hortícolas. São abertos ao público	Ambiental Social
Jardins temáticos	Cultivo de Espécies Florestais Específicas	Especializados no cultivo de uma gama limitada de plantas relacionadas ou morfologicamente semelhantes ou plantas cultivadas para ilustrar um tema particular. Incluem jardins de orquídea, rosa,	Ambiental Social Turístico

		azaléia, bambu ou jardins relacionados com a etnobotânica, medicina, bonsai, jardins de borboleta, plantas carnívoras, aquáticas etc.	
Jardins comunitários	Educação Lazer Turismo	Geralmente são pequenos e de recursos limitados, desenvolvidos por uma comunidade local visando satisfazer as necessidades particulares, como recreação, educação, conservação, treinamento de horticultura e cultivo de plantas medicinais e de outras plantas de valor econômico.	Ambiental Social Econômico Turístico

Fonte: Adaptado de Wyse Jackson (2000 *apud* BGCI, 2001, p.35-37). Elaboração própria (2016)

5.4.1 Jardins botânicos no mundo

A origem dos jardins botânicos, historicamente, esteve associada às escolas de medicina e ao estudo de plantas medicinais. A origem remonta o caso dos jardins botânicos europeus, criados no século XVI, como: Florença, Leiden, Leipzig, Montpellier, Pisa e Heidelberg (BGCI, 2001). Entretanto, ao longo dos anos, os jardins botânicos passaram por várias modificações em seus usos, formas e funções. Porém, sempre tiveram uma relação direta com a conservação ambiental.

As primeiras demandas por espaços naturais voltados para a contemplação, lazer e recreação surgiram em decorrência do processo de urbanização das cidades, aglomeração demográfica nos centros urbanos e crescimento maciço da atividade industrial (VAINER, 2010). Com o crescimento das cidades e a destruição das florestas, o interesse por áreas verdes, como os jardins, bosques e parques apareceu como contraponto à sociedade industrial.

As cidades estavam se industrializando e produzindo um ambiente insalubre. A criação dos espaços públicos verdes destinava-se especialmente à promoção da qualidade de vida urbana. Em consequência, as elites locais construíram espaços mais saudáveis onde podiam respirar ar puro, contemplar a natureza, praticar recreação, lazer e turismo (MOREIRA *et al.*, 2011).

Dois fatos marcaram a criação das primeiras áreas naturais urbanas: o primeiro fato foi à abertura dos jardins dos palácios ingleses ao público; o segundo decorre dos empreendimentos imobiliários promovidos pelas iniciativas pública e privada, que viram

na criação desses lugares bons investimentos (SILVA; EGLER, 2003).

Os espaços verdes urbanos surgem, então, pela relevância das transformações das cidades, no final do século XVIII, na Inglaterra e tem seu pleno desenvolvimento no século seguinte. A ênfase maior das transformações revela-se na reformulação feita na cidade de Paris, pela influência *haussmanniana*. No século XIX, surgiram os grandes jardins contemplativos, os parques de paisagem, os *parkways*, os parques de vizinhança americanos e os parques franceses monumentais e formais. Nesse período, devido à necessidade de expansão urbana e o intenso ritmo de trabalho, torna-se crescente a preocupação com as demandas por equipamentos para o lazer e a recreação. Descobre-se, então, o interesse e a importância da criação de novos espaços amenizadores da estrutura urbana, com usos e funções de “pulmões verdes” (SCALISE, 2002).

Com o emergir do movimento ecológico, cresce a preocupação com a qualidade do ambiente urbano e o bem-estar das pessoas nas cidades. A recuperação de áreas degradadas e a busca da requalificação das cidades industriais começam a ser observadas a partir da criação do movimento *renaturierung*, que significa “renaturalização da cidade”, reforçando a ligação de áreas verdes num sistema independente, com percursos para pedestres e ciclistas. Em Amsterdã, foi criado o Thýssepark, considerado o primeiro parque público ecológico do mundo (SCALISE, 2002).

Nesse cenário, as cidades modernas necessitam cada vez com mais frequência de novos espaços públicos verdes. Em geral, estes vêm sendo criados com dimensões menores devido à escassez e ao alto custo da terra. Visam atender a uma grande diversidade de solicitações de lazer e de turismo — tanto esportivas como culturais — não possuindo, muitas vezes, a antiga destinação voltada basicamente para o *flaneur*, o lazer contemplativo, caráter dos primeiros grandes espaços públicos verdes.

Ao longo das últimas décadas, a ampliação do debate em torno da questão ambiental e da sustentabilidade dos espaços verdes — usos, formas e funções — passa a inserir os jardins botânicos nessa problemática e abre uma nova perspectiva para que os jardins botânicos cumpram seu papel na conservação ambiental. Em termos práticos, isto significa redefinir sua atuação e multiplicar suas funções, muitas delas historicamente estabelecidas, outras, acumuladas ao longo do tempo pela progressiva inserção de jardins botânicos na malha urbana.

Nas grandes cidades do mundo existem exemplos recentes de espaços públicos verdes, com usos, formas e funções de parque linear e jardins urbanos, que são produtos

do *new urbanism*, construindo-se verdadeiros “oásis” nas metrópoles. O quadro 06 demonstra alguns exemplos dessas “ilhas de conservação”, seguindo-se algumas imagens ilustrativas de espaços que representam o exposto.

Quadro 06: Modelos de Oásis nas Metrópoles

OÁSIS	LOCAL	ANO	FORMA	FUNÇÃO
High Line Park	Nova York EUA	2009	Jardim urbano, suspenso com aproximadamente 2,5 km, construído em uma via férrea. Os galpões e fábricas estão sendo convertidos em galerias de arte, estúdios de <i>design</i> , lojas, restaurantes, museus e residências	Social Econômica Cultural
Acros, Fukuoka	Fukuoka Japão	1995	Edifício ecológico de escritórios construído para preservar o último espaço verde restante no centro da cidade de Fukuoka	Ambiental
Promenade Plantée ou La Coulé Verte	Paris França	1993	Planejado como um jardim e construído sobre a antiga linha de trem de Vincennes.	Ambiental
Cheong gye	Seul Coréia do Sul	2005	Parque público de aproximadamente 6 km de extensão. A prefeitura despoluiu o canal do rio Cheong gye, demoliu cerca de 600 mil toneladas de concreto e asfalto e criou um novo plano de paisagismo,	Ambiental Social
Parque da Maternidade	Rio Branco Brasil	2002	Parque linear agradável para desfrutar da descontração, do lazer e para a prática de esportes.	Ambiental Social
Aterro do Flamengo	Rio de Janeiro Brasil	1965	Parque linear que oportuniza a readequação aos usos cotidianos da metrópole do Rio de Janeiro, para lazer, prática de jogos, esportes.	Ambiental Social

Fonte: Elaboração própria (2016)

Esses modelos de arquitetura ecológica funcionalista projetados nos moldes do *new urbanism* contribuem para a melhoria da qualidade ambiental do tecido urbano. Além de favorecer o contato com a natureza, criam oportunidades de encontro, de sociabilidade entre residentes e turistas nas cidades modernas.

5.4.2 Jardins Botânicos no Brasil

Contrariamente ao que ocorreu na Europa no século XIX, os espaços verdes urbanos no Brasil não surgiram da emergência social de atender às necessidades das

massas urbanas das metrópoles. O país, no século passado, não agregava uma expressiva rede urbana, bem como nenhuma cidade, inclusive o Rio de Janeiro, possuía o porte de grandes cidades europeias daquela época. Os espaços verdes urbanos foram criados no país como uma figura que vinha para complementar o cenário das elites emergentes que detinham o controle da nova nação que se formava e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com os modelos internacionais, especialmente os cenários ingleses e os franceses (MACEDO; SAKATA, 2002). No Brasil, a primeira iniciativa para criar um jardim botânico foi do príncipe Maurício de Nassau, no século XVII, esse jardim existiu junto ao Palácio de Friburgo em Recife, Pernambuco, entre os anos de 1637 e 1644.

Os jardins botânicos brasileiros, concebidos inicialmente como centros de pesquisa da flora tropical, foram instalados nas principais aglomerações urbanas. A partir do final do século XVIII, o Jardim Botânico do Grão-Pará foi implantado em Belém, em 1798, com o objetivo de aclimatar espécies exóticas e domesticar plantas nativas. Este jardim teve importante papel no intercâmbio de vegetais entre os jardins botânicos que caracterizaram a rede de jardins botânicos luso-brasileira, de 1796 a 1817 (PEREIRA; COSTA, 2010). A experiência bem-sucedida desse jardim serviu de incentivo para a criação de outros, em São Paulo (1799), Rio de Janeiro (1808), Olinda (1811) e Ouro Preto (1825). Esses jardins foram criados a fim de estabelecer uma política de criação de uma série de estabelecimentos botânicos na colônia e de propiciar as bases de um intercâmbio de plantas úteis à economia portuguesa.

Nesse período, as principais cidades do país passaram por extenso processo de modernização, especialmente nas suas áreas do centro urbano e circunvizinhas, de modo a assumirem o papel de centros de irradiação de vida para as novas classes dirigentes que se organizavam. Nesse contexto foram criados, no Rio de Janeiro, os três primeiros espaços públicos, com as características morfológicas e funcionais: o Campo de Santana e o Passeio Público, construído em 1783, ambos situados junto ao centro histórico da cidade e o Jardim Botânico, junto a Lagoa Rodrigo de Freitas (MACEDO; SAKATA, 2002).

De acordo com os autores, as áreas verdes no Brasil do século XIX e da *belle époque* eram um elemento urbano expressivo de uma modernidade importada, totalmente alheia às necessidades sociais da massa urbana contemporânea de então, que usufruía de outros espaços, como terreiros e várzeas.

Esse é o período do espaço contemplativo, feito para a *flaneur*, criado para as pessoas deslizarem suavemente em meio a um cenário delicadamente concebido. Nele, a paisagem das plantas nativas era misturada com espécies europeias ou oriundas da Ásia e África. O modelo paisagístico eclético de projetar os cenários nos séculos XIX e início do século XX influenciou muito dos novos espaços criados nesse período, tanto em praças como jardins e parques em cidades brasileiras, especialmente, São Paulo, Recife e Belém (MACEDO; SAKATA, 2002).

Em São Paulo, o Jardim Botânico Paulista, que posteriormente foi denominado Jardim da Luz, é considerado um espaço verde urbano de alta qualidade projetual, estruturado em grandes eixos clássicos, que vez ou outra fazem concessões aos princípios românticos na forma de um ou outro caminho curvo (MACEDO; SAKATA, 2002).

O Museu Paraense Emílio Goeldi — Parque Zoobotânico (MPEG/PZB) —, inaugurado em 1894 e o Bosque Rodrigues Alves — Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA) —, inaugurado em 1883, são exemplos da forma de organização do espaço. São basicamente estruturados em parcelamentos geométricos, cortados por dois grandes eixos ortogonais dentro de um cenário que valoriza os remanescentes de mata amazônica e a valorização da água nas fontes, chafarizes e espelhos d'água com formas orgânicas ou no padrão geométrico clássico (MACEDO; SAKATA, 2002).

Nesse período, com o crescimento urbano acelerado das cidades brasileiras e o aumento da população, os espaços públicos verdes começam a ser um espaço de lazer e bem-estar ambicionado por muitas pessoas, embora distante da maioria, pois o acesso a estes espaços só existia em áreas vizinhas aos centros urbanos e em bairros elitizados.

Uma parte desses jardins desapareceu no decorrer do século XIX e, à medida que diminuía o interesse pela pesquisa científica, outros assumiam uma função mista de parque urbano e de pesquisa, enquanto outros se transformaram totalmente em parques.

Como reflexo, o incremento, a princípio gradual e depois acelerado da criação de novos espaços públicos verdes, revela o aparecimento de um novo tipo de programa de uso para esses logradouros — o “Programa de Uso dos Espaços Públicos Verdes”, pós II Segunda Guerra Mundial. Nesse programa, a estrutura morfológica das áreas verdes é radicalmente simplificada, o esporte é valorizado, bem como a possibilidade de um lazer mais ativo, com quadras esportivas, práticas de esportes e *playgrounds* para o lazer infantil. O entretenimento cultural e o turismo eram propiciados pela criação, nesses espaços, de simulações de teatros de arena. Assim, são totalmente abandonados os objetos

pitorescos e a composição romântica. Contudo, o reaproveitamento da vegetação nativa em novos espaços verdes localizados em áreas em processo de urbanização é realizado como fora no passado, tratando-a como elemento de composição da paisagem (MACEDO; SAKATA, 2002).

Os anos 70 consolidam, no Brasil, a requalificação e refuncionalização dos espaços públicos verdes modernos, com sua diversidade de benefícios tangíveis e intangíveis — usos, formas e funções — contemplação, lazer, cultura, turismo, valorização dos aspectos cênicos e com soluções espaciais melhor elaboradas nas cidades.

Esse modelo se expressa nos trabalhos de Roberto Burle Marx. Dentre os projetos paisagísticos da “Burle Marx Arquitetos Paisagistas”, merece destaque o Jardim Botânico de Brasília, com a implantação do Parque Zoobotânico e o Parque Sarah Kubitschek, ambos em Brasília. De nível metropolitano, estes são capazes de abrigar todas as funções básicas de um espaço público urbano moderno, com ênfase expressiva no lazer ativo e na manutenção de extensas áreas de vegetação nativa de cerrado. Enquanto alguns recebem multidões, a exemplo do Parque Ibirapuera, em São Paulo, outros estão vinculados à conservação ambiental, à educação e à pesquisa científica, a exemplo do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que define seu uso de forma restrita.

5.5 Estratégia Global para a Conservação de Plantas e o Papel da Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB)

Em 1985, a *The World Conservation Union* (IUCN) e a *WorldWide Fund for Nature* (WWF) convocaram uma Conferência sobre “Jardins Botânicos e a Estratégia de Conservação Mundial”, em *Las Palmas de Gran Canaria*, Espanha, criando assim o *Botanic Gardens Conservation Secretariat* (BGCS). O objetivo da conferência foi explorar os múltiplos papéis dos jardins botânicos mundiais na conservação de plantas, tais como facilitar a preparação de uma estratégia internacional de conservação de jardins botânicos e trabalhar a sua implementação. A partir de 1987, o BGCS, órgão da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), começou a reunir membros de jardins botânicos no mundo e a desenvolver programas de atividades para apoiar jardins botânicos. Em 1989, foi publicado o documento “Estratégia de Conservação para Jardins Botânicos” e, em 1990, o BGCS tornou-se independente da IUCN, passando a ser conhecido, posteriormente, por *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI). O

BGCI é registrado no Reino Unido como uma instituição sem fins lucrativos e recebe apoio do Príncipe de Gales como seu real patrono. O BGCI também recebe apoio dos Jardins Botânicos Reais de Kew e Edimburgo, como membros do *Patron Gardens*. Além do escritório central em Kew, a instituição tem representações nacionais nos EUA e na Rússia e, ainda, escritórios regionais na China, Colômbia, Indonésia, Holanda e Espanha (BGCI, 2001). Ao longo dessa trajetória, sua principal preocupação tem sido fornecer meios para que os jardins botânicos no mundo compartilhem informações e notícias sobre suas atividades, programas e avanços obtidos que beneficiem a conservação e a educação. A formação de redes de jardins botânicos e o fortalecimento institucional têm sido divulgados em revistas do BGCI — *BGJournal*, *Cuttings* (Mudas) e *Roots* (Raízes) —, livros de consulta, como manuais técnicos ou guias para a implementação de políticas para jardins botânicos e por meio das ações desenvolvidas nesses espaços, como, por exemplo, reintrodução de plantas, conservação *ex situ*, educação ambiental, educação voltada para a sustentabilidade, programas para computadores, planos de ação regional, Convenção sobre o Comércio de Espécies de Fauna e Flora em Extinção (CITES) e Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (BGCI, 2004).

Embora as publicações sejam um meio de divulgação para socializar as informações e unir os jardins botânicos, não asseguram que seus profissionais possam se encontrar regularmente para trocar ideias, experiências, discutir prioridades comuns e planejar a implantação de programas. Por esse motivo, o BGCI organiza, a cada três anos, um congresso internacional de conservação para jardins botânicos. Após o primeiro encontro em *Las Palmas de Gran Canaria*, Espanha, em 1985, seguiram-se os realizados na ilha de Réunion, França; no Rio de Janeiro, Brasil; em Perth, Austrália ocidental; na Cidade do Cabo, África do Sul e em Asheville, Estados Unidos.

Entretanto, com o aumento das ameaças ambientais em todo o mundo, a partir da década de 70, os jardins botânicos assumiram a conservação de plantas *ex situ* de espécies ameaçadas ou em extinção, a fim de criar um legado para as gerações futuras. Assim, em 1989, foi reforçada a importância das práticas de gestão ambiental desses espaços públicos verdes na conservação da biodiversidade de plantas, com a publicação do documento *Estratégias de Conservação para Jardins Botânicos*. A instituição de referência para os jardins botânicos brasileiros é o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ) que congrega a Comissão Nacional para Jardins Botânicos (CNJB).

5.5.1 Sistema de conservação *in situ*

A Conservação *in situ*, ou local, define-se como a conservação da biodiversidade dentro dos ecossistemas e habitats naturais. O objetivo da conservação *in situ* “é permitir e propiciar que a biodiversidade se mantenha dentro do contexto do ecossistema no qual é achada” (BGCI, 2001, p.57). No caso de plantas cultivadas, isto incluirá sua habilidade para se sustentar através da auto reprodução e ter potencial para evolução continuada.

De acordo com a BGCI (2001), muitos jardins são praticantes da conservação *in situ*, mantendo ou administrando reservas naturais, áreas de vegetação natural ou trabalhando estreitamente junto com administradores de parques nacionais de outras áreas protegidas. Os jardins botânicos têm habilidades e recursos especiais para apoiar a conservação *in situ*, inclusive coleções de referência e bibliotecas que apoiam a pesquisa botânica e ainda instalações de viveiros e áreas de cultivo que são importantes para a restauração de habitats, projetos de reintrodução e revegetação (BGCI, 2001).

5.5.2 Sistema de conservação *ex situ*

A conservação *ex situ* é reconhecida como uma das mais importantes ferramentas de conservação da biodiversidade disponíveis aos jardins botânicos. A Estratégia de Conservação para Jardins Botânicos declara que:

o propósito da conservação *ex situ* é prover custódia protetora. Só é justificável sendo parte de uma estratégia de conservação global para garantir que as espécies sobrevivam no seu habitat. O papel da conservação *ex situ* deveria ser visto como uma fonte de material para reintrodução em habitats danificados e aumento das populações como parte do gerenciamento do ecossistema; para a pesquisa e educação, para a seleção de material para a reintrodução no comércio de plantas, na agricultura, na jardinagem e na silvicultura locais etc. Outro papel é deslocar a pressão sofrida pelas populações de habitat horticultores comerciais, colecionadores ou coletores locais. A conservação *ex situ*, sobretudo, torna as plantas disponíveis para uso da humanidade (IUCN-BGCS e WWF, 1989 apud BGCI, 2001, p. 59)

A conservação *ex situ*, ou seja, extramuros dos jardins, tem como objetivos: a) resgatar germoplasma ameaçado; b) produzir material para reintrodução, reforço, restauração de habitats e monitoramento; c) produzir material para pesquisa em biologia da conservação; d) fornecer material para relocar ou reduzir a pressão de coletas de plantas silvestres; e) cultivar espécies com sementes recalcitrantes que não possam ser

mantidas em bancos de sementes convencionais; f) disponibilizar material educacional para a conservação e a exibição (BGCI, 2001, p.59)

A conservação *ex situ* de plantas silvestres é papel central dos jardins botânicos. Como método de conservação, o *ex situ* é deficiente, pois não é normalmente possível manter mais que uma amostra limitada da diversidade genética em cultivo ou armazenada. É considerada como preservação, e não conservação.

A conservação *in situ*, contrariamente, permite, pelo menos teoricamente, que populações de plantas se desenvolvam e evoluam dentro do seu habitat em um ecossistema original, como parte dele. Na prática, ambos os métodos deveriam ser considerados como reforços mútuos e abordagens complementares.

Apesar das diferentes abordagens dos jardins botânicos, há uma necessidade sem igual de que mais jardins botânicos focalizem e considerem seus papéis na conservação *ex situ*, de modo a: i) avaliarem o valor atual de conservação de suas coleções; ii) estipulem novas prioridades e identifiquem espécies importantes que necessitem de ações de conservação; iii) incrementarem os seus sistemas de documentação; iv) administrarem as suas coleções de acordo com padrões científicos e hortícolas, a fim de maximizar o seu valor com propósitos de conservação; v) implementarem ações consonantes e bem planejadas de forma que possam atingir os objetivos de conservação impostos por eles mesmos (BGCI, 2001, p.61).

Em junho de 2000, o BGCI lançou uma estratégia global consensual para os jardins botânicos, a Agenda Internacional de Conservação para Jardins Botânicos. E, em 2002, a instituição esteve à frente da iniciativa que levou ao estabelecimento da Estratégia Global para a Conservação de Plantas, a qual foi endossada pela Conferência das Partes — Países Signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica (BGCI, 2005). A estratégia global possui 16 metas a serem alcançadas até 2020 e foi adotada por 187 países em outubro/2010.

Em nível mundial, as Normas Internacionais para Conservação de Jardins Botânicos, elaboradas pelo *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI) e adotadas pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB), são reconhecidas como principal fonte orientadora de critérios para definir os usos, formas e funções dos jardins botânicos na conservação da diversidade da flora no mundo (BGCI, 2001).

A missão global dos jardins botânicos na conservação *ex situ* e *in situ* pode ser resumida da seguinte forma:

- Interromper a perda de espécies de plantas e de sua diversidade genética em nível mundial;
- Atentar para a prevenção de ulterior degradação do meio ambiente natural do mundo;
- Aumentar o entendimento público sobre o valor da diversidade das plantas e sobre ameaças de que são vítimas;
- Implementar uma ação prática para o benefício e a melhoria do meio ambiente natural do mundo;
- Promover e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais do mundo para esta e para as futuras gerações (BGCI, 2001)

De acordo com o BGCI (2001), a execução de tal missão requer que jardins botânicos tracem seus programas de atividades. Entretanto, os jardins botânicos não podem assumir esses encargos sozinhos; a ideia é trabalhar em conjunto com a maior gama possível de parceiros — governos, organizações, instituições, corporações, comunidades e indivíduos — para alcançarem seus objetivos.

O quadro 07 mostra as diretrizes da atuação das organizações em rede, de acordo com as Normas Internacionais para Conservação de Jardins Botânicos.

Quadro 07: Atuação das Organizações em Rede

i)	Desenvolver , ajudar e patrocinar programas regionais para conservação <i>ex situ</i> , identificando prioridades e designando responsabilidades para jardins particulares e monitorando a implementação de ações, visando a coordenar atividades e evitar duplicação de esforços;
ii)	Ajudar os jardins botânicos a implementarem sistemas de informação acessíveis para suas coleções de plantas;
iii)	Disseminar informação sobre técnicas efetivas, procedimentos e prioridades de conservação <i>ex situ</i> , a fim de ajudar a fortalecer e estabelecer padrões de conservação <i>ex situ</i> , em sua região;
iv)	Empreender avaliações regulares e disseminar informações e relatórios sobre atividades de conservação <i>ex situ</i> , dos jardins botânicos em sua região.

Fonte: Banco de Dados BGCI (2001)

Em nível nacional, as Resoluções CONAMA 266/2000, de 03 de agosto de 2000 e a 339/2003, de 25 de setembro de 2003, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), dispõem sobre as Normas Brasileiras para Jardins Botânicos. Os documentos contêm os principais objetivos da Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB), que são: promover a cooperação entre jardins botânicos e instituições congêneres; estimular o estudo da

botânica e a conservação da biodiversidade; e apoiar a criação e desenvolvimento de novos jardins botânicos.

A instituição representante do Brasil no BGCI é a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB). A rede foi criada em 23 de janeiro de 1991, durante o 42º Congresso Nacional de Botânica, na cidade de Goiás, cujo objetivo foi congregar e promover os interesses dos jardins botânicos do Brasil. A rede é uma associação civil sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por representantes de oito jardins botânicos brasileiros: Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Caxias do Sul, UNICAMP, Museu Paraense Emílio Goeldi e Horto Botânico da UFRJ.

No que concerne às diferentes acepções de jardins botânicos, a Resolução CONAMA 266, de 03 de agosto de 2000, em consonância com as Normas Internacionais de Conservação em Jardins Botânicos (BGCI, 2001), conceitua jardim botânico como:

Área protegida, constituída, no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do país, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente (BGCI, 2001, p.15).

Então, de acordo com a Resolução CONAMA 266/00, todos os jardins devem gerir seus recursos com responsabilidade socioambiental servindo a: educação, pesquisa, cultura, lazer, turismo e a conservação do meio ambiente equilibrado.

A Resolução CONAMA 339/2003, de 25 de setembro de 2003, classifica três categorias distintas para jardins botânicos: “A”, “B” e “C”, observando-se critérios técnicos que consideram a infraestrutura, qualificação do corpo técnico e de pesquisadores, objetivos, localização e especialização operacional.

Esses critérios são avaliados pelo Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos (SNRJB), sob a gerência do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ), onde é realizado o enquadramento dos jardins botânicos que integram a RBJB, em diferentes categorias.

O quadro 08, Panorama Geral de Jardins Botânicos Brasileiros (registro, enquadramento e jardins associados) mostra o quantitativo de instituições identificadas pela RBJB, que desenvolvem ações e/ou atividades pertinentes aos jardins botânicos, como, por exemplo, a conservação da flora, pesquisa e educação ambiental. Ainda informa quais instituições estão devidamente registradas e enquadradas no SNRJB,

mantidas pelo IPJBRJ, bem como os jardins que atualmente estão associados à RBJB.

Quadro 08 - Panorama Geral de Jardins Botânicos Brasileiros — registro, enquadramento e associados

Categoria A	Categoria B	Categoria C	C Provisório	Sem Enquadramento	Sem Processo	Fora da Rede e do SNJB	Total
2	4	12	4	12	21	23	78
3%	5%	15%	5%	15%	27%	29%	100%
28%				72%			

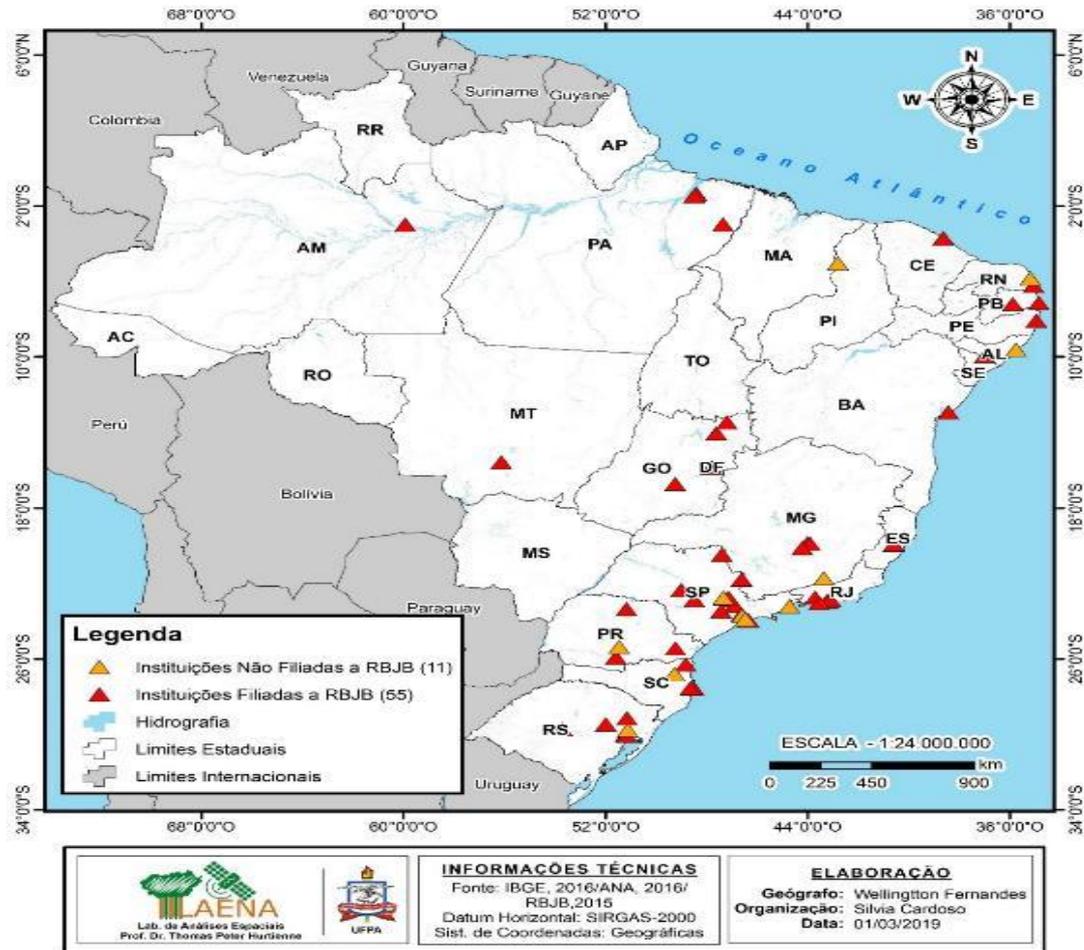
Fonte: Banco de dados RBJB (2015)

Conforme as informações descritas, percebe-se que a maioria dos jardins botânicos brasileiros (72%) não integram efetivamente a RBJB. Assim, infere-se preliminarmente, que de acordo com o demonstrado no quadro, o quantitativo de jardins que participam RBJB ainda é incipiente, apenas (28%) de jardins botânicos integram a rede, nas diferentes categorias A, B, C e C provisório.

O grupo inicial de oito jardins botânicos, filiados na RBJB em 1991, se ampliou em 2000, para 36 jardins botânicos (alguns dos quais nasceram com o estímulo e o apoio técnico da RBJB). Os quadros B-1 a B-7 do Anexo B mostram as classificações das instituições que possuem registro na RBJB.

De acordo com o mapa 01, atualmente integram a rede mais de 66 jardins botânicos brasileiros, classificados em diferentes categorias (RBJB, 2015). Devido às mudanças no cenário político brasileiro, desde 2015, não há avaliação para novos processos de registros e nem de mudanças de categoria de jardins botânicos integrantes da RBJB. Também desde 2015, não houve nova composição da Comissão Nacional de Jardins Botânicos (CNJB), responsável pela certificação desses espaços verdes, que está sem representantes devidamente qualificados (RBJB, 2016).

Mapa 01: Jardins Botânicos Brasileiros (Filiados e Não Filiados na RBJB)



Uma gama de instituições gerencia esses espaços públicos. Muitos são estatais, geridos de forma mista, público-privada, ou geridos por autoridades regionais ou locais, recebendo contribuições públicas. Segundo o BGCI (2001), o tipo de jardim botânico que mais cresce no cenário geral é o criado para a comunidade. Esses jardins são projetados para satisfazer as necessidades específicas da comunidade local e são, em sua maioria, geridos por essa mesma comunidade. Em alguns países tropicais foram criados juntamente com unidades de conservação e foram projetados a fim de representarem papéis na conservação integrada, desenvolvimento sustentável e educação do público usuário.

6 AS EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO NOS JARDINS BOTÂNICOS BRASILEIROS

Serão apresentadas as análises das experiências de gestão de quatro jardins botânicos urbanos (Brasília, Recife, Rio de Janeiro e Curitiba), localizados em regiões brasileiras distintas, bem como as práticas dos usuários (residentes e turistas) nos jardins botânicos analisados. Buscou-se identificar características dos processos de gestão implementados em diferentes jardins botânicos urbanos brasileiros, a fim de favorecer a compreensão do cenário dos jardins botânicos paraenses.

O primeiro *survey* realizado foi no Jardim Botânico de Brasília (JBB), no mês de maio/2015, com o gestor do JBB, 01 educador ambiental, 01 funcionária (quiosque café). O segundo *survey* aconteceu em agosto de 2015, junto à gestora do Jardim Botânico de Recife (JBR), durante a III Reunião Região Norte de Jardins Botânicos, que aconteceu no período de 17 a 21 de agosto de 2015, em Belém do Pará.

Em julho de 2016, foi realizado o terceiro *survey*, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Apesar dos esforços para obter as informações referentes à coleta de dados para a pesquisa de campo, aconteceram alguns contratemplos, causados pela transição política que na ocasião se dava, com mudança na direção do JBRJ.

Pude observar *in loco* que alguns dos funcionários com os quais mantive contato no momento do *survey* estavam com receio em fornecer as entrevistas, provavelmente por não quererem correr o risco de se “comprometer” ao dar algum tipo de informação equivocada. Na ocasião, consegui apenas o contato da coordenação de educação ambiental, do JBRJ, a quem, imediatamente, enviei o roteiro de entrevista. Entretanto, somente em outubro/2016, quase três meses depois da minha ida ao JBRJ, a coordenadora enviou, por e-mail, a entrevista, cujo conteúdo foi bastante incipiente e superficial para o propósito deste estudo, deixando muitas questões sem respostas, fragmentando, dessa maneira, a coleta dos dados naquele jardim.

O quarto e último *survey* aconteceu em novembro/2016, no Jardim Botânico de Curitiba (JBC). Neste jardim, foram realizadas entrevistas com a gestora do JBC, e 03 visitantes.

O objetivo destes *surveys* foi obter dados, por meio de observações em campo e entrevistas não-diretivas, que auxiliassem no melhor desenvolvimento da pesquisa sobre as experiências de gestão implementadas nos jardins botânicos urbanos em diferentes

regiões brasileiras, a fim de favorecer a compreensão do cenário nos processos de gestão implementados nos jardins botânicos paraenses.

A partir de um roteiro de entrevista não diretiva que buscou uma maior aproximação com a abordagem qualitativa, os discursos dos entrevistados foram gravados com auxílio de alguns instrumentos para o levantamento de informações, como aparelho multimídia, caderno de anotações e, em seguida, transcritos para posterior utilização dos fragmentos na tese. A seleção dos entrevistados foi por acessibilidade ou por conveniência e o registro fotográfico foi realizado paralelamente.

Ressalta-se que, antes das entrevistas, foram esclarecidos aos entrevistados os objetivos das mesmas. Para manter o sigilo a respeito da identidade dos entrevistados (gestor, educador ambiental, prestador de serviço) nos seus depoimentos, foram informados apenas: o sexo, a formação profissional, o cargo e/ou sua representação no espaço público e o tempo de atuação. Em relação aos usuários, foram informados apenas o sexo, a profissão e a procedência dos mesmos.

As entrevistas não diretivas sobre a gestão dos jardins botânicos (JBB, JBR, JBRJ e JBC) foram transcritas, possibilitando o exame de alguns aspectos importantes: a) a significação, a importância do espaço público na cidade; b) os impactos positivos e negativos enfrentados na gestão do espaço público verde e os instrumentos utilizados para nortear o planejamento e a gestão; c) os usos e a acessibilidade dos visitantes no jardim botânico; d) a necessidade dos jardins botânicos serem entendidos como áreas protegidas favorece o acesso e a apropriação pelos seus usuários; e) quais os serviços oferecidos e as parcerias na implementação dos (programas, projetos e ações) desenvolvidos pelos gestores no espaço público; e) a importância do espaço público ter *status* de jardim botânico, integrar a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB) e seguir as normas das Resoluções CONAMA 266/00 e 339/03.

Paralelamente, os usuários entrevistados foram convidados a responder às seguintes questões sobre os jardins botânicos analisados: a) o significado de espaço público na cidade e a importância da preservação desses espaços verdes urbanos?; b) as motivações que o levaram a visitar o jardim botânico?; c) em relação à acessibilidade, o fato do jardim botânico ser categoria “área protegida” inviabiliza o acesso do público?; d) a necessidade dos jardins botânicos serem entendidos como “áreas protegidas” favorece o acesso e a apropriação pelos seus usuários?; e) o que considera como positivo nas atividades de um jardim botânico?; f) quais serviços considera importante que o

jardim botânico ofereça aos usuários?; g) o que facilitaria o melhor funcionamento dos jardins botânicos e o que precisa ser melhorado na gestão do espaço verde?.

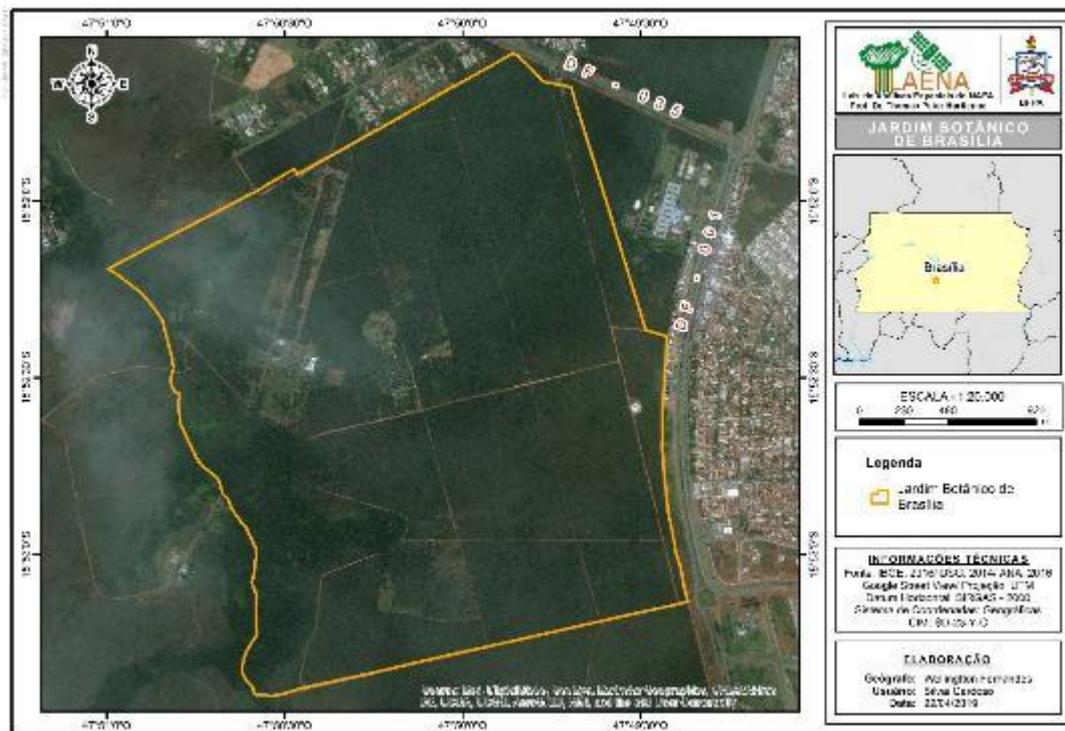
Cada um desses jardins apresenta dinâmicas diferenciadas, sendo necessário demonstrar como são caracterizadas essas dinâmicas e como os usos acontecem nesses espaços verdes. A análise mostra como cada agente social assume seu papel nesse campo e se esta atuação influencia ou não as práticas dos agentes que se relacionam direta e indiretamente com os jardins botânicos urbanos pesquisados.

6.1 Experiência de Gestão no Jardim Botânico de Brasília (JBB)

O Jardim Botânico de Brasília (JBB) foi o primeiro jardim botânico do mundo com objetivos claros de conservação *in situ* de recursos genéticos. A concepção arquitetônica e paisagística do JBB buscou compatibilizar a preservação dos recursos naturais e dos aspectos cênicos às necessidades concretas de instalação de espaços de trabalho e de lazer para colaboradores e visitantes. O planejamento, norteado pelos princípios da arquitetura ecológica, favoreceria o uso racional do ambiente com mínimo de impacto, aproveitamento maximizado dos elementos naturais e condições ambientais de forma que as edificações propostas não fragmentassem a lógica e o ordenamento natural dos aspectos paisagísticos.

O JBB foi inaugurado no dia 08 de março de 1985, com uma área de 526 hectares (vide mapa 02). Está localizado na Estação Ecológica Cabeça de Veado (EECV), no Setor de Mansões Dom Bosco do Lago Sul, Brasília/DF. O local era uma estação de experimentação florestal e hoje abriga o jardim botânico. O JBB possui vegetação característica, com várias fitofisionomias predominantemente do Cerrado com *Pinus* e *Eucalyptus* (JBB, s.d.)

Mapa 02: Jardim Botânico de Brasília (JBB)



Fonte: Lab. de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne - (LAENA), 2019.

De acordo com informações obtidas *in loco* sobre a significação e a importância do espaço público na cidade, o gestor do JBB falou que “o espaço público como área livre, verde possibilita a interação entre familiares e amigos”. A ideia de espaço de contemplação da natureza, de lazer e sociabilidade foi percebida em sua resposta. Dessa maneira, a interação entre as pessoas surge a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades que fazem com que os indivíduos entrem em uma relação de convivência entre si.

Quando arguido acerca dos impactos positivos e negativos enfrentados pela gestão do espaço público verde e sobre os instrumentos utilizados para nortear o planejamento e a gestão, o gestor do jardim botânico respondeu:

O jardim botânico é administrado pela Secretaria de Meio Ambiente, do Governo Federal. Está em processo de criação a APA Gama Cabeça de Veado, que faz limite com a Fazenda Água Limpa, da Universidade de Brasília, com a Reserva do IBGE e com a área florestal da Base Aérea do 6º COMAR. No planejamento estratégico do JBB executado todos os anos a gente já pensa as necessidades, a gente planeja as estratégias, onde a gente já tem a participação com grupos parceiros — IBRAM, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar Ambiental e as parcerias com outras instituições (Arquiteto, Diretor Executivo JBB, 2 anos. Pesquisa de campo. Brasília, maio, 2015).

Pode ser percebido neste relato que o instrumento utilizado pela gestão é o planejamento estratégico, que envolve os parceiros que atuam diretamente na gestão do espaço verde. Entretanto, observa-se pela narrativa que não há participação da comunidade do entorno no debate acerca da elaboração dos programas, projetos e ações desenvolvidos pela gestão, que caracterizam os diferentes usos e funções dos espaços verdes disponibilizados na cidade, a partir da sua qualificação enquanto jardim botânico urbano.

Como impactos positivos destaco a preservação de uma área de Cerrado, a manutenção dessa área preservada pra visitação, pro lazer e orientada pra pesquisa. E os impactos negativos que visualizo aqui é alguns impactos que a gente tem com visitantes que ultrapassam uma área que não é permitida, que é a área da Estação Ecológica. Alguns moradores também que não se apropriaram e não dão valor à importância que essa área tem pra Brasília e pro país, pra pesquisa, então, muitos ainda queimam o lixo de forma acidental ou criminosa. Esse fogo, pula pra área da Unidade de Conservação que é uma das principais causas aqui dos incêndios na Estação Ecológica. A queima de lixo na rodovia também, muitos infratores que jogam resto de poda, resto de obra na rodovia e muitos colocam fogo nesse lixo também. Então (pausa), ciclistas que não respeitam a área aberta à visitação, são 500 hectares abertos à visitação, onde é permitido o ciclismo, o esporte, o lazer. A Estação Ecológica diz que, por lei, somente pesquisadores autorizados podem entrar, então, os infratores pulam a cerca, passam por placas de entrada proibida e interferem em pesquisas, abrem novas trilhas, então, são alguns impactos que dizem respeito à Estação Ecológica (Turismólogo. Gerente de Prevenção e Combate à Incêndios, 2 anos. Pesquisa de campo. Brasília, maio, 2015).

O entrevistado possui clareza da importância da preservação da área do bioma Cerrado, para a cidade e para o país. Menciona também, alguns problemas causados por visitantes que não respeitam as normas de visitação do parque e o comportamento negativo de alguns moradores que não se apropriaram do espaço verde e não dão valor à importância que essa área tem para a população da cidade e para o país.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que os espaços do jardim destinados para a visitação pública são bastante diversificados e acessíveis, o que contribui para a qualificação de diferentes práticas por seus usuários.

Sim, são bastante acessíveis, tem as placas orientando os espaços, a área de recreação, o jardim japonês, o jardim evolutivo, o centro de visitantes, as trilhas. O acesso é consideravelmente fácil, o transporte público passa na porta (Turismólogo. Gerente de Prevenção e Combate à Incêndios, 2 anos. Pesquisa de campo. Brasília, maio, 2015).

Como pode ser observado, o jardim tem boa sinalização (Fotografia 05), as espécies vegetais são identificadas (nome vulgar e nome científico). As placas com

normas de uso para os visitantes são bilíngues e colocadas em locais estratégicos para orientar a visita.

A área de piquenique (Fotografia 05) é um dos locais mais disputados pelos visitantes do jardim botânico. Pela sua diversidade de usos e funções, no local é permitida a comemoração de aniversários ao ar livre, especialmente festas infantis, que permitem a animação de palhaços, brincadeiras, teatro, contação de histórias, etc.

Fotografia 05- Área de Piquenique — JBB



Fonte: Cardoso (2015)

O local também é lugar de encontro, pois o espaço é usado para reuniões com amigos, familiares, empresas entre outros. Como não há reserva do espaço, é preciso chegar cedo para garantir o lugar.

Além da área de piquenique, o espaço do café “Jardim Bom Demais Bistrô” oferece diferentes opções de cardápio aos clientes para o consumo ao ar livre, sob toalhas dispostas na grama. O local recebe expressiva demanda de moradores e turistas nacionais e estrangeiros, especialmente aos finais-de-semana. De acordo com informações da colaboradora do espaço, são recebidos visitantes de vários locais que vão exclusivamente ao jardim com objetivo de degustar o café-da-manhã e interagir com amigos e familiares. Entretanto, apesar de bem sinalizado, ainda há a falta de conscientização ambiental de alguns visitantes que jogam lixo pelo jardim botânico, como foi relatado pela entrevistada, colaboradora do empreendimento, no excerto abaixo.

É bom, né, que várias pessoas visitam. O café recebe aproximadamente 1.500 pessoas, no final-de-semana. Os visitantes são de classe média e alta. Alguns visitantes não obedecem às normas do jardim e jogam lixo no chão, latinha de refrigerante, cigarro (Cozinheira do Jardim Bom Demais Bistrô, 1 ano e 04 meses. Pesquisa de campo. Brasília, maio, 2015).

Fotografia 06: Visitantes no café-da-manhã ao ar livre



Fonte: Cardoso (2015)

O valor do café-da-manhã era de R\$ 35,00 por pessoa, na data da pesquisa de campo, um valor razoavelmente acessível apenas para pessoas com certo poder aquisitivo. Pela quantidade de veículos estacionados no interior do jardim (Fotografia 07), é possível ratificar a informação da entrevistada de que a maioria dos frequentadores do jardim são turistas e moradores de classe média e alta.

Fotografia 07- Estacionamento do JBB



Fonte: Cardoso (2015)

O Centro de Visitantes recebe várias exposições de cunho educacional e informativo. Também é possível alugar o espaço para realizar reuniões, encontros, dinâmicas de grupo para empresas e demais usos. O serviço de segurança, portaria, limpeza e manutenção é executado por empresa terceirizada.

Um dos usos observado durante a pesquisa de campo foi a prática de yoga (Fotografia 08), além da presença de visitantes no circuito de equilíbrio, nos espaços do jardim.

Fotografia 08- Prática de Yoga no JBB



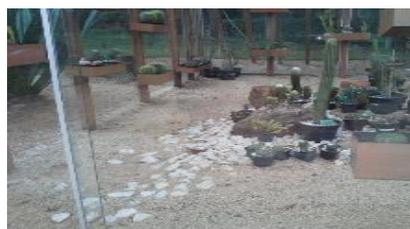
Fonte: Cardoso (2015)

Há, também, acessibilidade para pessoa com deficiência (PcDs), como o jardim sensorial e as trilhas. A acessibilidade ao espaço público, ou seja, à própria cidade, aos equipamentos públicos que a compõem não é somente física (SERPA, 2007). A acessibilidade nesses espaços do jardim revela representações sociais carregadas de simbolismo, a experiência da visita no jardim sensorial ultrapassa as barreiras físicas. As trilhas também estão entre os principais atrativos do JBB.

Os espaços destinados para o ensino da educação ambiental são voltados ao público infanto-juvenil, como a biblioteca da natureza, a sala verde com exposições de espécies vegetais, sementes e insetos, o circuito de equilíbrio e o parque infantil.

A flora, com espécies variadas do bioma Cerrado, é um dos principais atrativos para estudantes, pesquisadores, curiosos e apreciadores da botânica e estão ordenadas por coleções de espécies representativas do referido bioma no espaço voltado à educação ambiental (Fotografia 09). A visita nesse espaço é gratuita, mas, não há serviço de visita guiada no espaço verde. As escolas podem realizar um agendamento para visita gratuita no setor de educação ambiental.

Fotografia 09: Educação Ambiental JBB — Bioma Cerrado



Fonte: Cardoso (2015)

O espaço verde está se tornando, aos poucos, um refúgio da fauna livre, pois muitos visitantes vêm ao jardim para fotografar os pássaros, mamíferos, insetos, como as borboletas, como pode ser observado no relato do entrevistado. O JBB recebe aproximadamente 6 mil visitantes (residentes e turistas) ao mês. Em 2015, o ingresso custava R\$ 5,00, apenas para a entrada no jardim. Os demais espaços para visitação são gratuitos.

Os principais usos são: ambiental, lazer e turismo. Mais, para visitar a botânica, os espaços do jardim pra visitação da flora, as trilhas também, esses são os principais atrativos de estudantes, pesquisadores curiosos e amantes da flora. O jardim botânico tem 5000 hectares e está se tornando também um refúgio de fauna, então, muitos vêm também para fotografar os pássaros, mamíferos, insetos como as borboletas. Então, é variado os atrativos. O dia que mais a gente tem visitação é no domingo dá uma média de 1200 visitantes no domingo (Turismólogo. Gerente de Prevenção e Combate à Incêndios, 2 anos. Pesquisa de campo. Brasília, maio, 2015).

O Jardim Botânico de Brasília (JBB) integra a lista da RBJB, desde o ano de 2012, na categoria C, registro definitivo. Entretanto, em 2015, recebeu a certificação de jardim botânico, categoria A definitivo, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), por ter atendido às exigências da Resolução CONAMA nº 339/03. Dentre elas, a elaboração da publicação científica eletrônica, revista Enterreriana. Na opinião do gestor, esse *status* de jardim botânico representou um ganho político para o espaço urbano porque possibilita atrair mais parcerias nas ações que são desenvolvidas pelo jardim botânico.

A respeito das ações, programas e projetos desenvolvidos pelos gestores no espaço público, bem como os produtos e pesquisas resultantes destas ações, chama a atenção a resposta dada pelo gestor do jardim no que tange às pesquisas científicas, pois estas são avaliadas para publicação na revista eletrônica do JBB:

Sim, as pesquisas são variadas tanto de flora quanto de fauna, diversos institutos, universidades, são pesquisadores que enviam seus projetos e a superintendência técnico-científica emite essa autorização, então, o conteúdo dessas pesquisas são avaliados. Temos parceria com ONGs para recuperação de áreas degradadas daqui do jardim botânico, realizamos diversos plantios. Também existem projetos de flora, de fauna. Temos parceria com o IBAMA, no projeto de soltura de animais em reprodução. Existe uma revista técnica, a Enterreriana, que é produção do JBB, Capes B4, onde esses artigos são publicados (Diretor Executivo do JBB, 2015).

Outro aspecto observado é sobre as parcerias firmadas para elaborar os programas, projetos e ações, o gestor respondeu que há parceria com várias instituições e com diferentes atuações na gestão do jardim botânico.

Temos parceria com ONGs para recuperação de áreas degradadas daqui são diversos plantios. Existem projetos de flora, de fauna, tem também parceria com o IBAMA, no projeto de soltura de animais em reprodução. Temos parceria com o mosaico para prevenção de combate a incêndios, temos parceria com PPCID, nós participamos do Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCID) de todo o Distrito Federal, onde estamos em contato com outras Unidades de Conservação, com o IBRAM, com o Corpo de Bombeiros, com a Polícia Militar Ambiental, são diversos órgãos e diversas parcerias (Turismólogo. Gerente de Prevenção e Combate à Incêndios, 2 anos. Pesquisa de campo. Brasília, maio, 2015).

Foi possível constatar *in loco* que além de toda infraestrutura disponibilizada no jardim para os visitantes, os espaços destinados à flora do jardim e ao trabalho de educação ambiental (sala verde, biblioteca da natureza, coleções botânicas, etc.) demonstram que a gestão do JBB se preocupa em desempenhar o seu papel enquanto jardim botânico conforme preconiza a RBJB.

Dessa experiência de gestão ambiental no bioma Cerrado, fica a certeza de que, apesar de ter conquistado resultados positivos, nas palavras do gestor do jardim botânico, que gerencia o espaço há dois anos, há muito trabalho ainda a ser feito no que concerne a construção de uma gestão ambiental compartilhada entre os entes que se relacionam e/ou influenciam a gestão do espaço verde.

6.2 Experiência de Gestão no Jardim Botânico de Recife (JBR)

O Jardim Botânico de Recife (JBR) é um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica na cidade que agrega lazer, ciência e educação, com infraestrutura para receber turistas e moradores. O JBR tem 36 anos, foi criado pelo Decreto Municipal nº 11.341, de 01 de agosto de 1979, com uma área de 11,23 hectares, com 60% sendo cobertura de fragmento de Mata Atlântica, apresentando uma grande diversidade de espécies da fauna e flora, localizado às margens da BR 232, Km 7,5, próximo ao Distrito Industrial do Curado, no Recife (PE). Entre os meses de julho a novembro de 2013, passou por uma reforma com investimento de aproximadamente R\$ 2 milhões, que teve como base a utilização de recursos provenientes de compensação ambiental, tornando o espaço mais adaptável, acessível e atraente ao público visitante, sendo reinaugurado em dezembro do mesmo ano (ARRUDEA, 2015).

A área do Jardim Botânico de Recife (JBR), até a década de 1960, pertenceu ao Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Nordeste (IPEANE), órgão ligado ao Ministério da Agricultura. Hoje é administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Prefeitura do Recife (SMAS/PCR).

Mapa 03: Jardim Botânico de Recife (JBR)



No contexto do planejamento urbano e da política pública municipal de Recife, o JBR é caracterizado como uma unidade protegida, dentro do Sistema Municipal de Unidades Protegidas (SMUP). O jardim botânico integra a lista da RBJB, categoria C, desde 2012, título concedido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Entre os atrativos do Jardim Botânico, destacam-se: trilhas ecológicas, orquidário, jardim sensorial, jardim de flores tropicais, jardim de plantas medicinais, jardim de palmeiras, meliponário, viveiro florestal, coleção de cactáceas, coleção de bromélias e núcleo de educação ambiental. Funciona de terça a domingo, das 9h às 15h30, com entrada gratuita. As instituições de ensino e pesquisa podem realizar visitas ao jardim botânico gratuitamente, através de um agendamento prévio. Na fotografia 10 podemos observar visitantes de diferentes faixas etárias no jardim sensorial.

Na percepção da gestora do jardim botânico, a respeito da significação, importância e acessibilidade do espaço público na cidade, a resposta indica que “esse espaço é visto como espaço de ambiência e sociabilidade entre os frequentadores”.

Fotografia 10: Jardim Sensorial JBR



Fonte: acervo JBR (2015)

Como bem explicita Serpa (2007), a acessibilidade pressupõe representações sociais carregada de simbolismos, com algumas interdições (barreiras físicas, paisagísticas, etc.) que dificultam a acessibilidade dos indivíduos no espaço.

O Jardim Botânico de Recife (JBR) é um exemplo de requalificação do espaço verde no núcleo urbano, conforme informações de sua gestora sobre os impactos positivos e negativos enfrentados na gestão, assim como sobre os instrumentos utilizados para nortear o planejamento e a gestão do espaço público verde, como pode ser observado no fragmento abaixo:

Em 2013, o jardim botânico de Recife sofreu uma grande reforma de infraestrutura e em 2014 uma reforma de gestão, a partir de então passou a trabalhar nos três eixos que regem a Resolução CONAMA 339: a conservação *in situ*, a pesquisa e a educação ambiental e esses três eixos se complementam. Pra gente atingir esse objetivo, a gente tem que ter um corpo técnico diferenciado, então, por exemplo, no Jardim Botânico de Recife, a gente tem um corpo técnico com 36 brigadistas que são da Prefeitura também. Não é um guarda-parque, eles tem um complemento a mais, eles fazem a fiscalização da cidade inteira, fazem a fiscalização dentro do parque, monitoramento, e também protege um pouco a gente, né, dá um pouco de segurança, tem uma equipe de analistas ambientais, que é equipe multidisciplinar formada por biólogos, botânicos, engenheiros florestais, agrônomo, assistente social, pedagogo, então, a gente tem uma equipe bem diversa que trabalha todos esses projetos de conservação, de educação ambiental e de pesquisa (Arquiteta Urbanista, Gestora do JBR. Pesquisa de campo. Belém, agosto, 2015).

Fotografia 11- Meliponário JBR (Antes e Depois da Reforma)



Fonte: acervo JBR (2015)

Ao ser entrevistada sobre os serviços oferecidos pelo JBR aos visitantes em ações, programas e projetos que abrem o espaço público para a cidade, a gestora do jardim botânico respondeu:

Então, a gente tem 36 anos, mas ele passou vários períodos, períodos muito bons e períodos muito ruins e o que foi que aconteceu, eh nessa gestão, quando o Prefeito assumiu, ele viu que o jardim não tava funcionando no final-de-semana, ele tava funcionando só durante a semana para o público escolar, mas que a cidade não conhecia, então, a gente fez essa reforma, levou a brigada pra lá, começou a melhorar todo o trabalho pra funcionar no final-de-semana. A maior dificuldade do jardim é a questão financeira, porque como somos vinculados ao município, então, a gente não cobra ingresso, a gente não tem, como é que chama, um recurso próprio, a gente depende da Secretaria de Meio Ambiente pra tá comprando e temos as parcerias com escolas, com empresas, com indústrias O local que o Jardim Botânico está hoje, ele é um complexo industrial, tem várias indústrias que ficam no entorno do jardim e elas sempre ajudam nos projetos, mas assim, eu acho que a parte financeira é uma das partes mais difíceis. A outra parte é a gestão mesmo dessas pessoas, de fazer esses grupos diferentes trabalharem juntos, né, (risos), integrados, com o mesmo pensamento, mesma vontade (Arquiteta Urbanista, Gerente do Jardim Botânico de Recife (JBR). Pesquisa de campo. Belém, agosto, 2015).

Observa-se na narrativa a importância do gestor maior (prefeito da cidade de Recife) estar sensível à causa ambiental, ter vontade política de fazer, como preconiza Poggiese (2011) e ter a clareza da importância de abrir o espaço verde para a sociedade como um todo e não apenas para um grupo pequeno de escolas que visitavam o espaço verde durante a semana. Esta iniciativa foi fundamental para que a gestora pudesse realizar um trabalho que possibilitou essa abertura do jardim para a cidade.

Em relação aos instrumentos utilizados para nortear o planejamento e a gestão, a importância desse espaço público verde ter *status* de jardim botânico, integrar a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB) e seguir as normas das Resoluções CONAMA 339/03, assim como sobre o papel do empresariado local em relação as parcerias firmadas com a gestão do jardim botânico, a gestora respondeu:

Veja, a gente passou por esse processo de reforma, durante o ano de 2013 foi só reforma física, o primeiro ano. No ano de 2014, eu procurei trabalhar com a equipe no sentido de fazer uma reforma de gestão. Então, melhorar nossos serviços, então, melhorar a qualidade do que a gente já fazia, a gente já tinha quase tudo dentro de casa, mas assim, não da forma como tá na Resolução e aí a Rede Brasileira foi muito importante nisso, esse trabalho em rede, porque quando eu comecei a participar dos eventos, eu comecei a entender o que é a atividade de um jardim botânico, então, comecei a trazer isso pra dentro da equipe, porque tem que todo mundo falar a mesma linguagem, ter o mesmo objetivo. Então, a gente reestruturou nosso viveiro. A mesma coisa com os programas de educação ambiental, a gente cresceu mais dois programas de educação ambiental que é o ciclo de palestras e a árvore do mês, que a gente dá destaque a uma determinada espécie. Depois, a gente tinha que fazer uma revista científica, técnico-científica, porque a gente já produzia internamente vários projetos, nossos monitores já desenvolviam projetos junto com os analistas ambientais. Então, com isso a gente conseguiu preparar a documentação em julho/agosto pra a reunião da Rede e a gente conseguiu ser classificado para a categoria A, este ano. Então, a gente saiu de C para A, hoje a gente é um dos cinco jardins no Brasil na categoria A e inclusive, o primeiro

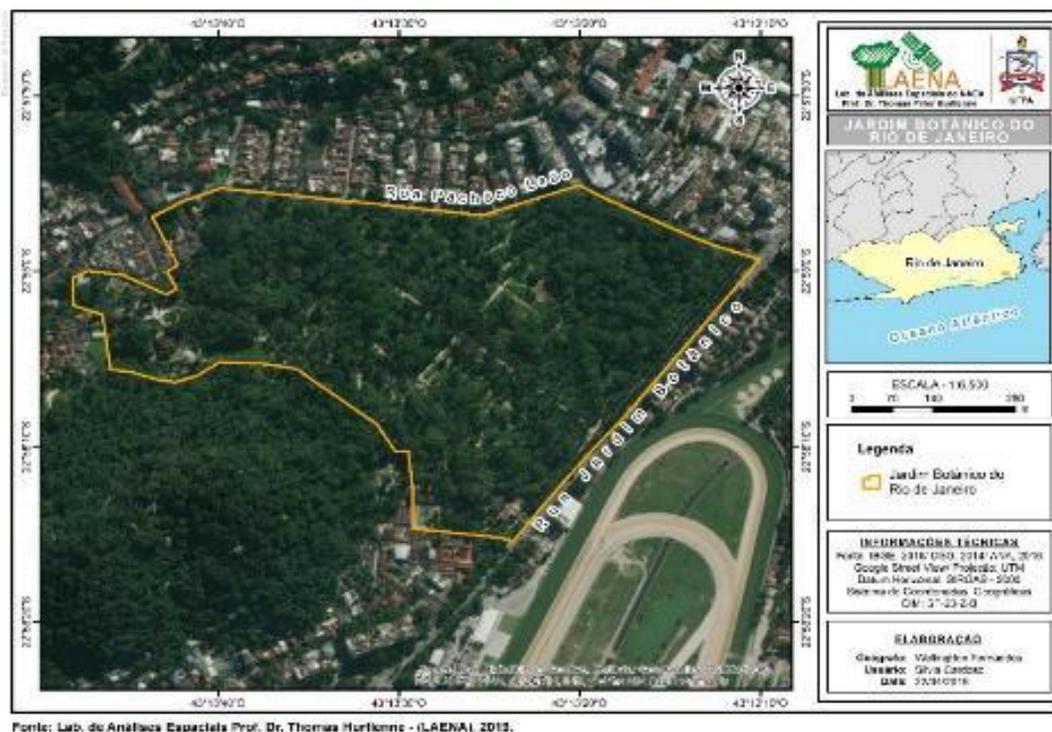
do norte-nordeste, (risos). Então, assim, foi um grande avanço do ponto de vista de gestão, né, de organização do nosso jardim, né. Nem tudo é perfeito, a gente ainda tem muito pra construir e mesmo assim tendo conseguido os dezesseis pontos, temos muito pra melhorar (Arquiteta Urbanista, Gerente do Jardim Botânico de Recife (JBR). Pesquisa de campo. Belém, agosto, 2015).

Em 2015, a exemplo do Jardim Botânico de Brasília (JBB), o Jardim Botânico de Recife (JBR) também adquiriu a certificação na Categoria A definitivo, concedido pelo MMA. Com a nova certificação, o JBR é o primeiro jardim botânico da região nordeste a conquistar a certificação nesta categoria.

6.3 Experiência de Gestão no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)

Fundado em 13 de junho de 1808, surgiu de uma decisão do Príncipe regente português D. João VI de instalar no local uma fábrica de pólvora e um jardim para aclimatação de espécies vegetais originárias de outras partes do mundo. Hoje, o Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado em 1995, é um órgão federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). É um dos mais importantes centros de pesquisas mundiais nas áreas de botânica e conservação da biodiversidade (mapa 04). Tem como missão “promover, realizar e difundir pesquisas científicas com ênfase na flora, visando à conservação e à valoração da biodiversidade, bem como realizar atividades que promovam a integração da ciência, educação, cultura e natureza” (JBRJ, 2014). Para cumprir sua missão, o jardim botânico pesquisa, mantém coleções científicas, divulga e educa para a conservação da biodiversidade.

Mapa 04- Jardim Botânico do Rio de Janeiro JBRJ



A Lei nº 10.316, de 06 de dezembro de 2001, institui a autarquia Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ), e estabelece mandatos e competências para criar e manter programas de apoio à implantação, estruturação e desenvolvimento de jardins botânicos e manter a operacionalização e o controle do Sistema Nacional do Rio de Janeiro (SNRJ), criado pela mesma lei. A referida lei foi regulamentada pelos Decretos nºs 6.645/2008 e 8.841/2016 que vinculou o SNRJ à Diretoria de Pesquisa (DIPEQ) do IPJBRJ, que deve manter, operacionalizar e controlar esse sistema (BRASIL, 2001).

Desde 2013, diversos projetos e iniciativas estão sendo desenvolvidos com o objetivo de oferecer novos serviços e aumentar a qualidade da visitação. O Serviço de Educação Ambiental (SEA), do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ), situado na Casa Pacheco Leão, conta com uma equipe multidisciplinar e tem por missão promover reflexões sobre a temática ambiental e estimular mudanças de atitudes, visando a conservação da biodiversidade. Suas ações estão organizadas nas seguintes linhas de atuação: divulgação científica, formação em educação ambiental, educação para gestão ambiental, extensão e pesquisa em educação ambiental (JBRJ, 2014).

A assertiva pode ser confirmada no trecho da entrevista com a educadora

ambiental do SEA/JBRJ:

O Serviço de Educação Ambiental trabalha em dois projetos institucionais: Roteiro Básico que envolve toda a instituição e o Laboratório Didático com o tema atual (Cidadania e Meio Ambiente); desenvolve atividade com o Laboratório de Fitossanidade/ curadoria de Coleções Vivas (Educatora ambiental, 10 anos. SEA/JBRJ. Entrevista concedida à autora, em 17.10.16).

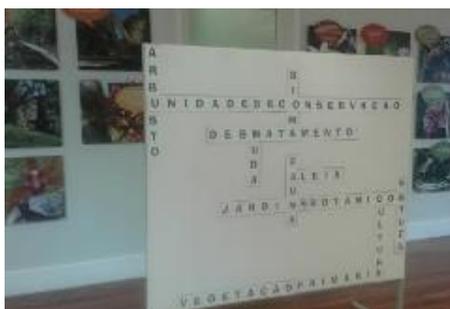
Quanto aos programas, projetos e ações destinados aos usuários, a entrevistada relata que o jardim produziu material didático para nortear melhor o visitante, principalmente, as escolas:

O Serviço de Educação Ambiental do Jardim Botânico produziu a publicação Roteiro Básico que está disponibilizada no *site* do JBRJ e distribuída para os professores que participam do curso de treinamento para visita ao parque com as escolas (Educatora ambiental, 10 anos. SEA/JBRJ. Entrevista concedida à autora, em 17.10.16).

Sobre a assertiva de quais serviços considera ser importante oferecer aos visitantes, a entrevistada fala sobre o trabalho desenvolvido pelo setor de educação ambiental no jardim botânico. A fotografia 12 corrobora a narrativa da educadora:

Em relação à Educação Ambiental, é oferecido aos visitantes a visita ao Laboratório Didático que se encontra no Museu do Meio Ambiente, onde os visitantes podem participar de dinâmicas relacionadas ao Meio Ambiente e Cidadania (Educatora ambiental, 10 anos. SEA/JBRJ. Entrevista concedida à autora, em 17.10.16).

Fotografia 12- Laboratório Didático - Museu de Meio Ambiente JBRJ



Fonte: Cardoso (2016)

Percebe-se pelas imagens, a qualidade das exposições com cunho educativo disponibilizadas aos visitantes para o ensino da educação ambiental. São bastante didáticas e interativas. A entrevistada também menciona sobre os produtos confeccionados pelo jardim a partir das parcerias firmadas com o SEA/IPJBRJ.

No caso da educação ambiental as ações são realizadas de acordo com a missão institucional e os documentos de referência do Ministério de Meio Ambiente (Educatora ambiental, 10 anos. SEA/IPJBRJ. Entrevista concedida à autora, em 17.10.16).

Sobre os recursos financeiros para viabilizar a publicação de manuais e livros (Fotografia 13), a educadora revela que são recursos orçamentários do próprio MMA.

O Serviço de Educação Ambiental recebe recurso do Ministério do Meio Ambiente (Educatora ambiental, 10 anos. SEA/JBRJ. Entrevista concedida à autora, em 17.10.16).

Fotografia 13- Coleções Didáticas de Educação Ambiental JBRJ



Fonte: Cardoso (2016)

Com relação às parcerias firmadas para desenvolver os programas, projetos e ações para a conservação da biodiversidade, a entrevistada menciona que o IPJBRJ possui parcerias com importantes instituições de pesquisa.

O Serviço de Educação Ambiental participa do Projeto Tecendo Redes que envolve Instituições de Pesquisas como MAST, FIOCRUZ com as escolas através da Secretaria Municipal de Educação (Educatora ambiental, 10 anos. SEA/JBRJ. Entrevista concedida à autora, em 17.10.16).

Outros usos são percebidos no local, como por exemplo, o acesso dos residentes e turistas ao centro de visitantes, centro de eventos culturais e lanchonete como pode ser observado nas fotografias 14 e 15.

Fotografia 14: Centro de Visitantes e eventos culturais JBRJ

À esquerda, a) Centro de Visitantes JBRJ; à direita Centro de Eventos Culturais JBRJ



Fonte: Cardoso (2016)

O valor do ingresso para acessar o jardim é R\$ 15,00, o que contribui para que o público frequentador do JBRJ seja de pessoas com poder aquisitivo compatível com a classe média e alta, como pode ser observado na fotografia 15.

Fotografia 15: Lanchonete do JBRJ



Fonte: Cardoso (2016)

Há terceirização do serviço de segurança do JBRJ, monitoria nos espaços de visitação, limpeza e manutenção dos espaços. O JBRJ é referência nacional para os jardins botânicos brasileiros. Na fotografia 16 pode-se observar que a flora do JBRJ é bastante diversificada e inclui as coleções de espécies ameaçadas de extinção da Mata Atlântica.

Fotografia 16: Coleções de Espécies Ameaçadas de Extinção JBRJ

À esquerda, a) Orquidário JBRJ; à direita, b) Cactário do JBRJ

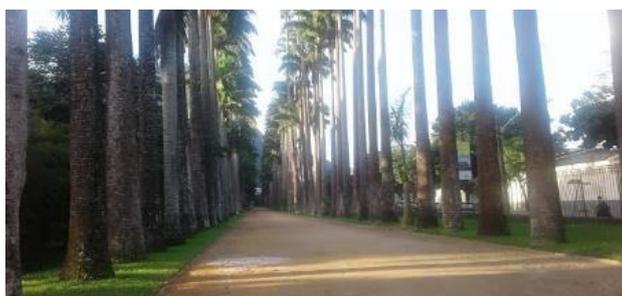


Fonte: Cardoso (2016)

A coleção de espécies da Região Amazônica do JBRJ é um dos mais importantes acervos vivos desse tipo de vegetação. A coleção teve início no final do século XIX, pela iniciativa do diretor do espaço, Barbosa Rodrigues, através da experiência adquirida no Jardim Botânico de Manaus, dando início ao plantio das espécies amazônicas. Entre 1919 e 1928, o botânico Adolpho Ducke participou de expedições que serviram para incrementar a coleção. Hoje, mais de 1.100 espécies de plantas integram a coleção.

Em março de 2016, com o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA), teve início a renovação de mais de 4 hectares desse patrimônio, em um projeto que envolve além da transformação paisagística da área, a restauração dos elementos históricos (JBRJ, s.d). Na fotografia 17 pode-se observar a presença dessas espécies e o esforço da gestão do JBRJ em recuperar áreas degradadas com espécies da vegetação típica da Amazônia.

Fotografia 17: Coleção do Bioma da Região Amazônica no JBRJ



Fonte: Cardoso (2016)

Dentre as obras de recuperação constam a limpeza do Lago do Pescador, com a retirada de resíduos orgânicos e de sedimentos arenosos trazidos pela chuva. Com a dragagem, aumenta a profundidade do lago, baixa o espelho d'água e proporciona o cultivo de vitória-régias, espécie típica da Amazônia (JBRJ, s.d.).

Também integra a gestão do IPJBRJ, a Associação de Amigos do Jardim Botânico (AAJB), entidade civil de direito privado e sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é contribuir para a preservação, conservação e aprimoramento do patrimônio histórico, natural, paisagístico, científico e cultural do IPJBRJ, bem como para o incremento de suas fontes de renda, além de comercializar mercadorias em geral, incluindo *souvenirs*. A estrutura da AAJB compreende o Conselho Fiscal, Diretoria e Conselho deliberativo (AAJB, s.d.).

Um dos mais recentes trabalhos desenvolvidos pela parceria com a AAJB é o projeto Pró-florescer, Centro de Responsabilidade Socioambiental do Jardim Botânico do

Rio de Janeiro, que resulta de um convênio firmado entre o Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ), o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), através do IV Juizado Especial de Crime (JECRIM) e a Associação de Amigos do Jardim Botânico (AAJB) (AAJB, s.d.). O projeto Pró-florescer objetiva preparar e diferenciar jovens entre 16 a 18 anos em sua formação e consciência social dentro de um conceito sólido de cidadania. O trabalho consiste em desenvolver as habilidades intelectuais, culturais, sociais e ambientais desses jovens, para que possam ser inseridos no mercado de trabalho. Oferece formação em jardinagem, monitoramento ambiental e auxiliar administrativo (AAJB, s.d.).

O projeto já atendeu mais de 3 mil participantes, sendo a maioria (80%) estudantes do Ensino Fundamental. Trata-se de um trabalho que busca interagir com a comunidade, visando minimizar as desigualdades sociais. Metade dos jovens atendidos pertencem a famílias com renda familiar de um salário mínimo. Parte dos recursos do projeto Pró-Florescer resulta de transações penais, uma forma de substituir um processo criminal por uma ação positiva em favor da comunidade. Também colaboram com o projeto, o Instituto Masan, da Stihl e as contribuições dos associados da AAJB (AAJB, s.d.).

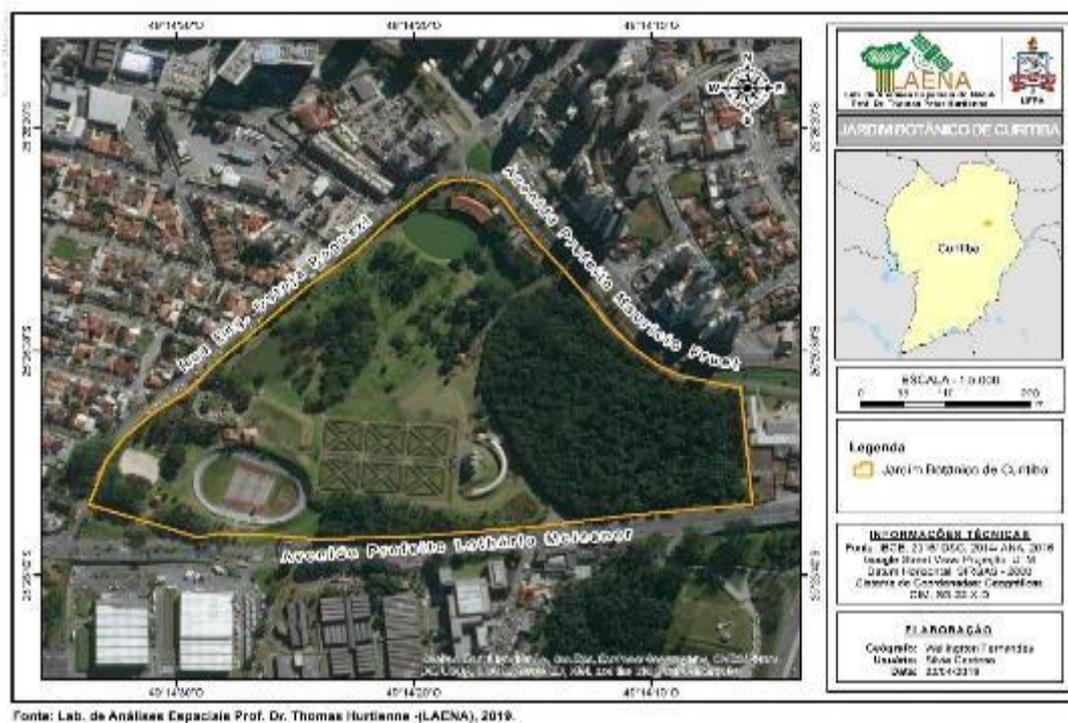
6.4 Experiência de Gestão no Jardim Botânico de Curitiba (JBC)

A capital paranaense passou a ser uma cidade referência no país, a partir do momento em que os gestores municipais passaram a incentivar e construir obras que, além de modernizar a metrópole, permitiram que a cidade alcançasse uma imagem positiva, concreta e atraente, particularmente no segmento da atividade turística (VEIGA-NETO, 2012, p. 103).

Em função do planejamento urbano, que através de projetos urbanísticos buscaram o cunho da sustentabilidade local, a cidade de Curitiba foi sede de preparação da Conferência da Eco 92. Recebeu da mídia escrita nacional e internacional vários títulos, tais como: “cidade modelo”, “cidade ecológica”, “cidade planejada”, “cidade moderna e humana”, “metrópole verde”, “capital brasileira de qualidade de vida” (RECHIA, 2003). A iniciativa do governo municipal em atrelar o planejamento urbano ao planejamento ambiental, nos projetos urbanísticos contribuiu para uma identidade da imagem da cidade, que ganhou *status* mundialmente conhecido como “cidade ecologicamente correta”.

O Jardim Botânico Municipal Francisca Maria Garfunkel Rischbieter (JBMFMGR), conhecido popularmente como Jardim Botânico de Curitiba (JBC), é registrado oficialmente pela sigla JBMFMGR, conforme a Lei Municipal nº 7.964, de 09 de junho de 1992, considerado uma Unidade de Conservação (UC) pelo Decreto Municipal nº 252, de 05 de maio de 1994 (mapa 05). Desde 2005, integra a lista da Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB) e, em julho de 2016, por atender as exigências da Resolução Conama nº 339/03, recebeu a certificação na categoria A, do Ministério do Meio Ambiente.

Mapa 05- Jardim Botânico de Curitiba (JBC)



O JBC funciona como centro de pesquisa da flora, contribui com a preservação e conservação da natureza, além de ser atrativo turístico de Curitiba, tendo em vista que integra o roteiro de *city tours* ofertados pelas agências de receptivo da cidade. É aberto ao público gratuitamente e oferece boa infraestrutura, sinalização turística e acessibilidade aos visitantes.

O JBC possui área de 245 m², contendo jardins em estilo francês, com estufa para viveiros em arquitetura inspirada nos antigos palácios de cristal ingleses. Cerca de 120 mil exemplares de flores são cultivados em 15 mil m² de canteiros. Os espaços foram planejados de modo a preservar a natureza primitiva, além de possibilitar o conhecimento

de espécies da Mata Atlântica e a vivência dos visitantes em diferentes espaços, projetados também para acessibilidade das pessoas com deficiência (PcDs). Dentro do JBC, há o Museu Botânico que abriga o herbário com um expressivo acervo de coleções da flora e fauna da Mata Atlântica, resultante de pesquisas de biólogos, técnicos e demais profissionais da área. O JBC é administrado pela Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) e do Departamento de Produção Vegetal (DPV) (SMMA, 2012).

No que concerne ao turismo e na perspectiva do “*city marketing*”, o JBC integra a lista de atrativos turísticos da cidade de Curitiba, pois há divulgação do jardim botânico no site oficial de turismo do Estado do Paraná e em páginas de operadoras e agências de turismo receptivo. O JBC integra a rota dos passeios turísticos “*city tours*” que são realizados pela cidade e comercializados pelas agências de turismo receptivo. O público frequentador do jardim é de turistas nacionais e estrangeiros, além de moradores da cidade de Curitiba e arredores, instituições de ensino, de pesquisa e de educação ambiental que acessam o espaço como opção de turismo, lazer e bem-estar para famílias e principalmente para o entretenimento do público infantil no espaço verde (SMMA, 2012).

O Jardim Botânico de Curitiba (JBC), ao longo dos seus 25 anos, é considerado um dos espaços verdes da cidade que oferece ao público o contato com a natureza preservada, em pleno centro urbano, além de ser uma opção de lazer, pesquisa, turismo e sociabilidade. Isto pode ser observado nos estudos de Amaral (2002); Fenianos (2006), Rechia (2003) e nas entrevistas realizadas *in loco*. As informações obtidas durante as entrevistas nortearam alguns aspectos pertinentes à frequência e motivações dos diferentes usos e práticas no jardim botânico, bem como a percepção sobre o jardim enquanto espaço público na cidade.

As entrevistas foram gravadas em novembro/2016, *in loco*, no Jardim Botânico de Curitiba (JBC), com a gestora e com 03 usuários do espaço verde, que foram escolhidos de forma aleatória.

O primeiro aspecto percebido junto aos entrevistados foi a heterogeneidade do público do JBC. Durante a pesquisa estavam no lugar frequentadores de diferentes faixas etárias (crianças, adolescentes, adultos e idosos); diferentes profissões; classe social, e escolaridades. Além disso, percebeu-se a diversidade de usos no espaço público: os turistas, os adolescentes e as famílias com crianças o identificaram, predominantemente, como um espaço de turismo, lazer e entretenimento e para a prática esportiva.

Essa heterogeneidade de usos também pode ser percebida no fragmento abaixo, de acordo com as observações da gestora do JBC. Os principais usos dos visitantes e turistas do jardim destacados pela gestora são:

Ambiental e turismo. Bom, o turismo é a grande demanda do jardim por ter atrativos, jardim geométrico, a estufa, por ser um ponto turístico muito conhecido na cidade. Ele oferece essa proximidade com hotéis, com rodoviária, então, isso possibilita que o turista venha mesmo né. O turista vem aqui porque ele é perto do centro pro pessoal vir. E a outra situação é a ambiental, aqui em Curitiba, os usuários são os moradores do entorno, todos eles frequentam o jardim botânico. Isso é uma prática constante, em especial, sábados, domingos e feriados. E os usos são diversificados, aqui nós temos o pessoal que vem pela manhã fazer caminhada, corrida, alongamento, isso no período da manhã. Depois temos o público escolar, visitas agendadas ou não e essas não têm monitoria, quando vem agendadas tem monitoria. Tem controle através do relatório do quantitativo das visitas monitoradas e da sala de educação ambiental). Então nós temos também as exposições na sala da Ed. Ambiental, agora tá fechado pra reforma do telhado, mas nós temos exposições o ano todo sempre voltado para o tema ambiental ou são flores, eventos, seminários, workshops tudo voltado pra temática ambiental (Bióloga. Gestora do JBC, 9 anos. Pesquisa de Campo, novembro de 2016).

A narrativa revela que apesar do dia-a-dia corrido, além dos turistas, os moradores de Curitiba possuem o hábito de frequentar o jardim botânico para a prática de diferentes atividades favorecendo a proximidade da relação ser humano-natureza no cotidiano da *urbe*.

Quando questionados sobre a importância da preservação do jardim botânico verde na cidade, as respostas tiveram opiniões diversas, porém se direcionaram para os benefícios da preservação desses espaços públicos verdes urbanos.

Em seguida, os visitantes também responderam sobre as motivações em visitar o jardim botânico de Curitiba. Alguns turistas, na ocasião, visitavam o jardim pela primeira vez. Na percepção dos entrevistados, o jardim botânico urbano é visto como área livre para várias práticas, tais como: esportivas, lazer, turismo, educação, contemplação da natureza, espaço de encontro, de interação e sociabilidade entre os frequentadores.

Com relação a questão da visita, a gestora do JBC respondeu como é feito o procedimento para visitas de grupos organizados.

Existe o setor de educação ambiental que faz o agendamento e para grupos organizados que necessitem de acompanhamento. No caso, cegos, hipertensos, pessoas organizadas em grupo que de alguma forma precise do monitoramento. Agora não atendemos turistas com visita monitorada. Isso ainda não oferecemos. Cada agência traz o seu guia (Bióloga. Gestora do JBC, 9 anos. Pesquisa de Campo, novembro de 2016).

Sobre a demanda de turistas, a gestora do JBC relata no fragmento a seguir:

Em relação à demanda turística, a única demanda que nós temos é que aqui é um ponto turístico, onde acontece o maior número de desembarques da linha turismo e isso já dá a dimensão do que vem embarcado. O público que vem a pé, com veículos particulares ou que vem com transporte público. Então, só da linha turismo a demanda já foi não me lembro ao certo se foi 283 mil, em 2015. Esse ano ainda não saiu a nova divulgação, pelo menos eu ainda não tomei conhecimento (Bióloga. Gestora do JBC, 9 anos. Pesquisa de Campo, novembro de 2016).

Importante ressaltar que, para que um jardim botânico possa atrair visitantes e nele ocorra o fenômeno turístico, é necessário apresentar “relevantes elementos da natureza, notadamente, paisagem e espaços de conservação, assim como representar a história, a cultura e a sociedade na qual está inserido” (PEDRON, 2013, p. 141).

Para o turista que está em um curto período de visitação na cidade, observou-se que os serviços oferecidos por agências de receptivo funcionam bem, como, por exemplo, os *citys tours*, entretanto, tem um custo financeiro um pouco elevado. A assertiva corrobora para a compreensão das práticas de turismo e lazer nas cidades contemporâneas. Tais práticas estimulam novos desejos no ser humano, que passa a procurar lugares mais sossegados que o distanciem do cotidiano estressante das metrópoles. Essa compreensão leva em consideração a importância da preservação dos jardins botânicos nas cidades e favorece a aproximação do ser humano com a natureza no ambiente urbano.

Essas assertivas corroboram com o que Gândara (2011) advoga, quais sejam, as experiências e sentimentos que o fenômeno turístico propicia são as emoções, encantamentos, sonhos e vivências, que são utilizados para entreter, fascinar e cativar o turista e que resulta em conhecimento e valores. Estas experiências foram percebidas nos relatos dos entrevistados ao visitarem o JBC.

Posteriormente, ao serem questionados sobre o que consideravam como positivo nas atividades de um jardim botânico, destaca-se a acessibilidade, considerada favorável para os PcDs, particularmente, o espaço do “Jardim das Sensações”, que é um local muito visitado por deficientes visuais, além da boa infraestrutura e boa sinalização, todos observados nas respostas dos visitantes entrevistados.

Sou pedagoga, trabalho com deficientes visuais e gostei muito da acessibilidade daqui do jardim botânico, as trilhas são acessíveis e o jardim das sensações tem placas de identificação botânica em braile, é um excelente espaço de inclusão, simplesmente maravilhoso (Pedagoga, Recife. Pesquisa de campo. Curitiba, novembro, 2016).

Fotografia 18: Jardim das Sensações JBC



Fonte: Cardoso (2016)

De acordo com Ignarra (2001, p.48), os atrativos turísticos devem priorizar o desenvolvimento e a manutenção de seus acessos, equipamentos e serviços, pois relacionam-se com as motivações de viagens dos turistas e a avaliação que os mesmos fazem desses elementos. Como mencionado acima, esta assertiva foi percebida pelos entrevistados, que avaliaram de forma positiva a infraestrutura disponibilizada, a limpeza e a manutenção do JBC.

Fotografia 19: Jardim Geométrico JBC



Fonte: Cardoso (2016)

Em relação às assertivas sobre o que facilitaria o melhor funcionamento do jardim, o que precisaria ser melhorado na gestão do JBC e sobre o fato de o jardim ter cercamentos devido sua categoria “área protegida”, os entrevistados tiveram opiniões diferenciadas.

Já vim aqui com amigos outra vez, mas senti falta de guia de turismo durante a visita no jardim botânico, pois ao chegarmos aqui não temos uma recepção de boas-vindas. A entrada é gratuita, mas poderíamos explorar muito mais o que o jardim tem a oferecer se tivéssemos uma visita guiada. Acho que a gestão precisa melhorar nesse aspecto (Estudante, Roraima. Pesquisa de campo. Curitiba, novembro, 2016).

Moro perto de Curitiba, mas é a primeira vez que visito o Jardim Botânico, percebi que não há distribuição de folders com mapa que direcione o turista aos diferentes espaços do jardim. Seria importante ter mais informações sobre a flora da Mata Atlântica, realizar parcerias com os colégios, universidades, hotéis, etc. (Comerciante, Londrina. Pesquisa de campo. Curitiba, novembro, 2016).

Neste caso, fica evidente os diferentes usos e públicos no espaço verde, a partir da percepção de seus usuários e de suas motivações ao visitar o jardim botânico. O JBC é considerado, portanto, como importante espaço público para uso da cidade e como indutor do turismo, na perspectiva de respostas às demandas de turismo e lazer advindos do processo de industrialização e suas consequências na cidade.

Sobre essas questões, a gestora do JBC informa que o instrumento que norteia as tomadas de decisão do JBC e regulamenta o uso das dependências do espaço verde é o Decreto nº 170/15, de 18 de março de 2015. Inclusive, este mesmo decreto norteia o uso do Museu Botânico Municipal (MBM), de Curitiba, que se encontra instalado dentro da área do jardim botânico.

Nós temos um Decreto Municipal nº 170/2015. Esse decreto aprova o regulamento de uso das dependências do jardim e dá providências, né. Então, todas as providências dentro do jardim botânico estão previstas neste Decreto: filmagem, autorização pra pesquisa, estudo, horário, manutenção e conservação (Bióloga. Gestora do JBC, 9 anos. Pesquisa de Campo, novembro de 2016).

Determinados espaços públicos que se “democratizam” podem fazer coincidir, frequentemente, em espaços separados, públicos socialmente diferentes com classes sociais e faixa etária diferentes. Particularmente, o público que acessa os jardins botânicos urbanos com interesses diversos. Assim, as práticas e os usos diversificados oferecidos em determinado momento, pelo jardim botânico, à escolha dos usuários “consumidores”, está predisposto a exprimir todas as diferenças sociais pertinentes nesse mesmo lugar, ou seja, oposições entre os sexos, além de oposições entre públicos, faixas etárias e classes sociais.

Ao ser arguida sobre as parcerias firmadas pelo jardim botânico para viabilizar seus programas, projetos e ações e seus produtos produzidos a partir das pesquisas realizadas no JBC, a gestora informa:

As parcerias né, nós temos aqui a parceria com o Museu Botânico, porque todo jardim botânico deve ter um herbário como parceiro. Nós temos aqui dentro do parque, incluído no nosso Departamento de Produção Vegetal, ou seja,

Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Superintendência de Obras e Serviços, Departamento de Produção Vegetal, Jardim Botânico como Divisão, Museu Botânico como Divisão, né, aí tem Arborização e o Horto em Guabirituba que são (produção de flores), Barreirinha (produção de árvores), mas, pertencemos ao mesmo Departamento e todas as nossas ações estão ai dentro desse Decreto nº 170/2015 (Bióloga. Gestora do JBC, 9 anos. Pesquisa de Campo, novembro de 2016).

No ano de 2016, a exemplo dos jardins botânicos de Brasília e Recife, o JBC adquiriu a certificação na Categoria A definitivo, certificação concedida pelo MMA, por atender todas as exigências da Resolução Conama nº 339/03. Isso representa uma conquista para a gestão ambiental desses jardins botânicos urbanos, tendo em vista que esse processo de gestão requer um conjunto de esforços e articulação política e institucional que visam assegurar a sua sustentabilidade, tais como: visão sistêmica, planejamento e descentralização de ações, integração e equidade nas relações de interesses institucionais, a fim de proporcionar a efetiva participação dos agentes sociais envolvidos nos mecanismos de proteção sustentável do meio ambiente.

As experiências de gestão ambiental implementadas nos jardins botânicos de Brasília, Recife, Rio de Janeiro e Curitiba demonstram que, independentemente da forma de gestão implementada é possível realizar grandes avanços na gestão de jardins botânicos, se esta for aliada à metodologia científica e, imprescindivelmente, a vontade política de “fazer” (POGGIESE, 2011) atrelada ao comprometimento dos gestores para a construção de uma aliança de gestão ambiental compartilhada no campo relacional de disputa e negociação de interesses público-estatal.

A partir das observações na pesquisa de campo e das narrativas dos entrevistados, a pesquisa indica gestões voltadas à preservação do espaço público, tendo em vista o crescente consumo dos cidadãos pela natureza em práticas que suscitam a importância da presença do jardim botânico urbano, frente às dificuldades inerentes à gestão como um todo.

Dentre as gestões analisadas, destaca-se o papel exercido pela gestão do Jardim Botânico de Recife, uma UC municipal, mas que também possui *status* de jardim botânico e que estava esquecido por gestões anteriores, insensíveis à causa da preservação ambiental, resultando na não apropriação pela população do espaço público. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pela gestão, o esforço conjunto dos gestores favoreceu a abertura do jardim para a cidade, para o usufruto da população de forma equânime. Além dessas iniciativas, o JBR ainda conquistou a titulação máxima para jardins

botânicos, concedida pelo Ministério do Meio Ambiente.

Como dito anteriormente, o uso do espaço produzido, ampliado ou transformado pelos agentes torna-o um espaço social híbrido, no qual as relações, as práticas, as ideias, as performances, os sentimentos e as emoções fluem e se mesclam, onde se busca a compreensão das heterogeneidades que conformam as identidades dos usuários e que qualificam, transformam e requalificam os espaços públicos verdes urbanos.

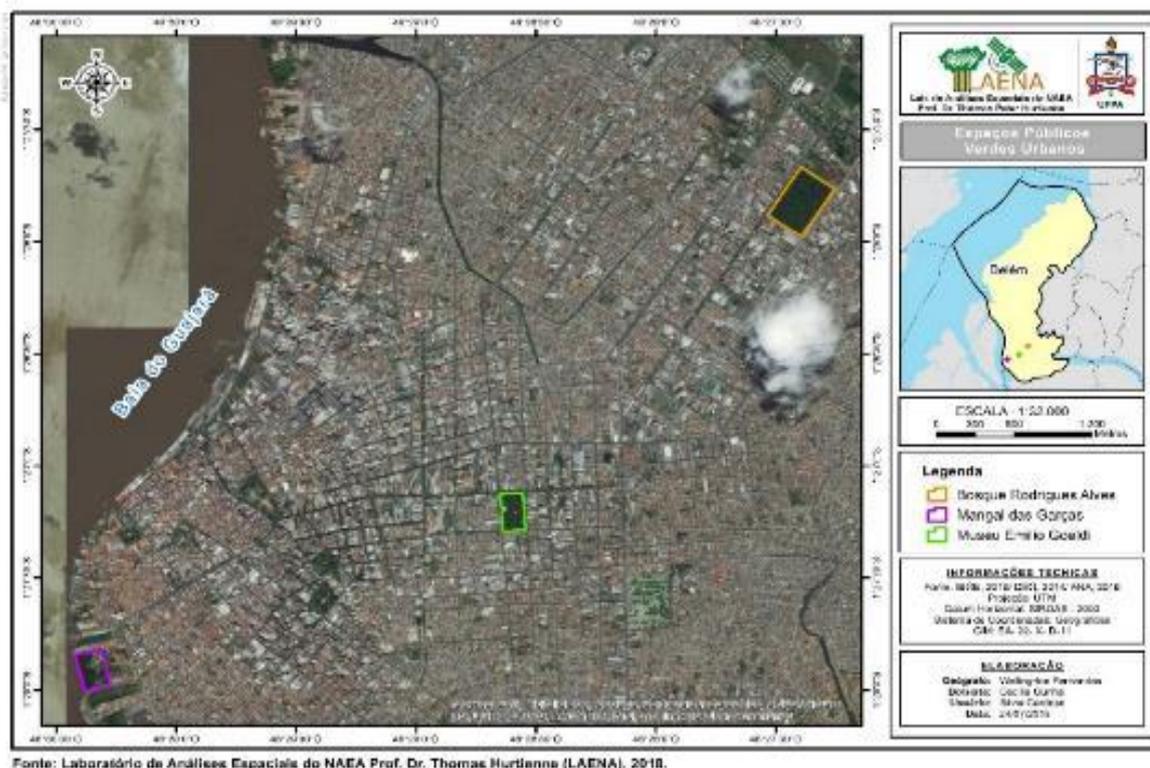
Contudo, há muitas barreiras a serem vencidas, como a falta de recursos financeiros, de equipes técnicas qualificadas e multidisciplinares, de melhoramentos das infraestruturas, além da elaboração de outros instrumentos de gestão como, por exemplo, os planos de manejo e a instalação de instâncias de participação popular, como a implantação de Conselhos Gestores desses jardins, pois a forma já institucionalizada de gestão burocrática e com pouca ou quase nenhuma autonomia, dissociada de certa maneira dos anseios da sociedade, prejudica o alcance de uma adequada gestão ambiental participativa. O controle das decisões deve ser feito por meio de uma instância de governança, com a participação efetiva das instituições públicas e representantes da sociedade civil organizada e da comunidade do entorno.

7 GESTÃO DE JARDINS BOTÂNICOS PÚBLICOS URBANOS PARAENSES: ANÁLISE A PARTIR DOS GESTORES E DOS VISITANTES

Analisam-se as práticas nos espaços públicos verdes inseridos num contexto de gestão urbana, a partir de quatro grupos de agentes sociais que formam a rede de relações das gestões dos jardins com seu público e com a cidade: 1 – Poder Público (gestores, educadores ambientais); 2 – Setor Privado (locatários de quiosques, agente de viagem e guia de turismo); 3 – Terceiro Setor (ONG, Conselho Municipal de Meio Ambiente e RBJB), e 4 – Usuários (morador, turista, público de instituições públicas e privadas de ensino em geral, instituições de cunho religioso, ONGs, órgãos públicos, grupos de idosos, praticante de yoga, empresas, entre outras).

Para entender como se forma esse campo de relações socioambientais, tomamos como recorte de análise os processos de gestão em três espaços públicos verdes paraenses que integram a lista da RBJB: Bosque Rodrigues Alves - Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA), Museu Paraense Emilio Goeldi - Parque Zoobotânico (MPEG/PZB) e Parque Naturalístico Mangal das Garças (PNMG), situados no centro urbano de Belém do Pará, Amazônia, Brasil (vide mapa 06). Essa escolha decorre do entendimento de que cada um desses espaços tem suas especificidades e, por esse motivo, possibilitam, em conjunto, analisar os processos de gestão implementados a partir de trajetórias diversas, balizando essas análises nas diferentes relações entre os agentes do campo dos jardins botânicos e suas gestões, na configuração de um campo relacional por meio das políticas públicas urbana e de meio ambiente e seus desdobramentos no planejamento e na gestão desses espaços públicos.

Mapa 06: Espaços Públicos Verdes Urbanos de Belém do Pará: Bosque, Museu e Mangal



Busca-se compreender o modo de agir dos agentes sociais e como esse *habitus* tem se modificado ao longo do tempo nessa arena, considerando-se o conjunto de políticas públicas, de normas, leis e regras que determinam essa rede de relações, bem como a relação entre as propostas de ação dos jardins botânicos pesquisados, suas finalidades e a resposta de seu público, direto ou indireto.

A pesquisa de campo junto aos agentes sociais que integram a gestão dos EPVUs paraenses foi realizada em períodos diferentes, à saber:

Quadro 09: Etapas da Pesquisa de Campo
 *Participação nas Reuniões Região Norte da RBJB

JARDIM	AGENTE SOCIAL	MÊS/ANO	ENTREVISTAS
BRAJZBA ³⁸	Poder Público	AGO/2014	01
		AGO/2015*	-
		NOV/2017*	-
		SET-OUT/2018	06
	DEZ/18	01	
	Setor Privado (Locatário)	OUT/2018	03
MPEG/PZB	Poder Público	AGO/2015*	-
		NOV/2017*	-
		SET-OUT/2018	04
	Setor Privado (Locatário)	SET-OUT/18	01
PNMG	Poder Público	AGO/2015*	-
		NOV/2017*	-
		OUT/2018	02
	Setor Privado (Turismo)	SET-OUT/2018	02
	Terceiro Setor	SET-OUT/2018	03
TOTAL			22

Fonte: Elaboração própria (2018)

A partir da descrição dos agentes e da análise sobre o Campo de Relações da Gestão dos Jardins Botânicos Públicos Urbanos de Belém do Pará, este campo relacional será demonstrado na figura 03, considerando-se que alguns destes agentes mantêm relações diretas com a gestão, ou seja, maior influência entre estes. Outros agentes mantêm relações indiretas, ou seja, possuem menor influência.

Estas relações serão entendidas de forma mais detalhada no decorrer da sequência de informações coletadas sobre as práticas dos agentes sociais e suas interligações com a gestão dos espaços públicos de forma direta e indireta.

³⁸ Foram realizadas entrevistas no Bosque, a fim de subsidiar artigo para participação em eventos científicos e publicação em periódicos, tais como: CARDOSO, S. L.; FIGUEIREDO, S. L. Espaços públicos urbanos e práticas sociais: o Bosque Rodrigues Alves em Belém, Pa. In: CASTRO, E. R. de ; FIGUEIREDO, S. L. (Orgs.) *Sociedade, campo social e espaço público*. Belém, Naea, 2014 ; CARDOSO, S. L. Tomada de Decisão em Jardim Botânico: Bosque Rodrigues Alves - Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA). www.unama.br. AOS, Brasil, v. 6, n. 2. Jul./dez., 2017, p. 123-131.

Figura 03: Campo Relacional da Gestão dos Jardins Botânicos Públicos Urbanos de Belém do Pará



Fonte: autoria própria a partir da Pesquisa de campo (2018).

Trata-se um estudo com abordagem qualitativa que, em termos teóricos, envolveu a discussão sobre os processos de gestão dos EPVUs. O estudo apresenta duas análises, uma se direciona aos gestores, educadores ambientais, setor privado e terceiro setor, a fim de entender sua relação com os EPVUs. A outra análise se direciona aos usuários, a partir dos seus usos diferenciados nos EPVUs.

Para a análise com os gestores, educadores ambientais, setor privado e terceiro setor nos EPVUs, foram utilizadas as temáticas: espaço público, preservação, políticas públicas e sua interface com a gestão pública e seus desdobramentos no ambiente urbano. Essas temáticas foram analisadas em diálogo com a análise simbólica de Bourdieu, de modo a, por meio dela, compreendermos como se articulam as categorias cidadania, acessibilidade, autonomia, democracia e participação, na realidade empírica dos jardins botânicos de Belém do Pará. Essa etapa foi de extrema importância para o entendimento da gestão desses lugares, gestão essa que diz respeito à relação entre as propostas de ação

dos jardins botânicos pesquisados, suas finalidades e a resposta de seu público, direto ou indireto.

Os dados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo que envolveu visita no Bosque, no Museu e no Mangal. Utilizou-se de observação simples e entrevistas não diretivas junto aos usuários do espaço público. A observação simples foi realizada em visitas nesses três espaços e durante a participação nas reuniões da RBBJ - Região Norte, que aconteceram em Belém do Pará, registradas no caderno de anotações e utilizadas como um instrumento complementar na produção dos dados.

A partir de um roteiro de entrevista não diretiva, que buscou uma maior aproximação com a abordagem qualitativa, os discursos dos entrevistados foram gravados com auxílio de alguns instrumentos para o registro de informações: aparelho multimídia e caderno de anotações, e, transcritos, para posterior utilização de fragmentos selecionados na tese. O registro fotográfico foi realizado paralelamente, sendo necessário o retorno por algumas vezes aos jardins, além dos dias específicos destinados às entrevistas.

A seleção dos entrevistados foi por acessibilidade ou por conveniência. Este tipo de seleção se caracteriza por uma seleção feita pelo pesquisador de “elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 1994, p. 104).

As entrevistas foram realizadas com gestores e educadores ambientais, representantes do terceiro setor, representantes do setor de serviço privado que atuam nos jardins estudados e com os usuários desses espaços públicos. A escolha dos entrevistados membros dos grupos poder público, setor privado/locatários de quiosques e terceiro setor se justifica pelo fato desses agentes sociais possuírem maior representatividade e/ou atuação direta nos EPVUs. Já a escolha dos entrevistados do grupo dos usuários ocorreu de forma aleatória. Os entrevistados que representam o setor do turismo foram feitas com aqueles, dentre eles, que oferecem serviços nos jardins estudados.

Ressalta-se que antes das entrevistas foram esclarecidos aos entrevistados os objetivos das mesmas. Para manter o sigilo a respeito da identidade dos entrevistados (poder público, setor privado e terceiro setor) nos seus depoimentos, foi informado apenas: o sexo, a formação profissional, o cargo e/ou sua representação no espaço público e o tempo de atuação. Em relação aos usuários foi informado apenas o sexo, a profissão

e a procedência dos mesmos.

Destacam-se algumas limitações na pesquisa de campo (entrevistas nos EPVUs paraenses), nomeadamente a recusa dos diretores atuais desses jardins a conceder a entrevista. Esgotadas todas as tentativas de solicitação para a autorização das mesmas (e-mails, contato via celular, rede social e presencial), nos três espaços as entrevistas acabaram por ser realizadas com chefes de divisão ou coordenadores técnicos. A justificativa, em alguns casos, foi a falta de agenda e tempo e, em outros, foi em relação à temática RBJB, tendo em vista que, por se tratar de uma investigação voltada à participação dos jardins botânicos na rede, a entrevista com os coordenadores técnicos seria mais produtiva, porque estes poderiam fornecer informações mais específicas sobre o assunto abordado.

Porém, pelo fato desses cargos de gerência dos jardins botânicos serem ocupados através de indicação política por entes federais, estaduais ou municipais, ficou a impressão de que houve um certo receio dos gestores no fornecimento de informações mais detalhadas. Isso foi observado de forma mais evidente quando as tentativas de entrevistar o gerente atual do Parque Mangal das Garças não foram atendidas nem por via telefônica, nem por email, nem por aplicativo de mensagens. Coincidência ou não, essas tentativas foram feitas um pouco antes do último pleito eleitoral, em 2018. O retorno só veio ao final do processo eleitoral e, ainda assim, com um encaminhamento do gerente para falar com o técnico do parque. Essa impressão pôde ser ratificada através das entrevistas obtidas com ex-diretores e ex-técnico desses lugares. No conteúdo das entrevistas observa-se maiores detalhes sobre a gestão na época em que estavam ocupando tais cargos públicos.

Também, em relação ao Mangal das Garças, não houve autorização para gravar entrevistas com os agentes de serviço privado (locatários dos quiosques, locatário do restaurante e funcionários da empresa terceirizada que trabalham na manutenção do parque) e com os usuários. Foi realizada apenas uma entrevista com uma visitante de modo meio que “camuflado”. A gestão do Mangal das Garças se apresenta como uma gestão híbrida com nuances de empresa privada.

Em relação aos integrantes da RBJB, não houve retorno do Presidente e do Vice-Presidente da RBJB para a concessão das entrevistas, apesar da insistência por diversas vezes através de e-mail e rede social e explicado toda a importância das mesmas para a pesquisa em questão. Como já mencionado, o site institucional da RBJB não está ativo

na internet e algumas páginas acessadas de rede social (*blogs, facebook*) contêm informações ínfimas, que não atendem ao propósito desta pesquisa.

O campo da gestão dos jardins botânicos urbanos de Belém do Pará é um campo aberto, pois influencia e é influenciado por outros campos como, por exemplo, o campo político, o campo econômico e o campo ambiental e pode ser classificado como um campo de relações socioambientais que adota uma lógica específica, onde se identificam as diferentes práticas entre os agentes que formam um conjunto de relações sociais na arena. No quadro 10, apresenta-se os agentes do campo, suas funções, atuações e as instituições representativas nesse campo.

Quadro 10: Campo Relacional da Gestão nos Jardins Botânicos Urbanos Paraenses

AGENTES	QUEM SÃO	ONDE ATUAM	O QUE FAZEM	O QUE BUSCAM
PODER PÚBLICO	Gestor	BRAJZBA - (Diretoria de Áreas Especiais, Chefia de Divisão) MPEG/PZB – (Gerente de Comunicação e Extensão e Diretoria do Parque) PNMG – (Núcleo Técnico)	. Atuam na implementação da Política Pública Urbana e de Meio Ambiente . Elaboram e executam programas, projetos e ações para subsidiar a gestão dos EPVUs. . Atuam em atividades de educação ambiental e trilhas monitoradas	Preservação Conservação Educação Ambiental
	Educador Ambiental	Profissionais vinculados aos EPVUs, com formação profissional em diversas áreas: Servidores/ Funcionários (BRAJZBA, MPEG/PZB, PNMG)		
SETOR PRIVADO	Prestadores de Serviços	Locatários de quiosques (lanches), restaurantes, quiosques de artefatos	Emprego e renda	Venda de alimentos, bebidas e artefatos
		Professor de Yoga	Prática de atividades físicas	Yoga e meditação
	Serviço de Turismo Receptivo	Guia de Turismo Agente de Turismo	Turismo Receptivo	Visita guiada
TERCEIRO SETOR	ONG – organização sem fins lucrativos e sem	Instituto Peabiru (PROGOELDI) Presidente	Captação de Recursos Emprego e renda	Parcerias para conservação da

	a dependência direta do setor público	Membro RBJB	Plano de ação para os jardins botânicos	biodiversidade Cooperação Institucional
	Instância de participação municipal	Representante CONSEMMA	Coordena as atividades do CONSEMMA	
USUÁRIOS	Visitantes	Morador Turista Instituições religiosas Instituições Públicas e privadas em geral Grupo de idosos Instituições de ensino (públicas e privadas) Professor Estudante Pesquisador Praticantes de atividades físicas.	Contato com a natureza Caminhada, yoga, meditação Conhecem os atrativos naturais, culturais e o patrimônio histórico da Amazônia inserido nesses EPVUs Excursionismo pedagógico Desenvolvem pesquisas científicas	Lazer Turismo Sociabilidade Bem-estar Contemplação Conhecimento Informação

Fonte: autoria própria a partir da Pesquisa de campo (2018).

Também fazem parte desse campo outros agentes que se relacionam com os EPVUs de forma indireta e que não serão detalhados aqui por opção de recorte da pesquisa.

Os jardins botânicos estudados estão inseridos em um universo de práticas e consumos. Destaca-se que, embora estejam em grupos diferenciados de atuação e de interesses, todos os agentes que formam o campo estão interligados, através de suas ações nos processos de gestão e dos resultados de suas práticas nos jardins botânicos.

O poder público está representado pelas políticas públicas urbana e de meio ambiente, pelo planejamento e gestão implementados, bem como pelo relato dos entrevistados (gestores e educadores ambientais) que desenvolvem os programas, projetos e ações nesses jardins.

Para essa análise foram entrevistados oito gestores, sendo quatro com atuação no BRAJZBA, vinculados à Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA), dois com atuação no MPEG/PZB, vinculados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e um com atuação no PNMG, vinculado à OS Pará 2000 e à Secretaria de Estado de Turismo (SETUR). Também foram entrevistados, seis educadores ambientais, sendo três com atuação no BRAJZBA, dois com atuação no MPEG/PZB e

um com atuação no PNMG.

A coleta de dados mostrou que os gestores e educadores ambientais que atuam no BRAJZBA possuem graduação em áreas distintas (Engenharia Florestal, Agronomia, Medicina Veterinária, Bacharel em Direito, Pedagogia) e pós-graduação em Botânica e Medicina Veterinária, dentre eles, apenas um gestor do BRAJZBA possui ensino médio. Os gestores e educadores ambientais possuem vínculo institucional através de concurso público, destes, dois ex-gestores não integram o quadro de servidores da PMB e uma educadora ambiental possui vínculo institucional com a PMB/SEMMA, por meio de cargo comissionado. A atuação desses agentes em âmbito municipal está relacionada à gestão do jardim como um todo e em ações voltadas à fauna, à flora e à educação ambiental, desenvolvidas no Bosque junto ao público geral que visita o espaço verde.

No MPEG/PZB, os gestores e educadores ambientais entrevistados possuem graduação em Geologia, Agronomia, Arquitetura, Libras e pós-graduação em Museologia, Planejamento Urbano, Biologia Vegetal, todos possuem vínculo institucional através de concurso público. Atuam na esfera federal, em ações de planejamento e gestão do jardim como um todo e em ações voltadas à educação ambiental e à flora desenvolvidas junto ao público em geral, que visita o espaço verde.

No PNMG, os agentes entrevistados (ex-técnico e educadora ambiental) possuem graduação e pós-graduação em Biologia, o vínculo institucional com o Mangal é através de contrato de trabalho com a OS Pará 2000. Estes atuam na esfera estadual, suas ações referem-se aos programas, projetos e ações inerentes ao Núcleo Técnico do parque e em ações voltadas à educação ambiental desenvolvidas junto ao público geral que visita o espaço verde. O ex-técnico entrevistado esteve vinculado à OS Pará 2000 até setembro de 2018.

Em relação à atuação das instituições públicas relacionadas, o que se pode concluir a partir da análise documental e das entrevistas com os agentes do campo poder público, é que elas apresentam cenário característico.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) exerce significativa influência através das políticas públicas de meio ambiente, por meio do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que institui resoluções e instruções normativas as quais servem de base às legislações estaduais e municipais e, por conseguinte, norteiam a gestão dos EPVUs.

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), responsável pela política nacional de pesquisa científica, tecnológica, inovação e comunicações com a missão de garantir e promover o avanço da política visando o desenvolvimento sustentável e a melhora da qualidade de vida da sociedade brasileira também exerce influência no campo social. O Museu Paraense Emilio Goeldi integra este ministério como uma das unidades de pesquisa e tem o apoio financeiro do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ), atualmente chamado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para o fomento das pesquisas realizadas pela instituição.

A Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) é responsável pela elaboração e implementação da política pública de turismo para todo o estado do Pará. A cidade de Belém, integra o Polo Belém, que é um dos “Polos de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará”, e o Parque Naturalístico Mangal das Garças figura como um dos atrativos turísticos deste polo. A SETUR é responsável pela divulgação do espaço Mangal das Garças no site institucional e pela confecção de material publicitário da cidade e do espaço verde, a fim de fomentar o turismo. O órgão mantém contrato de gestão com a Organização Social (OS) Pará 2000, para gerenciamento do parque.

A elaboração e implementação da política pública de meio ambiente para o município de Belém é responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA). A secretaria desenvolve ações em EPVUs que se referem a criação de áreas verdes (criação de novas áreas especiais)³⁹, conservação, manutenção da infraestrutura (plantio, poda e manutenção)⁴⁰, e controle (monitoramento e fiscalização)⁴¹ dessas áreas

³⁹ Tem como objetivo a criação, conservação e a preservação de áreas verdes em âmbito municipal, especialmente, as Unidades de Conservação denominadas de Parques Municipais. É desenvolvido por três divisões que integram o Departamento de Gestão de Áreas Especiais (DGAE): a Divisão de Parques (DPAR), responsável pelo Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro (PMIM) e o Parque Ecológico de Belém Gunnar Vingren (PEGV); a Divisão de Áreas Especiais (DAE), que tem sob sua responsabilidade o Porto Pelé, na Ilha do Mosqueiro e a Ilha do Combu, no Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT) e a Diretoria do BRAJZBA.

⁴⁰ Está sob a responsabilidade do Departamento de Áreas Verdes Públicas (DAVP), por meio de projetos de produção de mudas, de retirada de erva-de-passarinho e de poda das árvores; manutenção de praças e logradouros públicos (monitoramento arbóreo e paisagismo) e do Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes (PDAVE).

⁴¹ Desenvolvido pelo Departamento de Controle Ambiental (DCA), tem como objetivo fiscalizar os recursos naturais e as atividades que possam causar degradação ao meio ambiente por meio de atividades de licenciamento e fiscalização de forma sistemática em empreendimentos e atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, ou aqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental ou gerar incômodos à comunidade. Há também a averiguação de denúncias encaminhadas pela população pelo Ministério Público, pelos Distritos Administrativos referentes aos incômodos e/ou à degradação ambiental.

quanto às questões relacionadas aos projetos de educação ambiental, através do Programa de Educação Ambiental para Belém (PEAMB). Existem alguns projetos desenvolvidos pela gestão do Bosque (uma das áreas de interesse dessa pesquisa) e que integra essa Secretaria.

Outro grupo de agentes sociais é o setor privado representado pelos locatários de quiosques, restaurantes que comercializam alimentos, bebidas, artefatos. Sua relação com os EPVUs se dá a partir de um contrato de locação de uso dos espaços (BRAJZBA, MPEG/PZB e PNMG). No Bosque, há um restaurante e quiosques de comidas típicas, sorvete e picolé, água de coco, lanches, salgados e pipoca, artesanato, brinquedos e produtos importados. No Museu, há uma barraca de comidas típicas e um espaço compartilhado café/loja de artesanato. No Mangal, há dois quiosques e um restaurante.

Para essa análise foram entrevistados no Bosque (três autorizatários)⁴². Destaca-se que o autorizatário que atua no restaurante do Bosque não concedeu a entrevista, alegando falta de disponibilidade de tempo. Outros autorizatários do Bosque não estavam presentes no local nos dias em que ocorreu a pesquisa de campo. Observou-se em campo que a maioria dos quiosques, principalmente a de venda de artesanato e de comidas típicas localizadas na área, onde há pouca circulação de visitantes, permanecem fechadas durante vários dias, inclusive no final-de-semana, devido à baixa demanda de compradores no local.

Outro serviço privado oferecido no BRAJZBA é a prática de yoga. A atividade é desenvolvida por meio do “Projeto Yoga para Todos”, através de um profissional liberal que presta esse serviço à comunidade. De acordo com as informações coletadas na pesquisa de campo, o vínculo institucional com o Bosque ocorre há aproximadamente quinze anos. A ação no espaço verde está sob a responsabilidade do Professor Hada Mohandas, integrante da “Yoga Imbaudê” e da ONG “Babananda”, que tem sede em Brasília. Atualmente, as atividades na área necessitam de prévia autorização da direção do BRAJZBA e o pagamento de uma taxa para autorização de uso do espaço onde ocorrem as aulas de yoga. A turma é formada por aproximadamente vinte alunos e as aulas acontecem às terças e quintas-feiras, pela manhã, mediante pagamento de mensalidade por parte dos alunos diretamente ao professor. No sábado, as aulas são gratuitas para os visitantes adultos do Bosque que tenham interesse em conhecer essa

⁴² Autorizatário – termo denominado pela gestão DGAE aos locadores de quiosques no BRAJZBA.

modalidade de exercícios físicos associado à prática de meditação, como será mostrado na entrevista realizada com o profissional liberal que atua nesta atividade.

No Parque Zoobotânico Museu Goeldi, a entrevista aconteceu com responsável pelo espaço Café do Museu. O representante do quiosque de comidas típicas não concedeu entrevista. No Mangal, não obtivemos autorização da gerência do parque para realizar entrevistas com os locatários dos quiosques e do restaurante Manjar das Garças, conforme já mencionado anteriormente.

Em uma conversa informal com dois representantes dos quiosques no Mangal das Garças conseguimos saber apenas que são funcionários terceirizados (contratados para trabalhar nos quiosques) e que os gerentes principais não estavam no local. Em um quiosque que vende lanches, refrigerantes e sorvetes, a jovem informou apenas que tinha sido contratada há apenas dois meses e não sabia dar maiores informações. No outro quiosque, era o sogro do funcionário contratado que estava no local “tomando conta”, nas palavras dele, e afirmou estar ali por pouco tempo, enquanto o funcionário voltava, porém, não se dispôs a oferecer maiores informações.

O setor privado também está representado nesta análise pela prestação de serviços de turismo receptivo. Essa relação ocorre de forma indireta com os EPVUs, a partir da demanda de turistas levados por agências ou guia de turismo por meio da visita guiada. Para essa análise foram entrevistados um agente de viagem e um guia de turismo. Esse recorte foi feito tendo em vista que esses dois agentes sociais desenvolvem suas atividades com uma certa frequência nos EPVUs em análise.

O terceiro setor está representado pelas ONGs Instituto Peabiru e a RBJB, estas são organizações sem fins lucrativos e atuam sem a dependência direta do setor público. O Instituto Peabiru atua no MPEG/PZB, desde 2012, por meio do Programa ProGOELDI, cujo objetivo consiste em captar recursos para os projetos de revitalização do parque e em atividades de educação ambiental. Já a RBJB, tem como objetivo atuar na cooperação e fortalecimento institucional dos jardins botânicos. Para essa análise foi entrevistado o representante do Instituto Peabiru e um membro da RBJB. Também integra esse grupo de agentes, o representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMMA).

Os agentes sociais denominados como “usuários” estão representados pelos indivíduos que usam os três espaços públicos verdes analisados nesta pesquisa, caracterizados por moradores oriundos de vários bairros e municípios que compõe a região metropolitana de Belém e ilhas do entorno; turistas (local, nacional e estrangeiro)

e que possuem diferentes características, conforme os usos e as motivações que os levam a buscar esses lugares.

A partir das observações no campo e das entrevistas foi possível identificar os usuários dos EPVUs paraenses que acessam esses espaços com gratuidade para fins de visitação, caminhada ou trilha monitorada, mediante agendamento prévio junto à administração. De modo geral, estes são oriundos de instituições de ensino públicas e privadas (nível fundamental I e II, ensino médio e ensino superior), que compõem um público visitante formado por docentes, discentes, e/ou pesquisadores em geral. Também se observou a presença de instituições de cunho religioso em geral (católicos, evangélicos, espíritas, umbandistas, etc.); instituições filantrópicas, instituições públicas e privadas em geral, ONGs, órgãos públicos, grupos de idosos, praticantes de atividades físicas, entre outras.

Para esta pesquisa, especificamente, foram entrevistados 11 usuários. Sendo 06 usuários do BRAJZBA, 04 usuários do MPEG/PZB e 01 usuário do PNMG.

Cada um desses jardins apresenta dinâmicas diferenciadas sendo necessário demonstrar como são caracterizadas essas dinâmicas e como os usos acontecem nesses espaços verdes. A análise mostra como cada agente social assume seu papel nesse campo e se esta atuação influencia ou não as práticas dos agentes que se relacionam direta e indiretamente com os jardins botânicos pesquisados.

Este estudo interdisciplinar realiza uma intersecção teórico-metodológica cujo marco referencial é a abordagem do campo social, na qual os conceitos de campo, *habitus*, como serão vistos no decorrer desta pesquisa, são categorias importantes para a compreensão da realidade encontrada, haja vista que trata de abordagens com significados simbólicos (BOURDIEU, 2010; 2004, 1989, 1987, 1983).

A escolha pelo referencial teórico de análise desse autor se justifica pelo fato de que a obra de Bourdieu tem motivado estudos na área das ciências sociais influenciando pesquisas sociológicas, antropológicas e históricas em todo o mundo e, desse modo, ampliou o universo de conhecimentos nessa área. Dentre alguns estudos voltados a diferentes áreas do conhecimento que evidenciam a obra bourdieusiana na Amazônia, pode-se citar: no lazer, Bahia (2012) e França (2018); no lazer e no turismo. Figueiredo e Bahia (2014); no turismo, Araújo (2005); na administração e no associativismo Ferreira Jr. (2015), entre outras.

Concordo com Bahia (2012, p.203) ao inferir que os estudos de Bourdieu

possuem uma base teórica com capital para apoiar o desenvolvimento de estudos críticos, uma vez que o autor considera como primordial aos estudos a análise das relações sociais e se preocupa com a emancipação, pois entende que a compreensão de uma dada realidade depende de análises das relações complexas (objetivas e subjetivas) que se estabelecem entre os indivíduos, dentro dos campos sociais de ação, com diversas disputas de forças e de poder, as quais, em sua maioria, estão representadas simbolicamente.

Para melhor compreensão do significado, Bourdieu (2010) descreve campo social como um espaço intermediário entre dois polos antagônicos e no qual há a realização de um conjunto de relações sociais, estruturadas e estruturantes simultaneamente. Através dele, a análise científica das condições sociais da produção e recepção de seus bens simbólicos intensifica sua própria experiência. Sua gênese social, as crenças que o sustentam, os jogos de linguagem que nele se jogam, os interesses e as apostas materiais ou simbólicas que aí surgem permitem olhar as coisas e vê-las como elas são.

O campo traz contribuições para se conhecer as relações socioambientais (ambiental, social e cultural) do objeto de pesquisa, as ações estabelecidas entre os agentes sociais e as estruturas nas quais ocorrem os processos, que abrangem um conjunto de procedimentos dos agentes envolvidos no campo social, onde se buscou analisar o papel de determinados agentes e instituições da arena, baseados em um cenário de mudanças sociais reverberadas a partir dos processos de gestão implementados e das práticas de seus usuários.

A pesquisa buscou aporte, também, no referencial teórico sobre políticas públicas (urbana e de meio ambiente), planejamento e gestão pública que deu suporte ao problema da pesquisa e às questões relacionadas a este, a fim de atender de forma satisfatória os seus objetivos.

A essa abordagem da gestão está associado o estudo dos agentes sociais (usuários) e suas práticas de visitação e turismo nos jardins analisados, a partir dos conceitos de espaço público, cidade e seus desdobramentos no ambiente urbano, a fim de dialogar com a análise simbólica de Bourdieu. Assim como no caso do estudo referente aos gestores, a compreensão das práticas dos usuários foi realizada por meio da análise das categorias: cidadania, democracia, acessibilidade, autonomia, sociabilidade e participação, que na realidade empírica dos jardins botânicos de Belém do Pará foi de fundamental importância para o entendimento da gestão desses espaços públicos, gestão essa que diz respeito à relação entre as propostas de ação dos jardins botânicos pesquisados, suas

finalidades e a resposta de seu “público”, direto ou indireto.

As perguntas comuns aos entrevistados (poder público — gestores e educadores ambientais); setor privado e terceiro setor, versaram sobre: a) a significação do espaço público e a importância da preservação do jardim botânico urbano; b) as contribuições das políticas públicas para os gestores atenderem as demandas dos usuários; c) os usos e o tipo de estratégia usada pela gestão para o fomento do turismo e da visitação nos EPVUs; d) o fato de ser categoria “área protegida” inviabiliza o acesso do público; e) os recursos financeiros e as parcerias firmadas pela gestão para implementar os programas, projetos e ações; f) a participação social na agenda de elaboração dos programas, projetos e ações; g) a importância do espaço público verde urbano se organizar em rede; h) a percepção sobre a forma de gestão a ser implementada nos EPVUs.

Além dessas questões, as perguntas direcionadas ao grupo de agentes sociais (setor privado — locatários de quiosques e setor turístico), versaram sobre: a) quais as motivações que o levam a oferecer os serviços nos espaços verdes; b) se há consumo pelos turistas de produtos e gastronomia regional nos espaços e como avalia os serviços oferecidos pelos EVPU's e; c) em relação aos jardins botânicos paraenses, como é definido o roteiro e o tempo de visitação (*city tour*);

As questões direcionadas aos agentes sociais (usuários) versaram sobre: a) o significado de espaço público na cidade e a importância da preservação desses espaços verdes urbanos, b) a frequência e as motivações que os levaram a visitar o jardim botânico; c) em relação à acessibilidade, se o fato de ser categoria “área protegida” inviabiliza o acesso do público; d) o que consideram como positivo nas atividades de um jardim botânico, e) os serviços que consideram importante que o jardim botânico ofereça aos usuários; f) o que facilitaria o melhor funcionamento dos jardins botânicos e o que precisa ser melhorado na gestão do espaço verde, g) em relação ao trabalho em rede, se conhecem ou já ouviram falar na RBJB.

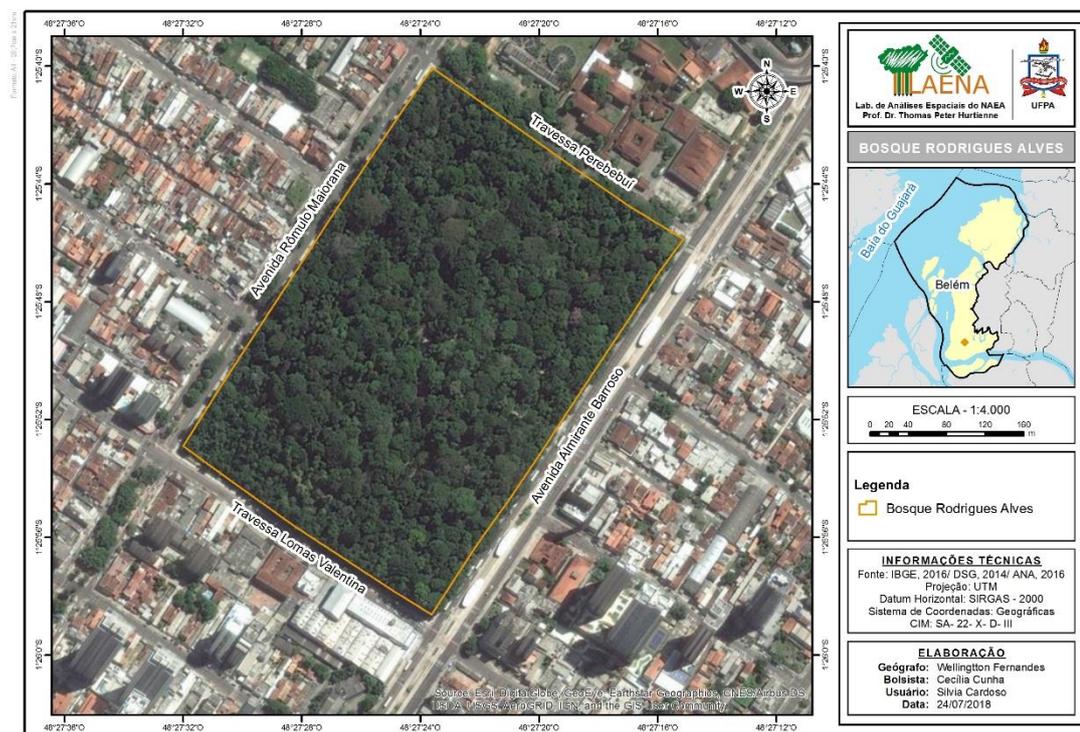
7.1 Práticas de gestão e as dinâmicas de uso do Bosque Rodrigues Alves — Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA)

É no ápice do extrativismo da borracha amazônica que nasce o Bosque Municipal do

Marco da Légua, erguido em frente à ferrovia Belém-Bragança⁴³, que ligava a cidade ao interior, inspirado no *Bois de Boulogne*, principalmente, o *Parc de Bagatelle*, área verde localizada em Paris, França. Possui uma importante diversidade de espécies da fauna e flora do ecossistema amazônico, além de abrigar uma arquitetura *art nouveau*, marca do desenvolvimento econômico gerado pelo extrativismo que remonta aos tempos áureos da borracha amazônica.

Sua criação legal como parque municipal ocorreu através da Lei nº 624, de 22 de setembro de 1870, mas foi somente fundado em 25 de agosto de 1883, com uma área de 15 hectares (mapa 07), sendo oficializado por norma municipal de autoria do então Presidente da Câmara Municipal de Belém, João Diogo Clemente Malcher. A iniciativa teria partido de José Coelho de Gama Abreu, o Barão de Marajó, intendente de Belém (uma espécie de prefeito da província (1879/1881). O nome Bosque Rodrigues Alves só foi adotado no período republicano, em 1906.

Mapa 07- Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia



Recebeu, em julho de 2002, o título de Jardim Botânico da Amazônia, com base nas Resoluções nº 266, de 03 de agosto de 2000 e nº 339, de 25 de setembro de 2003, do

⁴³ A Estrada de Ferro Belém-Bragança entrou em atividade no ano de 1884, mas somente em 1908 passou a transportar até o município de Bragança, distante 222 km do município de Belém. Esteve ativa até a década de 1960, do século XX. Ver Andrade (2010).

Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Com a certificação o Bosque entra na lista da Rede Brasileira de Jardins botânicos que integra a *Botanic Gardens Conservation International* (BCGI), Rede Mundial de Jardins Botânicos com mais de 1.846 jardins botânicos em 148 países (MAIA, 2009; CARDOSO; FIGUEIREDO, 2014).

Em 31 de janeiro de 2008, o IBAMA autorizou o funcionamento do jardim botânico como jardim zoológico, passando a denominar-se Bosque Rodrigues Alves - Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA) (BELÉM, 2011a). Esse *status* possibilita nortear o manejo da fauna livre e em cativeiro que integram o plantel do jardim zoobotânico.

O Bosque funciona de terça à domingo, das 08 horas até as 17 horas. Aos visitantes são oferecidos os serviços de trilhas ecológicas, monitoradas por técnicos que disponibilizam informações sobre a flora e a fauna amazônica *in situ*, visita ao Orquidário da Amazônia (por agendamento), Jardim Sensorial da Amazônia, monumentos lendários da Amazônia (o Mapinguari e o Curupira) e monumentos históricos, tais como: Fonte aos Intendentes, Fonte Fernando Costa, ponte sobre o Lago da Iara, a Grande Cascata, Ruínas do Castelo, Gruta Encantada, Coreto Chinês e Chalé de Ferro. No espaço verde também podem ser encontradas várias espécies representativas da fauna amazônica em cativeiro e semiliberdade, bem como algumas espécies ameaçadas de extinção como: peixe-boi, jaguatirica, quelônios (tartaruga da Amazônia), jacaré, coruja, macaco-de-cheiro, tucano, arara-azul, dentre outros.

Há também, parque ecológico infantil, espaço multiuso e brinquedoteca, onde são realizadas atividades lúdico-pedagógicas voltadas à educação ambiental e à preservação do patrimônio histórico-cultural da Amazônia. Possui ainda, a biblioteca com acervo em botânica e meio ambiente, que atende estudantes da rede pública e privada do ensino fundamental à pós-graduação.

Fotografia 20- Brinquedoteca e Parque Infantil BRAJZBA



Fonte: Cardoso (2014)

O Bosque Rodrigues Alves é gerenciado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA/PMB), através da diretoria do Departamento de Gestão de Áreas Especiais (DGAE/SEMMA). Administrativamente, o departamento DGAE/SEMMA está subdividido em setores: Administração, Fauna, Flora e Educação Ambiental e Extensão Cultural.

De acordo com seu Regimento Interno, publicado no Diário Oficial do Município de Belém (DOM), de 22 de maio de 2015, o BRAJZBA possui como missão “unir esforços para a conservação da biodiversidade amazônica, estimulando a pesquisa científica, a educação ambiental e o uso sustentável dos recursos da floresta, visando a melhoria da qualidade de vida e a constituição de sociedades sustentáveis” (BELÉM, 2015, p.12). Apesar de não ter recebido atualizações ao longo dos anos, ainda é o instrumento utilizado como referência para o planejamento e para a gestão do espaço.

Além do Regimento Interno do BRAJZBA, atualmente, os instrumentos norteadores da política pública ambiental que orienta a gestão do espaço público municipal são: as normas de visitação pública, as Resoluções CONAMA 266/00 e 339/03 e o PDU/2008. Entretanto, há uma predominância de administração por meio de relatórios técnicos elaborados por especialistas e com incipiente consulta popular, o que distancia a gestão das diretrizes descritas no atual PDU.

Neste sentido, os gestores e educadores ambientais que atuam no BRAJZBA, ao serem entrevistados sobre o significado do espaço público e a importância da preservação do espaço público verde, demonstraram ter um entendimento um pouco ampliado sobre o assunto, talvez pelo fato de atuarem há algum tempo na área ou mesmo pela sua própria formação profissional.

Com as questões das mudanças climáticas, como o uso pelo homem dos recursos naturais, são áreas de importância fundamental para garantir qualidade de vida e bem-estar para o ser humano. Além de prestarem serviços para o homem, são repositórios importantíssimos dos recursos naturais da nossa região (Eng^a. Florestal/UFRA, Gestora 1, Bosque (2005-2006). Pesquisa de campo. Belém, dezembro, 2018).

O Bosque, com 15 hectares, ele representa um fragmento da floresta nativa amazônica que precisa ser estudada, conservada e preservada pra essa geração e pras outras gerações, mostrar a importância que você tem desse espaço dentro da cidade, inclusive, impacto pelo meio ambiente, mostrar que aqui dentro a fauna e a flora convivem harmoniosamente (Agrônomo, Gestor 2, Bosque (2011-2013), Membro RBJB. Pesquisa de campo, setembro, 2018).

Tem a ver com o bem-estar, com a natureza, com ar que respiramos, né, diferente até o ar quando a gente passa aqui ao redor do bosque, nas laterais, o

ar é totalmente diferente dos demais locais (E. Médio, Gestor 4, Bosque (2016-2019). Pesquisa de campo. Belém, outubro, 2018).

Sobre esse mesmo questionamento, os prestadores de serviço do setor privado demonstram em sua opinião, a importância da preservação dos espaços públicos.

Bom, eu considero espaço público todo espaço que é oferecido pra comunidade, que é de uso comum, né. A importância como já disse é de uso comum, pra as pessoas terem mais liberdade, hoje você tem casas sem quintais, então, a pessoa pode vir pra um espaço desse como o Bosque, uma praça e trabalhar em cima disso, fazer o seu lazer, passear, fazer uma atividade física (Autorizatório 1, 25 anos, Quiosque, Bosque. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Espaço público é único espaço que as pessoas têm aqui em Belém né esses espaços mais ou menos fechados, porque praças públicas praticamente nem existem, a questão da violência é muito grande, então, as pessoas acho que correm né pra esses espaços, como o Bosque, o Museu, pras pessoas terem uma diversão, as crianças terem um contato com a natureza, com o verde. É muito importante, e acho que precisa até ser bem mais preservado que hoje não tá. Os espaços eles estão muito esquecidos (Autorizatório 2, 18 anos, Quiosque, Bosque. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

O BRAJZBA representa um “lugar simbólico” de Belém do Pará, pois, além de *ter status* de jardim botânico e jardim zoológico, pode também ser classificado como jardim histórico. Justifica-se essa classificação pelo fato de que o espaço verde abriga vários monumentos arquitetônicos que retratam o período da *belle époque* — o auge do ciclo da borracha na Amazônia — período em que a elite paraense visitava o Bosque para o descanso e contemplação da natureza, bem como por abrigar árvores centenárias que guardam e contam a história desse lugar, além de ser patrimônio histórico tombado como patrimônio arquitetônico e paisagístico⁴⁴.

Harvey (2014) afirma que, embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessário uma ação política por parte dos agentes que pretendam apropriar-se deles ou usufruir dessas qualidades.

Uma ação política que possibilitou o exercício da cidadania e da democracia foi a gestão da prefeitura de Belém, que assumiu a gestão da cidade entre 1997 e 2004. Na sua concepção de cidade democrática e participativa, a gestão da PMB tinha como plano para

⁴⁴ O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Bosque Municipal Rodrigues Alves foi tombado pela Lei Estadual nº. 4.855 de 03.09.79, alterada pela Lei nº 5. 629 de 20.12.90, a qual dispõe sobre a “Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará” (Tombos nºs. um e três, Processo nº. 0505/81, de 16.03.81, publicado no DOE de 01.11.82). Ressalta-se que o Tombo no nível da esfera municipal data de 18 de maio de 1994 (informação obtida em: www.ioepa.com.br).

o Bosque Rodrigues Alves, trabalhar o espaço verde estrategicamente, como um dos eixos temáticos que integravam a política ambiental do município de Belém, que visava o incentivo à da pesquisa, a conservação *in situ* e *ex situ* da flora amazônica e a captação de recursos para projetos de educação ambiental⁴⁵.

De acordo com o levantamento bibliográfico e documental, a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) adotou o princípio de gestão socialmente construída, princípio este implementado em oposição ao modelo burocrático-centralizador até então predominante na história de gestão da cidade de Belém do Pará (FARIAS, 2004).

Durante a gestão do PT, a administração do Bosque, através da Coordenadoria de Flora, ciente da importância da floresta nativa inserida no centro urbano da cidade, realizou, entre setembro de 1998 e junho de 1999, o primeiro Censo Florestal do Bosque⁴⁶, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), por meio do Laboratório de Sementes Florestais e do Laboratório de Botânica e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), com o objetivo de conhecer detalhadamente a composição florística e subsidiar possíveis formas de intervenção. A mata foi caracterizada como remanescente de floresta de terra firme que ainda perdura em Belém, cuja diversidade arbórea abrange 4.987 árvores, distribuídas em 50 famílias botânicas, 194 gêneros e 309 espécies (BELÉM, 2011).

Outra iniciativa desse modelo de gestão refere-se à certificação do espaço verde junto à Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB), como já mencionado anteriormente. Destaque-se, todavia, que na época de sua certificação, o Bosque Rodrigues Alves integrava hierarquicamente a Fundação de Praças e Áreas Verdes de Belém (FUNVERDE)⁴⁷, o que facilitava a captação de recursos financeiros público-privados, como por exemplo, da Petrobras e das empresas: Mercadão das Tintas, Suvinil e Cikel,

⁴⁵ Destaca-se que esses são os três eixos principais do Plano de Ação para Jardins Botânicos difundido pela RBJB: a pesquisa, a conservação *in situ* e *ex situ* e a educação ambiental.

⁴⁶ Para efeito de catalogação foram consideradas árvores de 10 cm de diâmetro. O censo concluiu que existem 333 árvores por hectare (ha). Verificou, também, que 94% da flora do Bosque é composta por árvores nativas da Amazônia. Entre os 6% da flora considerada exótica são encontradas espécies de bambu, palmeira imperial, palmeira- rabo- de-peixe, tamarindo e mangueira. De acordo com o censo, a flora do Bosque contém mais de 2.500 espécies de plantas vasculares (BELÉM, 2017).

⁴⁷ A Fundação de Praças e Áreas Verdes de Belém (FUNVERDE) foi extinta e, por conseguinte, pela Lei nº 8.233, de 31 de janeiro de 2003, foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), alterada pela Lei nº 8.486, de 29 de dezembro de 2005, que tem por finalidade planejar, coordenar, supervisionar, executar e controlar as atividades que visem à conservação, proteção, preservação, recuperação e restauração da qualidade do meio ambiente e as áreas verdes públicas localizadas no município de Belém e regiões insulares.

que em 31 de janeiro de 2003, patrocinaram a reforma do Chalé de Ferro e a implantação do Centro de Visitantes do Bosque. Também havia a confecção de material publicitário, como cartilhas e o jornal “Folha do Bosque”, com conteúdo informativo sobre os projetos executados no jardim voltados à educação ambiental e curiosidades sobre as plantas, além de trazer jogos e entretenimento voltados ao público infantil.

Naquela época, havia recursos financeiros para a execução de programas, projetos e ações, como pode ser observado na entrevista com servidor do Bosque que atua há mais de vinte anos no espaço verde.

Na época do PT, o dinheiro da bilheteria era revertido para o Bosque, éramos uma Fundação, depois em 2003 é que viramos Secretaria. Também aconteciam muitas programações no Bosque naquela época, os servidores eram valorizados, pagavam hora-extra, mesmo quando tinha necessidade de plantão nos finais-de-semana, por causa das programações que aconteciam, mas a gente trabalhava com vontade, porque a gente recebia para trabalhar, tínhamos condições de trabalho, material, equipamentos (E. Médio, Gestor 4, Bosque (2016-2019). Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Pode-se inferir que a gestão democrática do PT oportunizou o surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes no exercício de sua cidadania (SOUZA, 2002, p. 175). A forma de gestão democrática e participativa implantada possibilitou aos cidadãos belenenses uma certa autonomia nas demandas da gestão da cidade como um todo, além de promover o exercício da cidadania entre os cidadãos.

Neste sentido, a gestão implantada favorecia o diálogo e a comunicação entre o Estado e a sociedade civil. A participação dos diferentes agentes sociais por meio do planejamento participativo e integrado, enquanto instrumento de gestão, possibilitava a abordagem sistêmica e dinâmica da cidade, considerando as peculiaridades locais, aliadas à realidade global (MAIA, 2009).

A participação social é um elemento chave na democracia junto com a *accountability* e a transparência no exercício da gestão pública. Esta participação envolve o engajamento do cidadão, por meio de espaços públicos de controle social, como os conselhos gestores ou observatórios de políticas públicas, que tem como objetivo criar fluxos de informação permanentes, aumentar a confiança nas instituições em tempos de descrédito e abrir espaços que possibilitem inovar no serviço público.

O poder local, nesse período, fomentou este processo criando diversos canais de participação popular e consolidando os canais já existentes (plenárias do orçamento

participativo e fóruns do Congresso da Cidade). Nesse período, sob o enfoque da governança urbana, a governabilidade municipal possuía características de gestão mais aproximada à linha democrático-participativa (CARDOSO *et al.*, 2017). Portanto, a transformação do Bosque em jardim botânico seguia este princípio participativo, na democratização dos acessos e apropriação dos espaços públicos.

Mesmo com as dificuldades inerentes à gestão (1997-2004), esta avançou no campo do planejamento e da gestão urbana, da democracia e do exercício de cidadania, ao criar canais de participação social mais amplo de grupos não dominantes.

Diferente do governo democrático, cujos preceitos são passíveis de análise dentro de determinados parâmetros, e cujos planos, programas e projetos são elementos de debate ao identificar aspectos ideológicos e as preferências de atuação de políticas públicas (FIGUEIREDO, 2016), o governo posterior (Partido Trabalhista Brasileiro — PTB), que assumiu a gestão municipal (2005-2012), passou a administrar a cidade de forma diferente da gestão anterior e conduziu a gestão municipal de forma centralizada, “*top down*”, ou seja, por meio de ações norteadas pelo poder normativo, representado pela institucionalização e sanção de políticas públicas, leis, decretos, programas, projetos e incipiente participação social, no incentivo à criação e implementação de instâncias de participação popular, como, por exemplo, conselhos gestores. Dessa forma, o avanço na gestão municipal na construção de uma política urbana e ambiental democrática para a cidade ocorreu de maneira incipiente.

Com efeito, a gestão municipal (2005-2012) instituiu em 29 de dezembro de 2005, a Lei nº 8.489/05, que delineava a Política Municipal de Meio Ambiente (PMMA) e o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISEMMA). Esta lei trouxe em seu bojo os princípios, objetivos e diretrizes do planejamento e da gestão ambiental da cidade. A referida lei instituiu, ainda, o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) com a finalidade de financiar planos, programas, projetos e atividades, de caráter executivo ou de pesquisas científicas e tecnológicas, visando o uso racional e sustentado dos recursos naturais (BELÉM, 2005). A institucionalização da PMMA, do SISEMMA e do FMMA visava nortear legalmente as ações pertinentes à gestão ambiental do município de Belém (CARDOSO *et al.*, 2015).

Nessa época, a gestão do Bosque Rodrigues Alves passou a ocorrer dentro deste novo contexto institucional, acrescido de outros instrumentos normativos que dizem respeito às políticas regulatórias mais visíveis ao público, e que envolvem burocracia,

políticos e grupos de interesse (SOUZA, 2006). Segundo o autor, é dentro do sistema político que cada uma dessas políticas públicas irá produzir grupos de interesses divergentes, resultando em vetos ou aprovações de acordo com o apoio e a vontade dos grupos políticos envolvidos.

Posteriormente, foi instituído o PDU/2008, instrumento em que a política municipal de meio ambiente foi sistematizada, integrando-a diretamente com a política urbana, na busca de promover a adequação das ações do poder público municipal e da coletividade em suas atividades socio-econômicas com equilíbrio ambiental (BELÉM, 2008). Passou a assegurar, no inciso IV, a gestão democrática como forma de garantir a participação da população em todas as decisões de interesse público, por meio de instrumentos de gestão democrática previstos no Estatuto da Cidade.

Dentre algumas ações da gestão municipal do PTB referentes ao Bosque, a implantação do Jardim Sensorial da Amazônia, que nas palavras da gestora do jardim, à época, foi um projeto de inclusão social com aceitação positiva da sociedade.

Nós fizemos um projeto muito bacana de inclusão, plantamos o jardim sensorial, naquela época, onde, daquele período nós desenvolvemos um trabalho muito bom com pessoas com deficiência visual ou de baixa visão. Eu não sei se ele ainda continua, mas foi um projeto em que eu particularmente, aprendi muito com aquelas pessoas. Existia um projeto que era o da Rede de Jardins Botânicos, que era o Jardim Botânico Vai à Escola, também uma experiência incrível que tivemos com aquela escola Sagrado Coração de Jesus, a gente tocou ele mais ou menos um ano, com professores e alunos. Eu acredito que pela rede o projeto existe até hoje (Eng^a. Florestal/UFRA, Gestora 1, Bosque (2005-2006). Pesquisa de campo. Belém, dezembro, 2018).

O Jardim Sensorial da Amazônia⁴⁸ foi inaugurado em 10 de setembro de 2005, com uma área de 37 metros de comprimento e 17 metros de largura, em formato semicircular, com um caminho ao centro, projetado em uma área central do Bosque. A visitação ao espaço ocorre através da educação ambiental como uma estratégia para proporcionar informação e sensibilizar a conservação da biodiversidade, com o intuito de incluir socialmente as Pessoas com Deficiência (PcDs), através da experiência sensorial

⁴⁸ Até o ano de 2010, o jardim era composto por 46 espécies de plantas, entre elas, medicinais, aromáticas e paisagísticas. Todas as plantas receberam o nome vulgar, científico e o da família, adaptados para deficientes visuais de baixa visão e totalmente cegos (braile). Porém, as ações de educação ambiental no espaço voltadas para o público com PcDs estão suspensas por falta de assinatura de Termo de Cooperação entre entidades que trabalham com PcDs e a SEMMA. Outra dificuldade de implementação do projeto consiste no fato de que não existe no quadro técnico do BRAJZBA profissional qualificado em libras e/ou braile. De acordo com o Relatório de Atividades DGAE/SEMMA, atualmente, o espaço passa por um replantio e identificação de espécies inclusive em braile (BELÉM, 2018).

(olfativa e tátil), no âmbito do conhecimento da flora medicinal, de espécies aromáticas adaptadas à região amazônica (BELÉM, 2005).

Fotografia 21: Identificação de plantas medicinais, aromáticas com alunos da EE. Alvares de Azevedo



Fonte: acervo DGAE/SEMMA (2005)

Outra iniciativa da gestão PTB (2005-2012) foi a implementação experimental do projeto Jardim Botânico vai à Escola no Bosque Rodrigues Alves, no primeiro semestre de 2005, na EMEF Sagrado Coração de Jesus, atualmente extinta. Este modelo de projeto é parte integrante do Plano de Ação para Jardins Botânicos Brasileiros, elaborado pela RBJB e já acontece em diversos jardins botânicos brasileiros que integram a mesma. Em 2016, foi feita uma única atividade nas dependências da EMEF Alzira Pernambuco, vinculada à Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), da PMB, com estudantes da 5ª e 6ª séries do ensino fundamental II. A atividade fez parte da programação dos 133 anos do Bosque, conforme consta nas informações do Relatório de Atividades DGAE/SEMMA/2016, e contou a parceria da UFRA, que cedeu os animais taxidermizados. Logo em seguida, as atividades do projeto foram suspensas, assim permanecem, por entraves burocráticos para a assinatura do Termo de Cooperação entre SEMEC e SEMMA (BELÉM, 2016).

Fotografia 22- Projeto Jardim Botânico vai à Escola, EMEF Alzira Pernambuco (apoio UFRA)



Fonte: acervo DGAE/SEMMA (2016)

Também foi na gestão do PTB, em 31 de janeiro de 2008, que o IBAMA autorizou o funcionamento do jardim botânico como jardim zoológico, esse *status* possibilita nortear o manejo da fauna livre e em cativeiro que integram o plantel do jardim zoobotânico, autorização esta requerida pela gestão municipal para contemplar uma demanda local (BELÉM, 2011). Portanto, pode-se dizer que a gestão (2005-2012) foi um misto entre os modelos burocrático-centralizador e democrático-participativo.

O modelo burocrático-centralizador novamente passou a dominar as práticas de gestão na cidade com a gestão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) — que tomou posse em 2013, permanecendo à frente do governo municipal até os dias atuais.

Em uma administração pública tradicional, a maioria dos cidadãos tem poucas alternativas para os serviços oferecidos pelo governo, o que leva os gestores a ignorá-los (OSBORNE; GAEBLER, 1994). Rígidas regras, excesso de centralização e procedimentos muito detalhados corroboraram para as consequências da implantação do modelo burocrático clássico (OLIVEIRA, 2012). A atual gestão municipal apresenta características de um pensamento de governança caracterizado pela desarticulação e tratamento individual de cada questão da cidade, separando-os do conjunto dos problemas urbanos.

Uma dessas questões identificadas durante as entrevistas diz respeito ao papel do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMMA)⁴⁹. De acordo com o art. 200, do PDU/2008, as atribuições do conselho referem-se ao estabelecimento das diretrizes da política e das ações do Município de Belém, na questão do meio ambiente, conforme regulamentado pela Lei nº 8.233, de 31 de janeiro de 2003, com alterações da Lei nº 8.486, de 29 de dezembro de 2005 (BELÉM, 2008). Entretanto, de acordo com as informações que seguem sobre as temáticas das reuniões do CONSEMMA, as pautas tratadas na agenda de reuniões não veem os problemas ambientais da cidade como um todo, o conselho está dissociado do que preconiza o PDU/2008 de Belém.

As reuniões ordinárias elas são quadrimestrais pela própria lei e tudo, mas, nós temos muitas reuniões extraordinárias quando tem demanda, nós estamos com muitos processos pra serem analisados. A principal demanda que tem mesmo é essa análise de processos, é o que tem mais, eles entram com recurso no conselho né, os processos que são processos de multa, punitivos, tá eles entram com recurso, o recurso é negado, aí eles entram em última instância administrativa, é no conselho, tá. Aí, o conselho tem também essa parte dos

⁴⁹ Criado pela lei nº 9.208, de 11 de maio de 2016, O CONSEMMA tem composição paritária, sendo 16 instituições, oito representantes do poder público, todos por indicação, seis da sociedade civil e três representantes de ONGs (BELÉM, 2016).

termos de referência pra licenciamento perpassa pelo conselho, resoluções, tá todos perpassam pelo Conselho (Economista, 07 anos. Secretária do CONSEMMA. Pesquisa de campo. Belém, novembro, 2018).

As pautas das reuniões do CONSEMMA são pontuais e referem-se às questões técnicas, tais como, os processos de multa inerentes à licenciamento ambiental. De acordo com a entrevistada, não entram na agenda desta instância de participação assuntos inerentes às demandas das áreas verdes de Belém (praças municipais, horto municipal, parque ecológico de Belém Gunnar Vingren (PEGV), parque municipal de Mosqueiro e Bosque Rodrigues Alves — Jardim Zoobotânico da Amazônia).

O Conselho é um órgão consultivo deliberativo. Não tem demanda para as áreas verdes de Belém, algumas vezes são discutidos dentro do Conselho algumas questões que envolvem o Bosque, né, questões de arborização (silêncio). O plano de arborização de Belém⁵⁰, ele determina que dentro do Conselho tenha uma Câmara Técnica, existe, foi criado essa Câmara Técnica, só que eles não são conselheiros, tá, eles não tem poder de voto, tá, eles podem prestar assessoria se for solicitado, mas eles não tem poder de voto. Eles podem participar das reuniões do Conselho quando solicitados ou quando eles solicitam, tá, mas, não tem uma participação ativa não, tá. É um conselho bem ativo, tá, mas ele não tem essa participação direta dessa câmara técnica (Economista, 07 anos. Secretária do CONSEMMA. Pesquisa de campo. Belém, novembro, 2018).

Sobre a narrativa anterior da entrevistada do CONSEMMA e em consonância com as informações do relato a seguir, observa-se que a “Câmara Técnica de Arborização Urbana” foi apenas criada e está sem atuação. Também se observa, que ainda está apenas no campo da “ideia”, a proposição da criação de uma Câmara Técnica das Unidades de Conservação, instância de participação social que poderia demandar as agendas ambientais, a fim de tratar dos problemas inerentes aos espaços verdes no âmbito municipal.

Existe, por exemplo, a Câmara Técnica da Arborização Urbana de Belém, a gente poderia criar dentro do Conselho Municipal de Meio Ambiente, a Câmara Técnica das Unidades de Conservação, tá dentro do Plano Diretor, a gente sabe das áreas verdes de Belém, mas, a gente só conseguiu regulamentar até agora dentro do CONSEMMA, a Câmara Técnica da Arborização Urbana de Belém, por sinal, tá criada, ela começou a funcionar, mas nós estamos tentando voltar que agora tá parada (Agrônomo, Gestor 2, Bosque (2011-2013), Membro RBBJ. Pesquisa de campo, setembro, 2018).

⁵⁰ O Plano Municipal de Arborização Urbana de Belém (PMAB), criado pela Lei Ordinária nº 8.909/12, é um instrumento de planejamento municipal para a implantação da política de preservação, manejo e expansão da arborização urbana de Belém (BELÉM, 2012).

A partir da entrevista realizada com um dos representantes da sociedade civil, que também é membro do CONSEMMA, pode-se ratificar que na agenda das reuniões do Conselho não há demandas do Bosque, nem tampouco das demais áreas verdes da cidade, como segue:

A gente participa do Conselho Municipal de Meio Ambiente, e a gente vê que essa agenda não entra, o que entra é, ah (pausa), a pessoa tem direito a multa, vai ser liberado ou não, então, é um pouco desestimulante como sociedade civil, né. Na verdade, a gente entrou no Conselho a pouco tempo, um ano e meio, dois anos, talvez, das seis reuniões que houve na verdade participamos de duas, porque fiquei observando na agenda, 90% da agenda se dedica em validar ou não, se aquela pessoa que tomou uma multa deve. Então, é uma agenda tomada por questões mais técnicas, que não caberia no meu entender um conselho se dedicar, as questões que a gente gostaria de ver tratadas: Como vamos olhar as áreas verdes tratadas? Como vamos tratar que as áreas verdes virem áreas de conservação ou mereçam adequação à legislação, o igarapé tal, o rio tal, as ilhas tais e tais, que a gente trabalha nesses lugares, por exemplo, as ilhas que não tem proteção. Então, eu acho que a agenda da sociedade civil ela não está na agenda do Conselho (Captador de Recursos, 35 anos. Representante ONG. Pesquisa de campo. Belém, julho, 2018).

Como se observa na narrativa acima as demandas da sociedade civil não estão na agenda do CONSEMMA, muito menos as questões relacionadas aos espaços públicos verdes. Neste sentido, o que se percebe é que os problemas voltados a esses espaços não têm intersecção com o conjunto dos problemas da cidade, estes são tratados de maneira isolada pela gestão municipal.

Sabe-se que o plano diretor é um dos instrumentos fundamentais do planejamento municipal na atual configuração do pacto federativo e deveria corresponder aos anseios de uma sociedade que é heterogênea. No bojo do PDU/2008, ficou instituído que o planejamento deve acontecer como um processo construído e assegurada a participação cidadã dos diferentes grupos sociais, a fim de adequar as necessidades e demandas locais às políticas públicas no âmbito municipal.

A finalidade do planejamento e da gestão consiste na superação de problemas para que haja uma melhoria da qualidade de vida e de justiça social, pois são ferramentas para o desenvolvimento sócio espacial entendido como uma positiva mudança social. Entretanto, como opina Souza (2011), o conteúdo dessa mudança, a priori, deve considerar as necessidades, os desejos e as expectativas da sociedade, com seus valores culturais próprios e suas particularidades histórico-geográficas e suas práticas sociais que visem assegurar a sustentabilidade.

O planejamento e a gestão urbana podem ser viabilizados através de instrumentos

legais, que, bem formulados e implementados com vontade política de fazer atrelado ao comprometimento e ao fortalecimento da capacidade institucional podem ordenar o território urbano com êxito.

O plano diretor de Belém possui dispositivos orientadores que, de modo geral, podem contribuir para a autonomia, a descentralização de ações do governo municipal no processo de gestão urbana, na perspectiva de construir uma ação coletiva, a fim de enfrentar os problemas concernentes às desigualdades sociais no ordenamento do território urbano, no acesso pela maioria da população ao direito à cidade. E como benefício social e público, o direito ao lazer, de acordo com Bahia, (2012), Santos, (2010) e França, (2018); o direito ao meio ambiente (assegurado pelo Art.255, da CF/88) e a uma perspectiva de cidade sustentável (Estatuto da Cidade), dentre outros direitos sociais.

Outro aspecto observado nas entrevistas se refere aos instrumentos utilizados para nortear o planejamento e a gestão dos programas, projetos e ações desenvolvidos pelo jardim, durante a gestão municipal (2005-2012). As narrativas direcionam para a falta de recursos financeiros e a burocracia no desempenho da gestão devido a estrutura funcional do Bosque.

Na verdade (silêncio), não tinha orçamento, tudo a gente pedia pra secretaria, porque o Bosque é uma unidade dentro de um departamento dentro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ligada à prefeitura de Belém, então não tinha orçamento, não pegava assim recurso, né. A gente fazia pedido né, diante de um levantamento de necessidades, principalmente, aquelas necessidades especiais, como alimentação da fauna e aí passava pra Secretaria de Meio Ambiente e essa tentava providenciar as coisas via prefeitura né, era dessa forma. Todo o recurso da bilheteria era recolhido para o fundo municipal, mas, a gente nunca soube pra onde que ele era destinado (Eng^a. Florestal/UFRA, Gestora 1, Bosque (2005-2006). Pesquisa de campo. Belém, dezembro, 2018).

A gente focou basicamente na visitação, nas atividades de educação ambiental, né, na brinquedoteca, incentivamos a contação de histórias, filmes direcionados ao meio ambiente usando esses recursos. Os recursos naquela época eram utilizados da bilheteria e autorizados pela Secretaria, uma parte era utilizado para melhorar a infraestrutura de recebimento desse visitante, tentamos melhorar a brinquedoteca, climatizamos a brinquedoteca pra melhorar a visitação daquelas crianças (ofegante). Mas foi muita coisa que precisou ser feita, o tempo foi curto e o recurso a gente não utilizava todo, ele tinha uma limitação pra usar, até uma limitação legal. A gente tentou recuperar o aquário, mas a limitação orçamentária não permitia, já que a gente não tem a gestão plena de um jardim botânico (Agrônomo, Gestor 2, Bosque (2011-2013), Membro RBJB. Pesquisa de campo, setembro, 2018).

Observa-se nesses depoimentos que os problemas financeiros, inerentes à administração do Bosque, para nortear o planejamento e a gestão das ações, programas e

projetos desenvolvidos pelo jardim, assim como o gerenciamento de tais recursos pela SEMMA (principal responsável pela execução orçamentária), que ocorreram na administração passada, ainda persistem na gestão atual, conforme demonstrado na entrevista.

É 0800, tudo por conhecimento, quem trabalha na educação ambiental conhece alguém que faça uma programação musical, quem trabalha na flora conhece alguém da UFRA. É tudo apoio, parceria, daqui não tem nada, a gente tem nossas dificuldades, mas a gente consegue com a ajuda né, dos funcionários principalmente, eles têm contato com as parcerias, só na amizade como eu falei, a gente consegue graças a Deus (E. Médio, Gestor 4, Bosque (2016-2019). Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Nessa direção, em entrevista com a representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMMA), sobre de que maneira o SISEMMA e o FMMA sistematizados pelo PDU/2008 podem favorecer a gestão do Bosque Rodrigues Alves, foi possível confirmar o relato da Gestora 1, Bosque, em relação a destinação dada aos recursos financeiros inerentes ao FMMA.

Olha, em relação ao conselho, eu não posso, né, porque o Fundo ele tem algum entendimento pela legislação, né, (hesitação). Que o fundo é composto por recurso né, mas eu realmente não tenho, eu não posso dizer como está sendo tá, porque, esses recursos todos de multa e tudo eles deveriam entrar no fundo, né, e eu não sei como é que isso tá sendo feito, eu realmente não posso te dar essa informação, porque eu não tenho gerência sobre isso, tá, foge totalmente a minha função (Economista, 07 anos. Secretária do CONSEMMA. Pesquisa de campo. Belém, novembro, 2018).

Assim, para colocar em prática o planejamento operacional, levando em consideração as incertezas inerentes à administração, os gestores tomam decisões e usam um razoável grau de discricionariedade, com a clareza de que não há garantia que esses objetivos serão alcançados. São necessárias autonomia, competência e vontade política para tomar decisões voltadas ao interesse público, cujos resultados, raramente podem ser avaliados com segurança.

Com relação aos recursos financeiros gerados diretamente no Bosque, há a locação de alguns espaços do Bosque, que correspondem à infraestrutura de serviços que é disponibilizada aos visitantes, tais como: restaurante, quiosques de comidas típicas, lanches, sorvete e barracas de artesanato. Estes locatários são denominados de “autorizatários” e pagam uma taxa para a PMB pela concessão de uso do espaço.

Conforme o relato do entrevistado, esse é o único recurso que fica retido no

Bosque e é usado pela gestão para atender alguns gastos emergenciais ou problemas de infraestrutura. Porém, esse recurso não é exclusivo do Bosque, pois, em algumas situações, esse ínfimo recurso financeiro ainda é rateado com outros setores da secretaria, como por exemplo, o DAVP (Departamento de Áreas Verdes Públicas/SEMMA).

O contrato é feito pelo jurídico da SEMMA, são os permissionários, são 05 fotógrafos, mas só dois que estão aqui, tem contrato e que está sendo revisto agora. O restaurante paga uma taxa maior, R\$ 720,00, as outras barraquinhas pagam valor menor que a do restaurante R\$ 180,00 e a feirinha 50,00 cada barraca. Como te falei, a gente depende muito do restaurante que paga setecentos e vinte reais, aí dá pra gente fazer algumas coisinhas, só que além do Bosque, temos o DAVP, eles têm que consertar um caminhão, eles pedem e a própria Secretaria também pede esse recurso. A gente faz a prestação de contas mensalmente (E. Médio, Gestor 4, Bosque (2016-2019). Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Sobre essa prestação de serviços, a maioria desses locatários atuam no Bosque há muitos anos, cujo objetivo maior é a comercialização de produtos alimentícios ou artesanato. Os autorizatários, ao serem questionados sobre quais fatores o levam a oferecer serviços no jardim zoobotânico, as respostas se direcionaram para a venda de seus produtos, seguidas dos aspectos ambiental e cultural. Eles informaram nas entrevistas que não tem muita demanda de público para vender seus produtos, sendo esta a maior necessidade deles. Destacam que uma alternativa para melhorar essa demanda de visitantes, seria a gestão realizar mais eventos como forma de divulgar o Bosque e, assim, atrair público, mas, as respostas também se direcionaram para a melhoria da gestão da cidade, como segue,

Eventos, eu acho pra atrair mais público, entrar mais renda, né. Não digo a gestão especialmente daqui do espaço, mas a gestão geral da cidade, infelizmente está deixando muito a desejar, todo mundo sabe disso, não é nenhuma novidade, a prefeitura tá deixando muito a desejar, a verba que entra aqui sai tudo, não fica nada (Autorizatário 1, 25 anos, Quiosque 1, Bosque. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Pra fazer a venda, né, dos produtos, oferecer sorvete, picolé geralmente com que a gente mais trabalha, oferecer um produto bom, de qualidade, mas, que seja também da região, porque aqui, por exemplo, tem muitos visitantes, muita gente de fora e pra própria população mesmo né, o preço é de mercado. A gente paga uma taxa pra prefeitura pra usar o espaço. A infraestrutura é muito boa só precisa um pouquinho mais né, de cuidarem mais do espaço, assim de arrumar, consertar os banheiros, colocar mais banheiros, dar mais suporte pras pessoas que estão dentro do Bosque pra elas trabalharem melhor, ter seu material mais seguro também, pra oferecer uma coisa legal pros próprios turistas né. O aquário funcionava, algumas coisas dentro do Bosque tinham função, teve uma época que não tava assim, hoje acho que eles deveriam olhar um pouquinho mais, dá mais uma organizada (Autorizatário 2, 18 anos. Quiosque 2, Bosque. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

A entrevistada menciona que, em tempos passados, algumas coisas no Bosque tinham função, como por exemplo o aquário, que era mais organizado e hoje encontra-se desorganizado, necessitando de um olhar mais atento desses problemas por parte da gerência do espaço público.

Outra questão, diz respeito à equipe de colaboradores do jardim botânico, indagando se a mesma é suficiente para executar os programas, projetos e ações desenvolvidos pela gestão. Atualmente, o quadro de servidores é formado por: diretor, chefe de divisão, pedagoga, bibliotecária, engenheiro ambiental, dois engenheiros florestais, dois agrônomos, três biólogos, duas veterinárias, dois auxiliares administrativos, treze agentes de serviços urbanos. Estes últimos desenvolvem atividades em vários setores do Bosque, como: bilheteria, portaria, almoxarifado, tratadores de animais, paisagismo, jardinagem, dentre outras.

As assertivas demonstram que, para além da falta de recursos financeiros, o quantitativo de servidores em várias áreas não é suficiente, e isso pode ser observado nos relatos dos gestores anteriores. Além disso, falta qualificação técnica, falta infraestrutura e materiais para realizar os programas, projetos e ações, falta equipamentos de informática internet, equipamentos de segurança para realizar as atividades especializadas, como por exemplo, a poda de árvores como pode ser observado na fala abaixo.

Nós não temos efetivo suficiente né para executar as atividades da flora, por exemplo, a poda de árvores, não temos mais a figura do “subidor” pra poda nas laterais e aqui dentro mesmo. As condições também não são legais, de equipamentos, as empresas que vêm também trabalhar no Bosque não é suficiente, as empresas que fazem manutenção das podas das árvores na cidade, que prestam serviços para o DAVP, a gente vê que não tem lá essas condições, atrasa muito o salário, às vezes eles passam três, quatro meses sem receber. E aqui a gente trabalha com o pessoal reeducando, do regime semiaberto (SUSIPE/PA) na limpeza, eles trabalham de segunda a sexta de 08 às 14 horas, é um convênio com a Prefeitura de Belém. Aí no sábado e no domingo a gente tem dificuldade. Temos ajuda, às vezes, do pessoal da SESAN, vem uma equipe pra cá nos ajudar (E. Médio, Gestor 4, Bosque (2016-2019). Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Não, a gente precisa além de qualificar, aumentar o quadro numa revisão do regimento interno da Secretaria, onde dentro das estruturas dos departamentos criar novas divisões, né. Então procurar colocar dentro do Departamento, colocar uma divisão de pesquisa dentro do jardim, buscar técnicos e parceiros de fora, estagiários pra você fazer esse trabalho de pesquisa tanto na flora como na fauna, já que nós somos zoobotânico, né. A gente não pode dissociar nunca a flora da fauna aqui dentro, né porque é nosso convívio diário (Agrônomo, Gestor 2, Bosque (2011-2013), Membro RBBJ. Pesquisa de campo, setembro, 2018).

Não era suficiente, mas a equipe que tinha (pausa), o Bosque tem esse

diferencial, as pessoas que entram pra trabalhar acabam se apaixonando, mesmo que às vezes já esteja com uma carga de serviço muito grande, acaba se doando e se entregando e fazendo, então, não era o ideal, principalmente na parte de cuidados, nunca teve jardineiro, pelo menos na época em que eu estava lá, habilitados, preparados com formação específica pra aquilo, nunca teve tratador de animal com formação pra aquilo, teve capacitação (Eng^a. Florestal/UFRA, Gestora 1, Bosque (2005-2006). Pesquisa de campo. Belém, dezembro, 2018).

Esse diferencial que a entrevistada menciona também é observado na fala do prestador de serviço de yoga, sobre a noção de sentimento de pertencimento do lugar, sentir-se parte dele. Os EPVUs possibilitam o despertar dos indivíduos para a noção de pertencimento com o lugar.

Esse serviço aqui, eu acho que tem mais de 15 anos, né, porque começou como Prof. Lêdo e Profa Iva que implantaram o Projeto “Yoga para todos”, que era um projeto deles de difundir o yoga pra que todos tivessem acesso, depois passou pra outros professores e hoje está com o prof. Hada Mohandas, da Yoga Imbaude e da ONG Babananda, uma ONG de Brasília que foi justamente o que começou aqui. Funciona três dias da semana, pela manhã (Terça quinta e sábado) então tem pessoas que pagam, tem pessoas que podem contribuir um pouquinho, tem outras que podem contribuir mais, o sábado é gratuito, terça e quinta não (Prestador de Serviço Yoga, Bosque. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018)

Ao serem questionados se as políticas públicas destinadas aos jardins botânicos oferecem mecanismos para que o gestor busque atender as demandas dos usuários, as narrativas dos entrevistados demonstram que as gestões do Bosque não conseguiram formalizar instrumentos de gestão mais consistentes.

Como já mencionado, além do Regimento Interno do BRAJZBA, atualmente, os instrumentos norteadores da política pública ambiental que orienta a gestão do espaço público municipal são: as normas de visitação pública, a Resolução CONAMA 339/2003 e o PDU/2008. Entretanto, há uma predominância de administração por meio de relatórios de atividades elaborados por técnicos e com incipiente consulta popular, o que distancia a gestão das diretrizes descritas no PDU/2008.

Em algumas entrevistas, observa-se que os entraves burocráticos contribuíram para inviabilizar as ações administrativas, em outras falas, evidencia-se um maior conhecimento da importância desses instrumentos para o melhor funcionamento da gestão e a necessidade da criação de instâncias de participação social.

As políticas públicas até oferecem mecanismos, o problema são os entraves administrativos que estão por trás disso que inviabilizam qualquer gestor de trabalhar, inviabilizam ou às vezes dificultam muito o gestor de trabalho. Na

minha gestão funcionava a partir da experiência dos mais antigos, as pessoas iam dizendo assim tá certo, a gente ia fazendo. A gente tentou fazer um regimento na época, na verdade, pegou um regimento já em andamento e tentou aprovar, mas acredito que até hoje isso ainda não foi pra frente e eu já saí de lá faz 13 anos (Eng^a. Florestal/UFRA, Gestora 1, Bosque (2005-2006). Pesquisa de campo. Belém, dezembro, 2018).

O Bosque como um jardim botânico, ele tem uns instrumentos de gestão, mas não é esses instrumentos que a gente gostaria que fosse, um conselho gestor né, ter um conselho gestor pra decidir as coisas aqui. A estrutura organizacional da secretaria impede que a gente possa desvincular ele como um jardim botânico pra trabalhar essas questões, a gente não sabe direito se o Bosque é uma área protegida ou é uma unidade de conservação, é um parque urbano, né, a gente precisa definir dentro disso, a gente só sabe que ele é um jardim botânico, você tem alguns instrumentos emprestados que é para poder fazer a gestão dessa área (Agrônomo, Gestor 2, Bosque (2011-2013), Membro RBBJ. Pesquisa de campo, setembro, 2018).

Proteger alguns espaços públicos urbanos, institucionalizá-los e requalificá-los como áreas verdes protegidas, parques ou jardins botânicos faz-se necessário (CARDOSO; FIGUEIREDO, 2014), principalmente, considerando a ameaça latente pelo atual governo federal, no que concerne às políticas públicas de meio ambiente voltadas para as áreas protegidas brasileiras e a preservação dos recursos naturais. Por outro lado, o que se percebe na narrativa a seguir é que falta uma certa clareza sobre qual política pública de meio ambiente norteia o funcionamento do espaço verde em questão.

Não temos o plano de manejo, seria muito importante para o Bosque. Existe as normas de visitação e o regimento interno que deveria ser parte de um plano de manejo. Olha, em termos de gestão está deixando muito a desejar, porque a gestão não tem assim um total conhecimento de como você deve administrar um jardim botânico dentro das políticas públicas levando em consideração todas as normas do que diz o jardim botânico como ele deve ser administrado (Eng^o. Florestal, 10 anos. Educador Ambiental, Flora, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, setembro, 2018).

Destaca-se que, durante os anos da gestão PSDB, no período compreendido entre (2013-2016), tanto a SEMMA quanto a DGAE, que gerenciam o BRAJZBA, tiveram mudanças contínuas de gestores, fator este que contribuiu progressivamente para que a área verde passasse a apresentar uma gestão frágil caracterizada pela fragmentação e descontinuidade nos programas, projetos e ações de gestão ambiental (SEMMA, 2014). Todavia, a partir de 2016 até os dias atuais, não houve mudanças na direção e, ainda assim, as dificuldades burocráticas e financeiras inerentes à gestão do BRAJZBA continuam apresentando um cenário de retrocesso e apatia, conforme as narrativas.

Nós não temos recursos financeiros suficientes, a gestão municipal ela não tá respeitando as necessidades do parque, a gente vê que o parque tá muito deteriorado, falta reforma, falta melhoria nos recintos, então, ela não tá respeitando, infelizmente (Graduanda Pedagogia, 07 anos. Educadora Ambiental, SEDAEC, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, setembro, 2018).

Eu acho que a gestão daqui, as pessoas não sabem como é que acontece as coisas, por isso que, diversas vezes, a gente enquanto técnicos do parque recebe algumas críticas em relação à TV, rádio, até gente mesmo criticando, ah porque o parque tá isso, tá aquilo, não tem a dimensão como é que funciona um parque desse, e eu acredito que se a gente pudesse, inclusive hoje o que é contemporâneo no estudo de comportamento seria a transferência de responsabilidade de um pequeno grupo responsável por toda essa logística pras pessoas que frequentam o parque, pras pessoas tomarem pra si a responsabilidade da conservação, que isso com certeza mudaria a ótica de visão do visitante hoje (Veterinária, 04 anos. Educadora Ambiental, Fauna, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Pelos trechos das entrevistas acima é possível perceber que a gestão municipal não se preocupa com a preservação do jardim zoobotânico, os agentes sociais não desfrutam de autonomia que contribua para desenvolver suas ações de forma democrática e participativa, no sentido de despertar a consciência ambiental dos visitantes nesses jardins botânicos, a fim de que a relação seja inversa, no âmbito da conservação do espaço público.

Em relação à fauna do Bosque também foram destacadas pelo gestor as dificuldades com relação à infraestrutura dos recintos dos animais e a falta de recursos financeiros.

Em termos de animais, nós temos um problema grande em alguns recintos, né, precisamos de reforma, os próprios recintos novos que não foram feitos com material legal, foi feito um trabalho, principalmente do macaco prego, tá quebrando já e eles estão vulneráveis pra fuga. Em relação aos tratadores, temos quatro tratadores que dão conta do trabalho, né, temos duas veterinárias, dois biólogos, o que falta mesmo é recursos financeiros. Em relação à alimentação dos animais, é feita através da própria secretaria né, SEMMA, até agora não falhou a entrega desses alimentos (E. Médio, Gestor 4, Bosque (2016-2019). Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Através dos depoimentos dos gestores e educadores ambientais do BRAJZBA, é possível conhecer as estratégias utilizadas para minimizar as dificuldades enfrentadas no processo de gestão que norteiam o planejamento e a gestão dos programas, projetos e ações do jardim zoobotânico. No que concerne às pesquisas científicas, estas são realizadas no espaço de forma pontual e, ainda, por demanda das instituições parceiras, principalmente por alunos de graduação da UFRA, conforme as entrevistas.

A partir das definições de prioridades que são estabelecidas no ano anterior. Então, você ao iniciar o desenvolvimento das ações, você deve saber o que realmente foi planejado pela prefeitura, de que forma foram definidos esses diversos aspectos desse planejamento, tanto sob a forma de orçamento como de pessoal pra que se possa a partir daí serem tomadas as decisões (Bacharel em Direito, Gestor 3, Bosque (2013-2014). Pesquisa de Campo. Belém, agosto, 2014).

Não existe recursos. São feitos com parcerias com instituições como a UFRA, com a UFPA, por exemplo. A gente tem um programa de controle de combate das espécies invasoras, reflorestamento do local com espécies nativas, educação ambiental, dizendo qual é a importância de manter essa área no centro de Belém, tem o projeto de manutenção das árvores que é feito pela própria secretaria de meio ambiente onde o Bosque, jardim botânico é vinculado. As pesquisas, a gente encontra um certo probleminha aqui para executá-las por falta de recursos, então, as pesquisas vem mais das instituições de fora do que do próprio Bosque. (Engº. Florestal, 10 anos. Educador Ambiental, Flora, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, setembro, 2018).

Normalmente parcerias, a gente trabalha com parcerias tanto privada quanto pública, pra a gente executar com excelência todo esse passo-a-passo. A UNAMA, a UFRA, o IBAMA, por exemplo, conta com o Bosque pra parceria no trânsito de bichos, então como o IBAMA não tem onde alocar os animais, eles acabam trazendo pra cá pra que a gente possa dar condições, fazer *check up*, deixar esse animal em condições hábeis de soltura e fazer essa soltura, mas financeiro repasse não tem, a gente trabalha ajudando, vamos dizer assim. A alimentação dos animais é feita através do repasse do município, a prefeitura que repassa a parte de licitação, termo de referência, regulamentando toda essa alimentação anual, todo ano tem que renovar (Veterinária, 04 anos, Educadora Ambiental, Fauna, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Nós não temos recursos financeiros suficientes, a gestão municipal ela não tá respeitando as necessidades do parque, a gente vê que o parque tá muito deteriorado, falta reforma, falta melhoria nos recintos, então, ela não tá respeitando, infelizmente (Graduanda Pedagogia, 07 anos. Educadora Ambiental, SEDAEC, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, setembro, 2018).

Bom, eu acredito que restaurar o que já foi destruído, a casinha que precisa ser restaurada, né, e dar um apoio maior no muro, o muro tem lugar que já está deteriorado no entorno, a parte da segurança, pra ali então (refere-se ao acesso pela Av. Rômulo Maiorana) (Prestador de Serviço Yoga, Bosque. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Sobre esse aspecto, as fotografias comprovam a deterioração de alguns espaços no Jardim Zoobotânico da Amazônia.

Fotografia 23- Aquário do Bosque Rodrigues Alves



Fonte: Cardoso (2017)

A gente tem nossas dificuldades, mas a gente consegue com a ajuda né, dos funcionários principalmente, eles têm contato com as parcerias, só na amizade como eu falei, a gente consegue, graças a Deus. A gente ainda pode contar com algumas pessoas, não sei se por amizade, por me conhecer, sei lá, de tratar as pessoas bem, eu sei que isso não enche a barriga, mas se for pelo salário mesmo, está defasado, tá em R\$ 811,00, o salário é R\$ 954,00, as pessoas fazem porque gostam do local e do trabalho, e da pessoa que está à frente no momento, eu conto com a ajuda deles, se não fosse isso... (E. Médio, Gestor 4, Bosque (2016-2019). Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Para executar seus programas, projetos e ações a gestão do BRAJZBA depende dos recursos financeiros oriundos do orçamento anual da SEMMA/PMB, que é o órgão responsável pela administração do espaço público. Contraditoriamente, apesar de captar recursos financeiros com a venda de ingressos diariamente (bilheteria), estes recursos não são automaticamente direcionados para a Diretoria de Gestão de Áreas Especiais—DGAE. Os recursos são repassados à Diretoria Administrativa-Financeira (DAF) que os controla e os repassa à DGAE de acordo com seu próprio planejamento, o que impacta no pagamento das despesas inerentes às atividades, programas e projetos de gestão do jardim zoobotânico, fazendo com que ocorra, assim, uma descontinuidade na implementação das ações planejadas. Conforme já relatado anteriormente, este cenário se apresenta configurado da mesma forma como pode ser percebido nos relatos que seguem.

O dinheiro arrecadado do Bosque vai todo pra Secretaria de Finanças do Município de Belém e o dinheiro que é destinado ao Fundo de Meio Ambiente também não chega, né, uma situação difícil. O único recurso que fica no

Bosque são os permissionários, o contrato é feito pelo jurídico da SEMMA, são 05 fotógrafos, mas só dois que estão aqui, tem contrato que está sendo revisto agora, vamos ver quem tá em dia, quem não tá, eles pagam uma taxa e com esse recurso nós fazemos algumas pequenas manutenções quando quebra uma telha ou uma torneira, a gente vai e troca, esse é o único recurso que fica no Bosque (E. Médio, Gestor 4, Bosque (2016-2019). Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Infelizmente, recursos financeiros não têm porque o montante que é referente à bilheteria dos visitantes que vem ao Bosque, ele é repassado diretamente aos cofres da prefeitura, diretamente não fica nenhum valor no parque, infelizmente (Graduanda Pedagogia, 07 anos. Educadora Ambiental, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, setembro, 2018).

Sobre a participação da comunidade do entorno na agenda dos programas, projetos e ações do jardim botânico, as respostas dos entrevistados foram unânimes em afirmar que não há participação social, o que corrobora para a assertiva de que a gestão municipal tem caráter burocrático-centralizador.

Não, não tem participação, inclusive quando a gente faz conscientização no entorno as pessoas rebatem de maneira controversa, inclusive, se fizer uma voltinha aqui no parque todo dia vai ver que as pessoas alimentam os animais de maneira indevida, que não tem noção da ilha de vegetação que é o Bosque. Que ocupa aqui no parque, 95% do parque é repleto de flora nativa, o verde é tudo floresta virgem, então, eles não têm essa noção nenhuma, eu acredito que esse apelo, por parte tanto da prefeitura, quanto do corpo técnico poderia ser maior, que as pessoas pudessem ter consciência de alguns hábitos (Veterinária, 04 anos. Educadora Ambiental, Fauna, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Assim assinado alguma coisa não, mas alguns moradores e ambulantes daqui da área, eles nos ajudam avisando quando estão pulando pra cá, ou quando animais atravessam pro outro lado da rua, quando estão alimentando eles vem aqui ou ligam pra gente (E. Médio, Gestor 4, Bosque (2016-2019). Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

A participação da comunidade infelizmente eu não vejo, o Bosque é muito procurado por visitantes externos, mas não da comunidade do entorno, ela, infelizmente, não abraça a causa. Eu considero a gestão como fechada pra cidade, infelizmente, porque quando não se tem recurso suficiente pra manter o parque, pra manter o que já tem ou fazer reforma, ou reconstruir ou melhorar recintos áreas de jardinagens, técnicos e servidores suficientes e recursos financeiros atrapalha muito o funcionamento (Graduanda Pedagogia, 07 anos. Educadora Ambiental, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, setembro, 2018).

O Bosque, como é popularmente conhecido, é lugar de referência para a contemplação e entretenimento dos usuários que, em programas, projetos e ações ligados ao meio ambiente, ao lazer, ao turismo e à cultura favorecem as várias possibilidades de usos que o qualificam como espaço público verde urbano. Na opinião dos gestores e educadores ambientais sobre os usos e o tipo de estratégia usada pela gestão para o

fomento do turismo e da visitação no Bosque, a maioria das respostas direciona para o lazer.

Acho que o foco do jardim botânico ainda é o lazer, as pessoas ainda não têm consciência de que não é só o lazer, temos atividades de pesquisa, atividades ambientais, ecológicas, o povo ainda tem muito essa visão de que o Bosque é só pra lazer (Eng^o. Florestal, 10 anos. Educador Ambiental, Flora, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, setembro, 2018).

Ambiental porque as pessoas vem conhecer o parque e também tem a questão da pesquisa; cultural, porque o Bosque é parte da história da cidade, educacional porque a gente recebe um número muito grande de escolas do nível fundamental e também médio, pras visitas técnicas ou não técnicas, que é só visita mesmo com as crianças pra conhecer o espaço; de lazer também, tem um público visitante fim-de-semana e feriados que vem aqui só pra passear; turismo, porque é muito procurado, porque é um parque conhecido nacionalmente e social também, porque existe no parque um grupo da terceira idade como o CRAS que não é vinculado diretamente com o Bosque, mas que tem um trabalho aqui dentro por conta do espaço (Graduanda Pedagogia, 07 anos. Educadora Ambiental, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, setembro, 2018).

O Bosque recebe aproximadamente 200 mil visitantes ao ano, entre pesquisadores, turistas e público em geral. Em relação às estratégias utilizadas pela gestão no quesito visitação, bem como se há estratégias para o fomento do turismo, os relatos direcionam-se para a falta de uma articulação política entre os órgãos de fomento ao turismo no município e no Estado.

Nós temos alguns *folders* e atualmente é só isso que a gente faz, distribui pra alguns turistas e quando eles pedem algum guia pra orientar, a gente consegue aqui. Em termos de *site* eu não sei o que acontece, as pessoas vêm aqui dizem que o Bosque funciona até às 17 horas. O próprio Bosque não tem né, devia ter o próprio *site* do Bosque, as pessoas que vem visitar o Bosque e olham nos *sites* não atualizados, não sei te falar, talvez de agência de viagem (E. Médio, Gestor 4, Bosque (2016-2019). Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Alguns *sites* que divulgam os destinos turísticos, como, por exemplo, o *tripadvisor.com* também divulgam em sua *home page* o espaço verde. A prefeitura municipal de Belém divulga o Bosque através do *site* institucional da Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA) e da Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR) disponíveis nos endereços eletrônicos: belem.pa.gov.br/semma e belem.pa.gov.br/belemtur. Entretanto, as informações são pouco esclarecedoras sobre o potencial que o jardim zoobotânico oferece na cidade e, conseqüentemente, são pouco atrativas para o turismo.

Com relação à presença de turistas no Bosque, o estudo de Bahia (2012, p. 226) menciona que este espaço possui sua divulgação por meio *folders*, *sites*, jornais locais, além da inclusão de visitas ao local por agências de turismo receptivo.

O Bosque foi criado no século XIX destinado ao lazer e à contemplação da elite burguesa paraense da época. Com o passar dos anos, esse uso se intensificou como espaço para o lazer, principalmente, da sociedade belenense menos favorecida. Um dos fatores desse público local expressivo se justifica devido ao valor que é cobrado pelo ingresso ter um preço acessível e oferecer uma certa “segurança”, como pode ser observado no trecho abaixo.

Acho que, principalmente, o lazer, eles vêm pra cá em busca de uma diversão, de um lazer a baixo custo porque o parque tem um preço irrisório, às vezes, gratuito, pra população de baixa renda que com certeza é um local de diversão. Porém, eu acho que a ótica do visitante é inversa, vamos dizer assim, o visitante chega aqui ele acha que ele é que tem que explorar o parque e não pensa nas condições contrárias, se ele é visitante ele tá entrando num ambiente e que já tem pessoas, ou árvores ou animais murando e aí ele acaba por não ter essa noção, depredando, jogando lixo onde não tem que jogar, pisando nos canteiros, às vezes fazendo muito barulho pros animais e eu acho que essa mudança comportamental ela demanda tempo e demanda pessoas (Veterinária, 04 anos. Educadora Ambiental, Fauna, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018)

Educacional, porque as universidades, as escolas vêm fazer pesquisas sobre o espaço, tem visitantes que vem também pro lazer, pra brincar né, mesmo tendo dificuldade na segurança com dois guardas municipais, ainda é um local que ainda tem segurança pras crianças virem pra cá. Nas praças não tem mais esse tipo de segurança né, uma segurança no caso, as pessoas podem aqui tirar uma foto, podem brincar, podem correr. Funciona de terça a domingo, o valor do ingresso R\$ 2,00, criança até 6 anos não pagam, de 07 a 12 anos pagam 1,00 e com apresentação da carteira de estudante, também pagam R\$ 1,00, idosos e pessoas com deficiência apresentando a carteira é isenta (E. Médio, Gestor 4, Bosque (2016-2019). Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Sobre o aspecto da degradação ambiental é importante destacar que o Bosque não possui plano de manejo, entretanto, foram elaboradas as normas de visitação pública do espaço, tendo em vista a necessidade de ordenar e monitorar a visitação para os diferentes tipos de público, como uma estratégia da gerência na conservação do patrimônio material e imaterial inerente ao BRAJZBA.

Então, um engajamento das pessoas do corpo técnico junto com as parcerias pra que esse visitante tenha essa noção de que esse visitante, quando ele entra, ele entra num ambiente que já pertence a outras pessoas, outras coisas e que ele tem que respeitar algumas normas (Veterinária, 04 anos. Educadora Ambiental, Fauna, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Em relação ao questionamento sobre a necessidade de parques ou jardins botânicos serem entendidos como “área protegida” e se isso favorece o acesso e a apropriação desses pelos usuários, os relatos revelam que a presença dos muros está mais relacionada ao problema comportamental da sociedade, no que concerne à educação dos visitantes em respeitar as normas de visitação do espaço verde, e, por outro lado, proporcionar uma certa “sensação” de segurança, tanto para proteger a biodiversidade contra a degradação causada pelos humanos, quanto para proteger o público visitante contra assaltos.

Acredito que não, principalmente porque aqui no parque coexistem junto com as árvores muitos animais, então esse muro, ele funciona não somente pra proteger a área verde, mas também pra evitar fuga, furto, e acredito que, como falei, transferir ou rotacionar essa ótica da visitação acho que eles também entenderão que o muro não tá ali como uma barreira social (Veterinária, 04 anos. Educadora Ambiental, Fauna, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

A questão dos muros/cercamentos é entendida pelos entrevistados como a possibilidade de preservar a biodiversidade e oferecer “segurança” aos usuários e às pessoas que trabalham no espaço, e não como uma barreira social que “segrega” públicos diferentes e classes sociais diferentes (SERPA, 2007). Mas, por outro lado, quem não pode pagar pelo valor do ingresso, mesmo que o preço seja “irrisório” para alguns, fica excluído de usufruir dos benefícios socioambientais que o espaço verde disponibiliza na cidade e que deveria ser para o usufruto de todos de forma igualitária e democrática. A acessibilidade, nesse caso, se caracteriza, principalmente, por ter um caráter simbólico, muitas vezes estando relacionado à demarcação de territórios urbanos (BOURDIEU, 2007).

Eu não vejo por esse lado de se ter uma barreira social, mas eu acho importante ter uma delimitação, bem pelo menos pra definir, né o espaço, definir o que é um espaço verde dá uma ideia de organização (Engº. Florestal, 10 anos. Educador Ambiental, Flora, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, setembro, 2018).

Eu acho que tem que ser murado, como é que fica a situação disso aqui, vamos dizer que aqui tem restaurante, sorveteria, como é que fica a situação, se com segurança já é difícil, imagine sem segurança, pra isso tem portaria, pra entrar livremente pagando né, tem que ter muro pro cara não pular, infelizmente tem que ser assim (Autorizatório 1, 25 anos, Quiosque, Bosque. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Não, não, não. É,(pausa) nesses espaços, como por exemplo, o Bosque, o Museu, porque aqui já é fechado e já roubam. A questão da segurança, hoje em

dia, não existe segurança em lugar nenhum, aqui mesmo com os muros a gente tem o maior problema toda semana eles estão quebrando *freezers*, quebrando armários, entendeu, tem que ter a segurança até mesmo pros próprios visitantes (Autorizatório 2, 18 anos, Quiosque Bosque. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

A gente tinha vigilância terceirizada, mas depois foi retirada, né, os nossos servidores e a guarda municipal que fazem a segurança daqui (Agrônomo, Gestor 2, Bosque (2011-2013), Membro RBJB. Pesquisa de campo, setembro, 2018).

A fiscalização do jardim é realizada por dois servidores municipais que trabalham em regime de plantão noturno e dois guardas da Guarda Municipal de Belém (GBEL), da Prefeitura de Belém. Esta consiste em oferecer segurança na venda dos ingressos, coibir a degradação ambiental, acesso de invasores no interior do jardim. Porém, é consenso entre os entrevistados que a fiscalização na área é realizada de forma deficitária:

Eu acho que tem que ser murado, como é que fica a situação disso aqui, vamos dizer que aqui tem restaurante, sorveteria, como é que fica a situação, se com segurança já é difícil, imagine sem segurança, pra isso tem portaria, pra entrar livremente pagando né, tem que ter muro pro cara não pular, infelizmente tem que ser assim (Autorizatório Brinquedos, 25 anos. Pesquisa de campo, Bosque, outubro, 2018).

Ao serem questionados de que maneira deve ser realizada a gestão do jardim botânico, as respostas se direcionaram para o retorno da estrutura de uma fundação, outras narrativas defendem a gestão compartilhada, de certa forma pela estrutura atual não contemplar as necessidades da gestão, particularmente, a questão orçamentária, como também, a captação de recursos, pois os entrevistados apontam que a maior dificuldade da gestão do Bosque diz respeito à questão financeira e sua atual estrutura organizacional inserida em um departamento dentro de uma secretaria.

Nesse momento acho que uma fundação, tô falando como funcionário né, tipo assim, se terceirizar isso aqui a gente vai sair desse local, a gente gosta desse local, se terceirizar as pessoas vão ser todas da empresa, então tô pensando na gente, já foi fundação, já foi melhor, FUNVERDE, na época do Hélio Gueiros. A diferença da gestão que era fundação e a atual por um Departamento é principalmente a questão dos recursos, não temos nenhum tipo de recurso. Eu acho que o gestor tem que gostar disso daqui. Na época do Hélio Gueiros, a Terezinha Gueiros como presidente da FUNVERDE, ela amava não só o Bosque como Belém toda, a parte de natureza, de arborização. Nós precisamos ter alguém que goste desse espaço (E. Médio, Gestor 4, Bosque (2016-2019). Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Fundação. Na verdade, acho que teria que ter um pouco de cada, a população, as instituições privadas, o próprio poder público (uma comissão de autoridade de meio ambiente) (Engº. Florestal, 10 anos. Educador Ambiental, Flora, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, setembro, 2018).

Pra mim tem que ser pública, eu ainda acho que a fundação. Pra ceder esse espaço tem que ser muito alinhado isso, porque a gente já teve gestores aqui que não respeitaram, que isso aqui é tombado. Cada jardim tem uma característica própria, né, então pra você ter uma gestão como OSCIP, como uma fundação, OS, tem que ter muito critério, tem que ser muito criterioso em ver como vai agir. O Bosque não foi criado pra jardim botânico, ele se tornou um jardim botânico, então, muitas coisas precisam ser adaptadas ainda, por exemplo, animal em cativeiro, já está eliminando de todos os jardins botânicos, que aqui a gente ainda tem, então, tem que pensar em uma outra coisa, se a Fundação ou a OS resolveria isso (Agrônomo, Gestor 2, Bosque (2011-2013), Membro RJB. Pesquisa de campo, setembro, 2018).

Eu acho que o jardim botânico ele deve sim estar vinculado a alguma instituição pública né, mas ele tem que ter uma gestão compartilhada, a sociedade tem que participar e principalmente ter parceiros, como uma rede de parceiros apoiadores formada por instituições privadas pra dar um apoio. Uma co-gestão, uma gestão compartilhada com vários segmentos da sociedade público e privada teria muito mais força pra manter essa estrutura toda ai (Eng^a. Florestal/UFRA, Gestora 1, Bosque (2005-2006). Pesquisa de campo. Belém, dezembro, 2018).

Acho que um órgão público tá, mesmo. Só que eu acho que, na minha visão, uma Secretaria de Meio Ambiente que é uma secretaria que tem uma demanda muito grande, quando você mistura essa parte de gestão das áreas verdes com as outras atividades da Secretaria, eu acho que é muita demanda pra uma secretaria quando você não tem recursos orçamentários suficientes. Eu acho que há uma sobrecarga de ações dentro de uma secretaria, que aí você não consegue diluir na parte orçamentária, né, eu acho que o orçamento ele é muito pouco. O fato de o Bosque estar dentro de um departamento da SEMMA, pra mim não é isso que dificulta a gestão, pra mim, o que pesa mais, no meu entendimento, é a questão orçamentária, se tivesse um orçamento bom conseguiriam ter recursos e tudo que fosse voltado pro Bosque, né. (Economista, 07 anos. Secretária do CONSEMMA. Pesquisa de campo. Belém, novembro, 2018).

Alguns entrevistados defendem o retorno da estrutura organizacional do Bosque Rodrigues Alves como fundação, para facilitar os processos administrativos e revelam que uma estrutura pública poderia assegurar o emprego dos servidores que já atuam no espaço verde. Outros defendem o formato de uma gestão compartilhada entre público e privado, uma cogestão, a fim de facilitar a captação de recursos, o apoio de parceiros e possibilitar a participação cidadã de forma democrática.

7.2 Práticas de Gestão e as Dinâmicas de Uso do Museu Paraense Emílio Goeldi – Parque Zoobotânico

O Museu Paraense Emilio Goeldi — Parque Zoobotânico (MPEG), fragmento de floresta plantada, com 5,4 hectares, inaugurado em 15 de agosto de 1894 é um espaço museal que abriga exposições de amostra viva da Amazônia (mapa 08). Recebe

anualmente cerca de 400 mil turistas, sendo o 65º local mais visitado, segundo dados do Ministério do Turismo (MTUR), em 2017 (informação obtida em: MPEG-Goeldi, 2017). Cumpre um importante papel no que concerne à preservação e conservação dos recursos naturais amazônicos, por meio de ações de interação entre os visitantes, através de práticas que envolvem educação e interpretação ambiental, pesquisa científica, lazer, turismo e cultura.

Mapa 08: Museu Paraense Emílio Goeldi – Parque Zoobotânico



Funciona de terça a domingo, das 8h às 17h, com venda de ingresso. Os passeios e a visita ao aquário Jacques Huber são gratuitos. As instituições públicas e privadas, em geral, podem visitar o parque através de um agendamento prévio direcionado ao Núcleo de Visitas Orientadas (NUVOP), no Setor de Educação. As visitas monitoradas também necessitam de agendamento prévio. Para o agendamento de visitas de grupos de turismo as empresas de turismo é preciso encaminhar o pedido à Coordenação de Comunicação e Extensão (COCEX/MPEG).

O Parque Zoobotânico do Museu Goeldi abriga o Pavilhão Expositivo Domingos Soares Ferreira Penna, mais conhecido como prédio da Rocinha, com várias temáticas,

tais como: arte rupestre, artesanato indígena, fotografias de espécies ameaçadas de extinção, dentre outras.

Fotografia 24- Pavilhão Expositivo Domingos Soares Ferreira Penna - Rocinha MPEG/PZB



Fonte: Cardoso (2015)

No Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emilio Goeldi estão instalados os prédios físicos: Diretoria do Museu Goeldi, as Coordenações de Comunicação e Extensão, Administração, Museologia, Assessoria de Comunicação Social, Serviço de Educação e Espaço Ernest Lohse (Livraria) e a Biblioteca de Ciências Clara Maria Galvão.

A gestão do MPEG - Parque Zoobotânico é realizada pela Diretoria Administrativa do Parque, subordinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), órgão da administração federal direta, transformado em 12 de maio de 2016, em Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), pela Medida Provisória nº 726, e, posteriormente, transformada na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, na qual o museu figura como uma unidade de pesquisa (MPEG-Goeldi, 2017)

Por ser considerado também como museu de história natural, o MPEG segue as diretrizes do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), criado pela Lei nº 11.906/2009, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A nova autarquia é vinculada ao Ministério do Turismo (MTur). O IBRAM é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor voltados ao aumento da visitação, melhoria da arrecadação, fomento de política de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros (IBRAM, s.d.).

O Museu Paraense Emilio Goeldi - Parque Zoobotânico, reconhecido como importante laboratório para a pesquisa científica das espécies amazônicas, em 1991, recebeu o título de Jardim Botânico da Amazônia, na categoria C, definitivo, com base nas Resoluções 266, de 03 de agosto de 2000 e 339, de 25 de setembro de 2003, do

Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Com a certificação, o espaço verde entrou na lista da Rede Brasileira de Jardins botânicos que integra a *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI).

Em entrevista com um dos arquitetos, e também museólogo, que já foi gestor do parque zoobotânico, em dois períodos distintos - (sendo o primeiro em 1998 e o segundo não recorda o período). O ex-gestor, ao tratar sobre os programas, projetos e ações do MPEG/PZB, menciona as obras de revitalização no parque, conforme relato:

Olha, na época em que eu estive aqui nas duas oportunidades, a gente elaborou alguns projetos e conseguimos recursos externos para dar uma remodelação aqui no parque, em 1988 e, que agora em 2018, completa 30 anos, então eu escrevo um artigo sobre a reforma, a importância que ela teve naquela altura para mudar os rumos do parque. De lá pra cá foram feitas obras menores, específicas, acho que aquela foi a que eu mais pude vivenciar aqui, nesses 36 anos. Teve reforma da Rocinha, um pouco mais recente, reformou-se também a construção de um novo banheiro público, mas coisas muito esporádicas assim, não com aquele sentido de reorganizar a distribuição dos animais em cativeiro, de reorganizar os circuitos de visitação, isso não foi feito (Arquiteto e Museólogo. 36 anos. Gestor 3, MPEG/PZB (1998-). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Na entrevista concedida à jornalista Jamille Reis, para o jornal O Liberal, a Diretora do Museu Goeldi, Ana Luisa Albernaz, bióloga e pesquisadora da instituição há 16 anos, ao falar sobre os desafios inerentes à sua gestão para o quadriênio (2018-2022), fala sobre a burocracia no que tange à manutenção dos espaços físicos e das obras de revitalização do parque e os entraves burocráticos para o bom desempenho da gestão, tais como:

Existem também outros entraves, parte deles burocráticos, que tornam o trabalho institucional mais difícil. A manutenção das edificações históricas, por exemplo, requer uma série de cuidados. Qualquer intervenção no Parque Zoobotânico, que é tombado, requer negociação com vários órgãos. Também tem a regulamentação da Lei da Biodiversidade, que exige um enorme esforço institucional ao requerer o cadastramento da pesquisa em um sistema de registros extenso e pouco funcional, e cuja falta ou atraso acarreta em risco de multas (REIS, 2018).

Vários espaços no parque zoobotânico integram o projeto paisagístico mencionado acima. De acordo com a nota de esclarecimento que trata das obras de revitalização do MPEG/PZB, publicada no site institucional em 11 de fevereiro de 2019, o Centro de Exposições Eduardo Galvão, que está sendo revitalizado receberá o nome em homenagem ao antropólogo Eduardo Enéas Gonçalves Galvão (1921-1976) que é referência nos estudos sobre populações indígenas na Amazônia. Com cerca de 1500 metros quadrados, divididos em dois pavimentos, funcionará como local para exposições com mostras das coleções científicas da instituição. A obra conta com o acompanhamento

da Superintendência Regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), já que o parque zoobotânico é um bem tombado (MPEG-Goeldi, s.d.).

O ex-gestor do parque zoobotânico, comenta ainda sobre as obras de revitalização inerentes às ações da gestão do MPEG/PZB, da seguinte forma:

Agora nós temos, por exemplo, o projeto feito por um paisagista, pago pela Companhia Vale do Rio Doce para se ter ele como nosso plano diretor, no entanto, esse projeto tem sete ou mais anos aqui dentro da casa e nunca houve uma discussão maior, mais técnica, como por exemplo, consulta ao IPHAN sobre a possibilidade de implementar ou não o que está dentro desse projeto paisagístico e as pessoas não tem ele como sendo uma espécie de plano diretor. Se assim fosse, tudo o que a gente ia fazendo aqui, tava olhando pra lá. Vou dar um exemplo, esse projeto paisagístico não prevê nada no lugar daquele espaço raízes que lá está. Aquele Espaço Raízes é uma construção de quase trinta anos, tá caindo aos pedaços, não tem mais condições de ficar de pé e, portanto, se fossemos seguir o que diz o paisagista, era pra ser retirado aquilo de lá, e simplesmente o museu tá querendo reinvestir, aplicar recursos ali pra criar um espaço de educação ali no centro do parque e reaproveitar aquele espaço, que sinceramente, ao meu ver, com esse plano diretor considerando o trabalho do Jassel que é um paisagista, essa reforma não tem nada a ver (Arquiteto e Museólogo. 36 anos. Gestor 3, MPEG/PZB (1998-). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Porém ainda, de acordo com a nota de esclarecimento publicada no site do Museu Goeldi, o Espaço Raízes é uma das áreas que compõe as obras de revitalização do parque zoobotânico. O espaço possui 235 metros quadrados de área construída, a reforma prevê a substituição das estruturas de madeira, esquadrias e telhas. O projeto arquitetônico é de Sandoval Ferreira. Com a conclusão da obra, provisionada em 240.000,00, o espaço será destinado para atividades educativas (informações obtidas em: www.museu-goeldi.br).

Fotografia 31- Espaço Raízes MPEG/PZB



Fonte: Cardoso (2018)

No que concerne aos aspectos socioambientais e ao uso público do parque

zoobotânico, os gestores e educadores ambientais que atuam no MPEG/PZB demonstraram, em suas falas, possuir uma visão um pouco mais ampliada, para além do senso comum. Isso demonstra que o capital intelectual acumulado está diretamente interligado à área de formação e/ou atuação desses agentes que, em sua maioria, tiveram a possibilidade de acessar conhecimentos específicos em sua formação profissional. Suas falas buscaram explicitar uma diversidade de aspectos, dentre estes o significado de espaço público, a importância da preservação desses espaços verdes na cidade.

A importância do nosso parque, enquanto parque zoobotânico, pra mim, ele tem um valor quanto patrimônio histórico, ele tem um valor cultural, educativo porque é um parque que tem mais de 122 anos de idade, ele foi um parque na verdade criado, ele foi construído, né, então, pra mim, ele tem um valor do ponto de vista histórico, ecológico, né, extremamente ecológico. Hoje mesmo, nas discussões que a gente tem dentro do parque, a gente sabe que há um resfriamento quando você entra dentro desse parque. Agora, ele está vulnerável, ele está extremamente vulnerável pelo planejamento urbanístico, pela poluição sonora que a cidade está também envolvida (Bel. Em Libras, Museóloga, Gestor 1, 22 anos (Setor de Educação — MPEG/PZB). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Importância desse espaço verde é muito grande, enquanto última reserva, embora aqui não seja uma reserva, seja um jardim plantado e replantado ao longo do tempo, mas é um espaço de referência, primeiro da sociedade paraense, a importância enquanto espaço verde, no sentido da melhoria do ambiente no entorno e, principalmente, como opção de lazer pra população por tá no centro da cidade e a facilidade de acesso (Arquiteto e Museólogo. 36 anos. Gestor 3 (1998-.MPEG/PZB). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Muito importante, porque ele é um patrimônio nosso né, ele resguarda nossas memórias, né ele também ensina sobre a biodiversidade, sobre a fauna e flora da região faz com que as crianças desde pequena já sintam esse sentimento de preservação, né e se apropriem porque no futuro elas vão ser as cuidadoras desse espaço (Turismóloga. Artesã. Sócia proprietária do Café, 6 meses. Pesquisa de campo. Belém, setembro, 2018).

As funções que os espaços públicos verdes disponibilizam nas cidades beneficiam ambiental e socialmente a população urbana, por meio da amenização das ilhas de calor, pela filtragem do ar, água, vento e poluição sonora; estabilização do microclima (TRATALOS *et al.*, 2007), formação de um meio ambiente natural que influencia na saúde mental e na redução do *stress* (CHIESURA, 2004) e, ainda, de espaço para a promoção da saúde física e bem-estar das pessoas (SILVA; EGLER, 2003). Todos esses benefícios ambientais e sociais creditados aos espaços públicos verdes urbanos relacionam-se às análises de sustentabilidade nas cidades.

Os processos de gestão pública implementados nos espaços públicos verdes urbanos, por meio das diretrizes norteadoras das políticas públicas urbana e de meio

ambiente, visam institucionalizar os EPVUs, criando categorias, classificações que normatizam esses espaços. Neste sentido, ao serem questionados se as políticas públicas destinadas aos jardins botânicos oferecem mecanismos para que o gestor busque atender às demandas dos usuários, as narrativas se direcionam para a falta de uma articulação entre as políticas públicas, o plano de manejo e regimentos internos, a falta de recursos financeiros para atender às demandas do parque zoobotânico e a necessidade da sociedade estar mais envolvida nas discussões inerentes à cidade.

A gente sabe que existe uma rede dos jardins botânicos, essa rede, um dos objetivos dela é ampliar a questão dos parques dentro dos espaços urbanos, também desenvolver ações de educação ambiental e também trabalhar com alguns critérios que estabelecem a vulnerabilidade desse parque, mas também, que estabelece a “saúde” desse parque, isso dentro da discussão da rede de jardins botânicos. Mas por um outro lado, eu percebo assim, o que que a gente pode fazer, no momento que a gente tá vivendo dentro da cidade de Belém?, aonde eu acho que precisa ter uma articulação muito maior do nosso plano diretor da cidade com esses espaços, eu não tô vendo uma articulação nesse sentido, né, o que a gente percebe é que você tem essas instituições que vão de uma certa forma dialogar com a legislação e que vão fazer um trabalho mais de fiscalização, né, no entanto, eu penso que ainda existe um distanciamento com a sociedade, é necessário a sociedade estar mais envolvida nessas discussões, eu vejo mesmo com algumas ações que a gente faz de educação ambiental, por exemplo, eu percebo que as pessoas ainda estão muito atrás da onça que veio pra cá, e não tão fazendo uma referência ou uma relação com a questão da proteção ambiental, entendeu, então, eu penso que a gente precisa discutir isso dentro do âmbito de uma gestão, de uma gestão política, de uma gestão participativa que possa envolver atores como nós que estamos dentro de um espaço verde né, que é um espaço histórico, que tem seu valor cultural turístico e ambiental (Bel. Em Libras, Museóloga, Gestor 1, 22 anos (Setor de Educação – MPEG/PZB). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

No trecho da entrevista acima, há questões importantes apontadas pela entrevistada. Uma diz respeito à invisibilidade da floresta pelos visitantes que vão aos parques e jardins em busca de “ver os animais”. Mas, por que isso acontece? Será porque as atividades de educação ambiental desenvolvidas para os visitantes nos jardins não estão voltadas para a importância da floresta, tanto para as pessoas quanto para os animais, pois eles também necessitam da floresta para sobreviver harmoniosamente no seu habitat? Então, se isso está acontecendo, é reflexo de que o jardim botânico está deixando de cumprir o seu “papel” no que concerne à divulgação e valorização das questões relacionadas às plantas, às coleções das espécies botânicas, ao banco de sementes, à importância das árvores centenárias que guardam a história da Amazônia, numa perspectiva de cidade sustentável, como preconiza o Estatuto da Cidade e o próprio plano diretor urbano do município de Belém.

Não se deve generalizar, mas, o que se percebe é que a maioria das pessoas não reconhecem o valor de uma árvore para o ser humano e para os animais, principalmente como importante “tecnologia natural” para a captura de dióxido de carbono na atmosfera, gás que contribui para o aumento do efeito estufa, extremamente prejudicial para a saúde das pessoas e para os animais. É como se as árvores servissem apenas para a “suavização” da paisagem, para compor o cenário urbano.

Outra questão importante apontada pela entrevistada diz respeito a esse distanciamento da sociedade em relação à elaboração das políticas públicas inerentes ao planejamento urbano, à gestão da cidade de Belém e à proteção do meio ambiente. Isto ocorre porque não há uma estratégia pensada pela gestão municipal, no sentido de abrir espaços democráticos em arenas públicas que favoreçam a participação cidadã, envolver e/ou aproximar a sociedade para o debate sobre a gestão. Também não há instâncias de participação social da sociedade civil organizada cobrando as ações da gestão municipal num projeto de cidade sustentável, como já foi mostrado anteriormente, por exemplo, no que tange a atuação do CONSEMMA. Esta visão também pode ser ratificada no seguinte relato:

No papel, as políticas, tá tudo escrito, porque eu acho que de um lado a população não cobra, de um lado os vereadores não estão cobrando a prefeitura. A prefeitura, nos seus diversos órgãos, não tem planos que sejam compreensíveis pela população e também a população não monitora a prefeitura né, controle social, então, eu acho que tudo isso está meio solto, você não tem as organizações da sociedade civil mais em cima desses processos, porque elas são pouquíssimas, além do Peabiru, tem mais duas ou três, e mal dão conta de pequenas agendas que ela consegue trabalhar devem depender de recursos, então, só com organizações locais. Um tecido social mais fortalecido e mais presente e aí cobrando e o gestor sendo obrigado a se posicionar. Acho que a pressão da sociedade civil é nula. Tá faltando uma pressão estruturada, organizada, honesta, não relacionada a um movimento político, uma coisa consistente (Captador de Recursos, 15 anos. Representante ONG. Pesquisa de campo. Belém, julho, 2018).

Em relação à participação da comunidade do entorno na gestão do MPEG/PZB, observa-se nos relatos dos entrevistados que não há participação nos programas, projetos e ações do espaço verde.

A gestão do jardim botânico, totalmente fechada. É fechada porque não tem nenhum mecanismo que dialogue com a sociedade, na gestão do jardim botânico aqui, em particular, não tem nenhum mecanismo formal, o que existe é um ou outro. Por exemplo, o gestor de flora chamar um professor da Embrapa, um professor da FCAP pedir uma orientação, ainda é desta forma, mas não tem aqui um conselho funcionando aqui com representantes desses outros órgãos que são parceiros do museu como um todo e poderiam tá dando contribuições mais formais à gestão desse parque, isso não ocorre, não existe

um conselho, que eu saiba não existe nenhum conselho do parque zoobotânico envolvendo profissionais das outras instituições aqui da terra que tem o que oferecer ao museu, como ofereceram ao longo do tempo sempre na amizade, na parceria, mas nada assim formalizado, que eu saiba (Arquiteto e Museólogo. 36 anos. Gestor 3 (1998-. Museu. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

A criação de instâncias de participação social democráticas envolve questões normativas e burocráticas, a fim de integrar os visitantes, a comunidade do entorno para criar um espaço social que contribuam para o exercício da cidadania, ampliando esse debate, juntamente com os agentes que congregam a gestão do espaço verde.

O que há, de fato, é a abertura do parque para a comunidade em programas, projetos e ações desenvolvidas pelo setor de educação.

Estamos abertos a receber o que vem de demanda da sociedade e nos abrimos pra isso. A gente tem tentado de algum tempo pra cá fazer com que o Museu seja mais receptivo não na área do parque, mas nas áreas da pesquisa, porque nós como museu história natural, além do parque, nós temos coleções não só botânica, nós temos coleções zoológicas, de ciências humanas, de arqueologia e a gente tenta dar mais visibilidade pra essas condições pra população em geral. Então, enquanto jardim botânico, área física, ele tá totalmente aberto à sociedade, aberto à visitação, à receber as escolas, enfim, é totalmente aberto, mas na questão das coleções científicas como museu história natural a gente ainda tem muitas limitações de abertura pra sociedade dessas produções (Geóloga, Gestora 2 (2014/2019) (Comunicação e Extensão — MPEG/PZB, 8 anos). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Das atividades de educação ambiental, destaca-se o Acolhimento de Escolas e o Clube do Pesquisador Mirim (fotografia 26), projeto pedagógico desenvolvido há mais de treze anos pelo Serviço de Educação (MPEG/PZB) e que aborda temas científicos com crianças e adolescentes. Inicialmente, o Clube do Pesquisador Mirim era organizado em turmas com diferentes eixos temáticos, como biodiversidade, espécies ameaçadas de extinção, sustentabilidade e diversidade social, entre outras.

Fotografia 26 - a) - Acolhimento de Escola – (NUVOP – Setor de Educação do MPEG/PZB) – (à esquerda). b) - Clube do Pesquisador Mirim MPEG/PZB (à direita)



Fonte: Cardoso (2018)

Atualmente, o projeto visa abranger três temáticas, através do público-alvo, à saber: a) Conhecendo o Museu Goeldi (discentes 6º ano Fundamental II e 1º ano/Ensino Médio), realizado às quartas-feiras (08:30/11:30 horas); b) Museu Goeldi: casa de ciência (discentes 4º ao 7º ano, do ensino fundamental I e II) e c) Amazônia Novas Descobertas (discentes 6º ao 9º, do ensino fundamental II). Estas duas últimas temáticas são exploradas às terças, quartas e quintas-feiras, no horário de 14:00 às 17:00 horas. No decorrer dos encontros semanais, os participantes do projeto desenvolvem jogos, kits educativos, cartilhas, multimídias etc., que são apresentados na feira de ciências.

No fragmento abaixo, a entrevistada confirma que a abertura à participação social precisa estar num diálogo mais integrado entre a gestão da cidade, a gestão do parque e a sociedade.

eu percebo assim essa questão da gestão, ela passa por questões normativas, ela passa por questões de educação, ela passa por outros instrumentos e dispositivos legais que assegurem esse patrimônio, talvez isso precise tá mais transparente, no ponto de vista de uma discussão maior, né, a construção apesar das diferenças e especificidades que se tem dessas áreas, elas precisam estar num maior diálogo e isso eu não vejo, eu nunca vi ninguém dizer, vamos trabalhar assim de uma forma mais integrada. Essas áreas verdes, não sei se todas são categorizadas como jardim botânico, mas são áreas verdes em potencial, como é que elas estão sendo feitas, como é que elas estão sendo trabalhadas dentro do plano gestor do município e do Estado. Há um distanciamento na discussão da gestão da cidade de Belém com a questão dessa arborização. Mas precisa de um esforço maior da gente estar presente nisso, então, talvez a criação dos jardins botânicos, ou então, essa rede, de traçar estratégias pra que a gente chegue no plano diretor dessa cidade, não percebo onde está essa discussão maior (Bel. em Libras, Museóloga, Gestor 1, 22 anos (Setor de Educação — MPEG/PZB). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

A preocupação de cuidar dos problemas que são inerentes à sociedade caracteriza o exercício de se pensar em política, portanto, a participação ou não no processo político contribui para nossa responsabilidade pelas decisões em escala macro, bem como pelas ações em escala micro (AZEVEDO *et al.*, 2013, p. 20).

Como já mencionado anteriormente, a Câmara Técnica de Arborização Urbana do município de Belém foi apenas criada e está sem atuação. Também se observa que ainda está apenas na “ideia” a proposição da criação de uma Câmara Técnica das Unidades de Conservação, instância de participação social que poderia demandar as agendas da sociedade, a fim de tratar dos problemas inerentes aos espaços verdes no âmbito municipal.

Ao serem questionados sobre as políticas públicas que regulam o MPEG/PZB, observa-se nas falas que foram documentos elaborados por técnicos, sem a participação

social.

A gente tem um regimento interno do museu, o serviço do parque zoobotânico que é o órgão que faz o gerenciamento do parque, a gente tem plano de manejo do parque né porque nós como zoológico e botânico a gente tem a nossa prestação de contas pro IBAMA né, a gente tem uma licença de operação pra funcionar como parque. Nós não somos considerados como uma Unidade de Conservação, a gente funciona como uma UC, mas nós não somos enquadrados em nenhuma categoria do SNUC. O regimento interno foi feito basicamente internamente, né, é um instrumento que é ligado ao Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, porque nós somos uma unidade do Ministério, nós estamos sob a gestão federal. O plano de manejo, ele foi uma discussão entre pesquisadores da instituição, órgãos não governamentais, parceiros de pesquisa, funcionários, educadores, enfim, foi um movimento, aí a última versão foi em 2012, ele está contido na área estratégica de comunicação e educação do Museu Goeldi. (Geóloga, Gestora 2 (2014/2019) (Comunicação e Extensão — MPEG/PZB, 8 anos). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Possui plano de manejo e o regime interno é o geral da Instituição que é distribuído pra cada uma de suas áreas porque o jardim botânico aqui está vinculado a outras coisas dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia, que é um dos únicos jardins no Brasil. Foi feito por duas etapas, né, um foi feito em 2002, só o manejo silvicultural, é só o manejo das árvores, das plantas em si, não é só um inventário, passa a ser o manejo dessa coleção para garantir a conservação. Foi feito um plano diretor paisagístico. Porém, após a realização desse trabalho não foi feito um plano de manejo específico, como era o primeiro. O de 2002 foi um pesquisador da EMBRAPA que fez gratuitamente, ele fez voluntariamente. Já esse outro, que é o Plano Paisagístico do Parque. ele já foi contratado uma consultoria (Engº Agrônomo, 15 anos. Coordenador do Setor de Flora, Museu. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Eu não conheço as políticas públicas, se elas existem, onde é que elas estão, mas é, o exemplo aqui do parque me faz crer que nem sempre o usuário é o beneficiário dessas ações que são propostas. A instituição tem um viés muito burocrático, e, mais burocrático do que por resultados. O Parque Zoobotânico do Museu Goeldi tem uma série de ordens internas que o regulamentam e que definem uma série de situações com relação ao parque, mas acredito eu que espaço da flora ainda tem um espaço de ação pra ser desenvolvido. O grande conflito de não ser só um jardim botânico, aqui é um jardim zoológico, por sinal, o zoológico mais antigo do Brasil, também tem um aquário, mais antigo do Brasil, e além disso, tem espaços expositivos também, então já não é uma coisa simples onde a prioridade seria só a flora se fosse só jardim botânico, mas aqui há que haver um equilíbrio entre essas vertentes de interesse que tem aqui no parque, né (Arquiteto e Museólogo. 36 anos. Gestor 3 (1998-. Museu. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Esses depoimentos refletem que à medida que a cidade se desenvolve cresce a necessidade de espaços verdes para o provimento do bem-estar e da melhoria da qualidade de vida. Neste cenário, o meio urbano é produto e produtor de uma crescente demanda por áreas verdes, especialmente por parques e jardins, que são lugares capazes de oferecer aos cidadãos um retorno à contemplação da natureza, além de serem espaços destinados a várias práticas sociais, como por exemplo: conservação da biodiversidade, educação ambiental, pesquisa científica, cultura, esportes, lazer e turismo, dentre outras.

Devido à sua classificação na categoria “área protegida”, questiona-se se o cercamento inviabiliza o acesso e a apropriação desse espaço público pelos usuários, criando uma espécie de “barreira social”. Observa-se, entre todos os entrevistados, que esta foi a única resposta que vê a presença dos muros como um benefício ambiental servindo como “barreira” para minimizar o ruído sonoro do tráfego de veículos, além do benefício social, no sentido de que oferece uma certa “segurança” para os animais, para a floresta e para os visitantes, de acordo com estudo de um pesquisador do MPEG.

Olha, sem dúvida alguma se você tem uma barreira social é uma forma de preservar nossos espaços, infelizmente, com a nossa cultura, esses espaços precisam ser preservados com grades ou com muros. Com grades e muros, a gente já tem muito problema de intrusão, de tentativa de assalto, de roubo aqui dentro do parque, imagina sem ele na nossa sociedade, não deixa de ser uma forma de deixar as pessoas fora, eu não consigo ver o patrimônio como o do Museu aberto como é, por exemplo, da Praça Batista Campos, totalmente aberto, eu não consigo visualizar nem nesta, nem em qualquer outra sociedade do jeito que a nossa se organiza que isso venha a ser feito. Portanto, um ruído, a presença do muro facilita, no sentido de que não permite que grande parte desses sons desagradáveis invadam muito o parque, né, principalmente, na Alcindo Cacela, Gentil e 9 de Janeiro. Na Magalhães Barata é tudo de grade, portanto, invade bastante, acabei de fazer um trabalho aqui mostrando com os alunos que a invasão de ruído pela Magalhães Barata é muito grande. Então, é importante nesse aspecto, faz diferença sim (Arquiteto e Museólogo. 36 anos. Gestor 3 (1998-. Museu. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Para nortear o planejamento e a gestão dos programas, projetos e ações que são desenvolvidos pelo MPEG/PZB, observa-se, que os problemas financeiros que ocorreram na administração passada, ainda persistem na gestão atual, assim como, o gerenciamento de tais recursos pelo MCTIC, principal responsável pela execução orçamentária, conforme demonstrado na entrevista.

O ingresso é R\$ 3,00, depois é feita uma GRU e depositado na conta geral da união, gente não fica com nada. O dinheiro do ingresso ele entra no nosso orçamento todo ano. A gente diz pro MCTIC baseado no ano anterior quanto a gente vai arrecadar de recursos próprios, aí vem a rubrica de recursos próprios. Se a gente diz que vai arrecadar 400 mil, que é esse financeiro da arrecadação que vai pra lá, então é a dotação orçamentária do governo federal, a gente não tem, não é um dinheiro a mais, a gente já diz que a gente vai arrecadar isso (Geóloga, Gestora 2 (2014/2019) (Comunicação e Extensão - MPEG/PZB, 8 anos). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Eu cito o exemplo, o Museu sempre buscou alternativas para internalizar recursos outros, que não sejam recursos do orçamento. Tivemos aqui uma Associação de Amigos, tivemos aqui em outro tempo uma Sociedade Zeladora e agora temos aqui uma parceria com uma ONG terceirizada que tá tentando fazer essas coisas, são saídas que se busca para o problema básico que é internalizar recurso e, olha, poucas instituições teriam condições de internalizar recursos aqui, de captar recursos como o Museu pelo nome que tem, pela seriedade, pela condição do seu trabalho, mas a gente não consegue

internalizar esse recurso pela burocracia e depois por essa condição de que o Museu se encontra como dependente de uma autarquia, dependente do governo federal (Arquiteto e Museólogo. 36 anos. Gestor 3 (1998-. Museu. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

A ONG a que se refere o entrevistado é o Instituto Peabiru, que já é parceiro do Museu desde 2011, e, atualmente, faz a captação de recursos para os programas, projetos e ações que o MPEG/PZB desenvolve, através do Programa ProGOELDI.

O Peabiru já tinha contribuído com o parque especificamente porque havia a Sociedade Zeladora do Emilio Goeldi, em 2011/2012. A gente contribuiu para o encerramento das atividades, conseguimos doações para o acervo sustentável, enfim, e tínhamos um histórico também de pesquisa junto ao Museu. Descobrimos juntos tipo de vegetação, mata Amazônia atlântica, trabalhado com várias temáticas. Aí, o Museu nos convidou lá atrás, antes mesmo de vir pra Belém. Há 15 anos atrás, teve uma preparação em que a Regina Oliveira tava diante que era pensar “como seria o Museu daqui há 20 anos”. Foi lá em 1999/2000, e eu tinha participado, então tinha uma relação positiva com o Museu (Captador de Recursos, 35 anos. Representante ONG. Pesquisa de campo. Belém, julho, 2018).

O ex-gestor relata que a administração vem buscando alternativas para conseguir recursos financeiros para executar os programas, projetos e ações. Essa dificuldade orçamentária ocorre pela estrutura organizacional a que está submetido o parque zoológico, vinculado a uma autarquia federal.

não dá como aumentar o orçamento, porque se aumentar o orçamento aqui o governo tira, então, se eu for mais competente e conseguir aumentar os recursos da bilheteria esse recurso todo não vai ser internalizado aqui. O governo federal vai dizer não, mas vocês só têm orçamento pra quinhentos, se vocês arrecadarem um milhão eu deixo de mandar os quinhentos, então, é mais ou menos assim. Quem se sente incentivado para fazer essas coisas? Por outro lado, você observa os outros espaços que são concorrentes hoje ao Parque Zoológico do Museu Goeldi enquanto alternativa de lazer, alternativa de turismo, que foram criados no âmbito do estado, aí tem o Mangal das Garças, tem agora o Parque do Utinga, que é o mais recente concorrente com o Parque Zoológico, tem o Parque da Residência aqui ao lado, tem a Estação das Docas, são todos espaços públicos que foram criados como organização social. Eu não tenho nada a ver com o partido que tá por trás, ou não, eu sei que isso é uma forma de gestão, que é uma gestão que tem mostrado sim resultados de eficiência, você vê que as coisas tão todas nos lugares, todas funcionando, há recursos pra segurança, há recursos. Tem um custo, tem um custo, mas há mobilidade (Arquiteto e Museólogo. 36 anos. Gestor 3 (1998-. Museu. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

No que concerne aos principais entraves para o funcionamento da gestão, a Diretora do Museu Goeldi destaca na entrevista a sua preocupação com os recursos humanos e orçamentários.

As duas maiores dificuldades são os recursos humanos e o orçamento. O quadro de servidores está cada vez menor e não se faz uma instituição sem pessoal qualificado e dedicado. Quanto ao orçamento, além de insuficiente para atender todas as necessidades, é pouco previsível. É difícil ter certeza do montante que estará disponível no ano seguinte ou daqui a dois, três anos. Para 2019, nos foi indicado que teremos um orçamento similar ao deste ano, em torno de R\$ 15,4 milhões. E mesmo que seja mantido esse valor, há a necessidade de priorizar os gastos e algumas necessidades ainda ficarão desatendidas” (REIS, 2018).

Uma das alternativas encontradas pela gestão para captar recursos foi através da ONG Peabiru, como já mencionado. Através de um Termo de Parceria com validade de cinco anos, o museu vem buscando realizar ações que minimizem os problemas de infraestrutura física e demais demandas de projetos do parque zoobotânico através da entrega de produtos e serviços, conforme relato:

O Museu querendo comemorar seus 150 anos que ocorreu (sic) em 2016, né convidou o Peabiru para integrar esse sonho. O Peabiru propôs, olha a gente não é uma associação de amigos do Museu, mas pode fazer esse papel por um período, a gente espera que um dos produtos, um dia, não sabemos quando, depende muito da sociedade belenense, paraense (risos) não tanto do Peabiru, queira ter uma Associação dos Amigos do Museu como ocorre com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com o Melo Leitão, enfim, com vários outros bens, não só com jardins botânicos, mas também, com bens culturais, muito comum né, os órgãos terem associação dos amigos. Bom, é, (silêncio) aí pensamos em um convênio onde Museu não põe dinheiro no Peabiru e nem o Peabiru põe dinheiro no Museu. Ele entrega produtos, serviços, entrega por exemplo, como conseguiu a tinta para a pintura externa do Museu e das edificações históricas. Se fosse pagar a preço de mercado, iria custar cerca de 150 mil reais, então, a Akinobel — tintas Coral deu, fez uma doação. O governo do Estado apoiou com os reeducandos, que são aquelas pessoas que saem do sistema prisional da SUSIPE, com essa mão de obra, então, esse convênio o Peabiru possibilitou. Então, são sempre ações que complementaram as ações do Museu em si, né. Então, essas ações elas não resolvem os problemas do Museu, mesmo porque, não há uma cultura de doação no Pará (Captador de Recursos, 35 anos. Representante ONG. Pesquisa de campo. Belém, julho, 2018).

Em 2012, foi lançado o ProGOELDI - Programa de Revitalização do Museu Paraense Emilio Goeldi – Parque Zoobotânico, através do Instituto Peabiru, uma organização da sociedade civil que atua há mais de 20 anos em Belém. O ProGOELDI tinha como objetivo principal revitalizar alguns espaços do parque zoobotânico devido ao desgaste natural e prepará-lo para os 150 anos do Museu Paraense Emilio Goeldi, que ocorreu em outubro de 2016.

A partir do termo de parceria firmado entre os entes, a ONG foi em busca de captar recursos para atender às demandas do MPEG/PZB, entretanto, enfrentou dificuldades apesar de ter conquistado alguns avanços desde o início das atividades.

Em 2015, primeiro ano, foi de elaboração de projetos, prioridades, nessas visitas fizemos café da manhã chamando empresários, São exemplos pioneiros de uma mudança de cultura, que é uma das coisas que a gente tem insistido com o Museu. Eu trabalho com captação de recursos já há 35 anos e diria que conseguir recursos com o meio empresarial paraense, não tô falando das multinacionais que estão aqui, com as grandes empresas que estão aqui, mas com o meio genuinamente paraense, é muito difícil, não há essa cultura de doação. Nós tentamos inicialmente né, a primeira etapa da nossa campanha ProGoeldi a partir desse convênio, que a gente assinou Termo de Parceria de cinco anos. A gente imaginou que primeiro a gente teria obrigação de acessar a comunidade paraense, seria empresários, pessoas físicas. Fizemos duas campanhas com pessoas físicas, *crow partner* não tivemos sucesso. Uma arrecadou 7 mil reais e a outra 2 mil e pouco, basicamente. No caso do empresariado local, no sentido Pará, não tivemos sucesso. Em relação à contrapartida, olha é muito variável, na verdade nosso esforço desde o início foi montar projetos atraentes, eles se originam na demanda do Museu não é nossa. Então, houve um esforço e ainda há do Peabiru em montar projetos investimento de mão-de-obra, que a gente fez gratuito, voluntário, né como ONG, né, a gente nem sabe quanto já investiu (risos), mas foi de tempo, nosso e de um colega apoiador, Osvaldo Bralia, que com seu tempo montamos esse projeto. Quase todos os projetos, (pausa) tem benefícios de contrapartida. Alguns é uma placa, tudo dentro das normas de ser um lugar tombado, de ser um Museu, enfim, de não agredir (Captador de Recursos, 35 anos. Representante ONG. Pesquisa de campo. Belém, julho, 2018).

Também houve avanços na captação de recursos por meio de editais. Alguns recursos foram aprovados, conforme o trecho a seguir.

No caso, fomos duas vezes contemplados [no] edital do Banco da Amazônia, que é difícil, conseguimos dar pequenos suportes, resolver os problemas de um trapiche, complementar uma ação em relação aos muros, pinturas, reparos, mas grande volume não houve. Ganhamos um edital da Celpa também, novamente, mérito do Museu e Peabiru. Esse resultado está para ser implementado, que é para completar as questões do aquário. O Museu abriu o aquário, tava fechado há 15 anos, o mais antigo aquário público do Brasil e infelizmente, ficou fechado muito tempo. Também houve problemas na obra, teve que trocar, houve um insucesso lá que não tem nada a ver com a gestão, assim, né e mais, mesmo ele estando aberto, ele precisa de complemento, área de apoio, precisa de organização, sinalização, enfim, vários complementos (Captador de Recursos, 35 anos. Representante ONG. Pesquisa de campo. Belém, julho, 2018).

Outra estratégia usada pela gestão do MPEG, com objetivo de minimizar o problema orçamentário, aconteceu em 04 de setembro de 2017, quando o Diretor do Museu Paraense Emilio Goeldi, Nilson Gabas Júnior, publicou uma carta aberta à sociedade belenense, paraense, brasileira e mundial revelando as dificuldades financeiras pelas quais a instituição passava naquele momento, devido ao corte orçamentário executado pelo governo federal, contribuindo inclusive para a ameaça de fechamento definitivo do parque zoológico à visitação pública, bem como da Estação Científica Ferreira Penna, localizada no Complexo do Marajó, caso não fosse revertido o quadro

orçamentário negativo que se caracterizava pela falta de recursos financeiros para a manutenção do parque e da estação de pesquisa científica. Como resultado, políticos, artistas, músicos, a imprensa, enfim, todos se mobilizaram numa campanha intitulada “Abraço ao Museu” para gerar fundos para o Museu não fechar as portas para a sociedade. Essa iniciativa foi positiva como pode ser observada no relato.

As campanhas que a gente fez de camisetas foram ridículas em termo de resultados. Foram ótimas campanhas, todo mundo soube que houve, mas não aconteceu na prática. Eu acho que isso é um problema da sociedade, entender que isso é importante, da gestão também priorizar que precisa trabalhar isso e que o resultado não será imediato. Quando o diretor do Museu foi ao ar dizer que o Museu ia fechar porque não teria recursos, né, para pagar coisas básicas, despesas correntes externas, energia, água, até o Presidente da República se sensibilizou (risos), eu recebi junto com o Gabas né, eu vi, porque eu tava na hora que o Presidente respondeu pra ele, ou seja, a sociedade pressionou, a imprensa pressionou, o setor político de maneira geral se mobilizou, respondeu, de maneira geral o abraço, a população respondeu abraçando, mas a gestão conseguiu fechar o orçamento desse ano até com mais recursos do que previsto, vai conseguir inclusive concluir uma obra importantíssima que é o Centro Eduardo Galvão que estava parada há anos por falta de recursos da União né. Mas, do lado da comunidade, o próprio funcionário e o prestador de serviço está do lado da comunidade. Mas a comunidade paraense não entendeu que não é o Goeldi, museu, jardins botânicos, praças, são bens públicos sim, mas a população também pode fazer a sua parte (Captador de Recursos, 35 anos. Representante ONG. Pesquisa de campo. Belém, julho, 2018).

Conforme entrevista com atual Diretora do Museu, o Centro de Exposições Eduardo Galvão será aberto para visitação no segundo semestre de 2019, como já informado anteriormente. O ProGOELDI — Programa de Revitalização do Museu Paraense Emilio Goeldi, através do Instituto Peabiru, revitalizou alguns espaços do parque para prepará-lo para os 150 anos e essa parceria será estendida até os 155 anos da instituição.

A gente viu que mesmo tendo, tô falando de uma maneira geral, mesmo tendo benefícios bem maiores, proporcionais as doações, poucas empresas se interessaram. As únicas empresas que se interessaram foram a Imillis, que fez uma pequena doação, mas, viabilizou reabrir a livraria do Museu e inicialmente, o próprio Peabiru diretamente, através de estagiário manteve ela aberta. Hoje tem parceiros do Peabiru, inclusive, ampliou-se esse serviço além de livraria, artesanato, de objetos não só a nível de museu, ampliou-se pra um café né, então esse é um serviço, vamos chamar assim que o usuário do parque zoobotânico tem que não tinha, estava parado, né. (Captador de Recursos, 35 anos. Representante ONG. Pesquisa de campo. Belém, julho, 2018).

Dentre os espaços revitalizados através do ProGOELDI, tem-se a abertura do espaço Café Museu e loja de artesanato (fotografia 27), inaugurado em abril de 2018. Na entrevista com a sócia-proprietária do espaço, ao ser questionada sobre quais fatores a levam a realizar/oferecer serviços no jardim botânico, as assertivas se direcionaram para

o emprego e a renda, mas também se direcionam para a importância de demonstrar nas peças comercializadas as temáticas das pesquisas realizadas pelo museu.

Os fatores eu acho assim a gente tem um papel importante de como extensão é também extensão da comunicação, né, porque assim como o museu é responsável por realizar as pesquisas a gente também sente uma importância de que essas pesquisas cheguem até a população nada melhor do que ser através do artesanato, né, todo artesanato que vende aqui na loja ele é inspirado nas áreas de pesquisa aqui do Museu, então ele vem com essas informações agregadas, a pesquisa passa de forma indireta pro cliente, então ele passa também a perceber esse valor por meio do artesanato. Aqui temos principalmente a área de botânica, de arqueologia, zoologia, por exemplo, eu tenho produtos de peixe, eu tenho produtos de artes rupestres da Amazônia pra área de arqueologia, eu tenho produtos voltados pra área de botânica, fauna, a questão da flora que tem aqui no parque representada aqui nos produtos, dos peixes temos também produtos com as escamas, os trançados dos acessórios são de fibras locais também, das palmeiras, do miriti, por exemplo (Turismóloga. Artesã. Sócia proprietária do Café, 6 meses. Pesquisa de campo. Belém, setembro, 2018).

Tudo que vende na loja, o aluguel que nós pagamos aqui ele vai pra revitalização do parque zoológico, via Instituto Peabiru e esse valor depois ele é repassado para o museu em forma de revitalização do parque, né, tanto do café, quanto da loja de artesanato. Tudo que entra aqui na loja a gente procura praticar o comércio justo aqui, é um percentual mínimo de 30% que é só pra manter mesmo o aluguel, então é um percentual mínimo e o valor do artesanato ele é mantido. Ele recebe esse valor uma vez por mês, então essas comunidades tradicionais elas mandam o trabalho delas e elas recebem por esses produtos cem por cento. Aqui na loja a gente eh, são quase trinta artistas, e esses trinta artistas são distribuídos em artesanatos independentes, tem comunidades tradicionais, por exemplo, de Soure, Marajó, Santarém, Castanhal também, a gente tem cinco etnias indígenas (Canaa Kayapó, Kaapó, Ianomami e tem também mais uma que eu não tô lembrando. Tem também a questão dos *designs* locais, os *designs* se inspiram nessa biodiversidade pra criar também e os ilustradores também, os ilustradores trabalham com alguns com éteres, mas sempre inspirados, você vai ver aqui nos trabalhos com pássaros, com as folhagens locais feitas em aquarelas, os pássaros também representados em quadros (Turismóloga. Artesã. Sócia proprietária do Café, 6 meses. Pesquisa de campo. Belém, setembro, 2018).

Fotografia 27- Espaço Café do Museu – MPEG/PZB



Fonte: Cardoso (2018)

No que concerne à relação com a gestão do espaço verde, a entrevistada a considera como boa, conforme relato.

É uma relação boa porque esse espaço ele inaugurou recente, ainda não tem 6 meses, foi final de abril e a gente tem uma relação muito boa. Existe uma curadoria aqui no museu que a gente não coloca os produtos por acaso aqui né, os produtos passam por uma curadoria pra ver se está de acordo mesmo com a pesquisa do museu, a qualidade também e eles ficam sempre também fazendo essa coordenação do espaço, se está tudo ok, a questão da manutenção predial mesmo, o externo é com eles também e é uma relação boa assim é aberta só que muitas coisas também não dependem só deles (Turismóloga. Artesã. Sócia proprietária do Café, 6 meses. Pesquisa de campo. Belém, setembro, 2018).

Também se instituiu o Conselho Curador do “Espaço Museu Goeldi 150 anos”, através da Ordem Interna nº 001/2017, de 09 de junho de 2017. Localizado no parque zoobotânico, tem a responsabilidade de planejar, coordenar e acompanhar o fornecimento, exposição e venda de produtos no referido espaço. O Conselho Curador é composto por cinco representantes do Museu Goeldi — Parque Zoobotânico e dois representantes do Instituto Peabiru. Sobre essa questão, o trecho da entrevista a seguir revela como é feito esse controle pela gestão.

A gente tem hoje o espaço que é o Café do Museu que a gente abriu recentemente que ele é uma ferramenta de comunicação por meio desse espaço, a gente quer fazer com que as pesquisas do Museu Goeldi elas tenham uma vitrine maior pro nosso público visitante. Então nesse espaço, além do café a gente tem uma livraria e uma loja. Essa loja ela tá aberta para os artesãos da cidade pra que eles se insiram tanto no parque zoobotânico quanto nas coleções científicas e nos nossos projetos de pesquisa que eles se inspirem em produtos para serem vendidos na loja. Além disso, a gente também faz a venda de produtos dos grupos que a gente trabalha com eles tanto quilombolas, quanto indígenas, quanto populações tradicionais, a gente vende esses produtos pra essa comunidade, então esse é um novo espaço que a gente abriu recentemente pra sociedade. Parte do recurso do Café ele vai pra Fundo Proambiente, a gente tem um acordo de cooperação com o Instituto Peabiru que tem dois objetivos, primeiro e arrecadar doações e gerenciar para a comemoração dos nossos 150 anos que tem validade de 5 anos, então, a gente vai comemorar os 150 até os 155 anos, então, o nosso café está dentro desse acordo de cooperação e parte de tudo que é vendido ele vai pro fundo que reveste para ações no parque, quem gerencia o recurso é o Instituto Peabiru que é o parceiro (Geóloga, Gestora 2 (2014/2019) (Comunicação e Extensão — MPEG/PZB, 8 anos). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Isso demonstra que a parceria entre a ONG e a gestão do parque zoobotânico apresentou um avanço significativo para as demandas do parque. Entretanto, de acordo com o representante da ONG, é importante e necessário que isso seja consolidado através da própria gestão, designando um profissional capacitado para exercer essa função, tendo em vista que o termo de parceria tem prazo de validade.

Recentemente, conversando com a nova diretora numa primeira reunião com ela, há uma duas semanas, e já era uma conversa que a gente já vinha tendo antes com o Peter Toledo, depois com a Ima, depois com o Gabas, mas é uma conversa que eu tenho com o Museu há mais de dez anos é que, equipamentos como esse Museu, como jardim botânico, precisam ter uma área de captação de recursos próprio, um funcionário que pensa nisso, tudo bem que tenha uma ONG, uma associação de amigos, mas isso não é suficiente e também não substitui porque tem recursos que só uma ONG tem acesso e outros só o poder público tem acesso, e tem outros que pode ser um trabalho conjunto. Então, um dos nossos objetivos é que o museu possa criar um escritório de captação próprio. Como é que começa isso? Muito simples, designa um funcionário pra essa atividade, que seja adequado pra isso, mas essa é uma batalha, digamos assim, mas conceitual que a gente acha fundamental e não elimina nossa contribuição (Captador de Recursos, 35 anos. Representante ONG. Pesquisa de campo. Belém, julho, 2018).

Além da captação de recursos financeiros, outro exemplo dessas alternativas de buscar recursos para os programas, projetos e ações do MPEG/PZB é a Associação dos Servidores do Museu Goeldi (ASCON), como exemplo recente, subsidiou os recursos financeiros para o projeto “5ª Expedição de Férias no Museu Goeldi”, voltado para o público infantil e realizado pelo Setor de Educação do MPEG/PZB. A estratégia consiste em que os recursos financeiros captados não entrem na conta única do governo federal possibilitando a viabilidade de execução do projeto.

Também há parcerias com várias instituições que atuam nos programas, projetos e ações programados pelo Setor de educação do MPEG/PZB.

O entretenimento a gente trabalha dentro do serviço de educação com uma programação de eventos né, inclusive aos finais-de-semana também, a gente sempre trabalha em parceria com uma série de apoios (risos) digamos assim ligados a parte cultural, a parte educativa dentro do parque, tem um trabalho de parceria com as universidades, tem música nas quintas-feiras no auditório que é feito pelo pessoal da UFPA. Tem a feirinha orgânica que é feita todas às terças-feiras que também é ligada a uma rede, né, então, tem esses vínculos de entretenimento né, Então, o museu ele é essa marca, esse diferencial também, né, as pessoas se sentem bem em prestar um serviço e pela visibilidade que essa instituição tem, né, é isso também a gente tenha que manter, né os poucos parceiros que a gente tem dando esse selo de fidelidade (risos) né, já que eles colocaram esse selo de fidelidade pra nós, né, em relação a eles (Bel. em Libras, Museóloga, Gestor 1, 22 anos (Setor de Educação - MPEG/PZB). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Fotografia 35- Feira Orgânica (Apoio: SUSIPE/PA)



Fonte: Cardoso (2018)

Além dessas instituições parceiras apontadas pelo Setor de Educação, há também parcerias com:

Evandro Chagas (crematório de animais, porque quando falece um animal eles não podem ser descartados de qualquer forma no meio ambiente, então eles levam pra lá, tem uma outra de cooperação técnica com o museu, porque só temos um veterinário no setor do zoológico, porque às vezes, o veterinário sai de férias e aí a grosso modo, não é que fica sem gente, tem biólogo, mas pra responder como veterinário fica sem ninguém, então nesse momento aciona-se o Evandro Chagas e eles mandam um veterinário), com a EMBRAPA (tem essa parte do banco de sementes, tem a parte de cooperação em termos de germinação, a gente manda a sementes pra lá porque é mais fácil pra eles conseguirem uma germinação de plantas que são mais difíceis, com a UFRA (temos cooperação de análise de solo, troca de material botânico) com outros jardins botânicos, então, tem várias formas de cooperação, mas nem todas elas eu acho que estão por escrito (Engº Agrônomo, 15 anos. Coordenador do Setor de Flora, Museu. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Ao questionar se a equipe de colaboradores do jardim botânico é suficiente para a execução dos programas, projetos e ações desenvolvidos pela gestão, as respostas foram unânimes em afirmar que não é.

Não, a gente tá muito aquém das nossas necessidades, por isso as nossas ações ficam mais limitadas, porque na verdade, em nenhuma das áreas a gente não tem corpo de educadores suficientes pra dar conta de tudo que poderia ser feito no parque, a gente não tem uma equipe de museologia que daria conta de toda a parte de educação museal, de museografia para o parque. A gente não tem uma equipe de flora suficiente pra dar conta de toda a questão paisagística e de jardinagem do parque, a nossa equipe é muito pequena, a gente não tem equipe de fauna suficiente — veterinários, biólogos, tratadores — suficientes pra fazer

tudo, a gente não tem pesquisadores em número suficiente pra dar conta de todos os projetos, então o nosso corpo tá muito aquém, assim como nosso orçamento tá muito aquém de suprir todas as necessidades e fazer tudo que a gente gostaria de fazer (Geóloga, Gestora 2 (2014/2019) (Comunicação e Extensão - MPEG/PZB, 8 anos). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

O número de colaboradores é insuficiente (sic), eu acho até que isso é um risco, porque se você imaginar que um parque desse tamanho tem dois jardineiros, quer dizer você trata aqui um canteiro pra melhorar um pouquinho desse canteiro vai voltar a mexer nele daqui há dois anos, se você conseguir porque um parque desse tamanho, são 5,4 hectares pra ser tratado. Mas, tem várias ações que poderiam ser feitas incorporando vários profissionais através de outros projetos, de outras parcerias e que eu não vejo isso acontecer de uma forma assim vibrante, todo esse volume de matéria orgânica que todo dia se é varrido, é coletado e é levado lá pra trás e que o nível de aproveitamento é baixíssimo em benefício do próprio parque, em benefício, por exemplo, da criação, temos esse espaço grande aqui e não tem cinco metros quadrados de horta pra alimentar esses animais aqui. Agora, temos muitos metros quadrados de lixo, muitos metros quadrados de outras coisas velhas lá pra trás e que não são utilizadas, né (Arquiteto e Museólogo. 36 anos. Gestor 3 (1998-. Museu. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Sobre essa análise, os rejeitos orgânicos poderiam ser transformados em adubo e revertidos para o uso no próprio parque ou mesmo serem doados para a população estimulando o “ócio criativo”, com a implantação de hortas ou jardins comunitários, contribuindo para um projeto de cidade sustentável.

Ao serem arguidos sobre de que maneira deve ser realizada a gestão do jardim botânico, as respostas são bastante divergentes, uns defendem a continuidade de órgão público, outros se direcionam para uma gestão compartilhada, conforme as narrativas.

Eu acho que a gente tem que continuar como órgão público, porque eu acho que os outros não funcionam. A gestão com a iniciativa privada é muito complicado, porque a iniciativa privada visa lucro, então, jamais uma cessão com a iniciativa privada a gente iria conseguir manter um ingresso de R\$ 3,00, uma meia entrada de R\$ 1,50, escolas e centros comunitários que não pagam absolutamente nada pra entrar no parque e tem acesso a tudo, né. Então parceria com a iniciativa privada é muito complicado, nós tentamos fazer isso com o aquário só que a gente teria que ter um valor diferenciado para o aquário e isso inviabilizaria nosso público principal, o público principal do parque é o público de baixa renda, o parque hoje é uma das poucas opções de lazer que a nossa população tem que pode pagar R\$ 6,00 pra entrar uma família que tenha crianças até 10 anos e cinco filhos. Como OS, da mesma forma como órgão público você vai estar subordinado a uma dotação orçamentária que vem do PPA, né, enquanto unidade de pesquisa do MCTIC, tudo bem que a OS você tem mais flexibilidade pra doações, pra receber ajuda da iniciativa privada, doações privadas e pessoais que a gente sabe que não é costume do brasileiro doar a sua herança ou sua fortuna pra alguém. Enfim, como OS seria fácil receber isso, como órgão público, a gente tem dificuldade, por isso que a gente tem uma Fundação de Amparo à Pesquisa como é o caso da FADESP e da FUNDEB, em Minas Gerais, que nos auxiliam com os projetos de pesquisa pra gerenciar os projetos e dentro desses projetos muitas vezes são com empresas parceiras como a Vale. Nesses projetos a gente consegue ter um projeto de desenvolvimento institucional e dentro disso a gente consegue manter ações

no parque, ações de educação museal, ações de educação patrimonial, enfim, né. Então, a gente ainda tem alternativa como órgão público, tem pelo menos a manutenção do salário garantido dos pesquisadores, dos educadores, pelo menos, digamos, daquele núcleo duro da instituição a gente tem a garantia de que a gente vai conseguir manter e a garantia também que a gente vai ter orçamento com o qual a gente consiga pagar nossa conta de luz, alguns serviços terceirizados, a gente consegue ter o mínimo pra instituição funcionar. Então, essa é a minha visão, principalmente, olhando o parque como uma opção de lazer, cultura e educação pra essa população que tem menos acesso (Geóloga, Gestora 2 (2014/2019) (Comunicação e Extensão — MPEG/PZB, 8 anos). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Olha, tudo que eu li no passado não agora recente, mas tudo que eu li no passado, eu sou muito favorável às organizações sociais, acho que o museu perdeu uma grande oportunidade no passado de se transformar ele, o museu como um todo, numa organização social, onde a garantia que eu acho que é a grande vantagem porque primeiro os salários seriam garantidos pelo Governo Federal, que era o garantidor do orçamento básico. Mas, as organizações sociais têm a condição de conseguir recursos, de internalizar recursos que hoje o museu não tem. Então, hoje nós temos aqui, por exemplo, um orçamento na ordem de quinhentos mil reais por ano para o parque, né. Se a gente for assim muito competitivo aqui, muito efetivo, se nós formos competentes aqui, triplicar a visitação do parque, ou seja, triplicar o número de pagantes, vender sementes de espécies que estão aqui no parque e arrecadar esse recurso todo, esse recurso vai pra Brasília e morre lá, no Governo Federal, na burocracia, isso não fica internalizado aqui. Se nós tivéssemos aqui uma organização social, nós teríamos condições de ter esse recurso aqui, internalizado aqui, teria mais agilidade pra a gente gerir esse recurso (Arquiteto e Museólogo. 36 anos. Gestor 3 (1998-. Museu. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

As divergências de opiniões entre os entrevistados são pertinentes, pois, por um lado continuar como órgão público tem suas vantagens, no sentido de que há garantias sociais para os servidores públicos, pesquisadores e continuaria a viabilizar o acesso à visitação do público de baixa renda. Por outro lado, a gestão por uma OS facilitaria a captação de recursos para desenvolver suas ações numa perspectiva de cogestão.

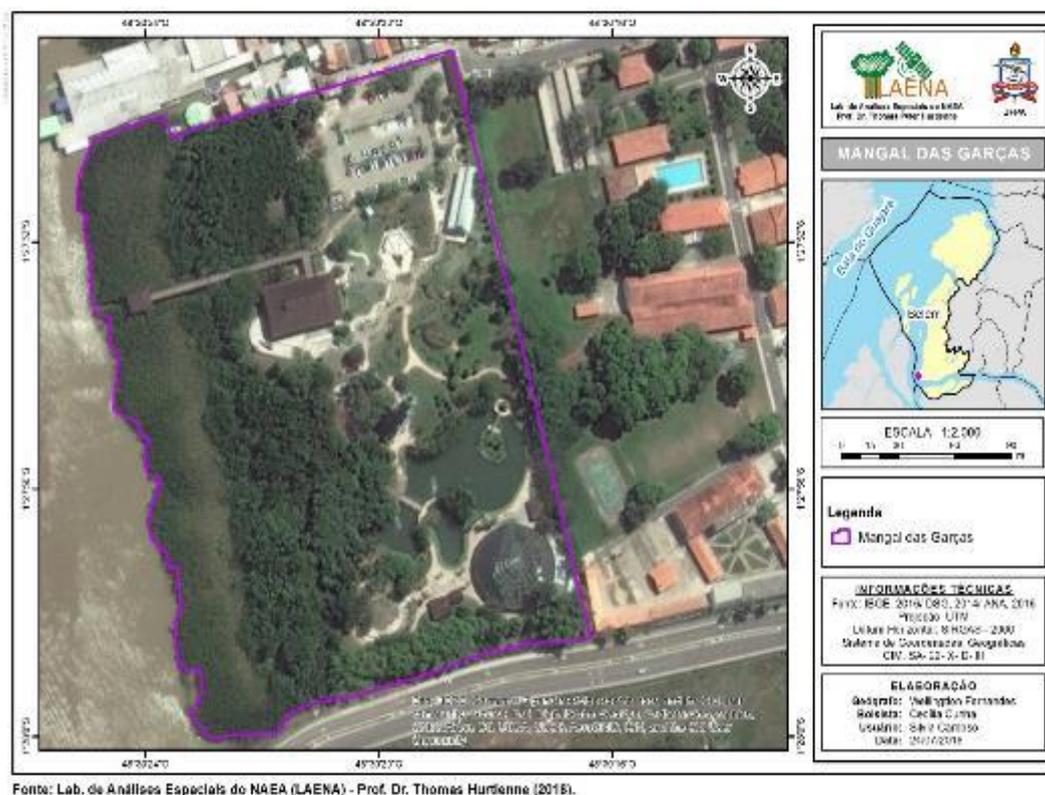
7.3 Práticas de Gestão e as Dinâmicas de Uso do Parque Naturalístico Mangal das Garças

Criado pelo Governo do Pará em 2005, o Parque Naturalístico Mangal das Garças (PNMG) resulta de uma ação articulada pelo programa “Novo Pará”⁵¹. A revitalização de uma área de cerca de 40.000 m², às margens do Rio Guamá, no Centro Histórico de Belém (CHB) deu origem ao Mangal das Garças (mapa 09), área de várzea e igapó que sofreu intervenção para

⁵¹ O programa “Novo Pará” incluiu vários projetos de requalificação urbana na cidade de Belém, caracterizado pelo tripé — agroindústria, mineração e turismo —, que passaram a surgir como “vitrines”, buscando dar uma nova imagem para capital do Pará, a fim de que a cidade voltasse a ser denominada “metrópole da Amazônia”, papel colocado em questionamentos nas últimas décadas (TRINDADE JÚNIOR, 2010).

tornar-se um parque à beira do rio, como embelezamento da paisagem e melhoramento das ilhas de calor, pois é formado por lagos e vegetação típica. O parque é voltado para atividades de lazer, entretenimento e de incentivo ao turismo.

Mapa 09: Parque Naturalístico Mangal das Garças (PNMG)



O parque é gerenciado por um contrato de gestão mantido com o governo do Estado pela Organização Social (OS) Pará 2000⁵², vinculada à Secretaria de Turismo do Estado (SETUR). Ressalta-se que a OS Pará 2000 esteve vinculada à Secretaria de Estado e Cultura do Pará (SECULT), até 2016.

Em 2015, o PNMG passou a integrar a lista da Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB), entretanto, apesar de possuir flora representativa da Amazônia, ainda não possui o *status* de jardim botânico (RBJB, 2015).

A flora característica do Mangal é a várzea do estuário amazônico, composta por aninga (*Montichardia arborescens schott*), uma espécie invasora que cria condições de sombra e possibilidade de aparecerem outras espécies, como por exemplo, o açaí (*Euterpe oleracea*) e o buruti (*Mauritia flexuosa*), além dessas espécies, a mangueira (*Mangifera*

⁵² A OS Pará 2000 é uma entidade pública de caráter civil, credenciada pelo Governo do Pará, através da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), que, além de administrar o parque, administra o Complexo Turístico Estação das Docas, o Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia e o Parque do Utinga.

indica) e o bacuri-pari (*Platonia insignis*) compõem a flora do parque. Na fauna do Mangal são encontradas as seguintes espécies: flamingo (*Phoenicopterus*), garça branca grande (*Ardeidae*), borboleta Julia, além de peixes e tartarugas.

O Mangal das Garças recebeu o título de jardim zoológico, categoria C, concedido pelo IBAMA, de acordo com a Instrução Normativa nº 07, de 30 de abril de 2015.

Os gestores e educadores ambientais que atuam no Mangal das Garças, ao serem entrevistados sobre o significado e a importância da preservação do espaço verde, demonstraram ter um entendimento mais ampliado sobre o assunto devido terem formação profissional na área.

A importância está na preservação do meio ambiente, na educação ambiental para a conservação e manutenção dos recursos vegetal e animal, na preservação da diversidade vegetal e cultural, para o turismo, bem como para o bem-estar da população (Bióloga, Educadora Ambiental (2018-2019), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, novembro, 2018).

Espaço público é considerado dentro do território urbano aquele de uso comum e coletivo e pertencente ao poder público, um bem comum, sobretudo em cidades em desenvolvimento. Espaço de visibilidade pública onde você pode ver e ser visto. Serpa (2007) se refere ao espaço público como sendo, em si mesmo, o espaço da ação política, ou pelo menos, onde há possibilidade que esta ação ocorra na contemporaneidade, espaço da sociabilidade, da interação (FERREIRA Jr, 2015), das vivências do turismo e do lazer como contraponto à dialética trabalho/ócio (BAHIA, 2012), ou seja, espaço de múltiplos usos, ócio como qualidade de vida, essencial à vida urbana para o exercício da cidadania, a exemplo dos parques e jardins botânicos públicos urbanos.

É comum que os visitantes e turistas dos espaços públicos verdes urbanos, como os parques e jardins botânicos urbanos, possam usufruir gratuitamente dessas estruturas físicas, como, por exemplo, os espaços destinados à contemplação, exposições e as programações sociais e culturais ofertadas. Em alguns EPVUs, há o *mix* de espaço público-privado, como é o caso do Mangal das Garças, onde há a mercantilização do espaço verde para o turismo.

O parque funciona de terça a domingo, das 9h às 18h, com entrada gratuita. Oferece estacionamento privativo pago. As escolas podem visitar gratuitamente, através de um agendamento prévio. A visita nos espaços monitorados é feita mediante a aquisição de passaporte no valor de R\$ 15,00 (todos os espaços monitorados), ou no valor de R\$ 5,00 (preço individual) para cada espaço. Os espaços com visita monitorada são:

Viveiro das Aningas, Farol de Belém, Museu Amazônico da Navegação, Reserva José Marcio Ayres (borboletário) e é possível apreciar a soltura das borboletas que nascem diariamente no Mangal. A soltura das borboletas acontece às 10h e 16h.

Fotografia 29- Museu da Navegação – Mangal das Garças



Fonte: Cardoso (2018)

Ao serem questionados os entrevistados sobre se as políticas públicas destinadas aos jardins botânicos oferecem mecanismos para que o gestor busque atender às demandas dos usuários, as narrativas se direcionam para o vínculo institucional ao qual o parque pertence, as normativas e os recursos orçamentários.

Sim, estamos vinculados ao Governo do Estado e sem o repasse da Secretaria de Turismo, não seria possível operacionalizar o parque como um todo e manter o espaço para visitação da população em geral (Biólogo, Coordenador do Núcleo Técnico (2016-2018), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, outubro, 2018).

Sim. Temos Plano de Manejo, Conselho de Gestão, Regimento Interno e Plano de Gestão da OS Pará 2000. Contudo, o Parque segue as regras normativas do IBAMA nº 07 de 30/04/2015, que normatiza e institui as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro e define, no âmbito do IBAMA, os procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas. O Mangal é jardim zoológico, categoria C.

O parque recebe visitantes locais, entretanto, por ser atrativo turístico de Belém, o maior público visitante são turistas nacionais e internacionais que buscam apreciar as aves, a reserva José Marcio Ayres (mais conhecida como borboletário), o Memorial

Amazônico da Navegação (espaço destinado à memória da navegação na Amazônia), o armazém do tempo (espaço destinado à exposição e venda de artesanatos) e o farol de Belém (também conhecido como mirante do rio, que é uma torre em estrutura metálica com 47 metros de altura e dois níveis de observação, um a 15, e outro, a 27 metros de altura).

Há, ainda, o trapiche (espaço para contemplação do rio, e que também, pode ser alugado para eventos). É possível conhecer a gastronomia local, no Restaurante Manjar das Garças, restaurante especializado na cozinha regional e internacional e/ou nos quiosques que oferecem pratos típicos da culinária paraense, sucos e sorvetes de frutas regionais (MANGAL DAS GARÇAS, 2019).

Em relação à estratégia usada pela gestão para o fomento do turismo e da visitação, a narrativa justifica que pelo fato de o parque estar vinculado à Secretaria de Turismo do Estado, há divulgação do espaço através do *marketing* turístico do órgão e nas redes sociais:

A Secretaria de Turismo, à qual o parque está vinculado, prepara materiais de divulgação. Também temos as redes sociais que apresentam as principais atrações do parque (Biólogo, Coordenador do Núcleo Técnico (2016-2018), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, outubro, 2018).

Devido ao parque oferecer infraestrutura e serviços voltados para o fomento do turismo, o Mangal das Garças integra os roteiros turísticos das agências de turismo receptivo da capital paraense e recebe grupos de turistas através de um pré-agendamento por parte das agências, que trazem turistas nacionais e estrangeiros que produzem usos diferenciados do espaço público.

O projeto Roteiro Expresso é um dos serviços turísticos oferecido pela gestão do parque aos visitantes. Os monitores-guias realizam aos sábados, domingos e feriados, às 10h, a visita pelo parque, apresentam os espaços monitorados e curiosidades sobre a fauna e a flora do parque. O serviço oferecido é gratuito e bilíngue (português e inglês).

Com relação aos recursos financeiros usados para a implementação dos programas, projetos e ações, estes são provenientes da OS Pará 2000, responsável pela administração do Mangal, contam, também, com a participação das instituições parceiras, conforme o depoimento:

Os recursos financeiros são provenientes da OS que administra o parque, bem como das instituições parceiras que na verdade, não nos fornecem recursos financeiros, mas sim recursos humanos de especialistas capacitados que

colaboram bastante para os projetos que estão em andamento ou em implantação, bem como nos cedem material botânico para incorporação no parque. São executados por nós funcionários do parque, alunos das instituições de ensino parceiras em conjunto com professores e pesquisadores e permitem a troca de informações e conhecimento entre os funcionários da OS e instituições parceiras, pelo apoio mútuo nas ações de melhoria do espaço (Biólogo, Coordenador do Núcleo Técnico (2016-2018), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, outubro, 2018).

Ao contrário do Bosque e do Museu, a entrada no parque é gratuita, entretanto, nos espaços em que há visita guiada, é cobrado o valor do passaporte e os recursos financeiros arrecadados com a venda dos ingressos são revertidos para benefícios na área verde, conforme o relato:

É revertido para a manutenção do Parque, como a compra de alimentos para os animais, entre outros (Bióloga, Educadora Ambiental (2018-2019), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, novembro, 2018).

A proposta de utilização pelos cidadãos desses espaços de produção urbana de Belém do Pará adota uma lógica de interesses que são divergentes. A produção de espaços requalificados para servir de mercadoria para o turismo e para a visitação, como é o caso do Mangal das Garças, surge de uma lógica de empresariamento urbano que envolve um processo de interesses divergentes dentro de uma discussão maior, no que concerne ao direito à cidade (FRANÇA, 2018). Por outro lado, Harvey (2014) afirma que, embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para a qualidade de vida dos comuns, faz-se necessário uma ação política por parte dos agentes que pretendam apropriar-se deles ou usufruir dessas qualidades.

No que concerne à participação da comunidade do entorno nos programas, projetos e ações implementados pela gestão do Mangal, esta se restringe às ações disponibilizadas ao público visitante em geral, como: o teatrinho do Mangal, que é um projeto fixo do parque, apresentado nos domingos de forma alternada, peças teatrais com enfoque ambiental e contação de histórias, na parte externa do Memorial Amazônico da Navegação. Somado a isso, há o “Momento Ecozoo”. Há, ainda, o projeto “Momento Alimentação”, que é a oportunidade dos visitantes do parque apreciarem o momento de alimentação dos animais (peixes, tartarugas e garças).

É uma gestão aberta, é de suma importância que a população se sinta parte integrante deste processo. No parque há uma grande participação de instituições de ensino e pesquisa (privadas e públicas) que desenvolvem importantes atividades dentro do Mangal, bem como ações de educação ambiental que o parque desenvolve que abrangem o público em geral. Temos atividades como o teatrinho do mangal, que aborda temas relevantes de

educação ambiental, como uma linguagem voltada para o público infantil. Somado a isso temos o momento Ecozoo, com apresentação da fauna que habita o parque. Além disso, desenvolvemos atividades acadêmicas que já culminaram em TCCs, Dissertações, Teses e etc. (Biólogo, Coordenador do Núcleo Técnico (2016-2018), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, outubro, 2018).

Embora o entrevistado afirme que promove a conscientização ambiental e que a gestão é aberta, no sentido de estimular a participação da população, há contradição na resposta, pois a comunidade do entorno não participa de forma direta da gestão do parque. A participação social ocorre de forma indireta, ao usufruir das programações oferecidas ao público em geral e estas influenciam a gestão indiretamente.

Principalmente de educação ambiental, com a conscientização do público sobre a preservação dos recursos vegetais e animais integrados ao meio ambiente. Temos, por exemplo, o Projeto Eco-Zoo. Os recursos financeiros são oriundos de parcerias (Bióloga, Educadora Ambiental (2018-2019), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, novembro, 2018).

No que concerne à equipe de colaboradores do parque, esta é considerada suficiente para desenvolver os programas, projetos e ações, conforme as falas:

Sim. Sendo um total de oito tratadores, um biólogo, um médico veterinário, estagiários de biologia e de medicina veterinária, além dos residentes de veterinária e equipe de manutenção e limpeza (Bióloga, Educadora Ambiental (2018-2019), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, novembro, 2018).

Assim, no campo da gestão dos jardins botânicos urbanos, os processos que sustentam as ações nos espaços públicos, muitas vezes estão voltados aos usos desses lugares pelos cidadãos como opção de diversão, diretamente vinculados à apropriação de bens materiais ou consumo de serviços de entretenimento, como forma de produto cultural e mercantilização do espaço público verde.

Bem, em relação ao Mangal das Garças, como ele (o parque) é a “menina dos olhos atuais”, o investimento de tudo é praticamente ali, o espaço está sempre em reforma, ponte quebrando, eles mandam logo arrumar, então, em termos de infraestrutura ali é maravilhoso, a gestão ali funciona (Guia de Turismo, Pesquisa de campo. Belém, setembro, 2018).

A fiscalização do parque é realizada por empresa terceirizada e consiste em oferecer segurança na venda dos ingressos, coibir a degradação ambiental, acesso de invasores ao interior do parque para usar drogas e praticar assaltos, etc.

Em relação ao questionamento sobre a necessidade de parques ou jardins

botânicos serem entendidos como “área protegida”, isso favorece o acesso e a apropriação desses pelos usuários. Os relatos revelam que a presença dos muros está mais relacionada a uma noção de “segurança”, tanto para proteger a biodiversidade contra a degradação humana, quanto para o público visitante.

Como aqui nós temos uma administração que fica dentro do espaço, que tem os muros, os muros é que vão me dar a segurança. Em relação às classes sociais, não interfere. No Mangal você entra de graça, você paga somente pra visitar os espaços, que eu acho justo cobrar, tem que cobrar. Você tem isenção pro idoso, você tem pra uma criança pequena, você tem 50% pra estudante, tá. Eu acho até que é irrisório demais o valor de cinco reais, essa cobrança (Guia de Turismo, Pesquisa de campo. Belém, setembro, 2018).

Ao serem arguidos sobre de que maneira deve ser realizada a gestão do jardim botânico, as respostas direcionaram-se para uma gestão compartilhada conforme a narrativa.

No caso do Mangal, uma OS administra o espaço através de um contrato de gestão. O espaço pertence ao Governo do Estado. Ao meu ver, esse tipo de gestão funciona bem, pois descentraliza tirando a gestão do governo, que já tem outras demandas e permite uma melhor gestão do espaço, não desvinculando do Estado, o que o torna um bem comum da população, um espaço público (Biólogo, Coordenador do Núcleo Técnico (2016-2018), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, outubro, 2018).

Concessão para iniciativa privada. Para que o governo possa concentrar esforços em outras áreas, deixando a gestão desses espaços a cargo da iniciativa privada, em parcerias com órgãos públicos (Bióloga, Educadora Ambiental (2018-2019), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, novembro, 2018).

À medida em que surgem as demandas da sociedade para o usufruto dos espaços públicos verdes, estes passam a assumir um caráter multifuncional no cotidiano das cidades. Os EPVUs possibilitam o despertar dos indivíduos para a noção de pertencimento com o lugar. É preciso considerar, ainda, a necessidade de que as propostas advindas das políticas públicas englobem todas as classes sociais de maneira equitativa e democrática, o que no caso dos EPVUs paraenses não ocorre.

Quadro 11: Mapeamento institucional e atuação nos Espaços Públicos Verdes Urbanos Paraenses

INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	PARCERIAS	AÇÕES	CONTRAPARTIDA	ATUAÇÃO
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	Autorarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e atua para proteger o meio ambiente garantir a qualidade ambiental e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais	Trânsito de Animais apreendidos em tráfico ilegal de espécies situação de risco em criadouros domésticos Fiscalização do zoológico	Fiscalização Tratamento de animais/ Fazer o <i>check-up</i> para deixar os animais em condições hábeis de soltura	Troca de experiências Conservação de espécies da fauna	BOSQUE MUSEU MANGAL
Instituto Evandro Chagas (IEC)	Autorarquia federal vinculado ao Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS), atua nas áreas de pesquisas biomédicas e na prestação de serviços em saúde pública	Apoio em Medicina Veterinária	Exames, doação de ratos para alimentação de algumas espécies de animais Animais em situação de óbito	Pesquisa Científica (morcegos e insetos)	BOSQUE MUSEU MANGAL
EMBRAPA	Órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento tem como missão viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para o benefício da sociedade brasileira	Cooperação institucional Doação de Sementes	Material botânico (doação de sementes e mudas, plantio de espécies)	Troca de sementes Participação em algumas programações dos EPVUs	BOSQUE MUSEU

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Instituição Pública Federal de Ensino Superior, tem como objetivo formar profissionais qualificados, compartilhar conhecimento com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia	Docentes e discentes do Curso de Engenharia Florestal	Pesquisa de solo, censo florestal, plantio de mudas		BOSQUE MUSEU MANGAL
		Estagiários e residentes do Curso de Medicina Veterinária	Exames laboratoriais e de imagens e cirurgias nos animais	Oportuniza as práticas dos residentes e estagiários Atuação e divulgação do Projeto Vet kids em programações no BRAJZBA	
Universidade da Amazônia (UNAMA)	Instituição Privada de Ensino Superior, tem como objetivo produzir, disseminar e socializar o conhecimento nos diversos campos do saber, formando profissionais e seres humanos empreendedores e inovadores, preparados para o mundo global do trabalho presente e futuro	Projeto Vivências – Curso de Licenciatura em Biologia	Estágio Voluntário não remunerado	Experiências e práticas Cumprimento de carga horária obrigatória para conclusão do curso	BOSQUE MUSEU MANGAL
		Curso de Medicina Veterinária	Estágio Voluntário não remunerado	Experiências e práticas Por meio do cumprimento de carga horária obrigatória para conclusão do curso superior.	BOSQUE
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Instituição Pública Federal de Ensino Superior, tem como objetivo produzir, socializar e transformar o conhecimento na	Curso de Licenciatura em Biologia	Estágio Voluntário não remunerado	Experiências e práticas Cumprimento de carga horária obrigatória para conclusão do curso	MANGAL

	Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável				
Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira	Instituição Pública Municipal de Ensino Médio (Técnico), tem como objetivo fomentar a educação ambiental em caráter formal e não formal, difundindo-a prioritariamente junto à rede municipal de ensino de Belém	Discentes do Curso Ensino Médio Técnico Profissionalizante em Meio Ambiente	Estágio Voluntário Não-remunerado	Experiências e práticas Cumprimento de carga horária obrigatória para conclusão do curso	BOSQUE (Encerrado)
Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (SUSIPE/PA) Convênio PMB/SUSIPE	Autarquia estadual que tem como objetivo possibilitar tratamento humano aos que cumprem pena em estabelecimentos prisionais, bem como tratamento adequado ao condenado, buscando a efetiva política de proteção à vida e de prevenção ao crime	(Atuação de reeducandos do Regime semi-aberto do Sistema Penitenciário)	Limpeza e Manutenção dos espaços físicos	Reinserção dos indivíduos na sociedade e oportunidade de realizar atividades que contribuam para a recolocação no mercado de trabalho	BOSQUE MUSEU
Instituto Peabiru	Organização não governamental que tem como objetivo facilitar processos da organização social e	Eixo 4: Conservação da Biodiversidade: contribuir para a conservação de áreas	Captação de Recursos e Parcerias	Revitalização do Parque Zoobotânico Museu Paraense Emilio Goeldi	MUSEU

	da valorização da sociobiodiversidade para que as populações extrativistas e os agricultores familiares da Amazônia sejam protagonistas de sua realidade	públicas e privadas prioritárias para a conservação e promover a educação ambiental ProGOELDI			
Anjo Pet Crematório	Empresa Privada que tem como objetivo prestar serviços de cremação animal por meio de uma assistência profissional qualificada, cuidadosa, com respeito ao ser e ao meio ambiente	Crematório de animais	Cremação dos animais do parque que vem a óbito, de acordo com a legislação ambiental	Divulgação da marca em alguns espaços do parque	MANGAL

Fonte: elaboração própria com base na Pesquisa de campo (2018)

7.4 Turismo e Lazer nos Espaços Públicos Verdes Urbanos Paraenses pelo olhar dos usuários: comunicadores e protagonistas do vivido.

A partir da constatação de que os jardins botânicos oferecem aos indivíduos várias possibilidades de usos, formas e funções, revelando lógicas distintas em diferentes momentos que o qualificam na cidade e favorecem a relação do ser humano com a natureza, percebe-se o papel do espaço público que está vinculado com a conformação da cidade, com a carga histórica simbólica. A produção e reprodução humana nos espaços públicos urbanos ocorre a partir desse movimento da sociedade e também do turismo com as práticas de consumo e de lazer no espaço urbano, de pensar a cidade como um *locus* que favorece o encontro com seus pares, a interação, a sociabilidade advinda das relações socioambientais vivenciadas pelos indivíduos que favorecem o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas nas cidades e minimizam os problemas relacionados ao *stress* urbano.

Percebe-se que, a partir das transformações urbanas ocasionadas pelas novas configurações das cidades contemporâneas, as dinâmicas que regem os espaços públicos verdes urbanos — especialmente em cidades da Amazônia, como Belém do Pará — sofrem alguns rompimentos das relações indivíduos-natureza, desencadeados pelo crescimento urbano desordenado, no qual a floresta em pé dá lugar às edificações residenciais e/ou comerciais. Também pela carência dessas “ilhas de vegetação” destinadas à contemplação, à educação e à interpretação ambiental, ao lazer, à cultura, ao turismo e à sustentabilidade, que em épocas passadas favoreciam a qualidade de vida das pessoas nas cidades.

Neste cenário, as relações socioambientais nas cidades modernas sofrem também diferentes modificações, reflexo do modelo capitalista de produção e consumo que as sustenta e, que resulta em problemas significativos aos cidadãos no ambiente urbano.

O entendimento das relações socioambientais que ocorrem no Bosque Rodrigues Alves (BRAJZBA), no Museu Paraense Emílio Goeldi — Parque Zoobotânico (MPEG/PZB) e no Parque Naturalístico Mangal das Garças (PNMG), exige uma observação atenta das complexas teias que fazem desses espaços um mosaico de interações situadas, do encontro, do político e de práticas que podem ser identificadas nas formas de socialidades no espaço público urbano.

Na análise com os usuários/visitantes nos EPVUs, foram utilizados os conceitos de espaço público, cidade, preservação, lazer e turismo e seus desdobramentos no ambiente urbano, a fim de dialogar com a análise simbólica de Bourdieu e compreendê-la, de forma associada às categorias: cidadania, democracia, acessibilidade, autonomia, sociabilidade e participação; na realidade empírica dos jardins botânicos de Belém do Pará, esse diálogo é de

extrema importância para o entendimento da gestão desses lugares, gestão essa que diz respeito à relação entre as propostas de ação dos jardins botânicos pesquisados, suas finalidades e a resposta de seu “público”, direto ou indireto.

Os dados primários foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo que envolveu visita nos três EPVUs estudados. Utilizou-se de observação simples e entrevistas não diretivas junto aos usuários do espaço público. As entrevistas com os usuários ocorreram no decorrer dos quatro anos de estudo, conforme demonstrado no quadro abaixo

Quadro 12: Etapas da Pesquisa de Campo Usuários

JARDIM	MÊS/ANO	ENTREVISTAS/USUÁRIOS
BOSQUE ⁵³	AGO/2014	04
	SET-OUT/2018	03
MUSEU	SET-OUT/2018	04
MANGAL ⁵⁴	OUT/NOV/2018	01
TOTAL		12

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa de Campo (2018)

Os instrumentos usados para o levantamento de informações foram o aparelho multimídia, o caderno de anotações e o roteiro de entrevistas. A escolha dos entrevistados foi aleatória e, antes das entrevistas foram esclarecidos aos visitantes os objetivos das mesmas. Foram observadas algumas questões como o sexo, a procedência e a profissão. Observaram-se as diferentes práticas, a interação e a sociabilidade que se faziam presentes nos EPVUs.

As perguntas das entrevistas com os usuários versaram sobre: a) o significado de espaço público na cidade e a importância da preservação desses espaços verdes urbanos; b) a frequência e as motivações que o levaram a visitar o jardim botânico; c) em relação à acessibilidade, a questão sobre se o fato de ser categoria “área protegida” inviabiliza o acesso do público; d) o que considera como positivo nas atividades de um jardim botânico; e) quais serviços considera

⁵³ Foram realizadas entrevistas no Bosque, em agosto/2014, a fim de subsidiar o trabalho intitulado “Os Usos e Contra Usos do Bosque Rodrigues Alves — Jardim Botânico da Amazônia (BRAJBA), apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina “Espaço Público e Produção Social da Cidade”, ministrada pelos Profs. Drs. Saint-Clair C. da Trindade Jr. e Silvio José de L. Figueiredo e em junho/2016 para subsidiar o artigo intitulado Lazer e Turismo em Jardins Botânicos Urbanos: Bosque Rodrigues Alves, Belém/Pará/Amazônia — Conhecer para Preservar! apresentado no II Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer/XVI Seminário “O Lazer em Debate”: lazer, desenvolvimento e sustentabilidade, de 14 a 16/09/2016, em Belém/Pará.

⁵⁴ Como já comentado anteriormente, no momento da pesquisa de campo não foi permitida pela administração a gravação das entrevistas junto aos visitantes e funcionários do parque, impossibilitando a continuidade das entrevistas com um maior número de visitantes no espaço público.

importante que o jardim botânico ofereça aos usuários; f) o que facilitaria o melhor funcionamento dos jardins botânicos e o que precisa ser melhorado na gestão do espaço verde; g) quais as contribuições das políticas públicas urbanas e de meio ambiente para a gestão do jardim botânico e h) em relação ao trabalho em rede, se conhece ou já ouviu falar na RBJB.

Os espaços públicos verdes desempenham diferentes funcionalidades e configurações na malha urbana, as quais estão diretamente relacionadas às formas de gestão ambiental e padrões de crescimento das cidades. Enquanto algumas áreas protegidas recebem um número expressivo de visitantes, outras estão vinculadas à preservação da biodiversidade.

Na percepção de autores como: Cardoso e Figueiredo (2017); Macedo e Sakata (2002); Rocha e Brito (2009); Santos e Silveira (2001), os espaços públicos verdes urbanos caracterizam-se por representar espaços que precisam ser criados e preservados para suprir o rompimento ocasionado pelo processo desordenado de urbanização, fazendo com que estes exerçam várias funções nas cidades modernas, dentre elas: paisagística, ambiental, histórica, cultural, social e econômica.

Em relação à visitação de moradores e turistas, quando arguidos sobre o que consideravam como espaço público na cidade, o entendimento foi de um espaço democrático, com pouca ou nenhuma restrição de uso, espaços com qualidade para receber o visitante.

Bem, literalmente, espaço público é aquele que seja de fácil acesso a todos, esse seria o ideal pra mim, o acesso a todos e que tenha condições de receber, né. O acesso sem nenhuma limitação e sem nenhuma discriminação, né. Realmente de fácil acesso, organizado e que não tenham muitas restrições quanto às pessoas que podem frequentar (Morador 1, Estudante, São Braz. Pesquisa de campo Museu. Belém, agosto, 2016).

É um espaço onde as pessoas têm livre acesso, sem restrições para estar no local, velhos, crianças, adultos... todos podem frequentar...até um indigente pode ficar, as praças de Belém são espaços públicos no sentido mais amplo (Morador 2, bairro Pedreira. Pesquisa de campo, Bosque. Belém, novembro, 2014).

É um espaço que a gente pode usufruir em coletivo, é um direito que eu considero de toda a população, então, a gente tem que ter espaço públicos, de qualidade, pra incentivar a cultura, o lazer, o esporte e a educação. Além de toda questão ambiental, né, que é muito importante, principalmente Belém por ser uma cidade que tem na sua essência toda essa questão do verde, todo o Estado, da Amazônia, da preservação do meio ambiente e também, pra a gente não esquecer da onde a gente veio, às vezes a gente no centro da loucura da cidade grande, de shoppings, de prédios muito altos, então, a gente tá sempre nessa correria, e passar por um lugar que traga essa essência da floresta, que lembre um pouco da nossa história, além de contar a nossa história tem também esse viés importante, né (Morador 3, Fotógrafo, Ananindeua. Pesquisa de campo, Bosque. Belém, setembro, 2018).

Os entrevistados, ao serem questionados sobre o significado e a importância da

preservação⁵⁵ do espaço público verde urbano, demonstraram em suas falas ter uma certa clareza sobre o assunto ao relatar que a importância está na preservação do meio ambiente, na educação ambiental para a conservação e manutenção dos recursos naturais para turistas e bem-estar dos moradores locais.

Observa-se que, a cada dia, aumenta a concentração dos habitantes nas áreas urbanas, levando a uma diminuição do contato entre as pessoas e o ambiente natural, o que torna as áreas verdes, e, portanto, os jardins botânicos, importantes, no intuito de despertar o interesse da sociedade pela natureza, como pode ser identificado nas entrevistas com os agentes do segmento turístico.

Espaço público são os lugares onde toda sociedade pode ter acesso, às vezes é necessário que seja cobrada alguma taxa até pela manutenção do próprio espaço, né, necessário mesmo que haja não só esse trabalho hoje, eu penso assim, esse trabalho não só nós que estamos aqui né, mas, também nas escolas, que nós pudéssemos colocar isso nas escolas pra que as crianças começassem a gostar, a amar mesmo nosso Estado, porque o que a gente percebe muitas vezes que o próprio adulto, ele fala muito mal do nosso Estado (Agente de viagem. Pesquisa de campo. Belém, setembro, 2018).

A preservação do espaço verde é a mesma preservação do patrimônio que é teu, tá, então, nós temos que cuidar porque a importância de um espaço desse principalmente dentro de uma cidade como Belém do Pará, o espaço verde vem pelo menos amenizar o impacto dos paredões dos prédios, então, o espaço verde, realmente, nós temos que cuidar para ter qualidade de vida (Guia de Turismo, Pesquisa de campo. Belém, setembro, 2018).

Além de ser agradável visitar um jardim botânico na cidade, esses jardins também são lugares de relevância para a conservação da flora e instrutivos ao contribuir para o processo de conscientização ambiental, ao educar o olhar dos cidadãos para práticas sustentáveis. Os jardins botânicos são espaços de uso coletivo, multifuncional, pois são espaços de educação, que retratam a história e a cultura da cidade, bem como favoráveis para despertar, desde a infância, o sentimento de preservação da natureza para as atuais e futuras gerações. Estas assertivas foram observadas nas outras falas, os entrevistados têm a percepção da importância da preservação da natureza para o cidadão.

Espaço público pra mim é um espaço de livre circulação de pessoas, que todo mundo possa ter acesso e possa se aproximar da natureza. Sim, considero o Bosque um espaço público porque é um lugar que todo mundo que busca essa conexão com a natureza vem, já que tem esse livre acesso. A preservação da natureza é positiva, é um fator importante em uma cidade, mas tem muito lixo espalhado pelo parque. As pessoas

⁵⁵A preservação na Lei nº 9.985/2000, conhecida como a Lei do SNUC — Sistema Nacional de Unidades de Conservação, significa um conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais [...] (BRASIL, 2000).

tinham que ter um cuidado a mais, receber algumas orientações (Turista 1, Rio de Janeiro. Pesquisa de campo, Bosque. Belém, novembro, 2014).

Pra mim acho que o Bosque é o coração de Belém, entendeu? Pelas árvores, pela natureza. Aqui é muito importante e ainda mais que pode ser um lugar de educação e mostrar para as crianças de como a natureza deve ser preservada, né, ainda mais que tá acontecendo tanta coisa, a Amazônia sendo desmatada. Então, as escolas trazem seus alunos pra mostrar o quanto a natureza é importante pro país, pro mundo, aliás, porque acho que sem a natureza nosso mundo estaria um caos, com certeza (Moradora 4, Estudante, Marco. Pesquisa de campo, Bosque. Belém, novembro, 2014).

Onde os cidadãos possam usufruir. É muito importante não só pra cultura né, pra orientação dos alunos, para preservação do espaço, pra educação (Turista 1. São Paulo. Pesquisa de campo Museu. Belém, outubro, 2018)

Espaço público são os lugares onde toda sociedade pode ter acesso, às vezes é necessário que seja cobrada alguma taxa até pela manutenção do próprio espaço, né, necessário mesmo que haja não só esse trabalho hoje, eu penso assim, esse trabalho não só nós que estamos aqui né, mas também nas escolas, que nós pudéssemos colocar isso nas escolas pra que as crianças começassem a gostar, a amar mesmo nosso Estado, porque o que a gente percebe muitas vezes que o próprio adulto, ele fala muito mal do nosso Estado (Agente de viagem. Pesquisa de campo. Belém, setembro, 2018).

Gomes (2012) afirma que alguns espaços públicos constituem nas cidades contemporâneas os filtros por onde a comunicação social é obtida. Em uma estrutura fracionada, a cidade perde sentido global e se transforma em aglomeração. Nesse sentido, algumas áreas surgem com o papel de intermediárias no diálogo entre os diferentes segmentos que compõem a cidade, como, por exemplo, os jardins botânicos.

Quando perguntados sobre a frequência e as motivações que o levaram a visitar os jardins botânicos, as respostas demonstraram que a maioria dos entrevistados visitam nos finais-de-semana e as motivações foram prioritariamente para o lazer e encontro com amigos e familiares e, em segundo lugar, para o turismo, educação, pesquisa e contato com a biodiversidade.

Visito sozinho ou com amigos. Depende do meu estado de espírito, mas de qualquer forma é excelente visitar o espaço. (Morador 3, Professor, Marambaia. Pesquisa de campo, Museu. Belém, setembro, 2018).

Acho bastante legal vir acompanhado né, é sempre ter alguém porque estimula a conversa e a gente acaba vendo coisas que sozinho a gente não veria e a gente já trouxe algumas pessoas pra cá, a gente já trouxe gente de Brasília, de outros estados que ainda não conheciam e se encantaram muito pelo Bosque, pelo contato com a natureza, volta e meia a gente trabalha com pessoas que não são daqui e a gente sempre traz pra cá, porque eles já vem querendo vir pra cá. Às vezes as pessoas daqui mesmo né, pelo fato de sempre tá vindo aqui e já tá acostumado né, tudo, falam “não mas o Bosque é tão comum” Então, mas com gente de fora, o pessoal mesmo se encanta. Até mesmo de outros lugares daqui do Pará, né, tive cliente de Marabá queria muito vir pra cá (Morador 2, Fotógrafo, Ananindeua. Pesquisa de campo, Bosque. Belém, 2018).

Ambiental, cultural, lazer e turismo, mas a gente veio por causa da minha orientadora,

ela desenvolve um projeto de projeto de pesquisa em museus, zoológicos e aquários e a gente veio investigar esse daqui (Pesquisador 1. São Paulo. Pesquisa de campo, Museu. Belém, setembro, 2018).

Ambiental, cultural, lazer e turismo de forma geral estão relacionados (Pesquisador 2. São Paulo. Pesquisa de campo, Museu. Belém, setembro, 2018).

É na diversidade de usos, funções e formas que os usuários de jardins botânicos urbanos manifestam seus *habitus*, por meio das práticas sociais que qualificam os EPVUs, — educação ambiental, jogos lúdicos, lazer, turismo, entretenimento cultural, dentre outras. Isto porque, a distinção está na unidade originariamente sintética do *habitus*, que é o princípio unificador e gerador de todas as práticas. As ações de determinado grupo são direcionadas conforme a dinâmica das relações entre estrutura e indivíduo que caracteriza a ideia de *habitus*, que Bourdieu afirma ser primordial para caracterizar os agentes que estão interagindo em um determinado campo social.

Estas questões permitiram entender os usos simbólicos ou não dos jardins pelos usuários que se relacionam com esses espaços públicos, como pode ser percebido nas entrevistas:

Achei bem legal o aquário, achei um pouco pequeno, mas tem espécies endêmicas aqui da Amazônia, achei bem bacana (Pesquisador 2. São Paulo. Pesquisa de campo, Museu. Belém, setembro, 2018).

Na agência de viagem que viemos nos informaram que tinha o Museu aqui e aí viemos. Gostamos muito de ver a fauna e a flora e ele de fotografar (Turista 1. São Paulo. Pesquisa de campo Museu. Belém, outubro, 2018)

Eu conheço o Museu desde a minha infância né, meus pais me traziam pra cá e os pais deles também faziam isso com eles, né, então, é uma coisa tradicional e vigora até hoje. Eu passeio por aqui quando posso, venho aqui fim-de-semana ou então no horário do almoço e ando um pouquinho aqui dentro (Morador 1, Professor, Marambaia. Pesquisa de campo, Museu. Belém, setembro, 2018).

Eu acho que o Bosque é uma natureza que a gente não encontra em qualquer lugar, é uma natureza que a gente chega, consegue descansar, coloca a cabeça no lugar e eu acho que é um espaço público que todo mundo pode aproveitar, até quem não tem condições de sair, passear com seus filhos, aqui é um lugar super ótimo pra passear, tem crianças que ficam muito dentro de casa, então pra sair da rotina traz os filhos pra cá. Tem gente que não tem condições de sair pro shopping pra passear, então vem pra cá, porque é um lugar muito atraente, bacana, pra passear, tirar foto (*selfies*), fazer *book*, como tem uma senhora que tá fazendo *book* ali. (Moradora 1, Estudante, Marco. Pesquisa de campo, Bosque. Belém, novembro, 2014).

Hoje em dia nosso maior foco é a questão dos negócios né, Um pouco pro lazer, é um lugar tranquilo pra ser visitado, nos finais-de-semana, traz uma paz assim né, muito bom de visitar. Mas, também, já foi de educação, é que quando eu estudava no ensino médio, ensino fundamental, a gente sempre fazia visitas aqui e eu gostava muito e ao mesmo tempo a gente aprendia né, era uma visita que era empolgante, mas ao mesmo tempo a gente adquiria conhecimento, porque a gente não tem tanto esse contato com a natureza, com os animais, aqui em Belém é muito escasso disso, não são muitos lugares que a gente tem, zoológico, a gente só tem o Bosque e o Museu (Morador 2, Fotógrafo, Ananindeua. Pesquisa de campo, Bosque. Belém, 2018).

Um dos usos que tem se propagado com frequência é a captura de imagens nos espaços públicos verdes, tanto para tirar *selfies* e postar em perfis sociais ou para confecção de *books* de aniversário, gravidez, casamento, etc. Esta é uma tendência atual das pessoas para publicar em suas redes sociais, mas também é uma forma de aproximar essas pessoas da natureza, como pode ser observado nesta assertiva:

Em relação ao meu negócio, dentro da fotografia existe um estilo que é o estilo bucólico que é um contato maior com a natureza, então a gente tem dentro da nossa cidade um lugar que tem tudo isso né, então esse contato com a natureza, tem muito verde. Que dentro dessa proposta de fotografia é algo importante é uma característica muito grande e é dentro da cidade. Então, assim, a gente não precisa sair pra um lugar muito longe pra ter esse contato, né. Em relação à compensação ambiental que é cobrada pra autorizar o uso da imagem do Bosque na fotografia, eu acho importante, e achei uma forma legal, porque tem alguns lugares que cobram né, um valor em espécie, então, quando se trata de valor em espécie eu acho complicado porque a gente não sabe o destino que vai ter aquilo, se realmente vai ser pra preservar o ambiente, se vai ser pra beneficiar a estrutura e tendo a compensação não, a gente sabe que a tesoura, uma cola quente, um livro, a gente sabe que essa compensação terá o destino certo, né (Morador 2, Fotógrafo, Ananindeua. Pesquisa de campo, Bosque. Belém, setembro, 2018).

Estes usos nos espaços verdes são realizados através de um agendamento junto à administração dos jardins. No caso do Bosque, há a necessidade de uma compensação ambiental, como pode ser observado na fala anterior, não há cobrança de taxa, mas sim, doação de material para os projetos e ações do Bosque. Porém, no Museu é cobrada uma taxa e no Mangal este uso é realizado de forma gratuita desde que seja solicitado à administração previamente.

Na percepção dos entrevistados, esses espaços na cidade são vistos como espaços de ambiência e sociabilidade, são espaços vividos de diferentes formas pelos frequentadores. O espaço vivido, segundo Lefebvre (2010), inclui diferentes práticas cotidianas dos sujeitos com suas imagens e significados. Esta contém a dimensão do “irracional”, das emoções, do subterrâneo, das obras, do “simbólico”, recobertos de códigos e linguagens.

Além do uso simbólico que possibilita o resgate da memória afetiva, ao recordar a vivência da infância, da juventude, os jardins são espaços de educação. Entretanto, percebe-se que nas entrevistas os frequentadores não se reportam ao Mangal com essa mesma “nostalgia”, provavelmente porque não têm essa referência do simbólico, do espaço vivido, na infância e na juventude, como quando iam ao Bosque ou ao Museu através da sua escola ou com seus pais. Uma das justificativas mais plausíveis para essa dissociação do uso simbólico é que o Mangal é um parque criado há pouco mais de 14 anos.

Com relação às assertivas sobre o que consideram como positivo nas atividades de um

jardim botânico e o que precisaria ser melhorado na gestão de um jardim botânico, as respostas se direcionaram para a conscientização das pessoas no que concerne à proteção do meio ambiente.

Vários aspectos são positivos, a questão da observação da fauna e da flora, o próprio ar, a respiração, a questão da introspecção, às vezes é bom você estar num lugar desse pra ter introspecção, você observar como existe esse movimento da natureza dentro do espaço urbano, entre outras coisas, então, só vejo vantagem né, coisas positivas (Morador 1, Professor, Marambaia. Pesquisa de campo, Bosque. Belém, setembro, 2018).

A administração pra mim tá boa, talvez melhorar os serviços de alimentação (restaurantes, lanches) porque pelo menos durante a semana está um pouco escasso (Morador 2, Fotógrafo, Ananindeua. Pesquisa de campo, Bosque. Belém, 2018).

O campo social é um espaço estruturado de posições, onde se estabelecem as lutas entre os agentes em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão. “Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputa e pessoas prontas para disputar o jogo, dotados de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.” (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Sobre o aspecto da falta de educação do usuário do Bosque em relação ao cuidado com o seu lixo relatado anteriormente, a fala a seguir reforça o que foi mencionado pela turista:

Alguns lugares está faltando um pouquinho de limpeza, de organização, manutenção e também, quais são os atrativos dos animais ali, muito pouco né, eu achava também a questão principalmente das lanchonetes, extremamente necessário que eles possam se qualificar, não é tirar ninguém de lá não, mas se qualificarem pra ser profissionais mesmo, não chegarem ali com qualquer roupa, uma touquinha na cabeça, fazer alguma coisa que pudesse começar a melhorar esse atendimento também. A questão dos macaquinhos pra mim eles estão sendo mal tratados quando são alimentados pelas pessoas, por que eles vão adoecer, isso é maltrato, talvez tirar ao redor, ali tudo é alimentação (ambulantes), comida não sei o que, eu acho que isso não existe, nem no museu não tem, você vê só tem brinquedo ali na frente e só, então se pudesse tirar isso daí ia ser um fator primordial pra ter esse olhar de turismo mesmo, das pessoas irem conhecer o Bosque como no Rio, em São Paulo que a gente vai, a gente percebe que existe todo um trabalho envolvido pra que as pessoas conheçam e saiam satisfeitas, né, com o serviço (Agente de viagem, Nazaré. Pesquisa de campo. Belém, setembro, 2018).

Os macacos-de-cheiro, que integram o plantel da fauna livre do Bosque, têm acesso facilitado aos quiosques que comercializam alimentos no interior do jardim. Alguns visitantes alimentam de forma equivocada esses animais, mesmo com a sinalização de placas proibindo esta atitude. Esse comportamento dos visitantes estimula maus hábitos nos animais e os deixam vulneráveis para contrair doenças.

Com relação a assertiva que trata da necessidade de cercamentos nos jardins botânicos, devido à sua classificação na categoria de “áreas protegidas”, há o questionamento se o acesso

e a apropriação pelos usuários desses jardins são favoráveis ou criam uma espécie de “barreira social”. As respostas dos entrevistados tiveram posições quase que unânimes a favor do cercamento pela sensação de uma certa “segurança” que os muros e as grades representam.

Eu acho que não, eu acho que é uma questão de organização também, né, porque se ele ficar um ambiente totalmente aberto, pelo fato de ser um ambiente muito grande, não é como o forte ou uma praça que é algo mais contido, é muito mais difícil de ter mais segurança, aí o custo seria muito maior, teria que ter mais segurança, porque aqui dentro eu considero um lugar seguro, então eu posso vir, trazer minha câmera que, é um equipamento caro, e trabalho tranquilo, então, se fosse aberto eu ficaria um pouco mais receoso de fazer alguns trabalhos. Até a cobrança de ter que pagar algum valor, já impede que pessoas de má índole entrem, diferente, por exemplo, de uma praça; uma praça é um lugar totalmente aberto e mais fácil de alguém com má intenção fazer alguma coisa (Morador 2, Fotógrafo, Ananindeua. Pesquisa de campo, Bosque. Belém, 2018).

Sim, acho que dificulta mesmo, acho que já é um primeiro impedimento assim, mesmo que haja espaço público, às vezes a entrada é até gratuita, mas já causa um estranhamento, a pessoa já pode até desistir de ir só de ver um muro cria uma barreira (Pesquisador 2. São Paulo. Pesquisa de campo, Museu. Belém, setembro, 2018).

Não, acho que é necessário ter essa barreira, porque, por exemplo, aqui tem animais, é complicado não ter os muros, mas acho que teria que compensar na divulgação, fazer atividades, chamar mais o público, informações para os professores, pra comunidade em geral (Pesquisador 2. São Paulo. Pesquisa de campo, Museu. Belém, setembro, 2018).

Não. Não há outro jeito devido à depredação, né (Turista 1. São Paulo. Pesquisa de campo Museu. Belém, outubro, 2018).

Nesse sentido, ameaças e limitações à autonomia individual e coletiva em decorrência das transformações sociopolítico-espaciais podem gerar o que Souza (2008) chama de anemia do espaço público. Espaços públicos vigiados são anêmicos, mas não anômicos, pois não registram um relaxamento das normas que regem a vida de um grupo social, mas, ao contrário, são marcados pelo monitoramento que só restringem a privacidade, ameaçam a liberdade e espontaneidade.

Devido à cidade ser influenciada pelos processos advindos da urbanização, os impactos econômicos e sociais aos quais ela está submetida são notórios. Logo, a cidade representa a composição da associação entre a estrutura física e a produção humana que a transforma, e na qual a sociedade se constitui e se organiza há séculos. Nesse movimento, são estabelecidas as relações entre pessoas e grupos, resultando em composição de bens culturais e econômicos, formação política e religiosa (FRANÇA, 2018, p. 143).

Se pensarmos sobre os espaços vigiados considerados de acordo com a definição de Serpa (2009), veremos que no Mangal das Garças há “barreiras” para a livre circulação das pessoas. As normas de uso que regulam o espaço limitam este livre acesso em alguns espaços

e, em outros, não são as normas que o limitam, mas a falta de recursos financeiros para pagar o passaporte que dá direito à visita monitorada.

Os espaços livres caracterizam-se por ser um produto das relações das pessoas com o local, por ser intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos (SERPA, 2009, p.9).

Espaço de livre circulação de qualquer pessoa, nenhum impedimento. É importante pra qualidade de vida, pras pessoas terem uma noção de que o mundo não é só humano, tem animais, tem a flora, vegetais, fungos e tudo mais, a pessoa tem que ter uma noção disso (Pesquisador 1. São Paulo. Pesquisa de Campo, Museu. Belém, outubro, 2018).

Os entrevistados falam do acesso a esses espaços como locais de livre circulação, sem impedimentos, um lugar democrático.

Espaço público que esteja acessível a toda a população para que as pessoas possam ir independente de qualquer característica. Vim conhecer aqui, a partir da pesquisa que a gente tá desenvolvendo. É importante pra a população se conscientizar que precisa preservar, pensar no futuro, na biodiversidade, sustentabilidade e participar disso né, ser parte de tudo (Pesquisador 2. São Paulo. Pesquisa de Campo Museu. Belém, outubro, 2018).

O espaço público, segundo Leite (2004), possui sociabilidade pública com práticas interativas (conflitivas ou não) convergência de categorias espaço e ação. Leite (2004) fala ainda do lugar ou “espaço de representação cuja singularidade é construída pela territorialidade subjetivada, mediante práticas sociais e usos semelhantes”. Assim, segundo o autor, para que um espaço se transforme em lugar é necessário a convergência de sentidos atribuídos. Lugares possuem caráter simbólico convergente, sem serem um consenso. No contexto da globalização, a construção desses lugares é entrecortada pelas escalas global e local. Não há um sentido único de lugar porque as pessoas estão inseridas socialmente de forma diferente. Os lugares, portanto, são redes de relações e entendimentos sociais que se constroem em uma escala muito maior que no passado.

Espaço público é um espaço que não se caracteriza unicamente pelo local físico-geográfico, pois não é só o *locus*, mas sim, um espaço socialmente produzido com significados simbólicos para as pessoas que os visitam.

Em sociedades marcadas e estratificadas sobre a base da exclusão é central e crucial a possibilidade de ter acesso a outros espaços, como os jardins botânicos, espaço relacional onde se criam os sonhos, as vivências e a experiência do imaginário urbano (AMENDOLA, 2000). A contemplação, a interação, sociabilidade são expressas na fotografia 30.

Fotografia 30- Encontro entre amigos no Mangal das Garças



Fonte: Cardoso (2018)

O gosto, propensão e aptidão para a apropriação — material e/ou simbólica — de determinada classe de objetos ou de práticas classificadas e classificantes é a fórmula geradora que se encontra na origem do estilo de vida, de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, a mesma intenção expressiva (BOURDIEU, 2007).

Determinados espaços que se “democratizam” podem fazer com que diferentes espaços sejam frequentados por públicos socialmente diferentes que correspondem a classes sociais e idades diferentes. Particularmente, os públicos que acessam os usos do Bosque, do Museu e do Mangal possuem interesses diversos entre si. Assim, os sistemas das práticas e dos usos diversificados oferecidos em determinado momento, pelos jardins botânicos, a escolha dos “consumidores” potenciais está como que predisposta a exprimir todas as diferenças sociologicamente pertinentes nesse mesmo momento, ou seja, oposições entre os sexos, além de oposições entre públicos e classes sociais.

No Bosque, observou-se a frequência de grupo de idosos do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) do bairro da Pedreira, vinculado à Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), da Prefeitura de Belém. Aproximadamente 20 idosos participam das atividades do CRAS Pedreira (fotografia 31) e são monitorados por um educador social da FUNPAPA/PMB. Estes frequentam o espaço verde todas as terças-feiras do ano, a fim de realizar caminhadas ao ar livre, exercícios de alongamento e participar de projetos culturais, como, por exemplo, grupo de danças folclóricas. Segundo Relatório de Atividades SEDAEC/DGAE/SEMMA, estes idosos participaram de atividades culturais no Projeto Circuito Ecocultural do Bosque, como o Arraial Junino do Bosque, apresentando danças folclóricas e o Círio dos Idosos CRAS/Pedreira, uma procissão simbólica realizada por eles em homenagem à Virgem de Nazaré, padroeira dos paraenses (SEMMA, 2017).

Fotografia 31: Grupo de Idosos CRAS/Pedreira no Bosque



Fonte: acervo DGAE/SEMMA (2017)

Como bem explicita Serpa (2007), a acessibilidade pressupõe representações sociais carregada de simbolismos, com algumas interdições (barreiras físicas, paisagísticas, etc.) que dificultam a acessibilidade dos indivíduos no espaço. Em relação à barreira física, observa-se que no Bosque e no Museu não há acessibilidade para cadeirantes, no Bosque as trilhas são de areia, com muitas raízes expostas no solo, o que dificulta caminhar pelas trilhas, no Museu as trilhas também são formadas por areia, porém, em algumas partes do parque são formadas com pedras portuguesas, também pouco acessíveis. No Mangal há pouca acessibilidade para cadeirantes nas trilhas em concreto e muita incidência do sol em determinados horários.

7.4.1 A Experiência da visitação de turistas nos Espaços Públicos Verdes Urbanos Paraenses

Os espaços públicos verdes urbanos são considerados, na atualidade, como importantes espaços públicos para uso da cidade e como indutor do turismo, na perspectiva de respostas às demandas de lazer advindas do processo de industrialização e suas consequências, como, por exemplo, a dicotomia lazer-trabalho (BAHIA 2012, p.19), na qual o trabalho exerce centralidade e o lazer passa a ser visto como "tempo livre" em relação ao trabalho.

Quanto à presença de turistas nos EPVUs, observa-se nas entrevistas com agente de viagem e guia de turismo que raramente o serviço de visita guiada ao Bosque é oferecido aos turistas por parte de empresas prestadoras desse tipo de serviço, uma vez que o espaço verde não integra a rota do passeio turístico "tradicional", caracterizado como aquele realizado pelo centro histórico da cidade — os denominados "*city tours*" — comercializados pelas agências de turismo receptivo. Uma das justificativas é a falta de tempo dos turistas e a distância de

deslocamento entre Bosque e Mangal, no serviço oferecido como “*tour ecológico*”, conforme relato.

O *city tour*, na realidade, nós dividimos em três partes: o *city tour* tradicional, que é aquele que nós fazemos antes de ver os espaços novos, que é o Ver-o-Peso, a Basílica Santuário de Nazaré e o Emilio Goeldi. Nós temos o *city tour* cultural que nós visitamos o Teatro da Paz, o Pólo Joalheiro e nós visitamos o Museu de Arte, no Centro Histórico e nós temos o *tour ecológico*. O *tour ecológico* é o único que nós colocamos só dois parques, que é o Bosque Rodrigues Alves, que é o nosso jardim botânico, e digamos assim, que talvez seja um dos poucos jardins botânicos do mundo que tem a floresta nativa preservada e o Mangal das Garças, tanto pelo deslocamento do Bosque que é mais distante em relação aos outros, como também, embora lá a visita não seja tão demorada, mas, a gente tem que dar um pouco de atenção. E no Mangal também, a gente tenta pegar o Mangal logo no início da visita por causa do calor, porque as árvores ali ainda não atingiram seu tamanho. Cada passeio dura em média 4 horas (os dois parques). Visitamos primeiro o Mangal, a gente marca dez minutos antes da abertura do Mangal, que a gente se desloca dependendo do hotel do centro e, no caso, a gente faz a visita (agora a gente não está fazendo o Museu da Navegação, mas a gente faz o mirante, o borboletário, faz aquela parte dos pássaros, a gente só não leva lá no rio, porque aí a gente já demora muito e também porque a gente tem que aproveitar o horário da soltura de borboleta, que é às 10 horas da manhã e de lá nós nos deslocamos depois para o Bosque Rodrigues Alves. A gente também indica quando o turista vem fazer um outro *city tour*, nós damos essa referência do Bosque, até mesmo porque tem turista que vem passar três, quatro dias e eles tem que preencher aquele tempo, a gente dá informação que ele poderia ir de uber ou de fresquinho (ônibus com ar condicionado), ou ônibus que faz a rota até o Bosque (Guia de Turismo. Pesquisa de Campo, Belém, setembro, 2018).

Fotografia 32- Ônibus de Turismo no Museu Paraense Emilio Goeldi – Parque Zoobotânico



Fonte: Cardoso (2018)

Em alguns espaços do Mangal é notória a incidência do sol, o que faz com que a visita neste parque seja em um horário em que o sol e calor estejam mais amenos, pois as árvores ali ainda não atingiram um tamanho ideal que ofereça sombra suficiente aos visitantes.

Hoje as pessoas andam com muita pressa, então, normalmente, nós colocamos os *city tours* de acordo com as necessidades dos clientes, às vezes ele quer visitar esses espaços. Mas existe um roteiro também específico já dos pontos turísticos da cidade, em relação ao Museu, algumas vezes visitamos outras não, assim como o Mangal, enfim, porque existem vários roteiros turísticos onde podem ser colocados somente a visitação dos bosques, ou então, os bosques com outros pontos, Ver-o-Peso, Feliz Lusitânia, Teatro da Paz. Então, às vezes é necessário tirar alguma coisa, porque não

dá tempo (Agente de Turismo Receptivo. Pesquisa de Campo, Belém, setembro, 2018).

Nas entrevistas junto aos gestores dos EPVUs, quanto às estratégias utilizadas pela gestão para atrair a visitação de turistas nesses locais, observou-se nos relatos que, no Bosque, a única estratégia é a divulgação do espaço no site institucional. No Museu e no Mangal não é desenvolvida uma estratégia específica para atração de turistas, já que esses espaços já figuram nos roteiros comercializados pelas agências de turismo receptivo, no *site* da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR) e em *sites* que oferecem informações e serviços turísticos.

Importante ressaltar que, para que um jardim botânico possa atrair visitantes e nele ocorra o fenômeno turístico, é necessário apresentar “relevantes elementos da natureza, notadamente, paisagem e espaços de conservação, assim como representar a história, a cultura e a sociedade na qual está inserido” (PEDRON, 2013, p. 141).

A internet e as redes sociais possibilitam aos turistas acesso às informações sobre os mais variados destinos turísticos no mundo todo. Dessa forma, suas escolhas são direcionadas pela quantidade e qualidade das informações prestadas pelas agências de turismo, meios de hospedagem, restaurantes, teatros, parques, jardins e pelos órgãos governamentais responsáveis pelo desenvolvimento turístico de uma localidade. Alguns *sites* como, por exemplo, o *tripadvisor.com*, *airbnb* e a *cvc* também divulgam em suas páginas o espaço verde. No site *tripadvisor.com*, o Bosque Rodrigues Alves possui uma página com acessos que registram 827 comentários, tanto positivos, quanto negativos sobre o espaço verde. Infelizmente, as avaliações mais recentes são negativas, reflexo da falta de investimentos pelo poder público e falta de uma gestão mais democrática e participativa que oportunize a comunidade a ser parte desse processo de gestão.

Ótimo parque, o parque é belíssimo, mas falta investimentos do poder público em manutenção predial, bem como para com os animais. (turista de Mauá, SP, comentário postado em 25.01.2019).

Sem investimentos, local precisa de investimentos, já não é mais o mesmo, precisa de atenção, manutenção e muitos cuidados com a área. (turista de São Paulo, comentário postado em 04.01.2019).

Um pedaço da floresta amazônica dentro da cidade. Lugar tranquilo, lindo e romântico ideal para um passeio em família ou com a namorada/esposa. Muito verde e alguns animais da região amazônica. (turista de São Paulo, comentário postado em 11.12.2018).

Lastimável, deveria ser um lugar preservado, onde as pessoas pudessem fazer um passeio agradável e admirar um pouco a natureza. Mas infelizmente, nesse local nos deparamos com sujeira, maus tratos com a natureza. Acho que não deveriam permitir aquelas vendinhas dentro e nem brinquedinhos de parque infantil, isso tira todo o sentido do jardim botânico. (turista de Mossoró, Natal, comentário postado em

19.10.2018).

Extenso Bosque com alguns exemplares da fauna e flora amazônica situado no meio da cidade, ingresso barato. (turista de Panambi, RS, comentário postado em 18.10.2018).

Também no site *tripadvisor.com*, o Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi possui uma página que registra 1.664 avaliações. Os comentários dos turistas sobre o espaço verde, diferentemente do Bosque, são mais positivos do que negativos.

O parque é um refúgio do extremo calor da cidade. Um verdadeiro pedacinho de floresta no meio da correria da cidade, perfeito para descansar, respirar um ar ainda mais puro e contemplar o verde. O parque tem vários exemplares de plantas nativas, além de exemplares de animais. E tem um laguinho lindo com vitórias-régias. É realmente um presente passear por um parque desse após andar pela cidade” (turista de São Paulo, comentário postado em junho/2019).

Simplesmente um lindo lugar, em meio ao verde...plantas e árvores típicas da região...pássaros e outros animais como tartarugas, jabutis, cobras...tem uma lojinha maravilhosa de artesanato, junto a loja tem uma lanchonete. Há também uma barraca com comidas típicas, eu comi vatapá, estava uma delícia. O local fica bem no centro da cidade próximo à Praça da República, tudo lindo e organizado, tem uma lagoa linda com vitórias-régia...lindíssima! Lugar ótimo para passar uma manhã de longas caminhadas! (turista de Canoas, RS, comentário postado em fevereiro/2019).

Mal conservado, precisando de reformas, funcionários, placas explicativas, guias circulando no parque, manutenção da infraestrutura em geral (turista de Juazeiro do Norte, PE, comentário postado em maio/2019).

No mesmo site *tripadvisor.com* o Parque Naturalístico Mangal das Garças possui uma página que registra 5.049 avaliações. A quantidade de comentários sobre esse espaço verde é superior em relação ao Museu e ao Bosque, o que comprova que o espaço é mais visitado por turistas. Semelhante ao Museu Goeldi, as avaliações dos turistas sobre o Mangal das Garças são mais positivas do que negativas.

Um oásis em Belém, lugar bem conservado com borboletário, torre de observação, lago e restaurante manjar das garças. Vale a pena a visita (turista de Campinas, SP, comentário postado em julho/2019).

Um lugar que você não pode deixar de conhecer. Lindo, lindo! Rende lindas fotos! Funcionários atenciosos e simpáticos! A vista de cima do farol é espetacular! Vale muito a pena! (turista de Teresina, PI, comentário postado em julho/2019).

Parque extremamente bem cuidado, com 4 atrações distintas, onde paga 5 reais por cada uma delas. O mirante, borboletário, museu e viveiro. Muito bonito e agradável. Vale a pena! (turista de São Paulo, SP, comentário postado em julho/2019).

É muito bonito om toda aquela vegetação amazônica em pleno coração da cidade. O parque é enorme e muitas variedades de plantas e bichos podem ser vistos pelo parque. Tem vários setores para a visitação como borboletário, museu e mirante, mas todos pagos. Não é caro cada um, mas todos já fica mais caro apesar de existir um passaporte

com desconto. Mas, por ser um passeio ótimo para crianças, se for uma família aí fica mais caro. O estacionamento também é pago por hora, fui de uber. Tem um restaurante caro para padrões médios. Bom mesmo pra passear e sentar na sombra tentando se refrescar com a brisa do rio Guamá e depois ver o final do dia no mirante sobre o rio que é de graça. Se tiver tempo, vá (turista de Vitória, ES, comentário postado em junho/2019).

Gândara, (2011) afirma que as experiências e sentimentos que o fenômeno turístico propicia são as emoções, encantamentos, sonhos e vivências que são utilizados para entreter, fascinar e cativar o turista resultando em conhecimento e valores. Estas experiências e sentimentos foram percebidos nos comentários expostos.

Em relação ao Bosque Rodrigues Alves, apesar de figurar como atrativo turístico da cidade, a divulgação do espaço tanto pelo órgão gestor de turismo do município de Belém, a Coordenadoria de Turismo de Belém (BELEMTUR) quanto pela própria gestão do Bosque é incipiente, como pode ser confirmado na fala:

Tem época que eles estão aqui que é mês de julho e janeiro que é as férias e no círio. Nós temos alguns folders e, atualmente, é só isso que a gente faz, distribui pra alguns turistas e quando eles pedem algum guia pra orientar, a gente consegue aqui. Em termos de site, eu não sei o que acontece, as pessoas vêm aqui dizem que o Bosque funciona até às 17 horas, o próprio Bosque não tem né, devia ter o próprio site do Bosque, as pessoas que vem visitar o Bosque e olham nos sites não atualizados, não sei te falar, talvez de agência de viagem (Gestor 3, Bosque (2016-2019). Pesquisa de Campo, Belém, outubro, 2018).

Nessa mesma direção, a fala do autorizatário de quiosque no Bosque ratifica o período em que a presença de turistas no jardim é percebida, o que favorece o consumo de produtos no local.

Mês de julho e outubro que venho é quase todos os dias, né porque é quando tem turistas e final-de-semana e feriado. Turistas estrangeiro ultimamente vem mais passear, ver a fauna, a flora, isso que importa mais pra eles, né. Agora turista brasileiro eu atendo aqui direto, principalmente agora, na época de festividade, né (Círio), aí tem muito e atendo eles depende dele vir pra cá, né. Agora inaugurou o Parque do Utinga, aí eles estão indo mais pra lá, mas aqui não deixa de faltar também, não deixa de ter visitante aqui (Autorizatário, 25 anos, Quiosque 1. Bosque. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Para o turista que está em um curto período de visita na cidade, observa-se a falta de informação sobre o Bosque, fundamental para esse tipo de visita. Os turistas que acessam o Bosque, por vezes vem sozinhos, ou são trazidos por familiares ou amigos, conforme relato.

Sou do Rio Grande do Sul e estou há cinco dias em Belém, vim para participar de um congresso e me informaram no hotel que tinha o bosque aqui. Vim por conta própria em busca do verde, da natureza. A preservação da natureza é positiva, é um fator importante em uma cidade, mas tem lixo espalhado pelo parque. As pessoas tinham

que ter um cuidado a mais, receber algumas orientações (Turista1, Bosque. Pesquisa de Campo, Belém, novembro, 2014).

Apesar desse potencial turístico, a partir do estudo no espaço público, diferentemente do Museu e do Mangal, o que se percebe é que a maioria dos frequentadores não vai até o Bosque guiados por uma agência de turismo, com a presença de guias e suporte de ônibus de turismo. Ao contrário, o que se percebe são turistas sozinhos ou em pequenos grupos acompanhados de parentes ou amigos, descobrindo o Bosque de forma autônoma ou pela internet. Do ponto de vista da experiência, pode-se dizer que esta é mais espontânea, mais aberta à diferença e mais próxima daquela do *flaneur* moderno. Porém, justamente por essa liberdade e espontaneidade (decorrente da falta de uma visita monitorada), a mesma corre o risco de ser mal aproveitada quanto à apreensão de informações históricas, culturais ou mesmo sobre uma melhor compreensão da biodiversidade presente no local.

Em relação ao monitoramento de visitas disponibilizado pelos EPVUs, no Mangal o serviço de monitoramento aos turistas e residentes é oferecido pela gestão gratuitamente através do projeto “Roteiro Expresso”.

Além desses usos que qualificam os EPVUs, na cidade, estão acontecendo atualmente nos espaços verdes visitas de estudantes e professores oriundos de outros estados do Brasil, a exemplo de São Luís e São Paulo, bem como de municípios do Pará, a exemplo de Abaetetuba, Castanhal, Vigia e ilhas do entorno da cidade, como Ilha do Mosqueiro e Ilha do Outeiro, em um segmento denominado “excursionismo educacional ou turismo pedagógico”⁵⁶ (fotografia 33).

O ensino em jardins botânicos pode criar oportunidades para que as pessoas aprendam mais sobre plantas, seus habitats e as ameaças que elas enfrentam. Além disso, pode ajudá-las a compreender o papel dessas instituições na conservação das plantas e desempenhar um papel importante no desenvolvimento de atitudes, comportamentos e habilidades necessários para resolver problemas ambientais. Através do ensino em jardins botânicos, as pessoas podem conhecer o seu lugar no ecossistema e explorar maneiras de reduzir o seu impacto sobre o meio ambiente (WILLISON, 2003).

⁵⁶ Esses dados são encontrados nos Relatórios de Atividades/2018 dos EPVUs (BRAJZBA, MPEG/PZB, PNMG) (SEMMA, 2018).

Fotografia 33: Turismo Pedagógico no BRAJZBA



Fonte: Cardoso (2017)

Os jardins botânicos são também “escolas” que informam, trocam e guardam conhecimento. As plantas e árvores guardam e contam a história de uma sociedade, de uma cultura. Através da conservação *ex situ* levam conhecimento para outros jardins na dispersão de sementes e exemplares de plantas. Também através da conservação *ex situ* é possível subsidiar programas de educação botânica e divulgação científica nas instituições de ensino, em museus, parques, jardins e demais áreas verdes.

O Bosque, o Museu e o Mangal possuem importante potencial turístico, uma vez que abrigam vários símbolos e signos que os categorizam como espaços de vivências da história e da cultura amazônica, retratados nos monumentos, na arquitetura, nas exposições, bem como abrigam uma importante diversidade de espécies da fauna e flora do ecossistema amazônico, o que possibilita o contato do visitante com a natureza. Entretanto, o Museu e o Mangal recebem maior visitação de turistas em seus espaços públicos, diferentemente do Bosque, onde não há o controle de visitação de turistas, pois o turista acessa o espaço pela aquisição do ingresso na bilheteria, quase que como no anonimato, sozinho ou com amigos e familiares, se mistura aos demais visitantes (moradores da cidade).

Quadro 13: Principais Usos e frequência dos Visitantes dos EPVUs Paraenses

VISITANTES	USOS	BOSQUE RODRIGUES ALVES	MUSEU GOELDI	MANGAL DAS GARÇAS
MORADOR	Passeio, diversão, encontro com amigos, familiares, lembrança da infância, interação, sociabilidade	Frequente	Frequente	Pouco Frequente
TURISTA	Usos diversos (visitação, trilhas ecológicas, curiosidades sobre a fauna e a flora amazônica, consumo de artefatos da cultura local e da gastronomia paraense)	Pouco Frequente	Frequente	Frequente

INSTITUIÇÕES DE ENSINO (PROFESSOR /ESTUDANTE)	Usa o espaço para atividades educativas, aulas passeio (público de instituições de ensino pública, privada que utilizam o jardim para práticas de educação ambiental)	Frequente	Frequente	Frequente
PESQUISADOR	Observação, Coleta de dados para pesquisa científica da fauna e flora amazônica	Frequente	Frequente	Frequente
INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS	Usam os jardins para meditação, renovação da fé, lazer, (brincadeiras), sociabilidade	Frequente	Frequente	Pouco Frequente
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	Socialização, encontro de colaboradores, ações educativas, atividades ao ar livre (caminhada)	Frequente	Pouco Frequente	Pouco Frequente
GRUPOS DE IDOSOS	interação, sociabilidade, lazer, atividades culturais e físicas (caminhada) resgate e/ou elevação da auto-estima	Frequente	Frequente	Pouco Frequente
PRÁTICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS	Práticas corporais, objetivando saúde, bem-estar, melhoria da qualidade de vida	Frequente	Pouco Frequente	Pouco Frequente

Fonte: Elaboração própria com base nas observações de pesquisa de campo (2018).

7.5 Jardins Botânicos Paraenses e o trabalho em rede: o papel da RBJB

Analisa-se, neste ponto, a participação dos espaços públicos verdes urbanos paraenses na Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB). Os dados foram coletados através de análise documental, *websites* institucionais e entrevistas junto aos agentes sociais que se relacionam direta e indiretamente com os espaços verdes analisados.

Os jardins botânicos têm contribuído para a conservação da flora mundial. Ao longo do tempo, inserem-se na dinâmica das cidades em questões relativas ao meio ambiente, como as coletas botânicas e o resgate de espécies de plantas, visando enriquecer as coleções de plantas vivas e bancos de sementes das instituições além de promover o intercâmbio de exemplares (BGCI, 2001).

Os principais objetivos da RBJB são promover a cooperação entre jardins botânicos e instituições congêneres, estimular o estudo da botânica e a conservação da biodiversidade e apoiar a criação e o desenvolvimento de novos jardins botânicos (BGCI, 2001).

Neste sentido, buscou-se compreender se a participação em rede dos jardins botânicos urbanos paraenses é importante para reconfigurar a gestão e de que maneira isso produz e reforça *habitus* entre os gestores.

Olha o jardim botânico eles têm uma importância muito grande na preservação de recursos genéticos, são guardiões de material genético de qualidade, principalmente representando uma unidade né, de vegetação. O Bosque adquiriu esse título na época porque ele já é por si só um fragmento de vegetação nativa que ocorria dentro do município de Belém, guarda importante material de vegetação e da flora do nosso município, mas ele nunca conseguiu se estabelecer enquanto jardim botânico, justamente porque ele não tem todos os procedimentos, ele não tem o planejamento né, os gestores as vezes não conseguem desenvolver os projetos de jardim botânico porque estão preocupados em como vão manter ele funcionando aberto né, então, tem muitas dificuldades aí que acabam desconfigurando o papel dele enquanto jardim botânico, ele acaba não exercendo esse papel que seria ter as coleções específicas, ter todo seu arquivo catalogado, disponibilizado, ser cuidado como é (Eng^a Florestal/UFRA, Gestora 1, Bosque (2005-2006). Pesquisa de campo. Belém, dezembro, 2018).

Como pode ser constatado no relato da entrevistada, o Bosque não consegue efetivamente assumir o papel de jardim botânico por uma série de fatores que necessitam ser ajustados pela gestão para atender os critérios do plano de ação para jardins botânicos. Além dos listados no trecho da entrevista, as principais dificuldades enfrentadas pela gestão do Bosque são: a falta de recursos financeiros, a burocracia da estrutura institucional e a falta de pessoal técnico qualificado. Esses fatores dificultam as ações da gestão em implementar um plano de ação para o jardim, a fim de organizar o acervo das coleções de plantas devidamente catalogadas, realizar pesquisas científicas que possam ser replicadas no interior do jardim e divulgadas amplamente para a sociedade que ainda desconhece o potencial e o valor científico daquela floresta urbana. Todos esses fatores associados a outros já mencionados acabam por desqualificar o seu papel enquanto jardim botânico.

Você fazer parte da Rede significa você integrar e procurar conhecimento em outros jardins botânicos fazer uma integração como um todo, mas, atualmente ainda tá muito fraco, eu considero muito fraco essa nossa integração com os outros jardins botânicos, né. A Rede precisa que a gestão do Bosque seja mais ativa junto à Rede, procure mais a informações na Rede. Dá uma dificuldade porque nosso dia a dia é muito complicado aqui, né, a gente não tem aqui no Departamento, uma divisão ou uma gerência que cuidasse exatamente dessa ligação do jardim botânico com a Rede Brasileira de Jardins Botânicos e os outros jardins botânicos do Brasil, não só do Brasil, mas do mundo todo, porque o Bosque é reconhecido mundialmente como jardim botânico, tá lá, a gente é o único jardim botânico com floresta nativa, os outros jardins botânicos todos foram plantados. Hoje a gente já tem Manaus ampliaram a área verde nativa de jardim botânico, mas o nosso foi o primeiro e único jardim botânico nativo, né. Na verdade, é questionável esse nativo, porque muitas espécies já foram introduzidas e tudo mais, mas eu acho que a relação com a rede é muito fraca. A Rede tem como ajudar? tem, nas legislações, na certificação do jardim botânico (Agrônomo, Gestor 2, Bosque (2011-2013), Membro RBJB. Pesquisa de campo, setembro, 2018).

Isso é questionável porque o Bosque já é considerado jardim botânico desde 2002 e até a presente data não conseguiu avançar na sua certificação, categoria C provisório. Na narrativa

abaixo é possível perceber que há um distanciamento da RBJB em relação à a gestão do Bosque no que tange as ações para o jardim botânico.

Durante esses dois anos e oito meses que eu estou na Chefia de Divisão do Bosque, eu não vejo retorno nenhum da Rede, eu já participei de um encontro, não vi nada que favoreça a gente lá, nada de nada, nós estamos em uma situação muito difícil. Somos associados, mas não temos retorno de nada. Na condição que está aí, a gente faz o que pode e só trabalha quem gosta. Olha, com a dificuldade que passamos e com a estrutura que temos acho difícil chegar lá em cima né, temos problemas muito grande de infraestrutura do próprio Bosque (E. Médio, Gestor 4, Bosque (2016-2019). Pesquisa de Campo. Belém, outubro, 2018).

Outra questão apontada pelo entrevistado que é ex-gestor do Bosque e membro do Conselho Fiscal da RBJB é que, integrar de forma holística os jardins e a RBJB requer uma engenharia. Este entrevistado teve a oportunidade de vivenciar os dois lados da situação, o lado da gestão municipal e todas as dificuldades que a envolvem e, de outro lado, integrar o Comitê Executivo da RBJB. Essa dificuldade da gestão torna mais evidente a falta de equipe técnica capacitada para atuar nos assuntos inerentes ao jardim botânico junto a RBJB, uma vez que a importância da floresta nativa é um dos diferenciais do espaço verde secular e de grande importância na preservação de recursos genéticos da Amazônia.

No que concerne às questões inerentes à importância desses espaços verdes terem ou virem a ter *status* de jardim botânico, integrarem a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB) e seguirem as diretrizes da Resolução CONAMA 339/2003, nas percepções dos entrevistados (Bosque, Museu e Mangal) há o indicativo de que reconhecem como importante ter o título, entretanto, o *feedback* desse *status* ainda não trouxe grandes vantagens para os espaços públicos verdes urbanos de Belém como pode ser observado nos relatos a seguir.

Como impacto positivo da gestão destaca-se o fato de o Bosque, patrimônio secular de Belém/Pará, integrar desde julho de 2002, a Rede Brasileira de Jardins Botânicos. Como impactos negativos está o fato de não conseguirmos conquistar este ano, a certificação na Categoria C definitiva, tendo em vista que necessitamos de investimentos financeiros e parcerias para atender as normas da RBJB (Bacharel em Direito, Gestor 3, Bosque (2013-2014). Pesquisa de Campo. Belém, agosto, 2014).

Segundo o ex-gestor, tal concepção traz impactos positivos e negativos para a gestão do espaço público verde, bem como para o uso de instrumentos utilizados para nortear o planejamento e a gestão. Se, por um lado, em função de sua concepção o Bosque passou a ser um membro da RBJB, por outro lado, passou a ter que cumprir determinadas metas e normas impostas pela Resolução CONAMA 339/03. Assim, o processo de gestão precisa de apoio e investimentos para alcançar uma certificação definitiva enquanto jardim botânico, tendo em vista que o espaço ainda tem a certificação C provisório.

Entretanto, de acordo com a narrativa do atual gestor do Bosque, já mencionada anteriormente, o fato de ser membro da RBJB não configurou ganhos significativos para o espaço verde, no sentido de que não houve retorno positivo desse trabalho em rede.

Observa-se que os problemas que a gestão do Bosque enfrenta, relacionados a falta de recursos financeiros, falta de infraestrutura, falta de equipe técnica capacitada, falta de equipamentos e materiais, superam as questões inerentes ao estudo da botânica, à conservação das espécies da floresta nativa e à participação em rede.

Pra ti ter uma ideia, lá dentro do acervo vivo do Bosque, a gente tem o registro de oito árvores tipo né. No período em que fiquei como gestora lá, eu fiquei procurando essas plantas e consegui identificar apenas uma árvore tipo lá (árvore tipo é a planta utilizada para descrever a espécie pela primeira vez, então, é a planta que serve de registro pra dizer olha essa espécie foi descrita a partir da coleta desse material). Então, a gente conseguiu identificar uma espécie *Apocynaceae* e um dia eu cheguei lá, ela tinha sido derrubada, ela foi retirada do Bosque. Eu perguntei por que, responderam ‘ah porque ela estava ameaçando cair em cima de um prédio’. Então, pra ti ver que falta muito entendimento do que é uma floresta que guarda um material muito importante e que tinha que ter sido tomada outra decisão, mas as pessoas nem sabiam que aquilo era uma planta tipo, apesar dela ter sido sinalizada na época, mas tinha se perdido a sinalização (Eng^a Florestal/UFRA, Gestora 1, Bosque (2005-2006). Pesquisa de campo. Belém, dezembro, 2018).

Esse relato reflete a falta de equipe técnica capacitada, pois de acordo com o relato poderia ter sido dada uma outra alternativa para o problema. Também fica evidente a importância da elaboração do plano de manejo, ainda inexistente para o tratamento das questões do jardim como um todo, especialmente da flora do Bosque que poderia contribuir para o zoneamento, minimizar os problemas relacionados as plantas e árvores, especialmente as árvores centenárias ainda encontradas no interior do jardim, dentre outros.

Em relação aos critérios utilizados para a certificação de jardim botânico, de acordo com o relato do entrevistado percebe-se que há um entrave burocrático no processo de reconhecimento de um espaço público verde, como por exemplo, o Mangal das Garças.

Estive como responsável técnico por dois anos e quatro meses, na verdade, iniciamos este processo de reconhecimento, haja vista que o parque de fato é um jardim botânico representativo da região Amazônica. Esta iniciativa é positiva para que o parque seja reconhecido legalmente, até mesmo para participar de programas que viabilizem a conservação da flora que está abrigada e mantida em conservação no Parque. Acredito que a morosidade neste processo, bem como as divergências entre os órgãos competentes, acaba burocratizando demais este processo, o que acarreta na desistência por muita das vezes (Biólogo, Coordenador do Núcleo Técnico (2016-2018), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, outubro, 2018).

Esse depoimento do entrevistado refere-se ao fato de que o Parque Naturalístico Mangal das Garças é apenas associado à RBJB, o que inclui participar das reuniões regionais, mas, este parque ainda não possui o *status* de jardim botânico, devido aos entraves burocráticos para a

finalização do processo de sua certificação.

Dentre esses entraves inclui-se o fato de Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos (SNRJB), mantido pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ), através da Diretoria de Pesquisa (DIPEQ) e da Comissão Nacional de Jardins Botânicos (CNJB), que analisa os processos para criação, troca ou manutenção de categoria dos jardins botânicos brasileiros não ter mais se reunido desde 2015. Ainda em relação aos critérios usados pela rede para avaliar a gestão do jardim botânico percebe-se alguns problemas de relação interpessoal entre os membros da CNJB e o Comitê Executivo da RBJB.

Sobre esse assunto, a pauta da reunião do Comitê Executivo da RBJB, que aconteceu nos dias 19 e 20 de abril de 2018, resultou na elaboração do documento intitulado “Documento Colaborativo para Nova Normativa para os Jardins Botânicos” que foi encaminhado ao SNRJB. O referido documento trata de uma proposta de uma nova normativa para Jardins Botânicos. O teor deste documento informa que “o Jardim Botânico do Rio de Janeiro suspendeu temporariamente o processo de registro e elaborou uma proposta de nova Resolução CONAMA” (transcrição literal da mensagem original enviada pelo SNRJB). Na sequência solicita a colaboração da RBJB para o aprimoramento da proposta da nova Resolução (RBJB, 2018) (RBJB, 2018).

O Comitê Executivo da RBJB, durante a reunião ordinária atendeu ao pedido do SNRJB, em 20 de abril de 2018, informando o que segue:

Na XXIV Reunião da RBJB, realizada em Belém do Pará, no auditório do MPEG, em 06.11.2017, foi apresentado um informe institucional com a cronologia e as ações do SNRJB, com o título “Histórico Nacional de Registro de Jardins Botânicos e do Programa de Apoio aos JB’s . Este documento reforça a permanência da representação da RBJB na Comissão Nacional de Jardins Botânicos e reforça o item II da Resolução Conama 339, de 25 de setembro de 2003, que autoriza a participação de dois representantes da RBJB na composição da referida comissão, não aceitando, portanto, a sua retirada nominal (RBJB, 2018).

O documento conclui que a RBJB se manifesta contrária à suspensão dos processos de Registro e Enquadramento dos Jardins Botânicos no SNRJB, informa que esse expediente não tem justificativas convincentes ou amparo legal, mesmo que de forma temporária. Posteriormente, indica e solicita novamente ao MMA, no uso de suas atribuições e competências, que faça a imediata nomeação dos membros da CNJB, com qualquer número de representações e indicações designando seu presidente, dando posse a seus membros, para que se possa retomar a análise dos processos e registro de enquadramento. A RBJB reitera o compromisso de continuar participando da CNJB e indica seus representantes (RBJB, 2018). Todo o teor do documento vem ratificando a importância da representatividade da RBJB, na

referida comissão, como elo no trâmite processual para aquisição, troca ou manutenção de registros e enquadramentos de jardins botânicos brasileiros.

Olha, a rede brasileira como uma instituição que congrega todos os jardins botânicos né, ela vem trabalhando junto ao governo federal pra que se tenha essa possibilidade de ajudar essas instituições, a gente tem ainda na maioria dos jardins botânicos sempre atrelado ou ao governo estadual ou a governo municipal, então isso causa uma dificuldade muito grande de você conseguir recursos (Agrônomo, Gestor 2, Bosque (2011-2013), Membro RBJB. Pesquisa de campo, setembro, 2018).

Observa-se claramente, a relação de conflito e disputa por poder entre os entes, já mencionada anteriormente em algumas falas dos gestores e educadores ambientais entrevistados, como por exemplo, neste trecho da entrevista com a gestora do MPEG/PZB.

Positivamente favorece nas diretrizes maiores que a gente tem que seguir como jardim botânico pra a gente ser enquadrado como jardim botânico A, B, C, enfim, então, quais são as regras, e o que a gente tem que ter como documentação, principalmente dá o norte daquela documentação que a gente precisa ter, O ponto negativo é que tá tudo parado né, a Rede Brasileira de Jardins Botânicos ela continua funcionando, nós tivemos uma reunião que foi aqui no museu no ano passado, mas a gente tem problemas de gestão entre o órgão que é o executor das políticas de jardim botânico que é o Jardim Botânico do Rio de Janeiro com a gestão da Rede Brasileira. Então, hoje existe um problema de gestão né, e isso tem sido muito negativo, porque na verdade a Resolução do CONAMA tá “sem pai, nem mãe”, digamos assim né, ela não tá sendo efetivamente utilizada e isso traz problemas pro gestor (Geóloga, Gestora 2 (2014/2019) Comunicação e Extensão - MPEG/PZB. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Os conflitos ocorrem em função dos diferentes interesses entre os agentes e a disputa de poder emanada desses interesses, como pode ser observado neste trecho da entrevista com ex-gestor do Bosque e Membro do Conselho Fiscal da RBJB, ao ser arguido sobre o papel das instituições gestoras dos jardins botânicos federal, estadual e municipal em relação às ações realizadas pela Rede.

Eu acho que ainda tá muito fraca, a gente ainda tá muito distante dos centros de decisão. Tá tendo na verdade, um ajuste na RBJB, tem uma briga política na história né. Tem de um lado um grupo e do outro lado outro grupo e eles não estão se entendendo. A gente precisa de uma unidade, na verdade, na Rede. O Presidente tenta reunir todos os jardins botânicos, foi um cara que descentralizou a gestão que era só do Rio e ele tentou levar pra outro lugar e ele não foi bem aceito por alguns dirigentes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e teve alguns associados de outros jardins botânicos de fora que também não apoiaram a gestão dele, né, que não estou me lembrando agora, inclusive que boicotaram algumas ações dele, né, e ele vem ao longo do tempo, tá como presidente de novo, mas já tá querendo sair, teve eleição ano passado e foi eleito presidente de novo, mas ele não tá muito satisfeito, tá esperando terminar na verdade esse governo federal, pra ver o que é que se ganha na frente, mas ainda é muito dissociado norte, do sul, do sudeste, do nordeste, pra a gente ter uma integração pra gente trabalhar uma linha só de pensamento e de ações de melhorias pros jardins botânicos (Agrônomo, Gestor 2, Bosque (2011-2013), Membro RBJB.

Pesquisa de campo, setembro, 2018).

O MPEG/PZB foi o primeiro parque na Região Norte a integrar a RBJB, em 1991 e ter o *status* de jardim botânico, inclusive passou a atuar com um representante na Comissão de Educação Ambiental (CEA), cujo objetivo era estimular o desenvolvimento da educação ambiental por meio do projeto jardim botânico vai à escola implementado em algumas ações nos jardins botânicos paraenses (Bosque e Museu).

Nesses 123 anos, eu percebo que esse parque tem um grande valor do ponto de vista científico também, porque você ainda encontra aqui algumas espécies que estão ameaçadas de extinção. Nós temos por exemplo, a parte do mogno, do cedro, você tem aqui uma relação da própria importância da educação ambiental que trabalha, por exemplo, com as pomáceas, que trabalha explorando o significado dessas plantas seja do ponto de vista cultural, seja do ponto de vista etnobotânico através de trilhas, percursos, vivências, né, então é necessário que a gente trabalhe uma imagem de criar um todo integrado, que há essa importância dessa floresta, Então, eu penso que esse valor tem que ser mais ampliado, ele tem que ser mais internalizado e a cidade de Belém, ela é uma cidade que eu vejo que cada vez mais ela tá se organizando de uma forma que não tá cultivando seus quintais, seus jardins, né, e a nossa referência é uma referência muito integrada com a questão dessa tradição da floresta.. Então, eu percebo que a gente precisa ter ainda uma ação mais ampla sobre isso, né (Belém Libras, Museóloga, 22 anos. Gestora 1 (Setor de Educação - MPEG/PZB). Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Quando você segue as legislações é sempre mais adequado porque você tem um poder de barganha melhor com relação as instâncias superiores maior (sic). Aqui, por exemplo, com relação ao diretor, o diretor com relação ao ministro, porque isso?, porque quando tem uma lei, apesar de ser uma Resolução, você tem uma chance maior de conseguir implementar uma política pra aquele negócio que é necessária, quando não se tem fica muito no vazio, então por isso que é interessante (Engº Agrônomo, 15 anos. Coordenador do Setor de Flora, MPEG/PZB. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Conforme mencionado anteriormente, a CNJB não realizou nova eleição de seus representantes para atuar nos processos avaliativos dos jardins botânicos brasileiros, como pode ser observado nesta fala do membro da RBJB.

A Resolução CONAMA 339, tá sendo revista. Você tinha assim, só os jardins botânicos credenciados à Rede, hoje já tem pessoas físicas que podem fazer parte da RBJB, então, a Presidência que tá lá na Rede tá tentando mudar essa legislação, pra mudar essa avaliação pra cada jardim botânico, que seja olhado as características da tua área, da tua região onde o jardim botânico tá localizado, porque quando foi feito esses critérios de avaliação pra categorizar os jardins botânicos, foi colocado um único que foi o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, aquele era o padrão A, os outros menos algumas coisas, padrão B e outros padrão C. Então, tá sendo revisto isso, pra que você tenha todos os jardins categorizados, não é como a gente tá hoje, a gente tá com uma pendência, não é nem categoria C, a gente tá ali ainda balançando não só nós, mas vários outros jardins botânicos. Então, a Rede Brasileira ela é um parceiro importante nessa categorização de jardins botânicos e na mudança dessa categorização, a gente tá em mudança de governo, bora vê se consegue que se faça alguma mudança na Resolução do CONAMA pra que a gente possa ter uma legislação que apoie mais os

jardins botânicos (Agrônomo, Gestor 2, Bosque (2011-2013), Membro RBJB. Pesquisa de campo, setembro, 2018).

Sobre a questão dos procedimentos avaliativos, através do Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ)⁵⁷, a Comissão que analisa os relatórios que são submetidos à avaliação para mudança ou permanência de categoria está reformulando estes critérios para os jardins botânicos, na tentativa de levar em consideração as especificidades e características regionais de cada jardim botânico brasileiro.

Em relação aos critérios utilizados pela Comissão Nacional de Jardins Botânicos Brasileiros para o registro e enquadramento de instituições (Resolução CONAMA 339/2003), no Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos (SNRJB), mantido pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ), o entrevistado comenta.

Eu acho que são critérios bons, eu não sei se nós conseguimos fazer todos eles por conta da necessidade que esbarra novamente em questões financeiras, mas eles (RBJB) tem uma espécie de “manobra”, mas não no mal sentido, que você pode se associar a outras instituições, por exemplo, um herbário, nós já temos né, por isso a gente não sofre muito vamos dizer, eh um banco de sementes, você pode se associar ao da EMBRAPA, então, eu acho as normas boas, eu não sei lhe dizer se poderia melhorar com alguma outra coisa, mas a grosso modo de uma maneira geral são conivente (Eng^o Agrônomo, 15 anos. Coordenador do Setor de Flora, Museu. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Olha os critérios eles são muito bem fundamentados para realmente a questão de jardim botânico só que não considera as especificidades de cada jardim botânico né, porque parte do princípio de que um jardim botânico é formado a partir de uma coleção de plantas, a pessoa vai coletando, vai plantando, vai montando aquele jardim representativo guardando material genético que pode ser daquele bioma ou não, pode ser de diversos biomas O Bosque, por exemplo, é um caso à parte, ele já é uma floresta nativa, ele nem consegue se enquadrar dentro desses critérios atuais, exatamente por isso, porque ele não guarda material, ele não recebe, ele não foi plantado, ele já existia e foi cercado, delimitado e passou-se a conservar aquelas árvores ali. Então, na verdade ele é uma área de relevante interesse ecológico, seria uma ARIE, que é uma categoria do SNUC, como Unidade de Conservação (Eng^a. Florestal/UFRA, Gestora 1, Bosque (2005-2006). Pesquisa de campo. Belém, dezembro, 2018).

Entre os agentes sociais entrevistados do MPEG/PZB, apenas o ex-gestor abaixo desconhece as políticas públicas voltadas aos jardins botânicos, mas considera como uma iniciativa positiva da gestão, o parque integrar a RBJB.

Olha como eu te falei não tenho conhecimento desses instrumentos que tu estás falando, nem dessa política, nem dessa resolução do CONAMA, mas creio eu que seja uma resolução a nível nacional. Ela deve ter sido feita com o objetivo de melhorar o que nós temos hoje em termos de jardim botânico no Brasil pra que seja sair do nível

⁵⁷ A concessão de registros de jardins botânicos será efetuada pelo Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro-IPJBRJ. O pedido de registro de jardim botânico no Ministério do Meio Ambiente deverá ser feito mediante solicitação ao JBRJ, instruído com os seguintes documentos: a) cópia do ato de criação e da publicação no Diário Oficial; b) memorial descritivo da área protegida; e c) planejamento global contendo proposta de funcionamento, projetos de pesquisa científica e de educação ambiental (CONAMA 339/ 2003).

muito elementar pra um nível melhor de qualidade, portanto, acredito eu, que todas essas medidas, embora não as conheça, elas sejam no sentido de melhorar o desempenho, a forma de ser a gestão dos jardins botânicos brasileiros. O fato do parque estar vinculado a essa rede só vejo isso como uma coisa positiva, no sentido de que a gente tem que buscar parâmetros de excelência, parâmetros pra melhorar o que a gente já tem aqui, que apesar de sermos um dos mais antigos do Brasil, ainda aqui, muitos métodos ainda são antigos, portanto, precisavam e precisam se adequar à modernidade (Arquiteto e Museólogo. 36 anos. Gestor 3 (1998-. Museu. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Como já mencionado, o Museu Paraense Emilio Goeldi – Parque Zoobotânico recebeu o título de Jardim Botânico da Amazônia, na categoria C, definitivo, categoria que permanece até os dias atuais, devido as dificuldades das gestões de atenderem aos critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 339/03, conforme a entrevista.

O Museu está na categoria C definitivo, mas a cada dois anos você pode submeter de novo aquilo, mas o que eu acho que é melhor você ter, vamos dizer, um C e tá com tudo do C bem organizado do que você conseguir, por exemplo, uma categoria B ou uma A, vamos assim dizer, porque esses pontos que eles pedem eles correm o risco de cair, vamos dizer, não é um ponto que você tem hoje que é certo que terá amanhã, por algum motivo interno ou externo pode ser que você não tenha amanhã. Eu acho que os critérios são bons pra tentar, como é que se diz, tentar garantir ou melhorar a conservação, mas, eu não sou muito favorável a você rotular como A, B ou C, não estou dizendo que sou contra a Resolução, mas eu acho um pouco de rótulos demais, porque no meu entendimento isso acaba desqualificando os que são C ou que são B, mas de uma maneira geral é bom que se tenha alguma normatização, mas não sei se era preciso ter isso A, B e C, o importante é que esteja com seus planos direitinho seguindo essa metodologia e tentando, porque sempre vai existir dificuldades (Engº Agrônomo, 15 anos, Coordenador do Setor de Flora, Museu. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

De acordo com o entrevistado, categorizar os jardins botânicos brasileiros em A, B, ou C pode de certo modo “desqualificar” os jardins. Essa análise demonstra uma certa preocupação do educador ambiental sobre a questão da equidade entre os jardins botânicos brasileiros, mas, por outro lado, pode induzir, de certa forma, os gestores desses espaços à busca de alternativas que visem atender tais critérios previstos na referida Resolução.

Os procedimentos avaliativos utilizados pela CNJB para o registro e enquadramento de instituições, no Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos (SNRJB), a serem cumpridos pelos jardins botânicos para criação, submissão de troca ou manutenção de categoria ocorrem da seguinte forma:

A Rede manda um comunicado para a direção do Museu com os formulários, os protocolos com os itens a serem preenchidos, coleção especial, banco de sementes, etc. ai de acordo com uma porrada de folhas lá que você vai preencher, ai eles vão ver quem atingiu 90% dos itens é B, quem atingiu 100% é A, quem atingiu 70% a 80% é C e quem ficou abaixo disso não conseguiu entrar numa categoria de jardim botânico. É enviado por email, ai você preenche os papéis e envia eletronicamente Eu acho que essa avaliação é correta porque toda essa comissão que faz essa avaliação apesar dela

ser no papel, mas eles conhecem todos os jardins botânicos, é por isso que você não pode colocar algo gracioso, porque eles conhecem todos os jardins da comissão quatro, cinco ou seis pessoas, sei lá, que já rodaram em todos os jardins e pra você fazer um item a mais do que está aí dá um certo trabalho, não é uma coisa vamos dizer simples, então, é só um protocolo o que eles fazem. Tu preenches, você precisa assinar alguma coisa pra poder ter valor, eles sabem o que tem em cada jardim. Tem que pagar um valor na associação. Eu acho que tem que pagar sim, porque existem coisas administrativas e do governo e tal mas tem que pagar (Engº Agrônomo, 15 anos. Coordenador do Setor de Flora, Museu. Pesquisa de campo, Belém, outubro, 2018).

Sobre as ações realizadas pela RBJB para os jardins botânicos na região Norte (Reuniões Regionais e Nacionais), as análises direcionam para a importância dessas ações para fomentar a cooperação entre os jardins como demonstrado nos relatos:

Importante para estreitar as suas relações e fomentar a colaboração mútua, com intercâmbio de conhecimento, para a conservação da flora, e conseqüentemente, repassar para os visitantes favorecendo positivamente a gestão, além disso, com o apoio à criação e estruturação de jardins botânicos e na atividade de regulamentação junto aos governos. Apesar de serem burocráticos, os critérios são muito importantes para a manutenção da pesquisa, da educação, enriquecimento e conservação do patrimônio vegetal brasileiro (Bióloga, Educadora Ambiental (2018-2019), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, novembro, 2018).

Acho assim que está ainda muito tímida essa relação com a rede (Engº. Florestal, 10 anos. Educador Ambiental, Flora, Bosque. Pesquisa de Campo. Belém, setembro, 2018).

Nós tivemos aqui, se não me engano, três reuniões regionais da Região Norte. A rede passou por uma reestruturação, né, uma reestruturação onde muitas dessas atividades ficaram paradas, nós estamos tentando retomar, nós íamos ter uma reunião, em abril, em Macapá, para a criação do jardim botânico, era uma reunião Regional Norte, mas não foi pra frente. Nós estamos tentando agora para 2019 retomar essas reuniões Região Norte pra gente poder voltar a discutir a importância do jardim botânico não só pra Amazônia, pra região Norte, mas pro Brasil como um todo (Agrônomo, Gestor 2, Bosque (2011-2013), Membro RBJB. Pesquisa de campo, setembro, 2018).

No período de 2015 a 2017, a RBJB realizou duas reuniões em Belém, uma regional, “III Reunião Região Norte de Jardins Botânicos e Pontos de Memória – Memória Viva e Conhecimento das Iniciativas Comunitárias”, de 17 a 21 de agosto de 2015, no auditório do MPEG. Esta reunião teve como objetivo divulgar as ações dos jardins botânicos da região Norte, apresentar a experiência do Jardim Comunitário do Ponto de Memória do bairro da Terra Firme, por meio de algumas ações que são realizadas nesse bairro, como por exemplo, o conhecimento tradicional e o uso das plantas medicinais A iniciativa contou com o apoio do Setor de Educação do MPEG/PZB, sob a responsabilidade da servidora Helena Quadros. No final da reunião foi elaborada uma carta de intenção com o objetivo de agregar as ações dos jardins botânicos da região Norte com as ações do ponto de memória da Terra Firme, contudo, essa iniciativa não teve uma discussão mais ampliada.

A outra reunião da rede foi no âmbito nacional, a “XXIV Reunião da Rede Brasileira

de Jardins Botânicos: Inovação e Renovação para a Conservação da Biodiversidade – Ampliação do Papel dos Jardins Botânicos na sociedade”⁵⁸, ocorreu de 06 a 10 de setembro de 2017, no auditório do MPEG/PZB. O objetivo dessa reunião foi divulgar a troca de saberes e as experiências vivenciadas pelos jardins associados, com apresentação de trabalhos, relato de experiências desenvolvidas pelos jardins botânicos brasileiros, a fim de ampliar a troca de informações entre gestores e educadores ambientais dos jardins botânicos, teve também, visita técnica no Mangal das Garças.

No final da reunião, além de prestar contas aos associados participantes sobre as ações da RBBJ, houve a eleição do Comitê Executivo RBBJ (2017/2020) e uma Assembleia Extraordinária da RBBJ, para validação do seu novo Estatuto.

A rede acaba agregando as instituições, possibilitando intercâmbio de material botânico, troca de informações entre os técnicos responsáveis pelos jardins do Brasil, divulgação dos trabalhos realizados nos jardins e etc. (Biólogo, Coordenador do Núcleo Técnico (2016-2018), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, outubro, 2018).

De grande importância, pois através dos debates acerca da promoção da pesquisa, conservação, preservação, bem como a trocas de experiência relacionados a esses temas, é possível definir metas que possam viabilizar os projetos do parque. É também importante para a criação de parcerias, onde as novas metodologias utilizadas para inovação e renovação para a conservação da biodiversidade, possam ser experienciadas e com isso melhorar as dinâmicas dentro e fora do parque (Bióloga, Educadora Ambiental (2018-2019), Mangal. Pesquisa de campo. Belém, novembro, 2018).

Ao ser arguido sobre os recursos financeiros para realização das ações desenvolvidas pela Rede, o Membro do Conselho Fiscal da RBBJ, relatou que os recursos são usados da seguinte maneira:

A Rede recebe recursos do MMA ela tem uma linha de lá, além das cotas anuais que cada jardim botânico paga pra ser filiado à Rede, essa cota é de um salário mínimo, ela vive desse recurso. E, atualmente, você paga ¼ do salário mínimo como pessoa física pra ser associado da rede, né, antigamente só os jardins botânicos pagavam, agora eu posso como pessoa física se filiar à Rede de Jardins Botânicos pagar uma cota anual de um salário mínimo. Você como pessoa física tem voz e voto, teu voto vale um, da instituição pública, vale dois. Mas, você participar da gestão da rede como um cidadão, como uma pessoa que gosta de jardim botânico, que quer filiar seu jardim botânico, eles não dizem qual o tamanho ideal para ser classificado como jardim botânico. Tem um cidadão lá de Abaetetuba que tem uma área e ele é filiado à Rede. Foi feito também uma revisão no Regimento interno da Rede, pra mudar algumas cláusulas, acrescentar outras pra melhorar a gestão da rede. A rede ainda não consegue

⁵⁸ Participaram da reunião representantes do: Museu Paraense Emilio Goeldi, Bosque Rodrigues Alves, Mangal das Garças, Jardim Botânico de Manaus (MUSA/AM), Jardim Botânico de Poços de Caldas, Jardim Botânico de Recife, Jardim Botânico de São José/SC Jardim Botânico de Rio Verde/IF Goiano – Campus Rio Verde e instituições como: Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), Instituto Peabiru, SETUR/PA, NUMA/UFPA, CELPA, IDEFLOR BIO, UFRA, UEPA, IACITATA Amazônia Viva.

financiar a gente, a gente tava numa discussão de que pudesse mandar os projetos de jardins botânicos e vai atrás do recurso, tipo assim, atrás de uma lei, a gente presta conta pra rede e a rede presta conta pra quem financiou, mas isso ainda tá engatinhando ainda, isso seria o ideal (Agrônomo, Gestor 2, Bosque (2011-2013), Membro RBJB. Pesquisa de campo, setembro, 2018).

De acordo com o entrevistado, a RBJB não tem condições orçamentárias para patrocinar recursos e estuda a possibilidade de captar financiamentos para os projetos dos jardins botânicos brasileiros com outros parceiros. Observa-se no relato que a proposta ainda é embrionária e está longe de ser a ideal, diante de tantas demandas inerentes às ações da gestão dos jardins botânicos brasileiros. Também não há nos relatos nenhuma evidência da existência ou mesmo criação de um Fundo Nacional de Jardim Botânico para subsidiar as doações de parceiros dos jardins, disseminar e fortalecer a cooperação institucional do trabalho em rede, um dos pilares da RBJB. Diferentemente do que será abordado na experiência da gestão do Parque Avellaneda, na Argentina.

7.6 A Experiência da Gestão Associada – Parque Avellaneda, em Buenos Aires, Argentina

Nas experiências de gestão associada na Argentina, a metodologia PPGA é o instrumento que os gestores urbanos têm escolhido para resolver problemas estruturais de gestão da cidade, associado à vontade política de fazer.

O Parque Avellaneda é um desses exemplos da experiência PPGA na Argentina. O Parque Avellaneda está localizado no centro do bairro homônimo, em Buenos Aires, em um terreno que pertenceu à família Olivera, proprietários da antiga Chácara Los Remedios. Esta fazenda pertencia à Irmandade da Santa Caridade do Nosso Senhor Jesus Cristo até o século XVIII, e abastecia de frutas e verduras um orfanato. Em 1828 foi adquirida por Domingo Olivera, que a transformou em um centro de experimentação e exploração agropecuária. Posteriormente, em 1912, a família Olivera vendeu o terreno ao município de Buenos Aires para ser transformado em espaço público. O parque foi inaugurado em 28 de março de 1914 com o nome de Domingo Olivera. Em 10 de novembro do mesmo ano, passou a denominar-se de Parque Presidente Nicolás Avellaneda. Havia no parque teatro infantil, colônia de férias para órfãos, piscina, parque infantil e passeio de trem (COLECCIÓN CUADERNOS EDUCATIVOS, 2009).

Ao redor do parque foi crescendo o bairro homônimo, ocupado basicamente por imigrantes europeus que buscavam lotes econômicos para construir suas próprias casas. Este processo de ocupação urbana foi acompanhado pelo traçado de avenidas para mobilidade de

pessoas e primeiros transportes coletivos.

No período de 1960 a 1983 começa o processo de decadência e abandono do parque. São implementadas regras que delimitam o parque sem um planejamento adequado na repartição de cada espaço. Durante a ditadura militar, cresce o abandono e a deterioração.

Sua recuperação inicia em 1989, por meio do Centro de Estudios y Actividades Vecinales de Parque Avellaneda (CESAV), através da Comisión para la Preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires. Através de diferentes expressões artístico-culturais, os vizinhos começam a recuperar o parque, promovendo a apropriação social do patrimônio e a sua recuperação. Este processo de transformação se produz e se sustenta a partir de dois pilares: gestão associada e planejamento participativo (COLECCIÓN CUADERNOS EDUCATIVOS, 2009).

Quadro 14: Etapas do Processo de Recuperação Integral do Parque Avellaneda

ETAPAS	O QUE FOI FEITO
<p>1ª etapa – Sensibilização (1986-1990)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Antecedentes na Multisetorial Parque Avellaneda-Floresta (1986-1988), com as comemorações de São Pedro e São Paulo, na Plaza Latino Americana (Av. La Salle e Primeira Junta) e na celebração da 1ª Festa de Solidariedade (celebrada nos primeiros domingos de novembro no parque). - Fundação (1989) do Centro de Estudios y Actividades Vecinales (CESAV). Através de diferentes expressões artístico-culturais, os vizinhos começavam a recuperar o Parque promovendo a apropriação social do patrimônio e sua recuperação. - Comemoração pelos 75 anos de abertura da Casona de los Olivera, núcleo simbólico do Parque (com alto grau de deterioração, ocupada na ocasião por organizações municipais e particulares).
<p>2ª etapa Reafirmação do sentido de pertencimento e identidade (1990-1993)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Intensificação do trabalho de convocação no bairro; - Criação da marca do Parque e campanha com os vizinhos que culmina com as 2500 firmas que compõem o Acuerdo del Parque Avellaneda: Por un espacio verde, público, saludable y solidario (1992); - Primeiros compromissos de ação em rede com instituições vizinhas, entre eles, a 107ª Exposición Rural: El Parque Avellaneda, la Chacra de los Olivera y los Barrios del Oeste Porteño; - Participação da CESAV na fundação da Asamblea Permanente por los Espacios Verdes; - Aumentam as ações conjuntas que buscam a reafirmação do sentido de pertencimento (CESAV, Grupo de Teatro Callejero La Runfla, Centro Cultural La Casita de la Selva y la Cooperativa de Artesanos Tapé e Biblioteca Veja Belgrano, entre outras instituições)
<p>3ª etapa Inicio do Planejamento participativo e gestão associada (1994-1996)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O CESAV integra a Red de la Gestión Asociada del Oeste (GAO); - Realização das primeiras reuniões para a elaboração do plano de manejo do Parque Avellaneda (1994); - Portaria nº 48.892/95, artigo 12, estabelece a participação dos vizinhos e do governo em uma Mesa de Concertación; - Primeira versão do plano de manejo (1996): termos de referência, zoneamento, estratégias e projetos; - Participação na Buenos Aires Viva y la Estatuyente Porteña
<p>4ª etapa Implementação do Plano de Manejo e ajustes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo com o governo da cidade e início da gestão associada com a nomeação de um Administrador do parque (1996); - Execução de um Plano de Emergência; - Criação do Centro Cultural La Casona baseado em atividades culturais (1997);

(1996-2009)	<ul style="list-style-type: none"> - Formação da Mesa de Trabajo y Consenso (MTC) para a gestão do Plano de Manejo (27 de novembro de 1997), um marco no qual se decidem, por consenso, as ações vinculadas a gestão integral do Parque; - Sessões extraordinárias da MTC sobre as ações; - I Jornada de Revisão e Atualização do Plano de Manejo; - Inauguração do Centro de Exposições e Mostras Casona de los Olivera e sede da Gestão Associada; - Decreto 1.221/00 cria a área do Parque Avellaneda e institucionaliza a MTC (2000); - Promulgação da Lei nº 1.153/2003, e primeira nomeação com base na lei de um Administrador do Plano de Manejo do Parque (2006) e de um Grupo Promotor para as jornadas de revisão do plano de manejo realizadas em novembro de 2007.
-------------	---

Fonte: adaptado com traduções de Colección Cuadernos Educativos (2009, p. 18-19)

O caminho de recuperação integral do Parque Avellaneda é uma experiência territorial que se construiu a partir do fortalecimento da comunidade, do papel do ator social reunido em rede, capaz de planejar e gerir um novo modelo político legítimo, reconhecido, ratificado e legalizado pela primeira lei de gestão associada da cidade de Buenos Aires (COLECCIÓN CUADERNOS EDUCATIVOS, 2009, p. 40).

A Lei nº 1.153 promulgada no ano de 2003, mostra que há uma forma diferente de construir políticas públicas. Sempre se pensa nas leis como sinônimo de algo a cumprir, geralmente relacionado com proibições e limites ou questões muitas vezes obsoletas e ultrapassadas. No caso desta lei há que se dar destaque pela forma distinta, inovadora, coerente e harmônica com a sua concepção e com as práticas da metodologia de planejamento participativo e gestão associada.

No processo de recuperação do Parque havia sido criado um ator social diverso, a Mesa de Trabajo y Consenso, ou seja, um grupo de trabalho para elaboração e gestão de um plano de manejo para o espaço público que em lugar de enfrentar o Estado se colocou como corresponsável para a tomada de decisão consensual.

Estes cenários constituíram uma prática de interdisciplinaridade com intercâmbio de saberes, incluindo o saber popular. Tais cenários constituíram uma prática intersetorial, pelo qual a seleção de atores integrantes cuidará de obter a melhor composição esperada de outros setores, a fim de agregar e captar recursos (materiais, intelectuais, de informação, de estrutura funcional, normativos) para dar viabilidade ao conjunto de estratégias consensuadas.

Esta experiência territorial é uma prática antecipatória dos processos de descentralização que requerem as sociedades modernas. No caso da cidade de Buenos Aires, vislumbrou-se a Ley de Comunas como uma oportunidade única para sua descentralização. Foi sancionada após longos anos de demora para sua execução e segue sofrendo resistência.

O texto da Lei nº 1.153 foi elaborado, revisado e consensuado, conjuntamente por

vizinhos, funcionários e legisladores nas oficinas de planejamento. Por ser fruto de uma iniciativa dos vizinhos esta não é uma lei dura, em consonância com o dinamismo e a criatividade da própria comunidade, as possibilidades de pensar e realizar no futuro todas as transformações de que necessite o espaço verde público para realizar as aspirações que vem se manifestando. Em face da desfragmentação que comumente enfrentam quase todos os espaços públicos, esta lei cria a primeira Unidade Ambiental e de Gestão.

Figura 04: Parque Avellaneda – Buenos Aires, Argentina



Fonte: <https://www.turismo.buenosaires.gob.ar/parque-avellaneda>

O Parque Avellaneda com todos os espaços (edifício, ginásio poliesportivo e setores a recuperar que existe entre ambos) e as instalações de pista para autopista são elementos de um todo que não pode mais ser fragmentado. Todos os funcionários das áreas do governo possuem incumbências e atribuições e os vizinhos cidadãos dinamizadores de diversas atividades e serviços (meio ambiente, culturais, desportivos, educativos e outros), concorrem, articulando-se e potencializando-se em uma única gestão de um único plano cujas ações se decidem em um único âmbito decisório (Mesa de Trabajo y Consenso).

De acordo com a Lei nº 1.153/2003, o Parque Avellaneda tem assegurado recursos orçamentários próprios e o uso racional planejado e controlado dos mesmos. Tem também uma forma legal de incorporar outros recursos obtidos de diversas fontes de cooperação não governamental. Está salvaguardado, tanto da burocratização dos funcionários do Estado, quanto da ação arbitrária de qualquer grupo de vizinhos ou de usuários, de boa ou não tão boa vontade, que queira subtrair a prerrogativa de uso público e gratuito para todos os habitantes da cidade e seus arredores.

Esta lei instala pela primeira vez na cidade de Buenos Aires, e provavelmente, na Argentina, um regime de participação corresponsável dos vizinhos cidadãos na gestão do

espaço público e que resulta muito apropriadamente no que os cidadãos costumam chamar de Constituição da cidade de Buenos Aires, uma democracia participativa. E expressa a fórmula encontrada para dar *status* legal a um instrumento vinculante para as relações entre a sociedade e o Estado que se agregam aos mecanismos eleitorais. Porém, manter esta lei significativa vai requerer muito trabalho e muita vontade política.

O parque ocupa uma área de 30 hectares e é atualmente o segundo maior espaço público verde da cidade, pela sua extensão, pela sua vegetação, por seu patrimônio histórico, social e cultural. Lá funciona o viveiro municipal, um centro esportivo e dependências do governo da cidade. O parque se destaca pela sua beleza cênica e pela riqueza da fauna e flora, com mais de 25 espécies de aves. Além da área do parque, é possível visitar o antigo centro da fazenda dos Olivera, a bordo de um pequeno trem que o percorre (trazido originalmente do antigo Jardim Zoológico) e o antigo Centro de Artes Cênicas.

O Parque Avellaneda compõe um cenário da cidade, que já existe há 20 anos e se transformou em uma experiência-escola preparando uma mostra visível, documentada e verificada das condições necessárias para gerir democrática e participativamente um lugar da cidade.

Na perspectiva da cogestão, ou seja, da metodologia de planejamento participativo e gestão associada (PPGA), Poggiese (2011) afirma que é necessário antecipar práticas para transformar a realidade e defende que há a possibilidade de tomar decisões associadas entre Estado e as pessoas. E, como defende Souza (2011), o planejamento e a gestão são ferramentas para o desenvolvimento sócio espacial e este desenvolvimento é entendido como uma mudança social positiva, como é o caso da experiência do Parque Avellaneda.

Quadro 15:- Síntese das Formas de Atuação das Gestões dos EPVUs e Possibilidades Futuras

EPVUs	Características	Gestão	Instrumentos de Gestão	Formas de Atuação	Diferenças	Dificuldades enfrentadas	Possibilidades Futuras
Bosque Rodrigues Alves	Parque municipal Jardim botânico, zoológico, patrimônio histórico Bioma Floresta Amazônica	Pública Municipal	Resolução CONAMA 226/00 e 339/03 IN IBAMA Regimento Interno	Burocrática Centralizada Heteronomia	Patrimônio identitário da população de Belém, Maior usuário (pessoas de baixa renda) Principal uso (Lazer)	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura organizacional - Burocracia institucional que provoca morosidade nas tomadas de decisão - Mudanças constantes na direção do jardim fragmentando as ações - Indicação política para a ocupação do cargo de gestor (corporativismo) - Ausência de uma política de qualificação da equipe técnica dos jardins botânicos, o que dificulta a formação de um quadro funcional qualificado - Recurso de bilheteria 100% para os cofres públicos, não há retorno para as necessidades básicas do jardim -Recurso oriundo de compensação ambiental é incipiente - Ausência de captação de recursos financeiros - Possui plano de manejo, mas precisa atualizar - Atuação do IBAMA limitada (trânsito de animais e fiscalização do zoológico) - Ausência de participação da vizinhança (comunidade do entorno) 	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento e organização - Descentralizar e desburocratizar a gestão - Implementar instâncias de participação social como atividade prioritária (conselho gestor, associação de amigos, etc.) - Atualizar o Plano de Manejo (zonear as áreas, nortear as normas de visitação, a visita guiada/trilhas, as ações, atividades turísticas, etc.) - Ampliar a divulgação das ações nos <i>sites</i> institucionais - Criar um <i>site</i> próprio -Criar mecanismos para a captação de recursos provenientes de compensação ambiental - Criar coordenadoria própria para captação de recursos por servidor de carreira - Melhorar a comunicação com o público externo - Destinar um dia da semana para visitação gratuita em todos os espaços, inclusive nos espaços monitorados para todos os visitantes

						nas ações inerentes à gestão dos jardins botânicos - Ausência de instância de participação da sociedade civil na perspectiva de uma gestão compartilhada Certificação na RBJB Categoria C, provisório	
Museu Emilio Goeldi – Parque Zoobotânico	Parque, zoológico, jardim botânico, museu de história natural, patrimônio histórico Bioma Floresta Amazônica	Pública Federal (MCTIC) (IBRAM)	Resolução CONAMA 226/00 e 339/03 IN IBAMA Plano Diretor do MPEG	Burocrática Autonomia relativa Termo de Parceria ONG (Contrato de 5 anos) Associação de Servidores do Museu Goeldi	Patrimônio identitário da população Maior usuário (baixa renda) Principal uso (Lazer)	- Recursos financeiros - Restrição orçamentária - As últimas indicações para ocupar o cargo de direção da instituição foi para servidor de carreira do MPEG - Equipe técnica insuficiente - Recurso de bilheteria 100% para os cofres públicos, não há retorno para as necessidades básicas do jardim - Depende da captação de recursos financeiros Criação do Conselho Curador ProGOELDI (ONG-MPEG/PZB) - Não possui plano de manejo - Atuação do IBAMA limitada (trânsito de animais e fiscalização do zoológico) Certificação na RBJB Categoria C	- Planejamento e organização -Descentralizar e desburocratizar a gestão - Implementar instâncias de participação social como atividade prioritária (conselho gestor) - Realizar Concurso Público para contratar servidores - Elaborar Plano de Manejo (zonar as áreas, nortear as normas de visitação, as ações, atividades turísticas, etc.) - Criar coordenadoria na própria gestão para captação de recursos por servidor de carreira - Destinar um dia da semana para visitação gratuita em todos os espaços, inclusive nos espaços monitorados para todos os visitantes
				Descentralizada		- Recursos financeiros são	- Planejamento e organização

Mangal das Garças	Jardim Zoológico Parque Bioma Floresta Amazônica	Público-Privado (Contrato de Gestão/ OS e Governo do Pará (maior majoritário)	Lei OS – Plano de Gestão IN 07 (IBAMA)	Termo de Parceria (OS Pará/2000 e SETUR/PA)	Maior usuário (classe média e alta) População menos favorecida não se apropria do parque na sua totalidade Principal uso (Turismo)	oriundos do orçamento do Estado - Há indicação política por parte do Governo do Estado para a ocupação dos cargos de gestão e núcleo técnico - Entrada gratuita, entretanto, há cobrança de ingresso nos espaços monitorados. - Ainda está em processo de certificação para o título de Jardim Botânico/RBJB - Atuação do IBAMA limitada (trânsito de animais e fiscalização do zoológico)	- Descentralizar e desburocratizar a gestão - Destinar um dia da semana para visita gratuita em todos os espaços, inclusive nos espaços monitorados para todos os visitantes
Jardim Botânico de Brasília	Jardim Zoológico Jardim Botânico Bioma Cerrado	Pública Federal	Planejamento Estratégico UC (Estação Ecológica Cabeça de Veado)	Descentralizada Autonomia relativa	Jardim Botânico	- Planejamento estratégico e organização - Indicação política para a ocupação do cargo de gestor - Há cobrança de ingresso - Serviço de segurança, portaria, limpeza e manutenção são terceirizados - Apoio do IBAMA para soltura de animais - Tem apoio da Fundação Zoobotânica do Governo Federal, IBRAM, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar Ambiental - Certificação na RBJB	- Desburocratizar a gestão - Realizar cooperação institucional com outros jardins botânicos - Criar coordenadoria própria para captação de recursos por servidor de carreira

						<p>Categoria B, para A</p> <ul style="list-style-type: none"> - Publicação de pesquisas do jardim em revista científica - Não há cooperação institucional com outros jardins botânicos 	
<p>Jardim Botânico de Recife</p>	<p>Jardim Botânico Bioma Mata Atlântica</p>	<p>Pública Municipal</p>	<p>Resolução CONAMA 226/00 e 339/03</p> <p>Regimento Interno</p> <p>Unidade Protegida Municipal (UP/SMUP)</p>	<p>Descentralizada</p> <p>Autonomia relativa</p>	<p>Jardim Botânico</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento e organização - Indicação política para a ocupação do cargo de gestor - Tem apoio do Prefeito de Recife, sensível à causa do meio ambiente (vontade política de fazer) - Não há cobrança de ingresso - Equipe técnica multidisciplinar - Apoio da Brigada para fazer a segurança do jardim - Reforma de infraestrutura do Parque com recursos oriundos de compensação ambiental - Reforma de gestão para adaptar-se às exigências CONAMA 339/03 - Tem apoio financeiro do empresariado do entorno do parque e de pesquisas científicas com universidades nas ações do jardim botânico - Certificação na RBJB 	

						<p>Categoria C, para A</p> <ul style="list-style-type: none"> - Publicação de pesquisas do jardim em revista científica 	
<p>Jardim Botânico do Rio de Janeiro</p>	<p>Jardim Botânico Bioma: Mata Atlântica</p>	<p>Pública Federal (MMA)</p>	<p>Lei 10.316, de 06/12/01 – cria o SNRJ</p>	<p>Descentralizada Autonomia relativa</p>	<p>Jardim Botânico Pesquisa Coleções Botânicas</p>	<p>-Planejamento e organização Tem apoio financeiro do MMA pra as pesquisas científicas. Tem captação de recursos de empresários Possui instância de governança (AAJB/RJ) e de pesquisa científica com universidades nas ações do jardim botânico</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desburocratizar a gestão - Planejamento e organização - Possibilitar a cooperação e o fortalecimento institucional entre Jardins botânicos brasileiros
<p>Jardim Botânico de Curitiba</p>	<p>Jardim Botânico Bioma Mata Atlântica</p>	<p>Pública Municipal</p>	<p>UC Municipal Resolução CONAMA 226/00 e 339/03 Decreto Municipal 170/15</p>	<p>Descentralizada Autonomia</p>	<p>Jardim Botânico</p>	<p>- Planejamento e organização Tem apoio financeiro do empresariado do entorno do parque e de pesquisa científica com universidades nas ações do jardim botânico - Museu Botânico Municipal (Herbário) - Entrada gratuita - Atrativo Turístico - Não há visita monitorada - Certificação na RBJB Categoria B, para A</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desburocratizar a gestão - Planejamento e organização - Criar coordenadoria própria para captação de recursos por servidor de carreira - Disponibilizar serviço de visita monitorada para turistas - Disponibilizar <i>folders</i> - Fazer parceria com hotéis para atrair mais turistas

Fonte: elaboração da autora (2019)

8 CONCLUSÃO

As questões que qualificam os jardins botânicos urbanos brasileiros são diversificadas. Neste sentido, preservar um jardim botânico urbano, não significa apenas olhar para a sua história, vivenciar a memória da infância e fortalecer identidades, significa, sobretudo, pensar no legado que será deixado para as gerações futuras, pois, um jardim guarda muito mais que monumentos, coleções de espécies vegetais e em alguns casos, espécies de animais. É imprescindível que haja sensibilidade por parte dos gestores dos espaços públicos verdes urbanos, no sentido de criar uma identidade que seja voltada à gestão do patrimônio público e não criar uma gestão vinculada a um projeto político-partidário. Mas sim, uma gestão com novas práticas, que favoreçam o reposicionamento dos agentes, que trabalhe com tecnologias que favoreçam de forma positiva as relações intraorganizacionais apoiada na perspectiva da gestão participativa e, se preocupe com o desenvolvimento ambiental da cidade, ao reconhecer que preservar um jardim botânico é também uma forma de respeitar a natureza e os seres que nela habitam para o equilíbrio do planeta.

Os espaços públicos verdes urbanos de Belém do Pará, foram criados através de decreto, inicialmente como parques: municipal (Bosque) estadual (Mangal) e federal (Museu), visando seu uso essencialmente para o lazer. O Bosque e o Museu, outrora, para o lazer e *flaneur* da elite burguesa paraense, nos tempos áureos da borracha. Alguns anos depois, no MPEG/PZB, foi introduzida a questão da pesquisa científica da flora no parque, por iniciativa de Jacques Huber, com a introdução de algumas plantas da Amazônia.

O Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia e o Museu Paraense Emilio Goeldi – Parque Zoobotânico são espaços públicos de grande significação para a população de Belém, tanto no aspecto cultural, como simbólico. Essa significação foi construída historicamente e de forma imbricada com a vida da cidade tornando-se uma espécie de síntese de sua cultura.

De acordo com a análise das entrevistas, nos dias atuais ainda prevalece como principal uso do Bosque e do Museu, o lazer, demandado pelos usuários ou estimulado pela gestão por meio dos programas, projetos e ações implementados pelos gestores dos EPVUs. Este uso para o lazer e o consumo qualifica o *habitus* dessa arena pública, particularmente, da população belenense, especialmente, da classe menos favorecida, que é o maior público frequentador desses espaços. Há também algumas iniciativas de ações relacionadas à pesquisa científica (graduação e pós-graduação) e à educação ambiental que requalificam os usos desses espaços

pelos agentes sociais, ainda que de maneira incipiente e pontual. Então, infere-se que se a gestão dos jardins botânicos estimula a visitação para a prática do lazer e do consumo nesses espaços públicos, ela não está trabalhando a mudança de comportamento desses usuários/visitantes para a questão de práticas sustentáveis na sociedade, função principal da gestão de um jardim botânico aberto para a cidade, que favoreça aos seus usuários replicar boas práticas no cotidiano de seus lares e arredores. Ao contrário, o que ocorre apenas é a visitação pela visitação, exploração desses espaços para o ócio, para o lazer.

Com o decorrer dos anos, esses parques foram ganhando títulos que qualificaram seus usos, como jardim zoobotânico (Bosque Rodrigues Alves), parque zoobotânico e museu de história natural (Museu Paraense Emilio Goeldi), parque naturalístico e jardim zoológico (Mangal das Garças), visando colaborar para a conservação da biodiversidade amazônica, a partir de legislações ambientais (Resoluções CONAMA 226/2000 e 339/2003 e Instruções Normativas IBAMA). Tais legislações visam contribuir para a preservação e conservação desses espaços, em meio ao crescimento desordenado da população e engessamento da cidade que influenciou nessa arena a inserção de um novo olhar para esses EPVUs, como por exemplo, o título de jardim botânico, numa perspectiva de conservar a biodiversidade, fomentar a pesquisa científica e propagar o ensino de práticas sustentáveis por meio da educação ambiental.

Entretanto, há um distanciamento entre o discurso e a prática, pois ainda está muito incipiente a relação entre as gestões desses jardins e a atuação da RBJB. Dentre as principais dificuldades para o fortalecimento da cooperação institucional, consiste na questão do não cumprimento, dos critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 339/2003 para elevação ou manutenção da categoria do jardim, por uma série de questões, tendo em vista a falta de uma articulação entre as políticas públicas, em alguns casos, a falta do plano de manejo e os regimentos internos dos espaços verdes, falta de recursos financeiros e as práticas de gestão. Os critérios avaliativos e a burocracia da gestão pública para a implementação das parcerias contribuem para o enfraquecimento e a descontinuidade da cooperação institucional.

No entanto, cada jardim botânico possui sua vocação própria e os gestores precisam ressignificar essa concepção de gestão de EPVUs, pois achar que transferir a forma de gestão pública de um jardim como concessão de uso para a iniciativa privada irá resolver todos os problemas inerentes à gestão, isso é uma ilusão, um discurso que foi construído na perspectiva do modelo capitalista de produção e consumo, pois de um lado, a iniciativa privada vai explorar o espaço para obter lucro, o que significa que irá contribuir para criar uma barreira social ao segregar o espaço, tendo em vista que o público frequentador será aquele que poderá pagar pelo

valor do pacote do passaporte para visitação de áreas monitoradas, ou do almoço e/ou do lanche mais caro. Ou seja, será frequentado por diferentes classes sociais, como é o caso por exemplo, do Mangal das Garças, que foi projetado numa perspectiva de *city marketing* pelo Governo do Estado do Pará, para atrair turistas e por pessoas com maior poder aquisitivo da sociedade belenense.

De acordo com as análises das entrevistas com gestores e educadores ambientais dos EPVUs paraenses, pode-se constatar que as gestões não se relacionam diretamente com a comunidade do entorno. A relação desses espaços com a cidade ocorre de forma híbrida. Ora é aberta, ocorre a participação a partir de uma qualificação direta dos espaços, por meio da visitação e da participação nos eventos ou nas ações que lhe abrem para a cidade. Ora é fechada para dentro deles, tendo em vista que o planejamento e a gestão dos programas, projetos e ações são pensados na ótica do lazer e muito pouco na ótica da educação ambiental, elaborados dentro dos núcleos técnicos desses jardins, sem a participação social, particularmente, da comunidade do entorno.

Uma das justificativas para a falta de uma participação mais ampliada da comunidade é a inexistência de instâncias de governança (conselho, associação de amigos, câmara técnica ou consórcio) formalmente implementadas, o que dificulta o engajamento dos agentes sociais nos processos de cogestão ou coprodução dos jardins botânicos paraenses.

Não há nos espaços públicos verdes urbanos analisados nesta pesquisa, instâncias de governança efetivamente implantadas que possibilitem a abertura de discussão mais ampliada sobre as necessidades e expectativas dos usuários, a fim de atender as demandas do seu público. Mas há, sim, a forte presença da heteronomia, mencionada por Souza (2002), e identificada nesta pesquisa. A heteronomia rege as gestões e os usos dos espaços públicos verdes urbanos, tais como, as leis urbanas e de meio ambiente, regimentos internos, normas, regras de visitação impostas a alguns nos marcos de uma separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos.

Analisou-se também neste estudo, as inovadoras metodologias de gestão usadas na Argentina e no Chile, na perspectiva da cogestão. Poggiuese (2011, p. 3) infere que é necessário antecipar práticas para transformar a realidade e defende que há a possibilidade de tomar decisões associadas entre Estado e sociedade civil. A metodologia de gestão associada de Hector Poggiuese está respaldada, por exemplo, na participação da vizinhança e outros agentes comunitários e sua relação com o parque, como por exemplo, cogestores do Parque Avellaneda, na Argentina. Um modelo que pode ser replicado nas práticas de gestão de jardins botânicos brasileiros.

Segundo a BGCI (2001), o tipo de jardim botânico que mais cresce no cenário dos jardins botânicos é o criado para a comunidade. Esses jardins são projetados para satisfazer as necessidades específicas da comunidade local e são, em sua maioria, geridos por essa mesma comunidade. Em alguns países tropicais foram criados juntamente com unidades de conservação e foram projetados a fim de representarem papéis na conservação integrada, desenvolvimento sustentável e educação do público usuário.

A pesquisa mostra também, as experiências de gestão implementadas em outros jardins botânicos brasileiros, na busca de apresentar subsídios que poderão nortear a gestão ambiental dos jardins botânicos amazônicos, visando o alcance efetivo de seus objetivos, assim como o fortalecimento da cooperação institucional, ponderando suas características peculiares e sua importância no contexto amazônico.

Em relação aos *surveys*, observou-se que os processos de gestão implementados nos jardins botânicos brasileiros de Brasília, Recife e Curitiba apresentam características de gestão semelhantes aos jardins botânicos paraenses, tais como, pouca autonomia, burocracia, ausência de instâncias de participação social e dificuldades de obter recursos orçamentários. Exceto o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que é um Instituto de Pesquisa atrelado ao Ministério do Meio Ambiente e referência para os demais jardins botânicos, o que facilita a captação de recursos financeiros para seus programas, projetos e ações.

Como nos ensina Souza (2008), gerir significa administrar uma determinada situação presente de acordo com os recursos disponíveis e levando em consideração as necessidades imediatas da sociedade. Entretanto, são necessárias autonomia, competência e coragem para tomar decisões voltadas ao interesse público, cujos resultados, porém, raramente podem ser avaliados com segurança.

O processo de construção de parcerias engajadas para a formulação de uma nova forma de gestão representa um desafio ainda recente na gestão ambiental brasileira. Os objetivos específicos da gestão participativa representam estratégias de engajamento social para a corresponsabilidade nos processos de proteção do patrimônio natural BRAJZBA, MPEG/PZB e PNMG, cujas áreas abrigam espécies diversificadas do bioma amazônico.

Infere-se que a implementação de jardins, por si só, não garante a sustentabilidade dos recursos naturais de forma efetiva, seja pela descontinuidade na manutenção de sua infraestrutura e de seu pessoal, ou ainda pelo baixo envolvimento dos agentes sociais que se relacionam direta ou indiretamente com o espaço verde. Devido as diferentes estruturas de gestão existentes, não nos é possível afirmar qual o melhor modelo em função das

peculiaridades locais, devendo portanto, haver mais de uma forma de gestão para ser implementada por cada jardim, conforme sua vocação, necessidades e interesses, sendo que para alcançar os desafios que se apresentam depende da maneira de como irão ser implementadas as ações necessárias para o seu efetivo alcance, na qual o fortalecimento da capacidade e da cooperação institucional deverá ser objeto de ações específicas e contínuas, aliadas à maior participação democrática popular na tomada das decisões.

A gestão de um jardim botânico independente de sua característica (pública, privada ou público-privada), somente irá atingir seus objetivos se envolver a participação das populações locais, na busca do comprometimento e conectividade, que são elementos importantes para o aprimoramento de uma gestão pública participativa.

O resgate dos instrumentos de participação popular pode contribuir para às lutas da sociedade por meio do acesso aos direitos ambientais que uma floresta urbana pode proporcionar aos habitantes da cidade, como por meio de benefícios sociais, através do exercício da cidadania em uma sociedade que se intitula democrática. Portanto, de modo geral, a participação social é também um instrumento de luta permanente para melhoria das condições de vida e pelos benefícios da população.

Então, é preciso trazer a comunidade para dentro desses espaços para que elas se sintam parte do processo de gestão e atuem como cogestoras do espaço público verde, que também é dela.

A institucionalização do Bosque, do Museu e do Mangal e suas titulações, mais particularmente como Espaços Públicos Verdes Urbanos Paraenses, a serem preservados, vem ao encontro dessas necessidades, por meio de políticas públicas específicas e instrumentos norteadores de uso pela sociedade na perspectiva de um espaço público de diversão, mas também, como espaço de educação, conhecimento e aprendizado. Neste sentido, a compreensão desses EPVUs, como espaço público passa pelo entendimento de duas questões: a noção de espaço público sob a ótica do aporte teórico que deve ser adotado pela política pública e a percepção das pessoas que fazem uso desses espaços.

Os jardins botânicos urbanos de Belém do Pará são exemplares da floresta urbana inseridos na Amazônia e se constituem em um laboratório vivo que precisa ser preservado e estudado por razões científicas, ambientais, sociais e econômicas. As gestões do BRAJZBA e do MPEG/PZB precisam valorizar a floresta urbana do ponto de vista econômico, social e cultural, pois são patrimônios identitários da cidade, e esta conexão já existe, inclusive com a população menos favorecida. Isso precisa estar mais evidente para a sociedade belemense para

fortalecer a efetiva apropriação desses espaços, tendo em vista que, o público que os frequenta ainda precisa se apropriar politicamente do lugar como forma de publicizar e politizar os diferentes usos e práticas, atribuindo-lhe sentidos e qualificando esses espaços da cidade como públicos.

Os resultados obtidos evidenciam as idiossincrasias entre discursos e práticas de gestão ambiental. Particularmente, a atuação em rede dos jardins botânicos na RBJB ainda é incipiente, primeiro, pela desarticulação política evidenciada entre os membros que integram a Comissão Nacional de Jardins Botânicos, o que acarreta a desarticulação do trabalho em rede. Também não oferece mecanismos consistentes que favoreçam a cooperação institucional para implementação do sistema de conservação de plantas *in situ* e *ex situ* entre jardins botânicos, fator este que compromete, sobremaneira, o papel da RBJB.

A análise mostra ainda que, os instrumentos de gestão usados (regimentos internos dos jardins botânicos, planos de manejo, normas de visitação, censo florestal, relatórios de atividades) ainda apresentam lacunas e dificuldades para uma atuação mais ampliada. Nesses instrumentos, os aspectos ambientais apresentam-se como uma temática periférica e pouco articulada com as demais políticas ambientais e urbanas.

Pode-se constatar que, apesar dos descompassos verificados e das tentativas de implementação da gestão ambiental, por meio das diretrizes norteadoras das políticas públicas destinadas ao ambiente urbano (PDU, PNMA, Instruções Normativas/IBAMA, Resoluções CONAMA), a gestão dos jardins botânicos analisados vem se processando de forma fragmentada e descontínua, sendo necessárias ações coordenadas pelos agentes que integram o processo de gestão em rede. A vulnerabilidade do fortalecimento da capacidade e da cooperação institucional, enquanto promotores das políticas públicas para jardins botânicos, atrelada a baixa participação social são fatores relevantes a serem considerados na formulação de uma proposta de gestão ambiental efetiva.

Confirmou-se, também, a hipótese de que o papel exercido pelos gestores dos jardins botânicos urbanos e as políticas públicas direcionadas para eles favorece a criação de estruturas de gestão diferenciadas para esses espaços públicos, entretanto, não existe um padrão de atuação da gestão dos jardins botânicos. As gestões dos jardins botânicos paraenses analisados, ainda reproduzem as experiências de gestão ambiental de outras regiões do país com nuances que assumem características próprias em cada cidade.

Após realizar a análise das experiências da gestão dos jardins botânicos brasileiros (Brasília, Recife, Rio de Janeiro, Curitiba e Belém) e da experiência do Parque Avellaneda, na

Argentina, para atingir seu objetivo de preservação e ao mesmo tempo solidificar sua relação com a cidade este estudo propõe subsídios para a construção de um modelo de gestão participativa e democrática:

- Descentralizar e desburocratizar a gestão.
- Dar autonomia para o gestor poder buscar mecanismos de cooperação institucional.
- Possibilitar a participação da comunidade do entorno nos processos de gestão, numa perspectiva de gestão compartilhada.
- Buscar mecanismos permanentes de captação e garantias de recursos financeiros.
- Criar coordenação específica de captação de recursos com equipe permanente nos órgãos responsáveis pelo gerenciamento desses espaços verdes, pois a maior dificuldade é captar pessoas e/ou instituições privadas que tenham poder aquisitivo e tenham interesse em preservar os jardins botânicos.
- Criar uma identidade que seja voltada a gestão do patrimônio público e não uma gestão vinculada a um projeto político partidário.
- Disponibilizar recursos tecnológicos e materiais.
- Ampliar as coleções de espécies vegetais.
- Melhorar a infraestrutura dos espaços físicos (sinalização turística, acessibilidade para PcDs nas trilhas, banheiros públicos).
- Capacitar gestores e equipe técnica (melhorar as programações e oferecer serviço de visita guiada com maior frequência).
- Aumentar o quadro de servidores (concurso público ou contratação)
- Qualificar os locatários de quiosques, restaurante para prestar serviço aos visitantes de qualidade
- Melhorar os salários e os benefícios sociais dos servidores
- Melhorar o processo de comunicação interna e com o público externo

Amable & Palombarini (2005) defendem que, para que efetivamente a gestão ambiental compartilhada em jardins botânicos se torne uma prática sustentável exitosa na proteção e conservação dos recursos naturais, a primeira barreira a ser quebrada refere-se aos desconcertantes interesses institucionais, nos quais os autores reconheceram uma característica intrínseca às instituições. Mais do que lugares para se construir um alinhamento de interesses, elas são a própria expressão de determinadas configurações de interesses.

Urge, a necessidade de mobilizar a sociedade urbana brasileira, e em particular, a que vive nas cidades da Amazônia, para a importância da sustentabilidade dos espaços públicos

verdes urbanos, pois o descaso, o abandono e a falta de interesse político na preservação desses espaços públicos devem ser contidos. Que essa mobilização seja um projeto de sociedade brasileira, inclusive da classe política, ou perderemos essa biodiversidade, pois as cinzas não conservam a memória. Resistir é preciso!

Talvez, o receituário seja o fortalecimento de estruturas de participação dos agentes sociais frente às mudanças nas arenas públicas de disputa e negociação e a construção de mecanismos de mediação entre os interesses público-privado e sociedade civil para a construção de uma aliança de gestão ambiental compartilhada em jardins botânicos, especialmente os localizados no ambiente urbano.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Ed, Zahar, 1985.
- AGUIAR, R. A. R. **Direito do meio ambiente e participação popular**. Brasília: MMA/IBAMA, 1994.
- AAJB. Quem Somos. Belém, s.d. Disponível em: <http://www.amigosjb.org.br>. Acesso em 24 mar. 2020.
- ALUJAS, A. R. V. **Gobierno Abierto es la respuesta?**: Cual era la pregunta? In: CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE, 11. Natal, 2017,
- ALUJAS, A. R. V; HOFMANN, A.; PEREZNIETO, J. A. B. (Coord.). **La promesa del gobierno abierto**. Creative Commons. Disponível em: <http://lapromesadelgobiernoabierto.info>. Acesso em: 05 fev. 2019.
- AMABLE, B & PALOMBARINI, S. **L'Économie n'est pas une Science Morale**, Paris: Raisons d'Agir, 2005.
- AMEND, S.; AMEND, T. Habitantes em los parques nacionales: uma contradicción insaluble? In: AMEND, S.; AMEND, T. (coord). **Espacios sin habitantes?** Parques nacionales de América del Sur. Caracas. Editorial Nueva Sociedad/UICN, 1992.
- AMENDOLA, Giandomenico. Los excluídos del sueño y la ciudad blindada. In: AMENDOLA, Giandomenico. **La Ciudad Postmoderna**: magia y miedo de la metrópolis contemporánea. Madrid: Celeste Ediciones, 2000. P.309-347
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 9.ed. rev. ampl.e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- ARAÚJO, V. C. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho**. Brasília: ENAP, março, 2002, 27p. (Texto para Discussão - 45)
- ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Revista: Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano II, nº 5 – 2º semestre de 1999.
- ARRUDEA. **Revista do Jardim Botânico do Recife**. Recife, v. 1, n. 1, p.002, 005/2015.
- AZEVEDO, F.; FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W.; MARANHÃO, C. Turismo em foco: globalização e políticas públicas. In: **Turismo em Foco**. Azevedo, F. *et al* (org.). Belém: NAEA, 2013, p. 1-17.
- BAHIA, M. C. **O lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará**. 2012, 301f. Tese

(Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém/PA, 2012.

BAHIA, M. C; FIGUEIREDO, S. L. A construção social do lazer e sua trajetória científica. *Papers do NAEA*, n. XX, 2013.

BARQUERO, M. Apresentação do dossiê Cultura política, democracia e capital social. *Revista de Sociologia Política*, v. 21, n. 1, p. 7-11, 2003.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1997.

BASSUL, J. R. Reforma Urbana e Estatuto da Cidade. *Revista EURE*. Universidade Católica, Santiago (Chile), v. 28, n. 84, p. 133-144, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php>. Acesso em: 04 jan. 2016.

BELÉM. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Bosque Rodrigues Alves-Jardim Botânico da Amazônia. Solicitação de Registro e Enquadramento de Jardins Botânicos Brasileiros: **Relatório Técnico do BRAJBA**, 2011.

BELÉM. Plano Diretor de Belém. **Lei nº 7.603/93**, de 13 de janeiro de 1993. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BELÉM. Plano Diretor de Belém. Lei nº 8.655/08. **Diário Oficial [do] Município nº 11.189**. Belém, PA, 31 jul. 2008. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BELÉM. **Lei nº 8.489**, de 29 de dezembro de 2005. Institui a política municipal de meio ambiente e o SISEMMA do Município de Belém. Belém, 2005. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BELÉM. **Lei Orgânica do Município de Belém**. Lei s/nº, 1990. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BGCI. BOTANIC GARDENS CONSERVATION INTERNATIONAL. **Normas Internacionais de Conservação para Jardins Botânicos**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2001. 109 p. Il.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. A Opinião Pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução Denise Bárbara Catani. São Paulo, UNESP, 2004.

_____. 1930-2002. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. 560p.

BOULLÓN, R. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru: EDUCS, 2002.

BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. de. Cidade: Espaço da Cidadania. *In*: GIOMETTI, Analúcia B. R.; BRAGA, R. (orgs.) **Pedagogia cidadã**: cadernos de formação: ensino de geografia. São Paulo: UNESP-PROPP, 2004, (p. 105-120)

BRASIL. Ministério das Cidades. **Estatuto da Cidade**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 19 jul.2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 19 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. **RBJB: Documento colaborativo oficial para a criação e implantação de jardins Botânicos**. Rede Brasileira de Jardins Botânicos. Fevereiro, 2013. Disponível em: <http://www.rbjb.org>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos Indicadores. **Orientações Básicas aplicadas à Gestão Pública. Coordenação de Documentação e Informação**. Brasília:MP, 1ª. ed, 2012, 64 p.: il. color.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil –** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988, Seção 1, n. 191-A. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituição/constituiçãocompilado.htm. Acesso em: 10 out. 2010.

BRASIL. Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 de fevereiro de 1967, Seção 1, p. 4. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. Decreto Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969. Altera disposições do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 de setembro de 1969, Seção 1, p. 8201. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais, a criação do Programa nacional de Publicização, a extinção de

órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 de maio de 1998b, Seção 1, n. 92, p. 8. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9637htm. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 de março de 1999a, Seção 1, n. 56, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9790.htm. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.316, de 06 de dezembro de 2001**. Institui o Instituto de pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Regulamentada pelos Decretos nºs 6.645/2008 e 8.841/2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10406.htm. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 de janeiro de 2002, Seção 1, n. 8, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10406.htm. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 que institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de dezembro de 2003, Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/eis/2003/L10825.htm. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.127, de 28 de junho de 2005. Altera os arts. 54, 57, 59 e 60 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 que institui o Código Civil e o art. 192 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 de junho de 2005, Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/L11127.htm. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. Decreto Lei nº 3.100, de 30 de junho de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 de março de 1999b, Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3100.htm. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRESSER PEREIRA, L.C. **Reforma do Estado para a cidadania: A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional**. São Paulo, Ed. 34; Brasília: ENAP, 1999.

BRESSER PEREIRA, L.C. Do Estado Patrimonial ao Gerencial. *In*: PINHEIRO, WILHEIM, SACHS (Orgs.) **Brasil: um Século de Transformação**. São Paulo: Cia de Letras, 2001, p. 222-259.

BRESSER PEREIRA, L.C.; SPINK, P. (Coords). **Reforma do Estado e Administração**

Pública Gerencial. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006

BRITO, D. M. C. Áreas legalmente protegidas no Brasil: instrumento de gestão ambiental. **Planeta Amazônia:** Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Macapá, n. 2, p. 37-57, 2010.

BRITO, S. K. M. **Parque Estadual do Utinga (PA):** uma gestão ambiental participativa. 2009, 102 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais.** Os polos da prática metodológica. Tradução de Ruth Joffily. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. 252p.

CÂMARA, J.B.D. **Análise da área de proteção ambiental da bacia do rio São Bartolomeu como instrumento de planejamento ambiental.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Brasília/Departamento de Ecologia. Brasília, 1993.

CERAM, C.W. **Deuses, túmulos e sábios.** Tradução de João Távora. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d.

CARDOSO, S. L. C. **Subsídios à gestão ambiental de parques urbanos:** o caso do parque ecológico do município de Belém Gunnar Vingren (PEGV). 2012, 156 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/PPGEDAM) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

_____; VASCONCELLOS, M. S.; VASCONCELLOS, A. M. de A. Gestão Ambiental de Parques Urbanos: o caso do parque ecológico do município de Belém Gunnar Vingren. **Urbe:** Revista Brasileira de Gestão Urbanos (Brazilian Journal of Urban Management), 2015 jun/abr., 7(1), 74-90.

_____; FIGUEIREDO, S. L. Espaços públicos urbanos e práticas sociais: o Bosque Rodrigues Alves em Belém, Pa. *In:* CASTRO, E. R. de; FIGUEIREDO, S. L. (Orgs.) **Sociedade, campo social e espaço público.** Belém, Naea, 2014.

_____; VASCONCELLOS, M. S.; FIGUEIREDO, S. L. Espaços Públicos Verdes Urbanos: Modelos e Práticas de Gestão em Jardins Botânicos. *In:* SILVA, Christian Nunes da Silva; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; SILVA, João Márcio Pallheta da (Orgs.) **Territórios, Ordenamentos e Representações na Amazônia.** 1.ed.- Belém: GAPTA/UFPA, 2017. 442 p.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura). São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2010.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. *In:* CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta.** São Paulo: Annablume, 2008, p. 13-39.

CASTRO, E. R. de ; FIGUEIREDO, S. L. (Orgs.) **Sociedade, campo social e espaço**

público. Belém, Naea, 2014.418 p.

CASTRO, C. A. T.; FIGUEIREDO, S. L. Turismo, políticas públicas e espaços públicos urbanos: a Estação das Docas em Belém, Pará. In: Azevedo, F. **Turismo em Foco** (org.). Belém: NAEA, 2013, p. 11-27.

CAVALCANTI, Bianor; OTERO, Roberto Bevilacqua. Novos Padrões Gerenciais no Setor Público: medidas do governo americano. **Textos para discussão n. 16**, 1997.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Elsevier. 3ªed., 2004.

CHIESURA, A. The role of urban parks for the sustainable city. **Landscape and Urban Planning**. n.68, pp. 129-138, 2004.

CHRISTIAN, Rodolphe. Manual d'antitourisme. Paris: Édition Yago, 2008. **Novos Cadernos Naea**. V.15, n. 1, p.353-361, jun. 2012.

CLINTON, Bill; GORE, Al. Putting Customers First "95". **National Performance Review**. Washington: DC, 1995.

COMISIÓN PARA LA PRESERVACIÓN DEL PATRIMONIO CULTURAL DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES. **Parque Avellaneda rieles de patrimônio**. 1ª ed., Colección Cuadernos Educativos. Buenos Aires: Ministério de la Cultura, 2009. 96p.

CORRÊA, H. V. A. **Representação Social de Áreas Verdes em Cidades: o caso Bosque Rodrigues Alves – Jardim Botânico da Amazônia**, 2007. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais – Instituto de Geociências) Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emilio Goeldi e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA - Amazônia Oriental), Belém, 2007.

COSTA, F. L. da. 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública, 200 anos de reformas. **Rev. Adm. Pública**, v. 61, n. 3, p. 269-286, jul/set. 2010.

COSTA, M. J. B. **Gestão de Orla Urbana e Turismo Sustentável: Reflexões e Proposições a partir do projeto do Complexo do Ver-o-Rio em Belém (PA)**, 2013. 114f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/PPGEDAM) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

COUTINHO, M. J. V. Administração pública voltada para o cidadão: quadro teórico-conceitual. **Revista do Serviço Público-RSP**. Ano 51. n. 3. Jul-Set, 2000.

CRUZ, E. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973. 2 v.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000. 167 p.

- CUNILL GRAU, Nuria. **Repensando el publico através de la Sociedad**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, CLAD, 1997.
- DALLARI, D. A. **O que é participação política**. São Paulo: abril cultural, Brasiliense, 1984.
- DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DENHARDT, R. B. **Teorias de Administração Pública**. Tradução Francisco G. Heidemann, 6. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Hucitec, 1996.
Gestora do JBR. Pesquisa de campo. Belém, agosto, 2015.
- DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na Administração Pública**: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008, 445 p.
- DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.
- DOURADO, Maria Cristina. **Fazendo direito**: participação popular e meio ambiente. Belém: PARU/NUMA, 1995.
- DUMAZEDIER, J. 1979. **Sociologia empírica do lazer**. Tradução de Silvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva/Sesc.
- FAORO, R. **Os donos do Poder**. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FEDOZZI, Luciano. Esfera pública e cidadania: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 19, n.2, p. 236-271, 1998.
- FEDOZZI, Luciano. Práticas inovadoras de Gestão Urbana: o paradigma participativo. **R. Paran. Desenv.**, Curitiba, n. 100, p. 93-107, jan/jun, 2001.
- FERREIRA, Adjalme D. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos**: o caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro. 2006, 111f. Dissertação (Mestrado Curso de Pós-graduação em Ciência Ambiental/PGCA), Universidade Federal Fluminense-UFF, Rio de Janeiro, 2006.
- FERREIRA JUNIOR, A. F.; FIGUEIREDO, S. L. O artesanato de miriti e os espaços públicos da cidade de Belém. *In*: CASTRO, E.; FIGUEIREDO, S. L (Orgs.). **Sociedade, campo social e espaço público**. Belém: NAEA, 2014. 418p.
- FERREIRA, André R. **Modelo de Excelência em Gestão Pública no Governo Brasileiro**: importância e aplicação. XIV Congresso Internacional del CLAD sobre Reforma de l Estado y de la Administración Pública. Salvador, Bahia, Brasil, 27-30. oct. 2009. Disponível em: <http://gespublica.gov.br>. Acesso em 18.abr.2017.
- FERNÁNDEZ FUSTER, L. **Teoría y técnica del turismo**. Madrid: Nacional, 1978.
- FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém:

NAEA, 2008. 200 p.

FIGUEIREDO, S. L. **Viagens e viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010.

FIGUEIREDO, S. L. Planejamento do Turismo na Amazônia: notas sobre a participação popular. **Revista do Centro Socioeconômico – UFPA**, v. 2, n. 2, 1995.

FIGUEIREDO, S. L. Mecanismos de Participação Popular em Turismo: a experiência de Belém do Pará. *In*: CORIOLANO, L. N. M. T. **Turismo com Ética**. Fortaleza, UECE, v. 1, 1998, 407 p.

FIGUEIREDO, S. L.; RUSCHMANN, D. V. de M. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 7, n. 1, p.155-188, jun. 2004.

FIGUEIREDO, S. L.; RAVENA, N. Cidades, fronteiras e diversidade na Amazônia. (Resenha) Livro: **Cidades na Floresta**. Edna Castro (org), São Paulo: Annablume, 2009. R.B. Estudos Urbanos e Regionais, v. 16, n. 2, p. 241-246, novembro, 2014.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina [on line]. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1994.

FRANÇA, J. P. **Espaços Públicos de Lazer e Cidade**. Desdobramentos em Belém – PA, o caso orla portal da Amazônia. 2018. Tese 362f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo/PPGAU) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FRANÇA, Nicole. Conhecer para Preservar: Projeto promove visitas monitoradas ao Museu Emilio Goeldi. **Jornal Beira Rio**. Sessão Turismo. UFPA, Ano XXXIII, n. 147, fev/mar, 2019.

FREITAS, Henrique. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul. 2000. Trimestral. Disponível em: http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_metodo_de_pesquisa_survey.pdf. Acesso em: 10 mai. 2020.

FREY, K. **Políticas Públicas**: um debate conceitual e questões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, n. 21, p.211-260, 2000.

FRÚGOLI JR., H. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GÂNDARA, J. M.G. Sementes da Mata Atlântica: conformação do produto cultural para o destino Itacaré - Bahia. **Cultur**. Revista de Cultura e Turismo. Ano 05. n. 01/Especial. Ilhéus. UESC, 2011, p. 03-18.

GAVENTA, John. **Em Direção a uma Governança Local Participativa**. Seis propostas para discussão. IDS, Universidade de Sussex: Brighton, 2001.

GHIMIRE, K. **Parques e populações problemas de sobrevivência no manejo de parques nacionais na Tailândia e em Madagascar**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1993, 68p. (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa n. 3 - versão preliminar).

GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994

- GOMES, P. C. Cidadania e espaço público: o que a geografia tem a dizer? *In*: GOMES, P. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 129-168.
- GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996
- GUERREIRO RAMOS, A. **A Nova Ciência das Organizações**. São Paulo: FGV, 1989.
- HALL, C. **Planejamento Turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.
- HARVEY, David. A criação dos bens comuns urbanos. *In*: HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes. 2014. p. 134-189.
- HARVEY, David. **The urbain experience**. New York: Blackwell, 1991.
- HELAL, D. H.; DIEGUES, G. C. Do Patrimonialismo ao Paradigma Gerencial: Paradoxos na Administração Pública Municipal de São Caeté-MG. **Revista APGS** (Administração Pública e Gestão Social), Viçosa, v. 1, n. 1, p. 23-45, jan/mar, 2009.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro. IBGE, 2015. Disponível em: <http://www.cidadesibge.gov.br>. Acesso em: 05 fev. 2016.
- IGNARRA, L R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo. Pioneira Thomas Learning, 2001. JBB. Belém, s.d. Disponível em: <http://www.jbb.gov.br>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- JBRJB. **Quem Somos**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.jbrj.gov.br>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- JOSEPH, Isaac. Erving Goffmann e a Microsociologia. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2000.
- KAPLAN, R., The analysis of perception via preference: a strategy for studying how the environment is experienced. **Landscape and Urban Planning**. n.12, p. 161–176, 1983.
- KUZEVANOV, V.; SIZYKH, S. Botanic gardens resource: tangible and intangible aspects of linking biodiversity and human well-being. **Hiroshima Peace Science Journal**, 28 p. 113-134, 2006.
- LAGO, L. C. do. Os instrumentos de reforma urbana e o ideal de cidadania. As contradições em curso. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 6, n. 2, Nov/2004.
- LEÃO, N. ALENCAR, C. VERÍSSIMO, A (Orgs.) **Belém Sustentável 2007**. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Belém: IMAZON, 2008, 140p. (Série Cidades Sustentáveis). Ilustr. ISBN 978- 85-86212-20-8.
- LEADLAY, E.; GREENE, J. **Manual Técnico Darwin para Jardins Botânicos**. Tradução Monica Stawnitizer. Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro/ Rede Brasileira de Jardins Botânicos. Rio de Janeiro, 1999. 154p.ii.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Malden: Blackwell Publishers, 2010, 454p.
LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, R. P. Política dos usos: a construção dos lugares no espaço público. In: LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 284-319.

LOURES, L.; SANTOS, R., PANAGOPOULOS, T. Urban Parks and Sustainable City Planning - The Case of Portimão, Portugal. **WSEAS Transactions on Environment and Development**. n.10. v.3., 2007. pp. 171 – 180.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil = Brazilian Urban Parks**, São Paulo. Editora da USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 14.ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros editores, 2006.

MAIA, F. L. C. Reflexões sobre a Política de Gestão Ambiental de Belém. In: VASCONCELLOS, Mário; ROCHA, G. de M.; LADISLAU, Evandro (Orgs.). **O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão sócio-ambiental de Belém**. Belém: UFPA/NUMA/EDUFPA, 2009. 179p.

MANGAL DAS GARÇAS. **Nossos Espaços**. Belém, 2019. Disponível em: <http://www.mangaldasgarças.com.br>. Acesso em 24 mar. 2020.

MUSEU GOELDI. **MPEG-GOELDI**. Belém, 2017. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br>. Acesso em: 24 mar. 2020.

MARCELLINO, Nelson Carvalho: **Estudo do Lazer – Uma Introdução**. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001, 204 p.

MARICATO, E. Reforma Urbana: Limites e Possibilidades. Uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, Luis Cesar de Q.; SANTOS JR, Orlando Alves dos (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 309 - 325.

MARTINS, Luciano. Reforma da Administração Pública e Cultura Política no Brasil: uma visão geral. **Cadernos ENAP**. Brasília, 1995.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, mai-ago. 2004.

MATOS, Luci Cléa Bahia de. **Bosque Rodrigues Alves**: uso e preservação de um espaço de lazer na metrópole belenense, 1999. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Geografia, UFPA. Belém, 1999.

MATUS, Carlos. **Adeus Senhor Presidente**: planejamento, antiplanejamento e governo. Recife: Litteris, 1999.

MEDEIROS, R. **A Proteção da Natureza**: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. 2003, 391p. Tese (Doutorado em Geografia).
MELLO, C. A. B. Curso de Direito Administrativo. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2011, 1127p.

MELO, M. I. O.; NÓBREGA, L. S. S. da, DIAS, K. Paisagem urbana: parque, lazer e turismo. **Anais do VII Semintur** - Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e Paisagem: relação complexa - Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul/RS, 2012. Disponível em: http://www.uces.br/ucs/.../eventos/...tur.../04_49_56_Melo_Nobrega_Dias. Acesso em: 10 fev. 2015.

MILARÉ, Édis. Legislação Ambiental e participação comunitária. In IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente. **Universidade e Sociedade face à política ambiental brasileira**. Florianópolis: UFSC/IBAMA, 1990.

MIRANDA, J. **Manual de Direito Constitucional**. 2 ed. Coimbra: Coimbra Ed., 2002, 4t.

MIRANDA, E. E. de. **Jardins Botânicos do Brasil**. Fotografia Fabio Colombini. São Paulo: Metalivros, 2009.

McCOMACK, G. R., Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: A review of qualitative research. **Health & Place** n.16, pp. 712–726, 2010.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 224p.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, S. **Turismo**: Metodologia para su planificación. México, Trillas, 1997.

MONTEIRO, M. J. S; NÓBREGA, W. R. de M. Gestão ambiental em unidades de conservação: reflexões e proposta acerca das instalações ecoturísticas na Área de Proteção Ambiental Algodoal-Maiandeuá, Maracanã-Pará. **Caderno Virtual de Turismo** - IVT, vol. 8, nº 3, 2008.

MOREIRA, V.B; SILVA, J. L.; JUSTINO, A. S.; SANTOS, C. A.; POMPEU, D. S. da S.; DENER, F. **Os Parques Urbanos de Uberlândia-MG**: Levantamento e caracterização destes espaços a partir da visão de seus usuários.

NOVAIS, P. *et. al.* Grandes Projetos Urbanos Panorama da Experiência Brasileira em Planejamento Urbano e Regional. **Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-**

Graduação e Pesquisa. Belém: ANPUR, 2007.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil:** clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. ENAP, 1997.

NUNES, Edison. Descentralização e representação em municípios de porte médio na América Latina, São Paulo: **Revista CEPAM**, v. 1 , n.4, p.17-21, out-dez/1990.

OBSERVATORIUM. **Revista Eletrônica de Geografia**, v. 3, n. 8, p. 02-26, dez. 2011. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/3edicao/n8/0.pdf>. Acesso em: 10 fev.2015.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP. **Cartilha sobre aspectos gerais do terceiro setor.** São Paulo, dez.2011, 36p. Disponível em: http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/cartilhas/REVISaO2011Cartilha_Revisao_2007_Final_Semdestaquedealterações.pdf. Acesso em: 01 fev. 2019.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o Governo:** Como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: MH Comunicação 1994.

OLIVEIRA, 2012. R. de. **Gestão Pública:** Democracia e eficiência, uma visão prática e política. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 128 p.

OLIVEIRA, A. G. de; PISA, B. J.; AUGUSTINHO, S. M. (Orgs.). **Gestão e Governança Pública:** Aspectos essenciais. Ebook. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016, 336 p. il [on line]. Disponível em <http://www.repositório.ufpr.edu.br/jspui/>. Acesso em dez. 2018.

PALUDO, A. V. **Administração Pública:** teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, 496p.

PARÁ. **PARÁTURISMO.** Belém, s.d. Disponível em: <http://www.paratur.gov.br>. Acesso em: 24 mar. 2020.

PAULA, A. P. de. Administração Pública Brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **ERA:** Revista de Administração de Empresas. FGV-EAESP, v. 45, n. 1, 2005.

PAZ, Ronilson José da; Freitas, G.L. & Souza, E.A. **Unidades de Conservação no Brasil:** História e legislação. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2006. 243 p.

PEREIRA, Tânia S.; COSTA, Maria Lúcia M. N. da; JACKSON, Peter W. **Plano de ação para os Jardins Botânicos Brasileiros.** Rio de Janeiro: RBJB; JBRJ; BGCI; 2004. 44 p.

PEREIRA, Tânia S.; COSTA, Maria Lúcia M. N. da; JACKSON, Peter W. **Os Jardins Botânicos Brasileiros –** Desafios e Potencialidades. Ciência Cultura, vol. 62. nº 01, São Paulo, 2010.

PLEGUEZUELOS, C. T. Las Castas de Servicios: um instrumento para la mejora de la calidad em la administración publica. **Série Síntesis**, n. 3. Union Iberoamericana de Municipalistas. 2000.

POGGIESE, H. **Planificación participativa y gestión asociada (PPGA): metodologias – 1ªed.** – Buenos Aires: Espacio Editorial, 2011, 124p.

PORTO, Aline L. G.; SECCO, Chiara B.; DELGADO, Gisele M. **A Influência “Hausmanniana” nas Intervenções Urbanísticas em Cidades Brasileiras.** XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2007. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/.../epg/EPG00214_010.pdf. Acesso em: 20 jul. 2015.

REIS F., Nestor Goulart. **A perspectiva do arquiteto sobre a cidade.** In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). **Olhares sobre a cidade.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p.169-180.

REIS, Jamille. Amazônia Viva. **O Liberal.** out/2018, Ed. n. 80, ano 8, p.5-8, ISSN 2217-2962.

RÉUS, I. S. **Gestão Municipal e Desenvolvimento Sustentável: um panorama dos indicadores de sustentabilidade nos municípios catarinenses.** 2012, 249f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração). Centro de Ciências Socioeconômicas e da Administração. UDESC, Florianópolis, 2012.

REZENDE, D. A. Planejamento Estratégico Municipal como proposta de Desenvolvimento Local e Regional de um município paranaense. **Revista FAE,** Curitiba, v. 9, n. 2, p. 87-104, jul/dez, 2006.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Urbanismo: olhando a cidade, agindo na sociedade. In: PECHMAN, Robert Moses. **Olhares sobre a cidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. p.106-110.

RODRIGUES, E.; GANZER, V. **O próximo passo: qualidade de vida por uma Belém criança.** Diretrizes Programáticas da Frente Belém Popular, 2001/2004. Belém, 2000. 99p. (impresso).

RUA, Maria das Graças. Administração Pública Gerencial e Ambiente de Inovação: o que há de novo na Administração Pública Federal Brasileira. In: PETRUCCI, Vera; SÁNCHEZ, F. E. **A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política.** **Revista de Sociologia Política.** Curitiba, n 16, Junho, 2001.

SÁNCHEZ, F. E. **A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política.** **Revista de Sociologia Política.** Curitiba, n 16, Junho, 2001.

SANTOS, M. Território e cidadania. In: _____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987. p. 111-133.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana.** São Paulo: Hucitec, 1992.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, Boaventura de S. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. São Paulo. Cortez editora, 5ª ed., 2005.

SANTOS, D. C. S. dos. **O lazer no Plano Diretor das metrópoles Amazônicas**: um estudo comparativo entre Belém e Manaus. 2010. 198f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Núcleo em Estudos e Pesquisas em Qualidade de Vida e Meio Ambiente. Belém, 2010.

SARGES, M. de N. *Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Belém: PakaTatu, 2002.

SEGAWA, H. **Ao amor do público**: jardins do Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996, 255p.

SEIFFERT, Mari Elizabete B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. - 1. ed.- 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

SERPA, A. Acessibilidade. In: SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: contexto, 2007. p. 15-39.

SCALISE, W. Parques Urbanos – evolução, projeto, funções e uso. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p. 17-24, 2002.

SCARDUA, F. P. **Governabilidade e Descentralização da Gestão Ambiental no Brasil**. 2003, 234f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília (UNB). Brasília-DF, 2003.

SCHWARZ, Leticia (Orgs). **Administração Pública Gerencial: a Reforma de 1995**. Brasília. Editora da UnB, ENAP, 1999.

SCHWARZ, Leticia. Análise de políticas: conceitos básicos. In: RUA, M. G.; VALADÃO, M. I. **O estudo da Política**: Temas selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SEMMA. Belém, s.d. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semma>. Acesso em 24 mar. 2020.

SILVA, L. J. M. da; EGLER, I. **Parques urbanos**: A Natureza na Cidade – Uma análise da percepção dos atores urbanos, 2003, 114f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentado). Centro de Desenvolvimento Sustentado/UNB. Brasília/DF, 2003.

SILVEIRA, G. B. da; PINTO, R. M. de H.; MUNIZ, S. T. G.. O Estado p. 41. In: OLIVEIRA, A. G. de; PISA, B. J.; AUGUSTINHO, S. M.(Orgs.). **Gestão e Governança Pública**: Aspectos essenciais. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016, 336 p. il [on line]. Disponível em: <http://www.repositório.ufpr.edu.br/jspui/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, out. 2005.

SOARES, A. C. L. **Impactos da Urbanização sobre Parques Públicos**: Estudo de caso do

Parque Zoobotânico do Museu Goeldi (Belém-PA), 2009, 170f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano). Universidade da Amazônia/UNAMA. Belém, 2009.

SOARES, A. C. L. Os 30 anos da reforma do Museu Goeldi. FAU. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Laboratório Virtual**, ITEC/UFPa, Publicado em 21.09.2018.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**. Porto Alegre. v. 8 n. 16. jul/dez 2006. p. 20-45.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 560 p.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 454-465.

SOUZA, M. L. Cidades fragmentadas, medo generalizado: das <áreas de risco> à <ubiquidade do risco>. In: SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p.51-91.

SIQUEIRA, M.M.; ORNELAS, R. dos S. **Viagem a serviço da escola**: a concepção de turismo pedagógico pelas agências de turismo do Brasil. São Paulo: ECA/USP, 2005. (Monografia)

SPINOLA DA HORA, A. S.; CAVALCANTI, K. B. Turismo pedagógico: conversão e reconversão do olhar. In: REJOWSKI, M; KRAMER, B. (Orgs.). **Turismo contemporâneo**: desenvolvimento, estratégia e gestão. São Paulo: Atlas, 2003.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor turista**. São Paulo: Aleph, 2002, p. 64 (Série Turismo).

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. São Paulo: Atlas, 2002.

TERRA, C. G. **O jardim no Brasil do século XXI – Glaziou Revisitado**. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2000.

TERRITORIOS VECINALES. **Talca**, Chile, s.d. Disponível em: <http://www.territoriosvecinales.cl>. Acesso em 24 mar. 2020.

TRATALOS, J. Urban Form, Biodiversity Potential and Ecosystem Services. **Landscape and Urban Planning**. v. 83, n.4, pp.308 – 317, 2007.

TRINDADE JR, Saint-Clair C. da. Estratégias de Desenvolvimento e discurso do “declínio” em políticas de requalificação no Brasil e na Europa. **Cidades**, v. 7, n. 11, 2010.

TRINDADE JR, Saint-Clair C. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998, 395f. Tese (Doutorado em Geografia Humana).

Departamento de Geografia Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998.

TRINDADE JR, Saint-Clair C. Estratégias de Desenvolvimento e discurso do “declínio” em políticas de requalificação no Brasil e na Europa. **Cidades**, v. 7, n. 11, 2010.

TRINDADE JR, Saint-Clair C. Patrimônios, Vivências e Representações do Espaço em Políticas de Requalificação Urbana na Amazônia. **Espaço & Geografia**, v. 16, nº 2 (2013), pp. 483-513.

TURISMO BUENOS AIRES. **Buenos Aires**, s.d. Disponível em: <http://www.turismo.buenosaires.gob.ar/parque-avellaneda>. Acesso em: 24 mar. 2020.

UICN. **Guidelines protected Area Management Categories**. Gland: UICN, 1994.

ULRICH, R.S., View through a window may influence recovery from surgery. **Science**. n. 224, pp. 420–421, 1984.

VAINER, A. G. Conflitos ambientais em evidência na criação e manejo de um Parque Nacional: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. **Anais XIX Encontro Nacional do CONPEDI**. Fortaleza-CE, 09 a 12 de junho, 2010. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/arquivos/anais/fortaleza.pdf>. Acesso em 02 ago. 2018.

VASCONCELLOS, Mário; ROCHA, G. de M.; LADISLAU, Evandro (Orgs.). **O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão socioambiental de Belém**. Belém: UFPA/NUMA/EDUFPA, 2009. 179p.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisas em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 96 p.

VILLAÇA, F. Uma contribuição à história do Planejamento Urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP; FUPAM, 1999.

WILLISON, J. **Educação para desenvolvimento sustentável: diretrizes para a atuação de jardins botânicos**. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Jardins Botânicos. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, BGCI, 2006.

WILLISON, J. **Educação em Jardins Botânicos: Diretrizes para Desenvolvimento de Estratégias Individuais** por Julia Willison. Ed. cons. Jane Willison. Ed. cons. Jane Greene. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Jardins Botânicos, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA (GESTOR)

Local e Data:		
IDENTIFICAÇÃO		
Formação Profissional:	Atuação Profissional:	Tempo:
GESTÃO		
Qual o significado de espaço público na cidade e a importância da preservação desses espaços verdes urbanos?		
Em sua opinião, as políticas públicas destinadas aos jardins botânicos oferecem mecanismos para que o gestor busque atender as demandas dos usuários?		
O jardim botânico possui instrumento de gestão formalizado (Plano de Manejo, Plano de Gestão, Regimento Interno, Portarias, Conselho Gestor, outros) () Sim () Não Em caso afirmativo, especifique.		
Quem participou da elaboração (parcerias, financiamento, Instituições Públicas, Privadas, Ong's, Escolas, Comunidade, outros)?		
Que metodologia foi utilizada para a elaboração desses instrumentos?		
De que maneira esses instrumentos favorecem as ações de gestão do espaço público verde urbano?.		
Qual a importância desse espaço público ter <i>status</i> de jardim botânico, integrar a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB) e seguir as diretrizes da Resolução CONAMA 339/2003? Isso favorece positivamente ou negativamente a gestão?		
De acordo com a Resolução CONAMA 339/2003, qual sua análise em relação aos critérios utilizados pela Comissão Nacional de Jardins Botânicos Brasileiros para o registro e enquadramento de instituições, no Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos (SNRJB), mantido pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)?		
No que diz respeito a participação, como você classifica a gestão do jardim botânico (aberta ou fechada para a cidade)?.		
Quais são os programas, projetos e ações realizados no espaço público verde urbano?		
Quais são os recursos financeiros utilizados para a implementação desses programas, projetos e ações? De que maneira são executados?		
A equipe de colaboradores do jardim botânico (servidores, terceirizados, etc.) é suficiente para a execução dos programas, projetos e ações desenvolvidos pela gestão?		
De que maneira você acha que deve ser realizada a gestão do jardim botânico? (órgão público, cessão para a iniciativa privada, associação, cogestão, OS, OSCIP's, etc.)? Justifique:		
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS		
Quais serviços são oferecidos no jardim e como você avalia esse serviço para o visitante?		
Quais serviços terceirizados o jardim botânico disponibiliza aos visitantes (alimentação, entretenimento cultural, etc.)?		
Em relação a preservação do espaço verde como você avalia o papel desses proprietários?		
Como você avalia a relação da gestão do jardim com os proprietários de quiosques, restaurantes, etc...		
VISITAÇÃO		

De que maneira ocorre a visitação? Existe cobrança de ingresso ou gratuidade? () Sim () Não
Em caso afirmativo, informe o(s) valor(es) cobrados e de que forma esse recurso � revertido em benefícios para o espaço público verde urbano? () Sim () Não
Quais os principais usos dos visitantes no espaço público verde urbano?
Qual a média de visitantes/m�s o espaço público verde recebe?
Há controle de visitação no espaço público verde urbano? () Sim () Não Em caso afirmativo, como é realizado esse controle?
Qual é a maior procedência de visitantes? () Local () Regional () Nacional () Estrangeiro
Qual estratégia usada pela gestão para o fomento da visitação de turistas?
PARCERIAS
O espaço verde tem parcerias com outras instituições () Sim () Não Em caso afirmativo, especifique os principais parceiros.
De que forma são realizadas estas parcerias?
Existe participação da comunidade do entorno na gestão do jardim botânico? Como ocorre esta participação?
Quais produtos são elaborados a partir de parcerias firmadas (livros, cartilhas, pesquisas, artigos, etc).
Quais serviços são disponibilizados para o jardim botânico e/ou para os visitantes, a partir das parcerias firmadas?
O espaço verde têm e/ou teve alguma interação com objetivo de cooperação institucional com outros jardins botânicos e unidades de conservação de Belém () Sim () Não Especifique
Como você avalia o papel da RBJB em relação às ações realizadas para os jardins botânicos (Reuniões Regionais e Nacionais, Encontros, etc...)?

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA (EDUCADOR AMBIENTAL)

Local e Data:

IDENTIFICAÇÃO:		
Formação Profissional:	Atuação Profissional:	Tempo:
GESTÃO		
As políticas públicas destinadas aos jardins botânicos oferecem mecanismos para que o gestor busque atender as demandas dos usuários?		
Qual a importância desse espaço público ter <i>status</i> de jardim botânico, integrar a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB) e seguir as diretrizes da Resolução CONAMA 339/2003? Isso favorece positivamente ou negativamente a gestão?		
De acordo com a Resolução CONAMA 339/2003, qual sua análise em relação aos critérios utilizados pela Comissão Nacional de Jardins Botânicos Brasileiros para o registro e enquadramento de instituições, no Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos (SNRJB), mantido pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)?		
Como você classifica a gestão do jardim botânico (aberta ou fechada para a cidade)?		
Quais são os programas, projetos e ações que o setor realiza no espaço público verde urbano?		
Quais são os recursos financeiros utilizados para a implementação desses programas, projetos e ações? De que maneira são executados?		
A equipe de colaboradores do jardim botânico (servidores, terceirizados, etc.) é suficiente para a execução dos programas, projetos e ações desenvolvidos pela gestão?		
O jardim botânico possui instrumento de gestão formalizado (Plano de Manejo, Plano de Gestão, Regimento Interno, Portarias, Conselho Gestor, outros)		
Quem participou da elaboração (parcerias, financiamento, Instituições Públicas, Privadas, Ong's, Escolas, Comunidade, outros)?		
Que metodologia foi utilizada para a elaboração desses instrumentos?		
De que maneira esses instrumentos favorecem as ações de gestão do espaço público verde urbano?		
De que maneira você acha que deve ser realizada a gestão do jardim botânico? (órgão público, cessão para a iniciativa privada, associação, cogestão, OS, OSCIP's, etc.)? Justifique:		
VISITAÇÃO		
Quais os principais usos dos visitantes no espaço público verde urbano? () Ambiental () Cultural () Educação () Lazer () Turismo () Social		
Em sua opinião, o fato de a maioria dos jardins botânicos possuírem cercamentos/muros devido sua categoria "espaços verdes protegidos", isso inviabiliza o acesso e a apropriação desses espaços públicos pelos usuários criando uma espécie de "barreira social"?		

<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Em caso afirmativo, como é realizado esse controle?
Há controle de visitação no espaço público verde urbano?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Em caso afirmativo, como é realizado esse controle?
Em relação ao turismo, qual a estratégia usada pela gestão para o fomento da visitação de turistas?
PARCERIAS
O espaço verde tem parcerias com outras instituições
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Em caso afirmativo, especifique os principais parceiros.
De que forma ocorre estas parcerias?
Existe participação da comunidade do entorno na gestão do jardim botânico? Como ocorre esta participação?
Quais produtos são elaborados a partir de parcerias firmadas (livros, cartilhas, pesquisas, artigos, etc)?
Quais serviços são disponibilizados para o jardim botânico e/ou para os visitantes, a partir das parcerias firmadas?
O espaço verde tem e/ou teve alguma interação com objetivo de cooperação institucional com outros jardins botânicos e unidades de conservação de Belém?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Em caso afirmativo, especifique
Como você avalia o papel da RBJB em relação às ações realizadas para os jardins botânicos (Reuniões Regionais e Nacionais, Encontros, etc...)?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA (LOCATÁRIO)

Local e Data:

IDENTIFICAÇÃO		
Formação Profissional:	Atuação Profissional:	Tempo:
O que você considera como espaço público em uma cidade?		
Em sua opinião, qual a importância da preservação do espaço verde na cidade?		
Quais são os fatores que levam você a realizar/oferecer serviços no jardim botânico?		
() Ambiental () Cultural () Educação () Lazer () Turismo		
Em sua opinião, o fato de a maioria dos jardins botânicos possuírem cercamentos/muros devido sua categoria “espaços verdes protegidos”, isso inviabiliza o acesso e a apropriação desses espaços públicos pelos usuários criando uma espécie de “barreira social”?		
Quais serviços são oferecidos no jardim e como você avalia esse serviço para o visitante?		
Quais serviços você considera importante que o jardim botânico ofereça aos usuários?		
Em relação a infraestrutura, o que facilitaria o melhor funcionamento do jardim botânico?		
Como você avalia a sua relação com a gestão do jardim?		
O que precisa ser melhorado na gestão do jardim botânico?		
O espaço verde tem <i>status</i> de jardim botânico concedido pela Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB). Você conhece ou já ouviu falar na Rede?		

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA (SETOR DE TURISMO)

Local e Data:

IDENTIFICAÇÃO		
Formação Profissional:	Atuação Profissional:	Tempo:
Para você o que significa espaço público em uma cidade?		
Em sua opinião, qual a importância da preservação do espaço verde na cidade?		
5. Quais são os fatores que levam você a realizar/oferecer serviços no jardim botânico?		
<input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Educação <input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Turismo		
6. Qual é a maior procedência de turistas em Belém do Pará que você recebe?		
<input type="checkbox"/> Local <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Estrangeiro		
7. Em sua opinião, a gestão desenvolve ações para o fomento da visita de turistas?		
8. No que se refere aos jardins botânicos amazônicos, como é definido o roteiro de visita na cidade (<i>city tour</i>)?		
9. Qual o tempo de duração da visita nesses espaços públicos?		
10. Há consumo pelos turistas de produtos regionais e gastronomia paraense nesses espaços?		
Com que frequência você oferece esse serviço?		
12. Em sua opinião, o fato de a maioria dos jardins botânicos possuírem cercamentos/muros devido sua categoria “espaços verdes protegidos”, isso inviabiliza o acesso e a apropriação desses espaços públicos pelos usuários criando uma espécie de “barreira social”?		
13. Quais serviços são oferecidos no jardim e como você avalia esse serviço para o visitante?		
14. Quais serviços você considera importante que o jardim botânico ofereça aos usuários?		
15. Em relação a infraestrutura, o que facilitaria o melhor funcionamento do jardim botânico?		
16. O que precisa ser melhorado na gestão do jardim botânico?		
17. O espaço verde tem <i>status</i> de jardim botânico concedido pela Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB). Você conhece ou já ouviu falar na Rede?		

APÊNDICE E -ROTEIRO DE ENTREVISTA (USUÁRIO)

Local e Data:

IDENTIFICAÇÃO
Formação Profissional:
Atuação Profissional: Tempo:
Para você o que significa espaço público em uma cidade?
Em sua opinião, qual a importância da preservação do espaço verde na cidade?
Quais são os fatores que levam você a realizar/oferecer serviços no jardim botânico?
<input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Educação <input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Turismo <input type="checkbox"/> Negócios
Como você prefere vir ao jardim botânico?
<input type="checkbox"/> Sozinho <input type="checkbox"/> acompanhado <input type="checkbox"/> amigos/grupos <input type="checkbox"/> agência de viagem
Em sua opinião, o fato de a maioria dos jardins botânicos possuírem cercamentos/muros devido sua categoria “espaços verdes protegidos”, isso inviabiliza o acesso e a apropriação desses espaços públicos pelos usuários criando uma espécie de “barreira social”?
Quais serviços são oferecidos no jardim e como você avalia esse serviço para o visitante?
Quais serviços você considera importante que o jardim botânico ofereça aos usuários?
Em relação a infraestrutura, o que facilitaria o melhor funcionamento do jardim botânico?
Como você avalia a sua relação com a gestão do jardim?
O que precisa ser melhorado na gestão do jardim botânico?
O espaço verde tem <i>status</i> de jardim botânico concedido pela Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB). Você conhece ou já ouviu falar na Rede?

APÊNDICE F- ENTREVISTA (REPRESENTANTE DO CONSELHO GESTOR)

Local e Data:

1 IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Formação Profissional:	
1.2 Atuação Profissional:	Tempo:
GESTÃO	
Do ponto de vista técnico e prático qual a sua percepção de debater/compartilhar ações de planejamento e gestão de jardins numa perspectiva de Conselho?	
As políticas públicas destinadas aos espaços públicos verdes urbanos oferecem mecanismos para que o gestor busque atender as demandas dos usuários?	
Como ocorre a participação no Conselho? () Voluntária () representação () Indicação política	
Qual a periodicidade das reuniões? Com que frequência ocorrem as reuniões?	
Quais são as principais demandas/temáticas das reuniões do Conselho? E quais tiveram os resultados alcançados?	
Como se resolve os conflitos de interesses e/ou poder a partir das demandas?	
O PDU/2008, sistematizou o SISEMMA e FMMA, de que maneira esses instrumentos favorecem a gestão do Bosque Rodrigues Alves?	
Qual a importância desse espaço público ter <i>status</i> de jardim botânico, integrar a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB) e seguir as diretrizes da Resolução CONAMA 339/2003? Isso favorece positivamente ou negativamente a gestão?	
De acordo com a Resolução CONAMA 339/2003, qual sua análise em relação aos critérios utilizados pela Comissão Nacional de Jardins Botânicos Brasileiros para o registro e enquadramento de instituições, no Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos (SNRJB), mantido pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)?	
Como você classifica a gestão do jardim botânico (aberta ou fechada para a cidade)?	
De que maneira você acha que deve ser realizada a gestão do jardim botânico? (órgão público, cessão para a iniciativa privada, associação, cogestão, OS, OSCIP's, etc.)? Justifique:	
VISITAÇÃO	
Em sua opinião, o fato de a maioria dos jardins botânicos possuírem cercamentos/muros devido sua categoria “espaços verdes protegidos”, isso inviabiliza o acesso e a apropriação desses espaços públicos pelos usuários ou cria uma espécie de “barreira social”?	

() Sim () Não Em caso afirmativo, como é realizado esse controle?
PARCERIAS
Como ocorrem as parcerias com outras instituições
() Sim () Não Em caso afirmativo, especifique os principais parceiros.
De que forma ocorre estas parcerias?
Existe participação da comunidade do entorno nas reuniões do Conselho Gestor? Como ocorre esta participação?
Quais produtos são elaborados a partir de parcerias firmadas (livros, cartilhas, pesquisas, artigos, etc)
Quais serviços são disponibilizados para o jardim botânico e/ou para os visitantes, a partir das parcerias firmadas?
O espaço verde têm e/ou teve alguma interação com objetivo de cooperação institucional com outros jardins botânicos e unidades de conservação de Belém
() Sim () Não Em caso afirmativo, especifique
Como você avalia o papel da RBJB em relação às ações realizadas para os jardins botânicos (Reuniões Regionais e Nacionais, Encontros, etc...)?

APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PROJETO DE PESQUISA: **Jardins Botânicos: Preservação, práticas sociais, gestão e turismo no ambiente urbano**

ESCLARECIMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa está sendo realizada para a elaboração da tese de Silvia Laura Costa Cardoso, bacharel em Turismo e Administração e discente do Doutorado Acadêmico em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), da Universidade Federal do Pará (UFPA). O estudo está sendo orientado pelo professor/pesquisador Dr. Silvio Lima Figueiredo, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), e tem por objetivo analisar os processos de gestão implementados nos jardins botânicos urbanos, por meio das políticas públicas urbana e de meio ambiente, a fim de compreender se as práticas sociais que qualificam os jardins botânicos influenciam o gerenciamento dos espaços públicos verdes urbanos e favorecem a aproximação do homem com a natureza, particularmente, na Amazônia brasileira. Para tanto, serão entrevistados gestores e servidores públicos, usuários, terceiro setor que responderão a perguntas acerca de seus conhecimentos, suas práticas e as relações sociais que desenvolvem entre si e/ou com outros agentes institucionais e individuais presentes no Campo de Relações na Gestão de Jardins Botânicos. Sua participação envolve responder às questões cujo registro, se permitido, se dará por gravação das respostas coletadas ou caso queira fazê-la por e-mail, identificar-se com assinatura digital.

Além do roteiro de entrevista, um gravador de voz de aparelho celular será usado para registrar as falas dos entrevistados. Durante as observações poderão ser tomadas fotografias das pessoas e das peças criadas, também com o pedido prévio de autorização.

As informações orais, gravações e fotografias serão analisadas para que o objetivo da pesquisa seja cumprido, não podendo ser utilizadas com o intuito de obtenção de lucro pelos pesquisadores (aluno e orientador), de forma a não expor a nenhum risco os atores sociais envolvidos.

Dessa forma, convidamos a V. Sa. a contribuir para a realização dessa pesquisa mediante a concessão de entrevistas e de direito de uso de imagens para a realização e divulgação desse estudo. A participação na pesquisa é voluntária, mas é de extrema importância para a qualidade dos resultados, e os seguintes itens lhes serão assegurado:

O sigilo sobre as informações pessoais do entrevistado que, em sua individualidade, não constituam o interesse deste trabalho ou cujo sigilo tenha sido solicitado pelos respondentes, com o uso das informações e imagens obtidas sendo permitido somente em caráter estritamente acadêmico ou de divulgação dos resultados da pesquisa;

Os pesquisadores se disponibilizam a prestar quaisquer esclarecimentos sobre o desenvolvimento da pesquisa e sobre seus resultados.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo e-mail: silvialaura19@gmail.com.

Ao participar e responder às questões, você manifesta concordância com o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

SILVIA LAURA COSTA CARDOSO
(Pesquisadora Responsável)

APÊNDICE H- CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações anteriormente apresentadas sobre a pesquisa **Jardins Botânicos: preservação, práticas sociais, gestão e turismo no ambiente urbano**, e que me sinto perfeitamente esclarecido(a) sobre o conteúdo da mesma, assim como sobre seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa, cooperando com a coleta de informações e permitindo o uso de imagens obtidas no decorrer de sua duração sem quaisquer ônus para os pesquisadores, desde que utilizadas para fins estritamente acadêmicos.

Local e data: _____, ___/___/___

Entrevistado - RG

ANEXOS

ANEXO A- Quadro A-1: Política Urbana e de Meio Ambiente do Município de Belém

O QUE ESTABELECE	PLANO DIRETOR URBANO DE BELÉM DO PARÁ
<p style="text-align: center;">Título I das Disposições preliminares e dos Princípios fundamentais</p>	<p>Art. 1º A política urbana do Município de Belém obedece aos preceitos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município de Belém e, em especial, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), objetivando o desenvolvimento da cidade, com justiça social, melhoria das condições de vida de seus habitantes e usuários, e desenvolvimento das atividades econômicas.</p> <p>Art. 3º - São princípios fundamentais para a execução da política urbana do Município de Belém:</p> <p>I – função social da cidade, que compreende os direitos à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade e acessibilidade, ao emprego, trabalho e renda, à assistência social, bem como aos espaços públicos e ao patrimônio ambiental e cultural do Município;</p> <p>II – função social da propriedade urbana, abrangendo:</p> <p>a) habitação, especialmente habitação de interesse social;</p> <p>b) atividades econômicas geradoras de emprego, trabalho e renda e que contribuam para o desenvolvimento da cidade;</p> <p>c) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;</p> <p>d) preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental do Município.</p> <p>e) preservação da seguridade.</p> <p>III – sustentabilidade, que consiste no desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado, economicamente viável, culturalmente diversificado, e política e institucionalmente democrática;</p> <p>IV – gestão democrática, garantindo a participação da população em todas as decisões de interesse público por meio dos instrumentos de gestão democrática previstos na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III DA POLÍTICA DE INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE</p> <p style="text-align: center;">Seção IV Do Meio Ambiente</p>	<p>Art. 52 A Política Municipal de Meio Ambiente se fundamenta no art. 225 da Constituição Federal, na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional de Meio Ambiente), na Lei nº 5.887, de 09 de maio de 1995 (Política Estadual de Meio Ambiente), na Lei Municipal nº 8.489, de 29 de dezembro de 2005 (Política e Sistema de Meio Ambiente do Município de Belém), e demais normas dos órgãos federados gestores da questão ambiental e seus respectivos conselhos.</p> <p>Art. 53 A Política Municipal de Meio Ambiente tem como objetivo garantir o direito da coletividade a meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, promovendo a sustentabilidade ambiental do uso do solo urbano e rural, de modo a compatibilizar a sua ocupação com as condições exigidas para a conservação, preservação e recuperação dos recursos naturais e a melhoria da condição de vida da população.</p> <p>Art. 54 A Política Municipal de Meio Ambiente articula-se às diversas políticas públicas e suas diretrizes serão estabelecidas no Plano de Gestão Ambiental Integrado.</p> <p>Parágrafo único. O Plano de Gestão Ambiental Integrado conterà metas gerais de atuação e será consolidado a partir dos planos setoriais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, gerenciamento de resíduos sólidos, uso e ocupação do solo urbano e rural, transportes e de proteção ambiental, visando estabelecer prioridades de atuação articuladas, qualificando soluções e reduzindo custos operacionais no âmbito das bacias hidrográficas.</p> <p>Art. 55 Deverá ser promovida a educação ambiental como instrumento para a sustentação das políticas públicas ambientais, em todos os níveis de ensino, inclusive quanto a educação informal da comunidade.</p> <p>Art. 56 São diretrizes do Plano Municipal de Gestão Ambiental Integrado:</p>

	<p>I – organizar e utilizar, de forma adequada, o solo municipal com vistas a compatibilizar sua ocupação com as condições exigidas à conservação e melhoria da qualidade ambiental da cidade;</p> <p>II – viabilizar atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável, valorizando a paisagem e a proteção do meio físico, como elemento fundamental da paisagem urbana;</p> <p>III – recuperar áreas degradadas, livres ou ocupadas, potencializando as suas qualidades materiais e imateriais para que possam ser incorporadas a unidades de paisagem;</p> <p>IV – promover o manejo da vegetação urbana de forma a garantir a proteção das áreas de interesse ambiental e a diversidade biológica natural;</p> <p>V – considerar a paisagem urbana e os elementos naturais como referências para a estruturação do território;</p> <p>VI – implementar o Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer;</p> <p>VII – criar mecanismos de incentivo à manutenção de áreas particulares de patrimônio natural preservadas.</p>
<p style="text-align: center;">Subseção I Do Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer</p>	<p>Art. 57 Fica criado o Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer composto por:</p> <p>I – áreas verdes públicas ou privadas significativas, parques e unidades de conservação;</p> <p>II – Áreas de Preservação Permanente (APP), assim definidas no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal Brasileiro e suas alterações, e que integram as bacias hidrográficas do Município de Belém;</p> <p>III – áreas públicas ou privadas, em situação de degradação ambiental;</p> <p>IV – áreas naturais preservadas em função da existência de populações tradicionais.</p> <p>Art. 58 O Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer tem como objetivos:</p> <p>I – assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental nas áreas integrantes do sistema;</p> <p>II – adotar critérios justos e equitativos de provisão e distribuição das áreas verdes e de lazer no âmbito municipal;</p> <p>III – definir critérios para a vegetação a ser empregada no paisagismo urbano, garantindo sua diversificação;</p> <p>IV – garantir a multifuncionalidade das unidades por meio do tratamento paisagístico a ser conferido às mesmas;</p> <p>V – ampliar os espaços de lazer ativo e contemplativo, criando parques lineares ao longo dos cursos d’água não urbanizados;</p> <p>VI – integrar as áreas verdes de interesse paisagístico, protegidas ou não, de modo a garantir e fortalecer sua condição de proteção e preservação;</p> <p>VII – ampliar e articular os espaços de uso público, em particular os arborizados e destinados à circulação e bem-estar dos pedestres;</p> <p>VIII – garantir as formas tradicionais de organização social relacionada com recursos naturais preservados.</p> <p>Art. 59 São diretrizes do Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer:</p> <p>I – a manutenção e ampliação da arborização no sistema viário, criando faixas verdes que conectem praças, parques ou áreas verdes;</p> <p>II – o estímulo à parceria entre setores públicos e privados;</p> <p>III – o disciplinamento do uso, nas praças, nos parques e demais áreas verdes, das atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse turístico;</p> <p>IV – o estabelecimento de programas de recuperação de áreas degradadas;</p> <p>V – a criação e a implementação do Plano Municipal de Arborização Urbana;</p> <p>VI – a criação e implantação de unidades de conservação, a fim de assegurar amostras representativas dos ecossistemas e preservar os patrimônios genético, biológico, ecológico e paisagístico do Município de Belém.</p> <p>Art. 60 Na viabilização do Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer, o Poder Público deverá:</p>

	<p>I – desenvolver estudos e diagnósticos para as áreas de proteção ambiental existentes;</p> <p>II – definir áreas que poderão ser integradas a um novo zoneamento especial dos espaços territorialmente protegidos;</p> <p>III – caracterizar unidades de paisagem;</p> <p>IV – indicar áreas que deverão ser transformadas em unidades de conservação, de acordo com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).</p> <p>Parágrafo único. O Município deverá decretar como preempas, as áreas privadas componentes do Sistema Municipal de Áreas Verdes ou, conforme o caso, estabelecer incentivos para que o proprietário realize sua manutenção.</p>
--	---

Fonte: Plano Diretor Urbano de Belém — PDU/2008. Elaboração própria (2016).

ANEXO B – SITUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES QUANTO AO REGISTRO

Quadro B-1: Instituições com Registro Definitivo — Categoria “A”

Item	Instituição	Enquadramento	Filiação – RBJB
1	Jardim Botânico de São Paulo/SP	A	SIM
2	Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro/RJ	A	SIM

Fonte: Banco de dados RBJB (2015)

Quadro B – 2: Instituições com Registro Definitivo — Categoria “B”

Item	Instituição	Enquadramento	Filiação – RBJB
1	Jardim Botânico do Instituto Agrônomo de Campinas	B	SIM
2	Jardim Botânico da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte/MG	B	SIM
3	Jardim Botânico da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre/RS	B	SIM
4	Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira-Goiânia/GO	B	SIM

Fonte: Banco de dados RBJB (2015)

Quadro B – 3: Instituições com Registro Definitivo — Categoria “C”

Item	Instituição	Enquadramento	Filiação – RBJB
1	Fundação Jardim Botânico de Poços de Caldas	C	SIM
2	Jardim Botânico Municipal Francisca Maria Garfunkel Rischbieter - Curitiba/PR	C	SIM
3	Museu de Biologia Prof. Mello Leitão/ES	C	SIM
4	Museu de História Natural Jardim Botânico da UFMG	C	SIM
5	Jardim Botânico de Inhotim	C	SIM
6	Jardim Botânico Plantarum Nova Odessa/SP	C	SIM
9	Jardim Botânico da UFRRJ	C	SIM
10	Jardim Botânico de		

	Salvador	C	SIM
11	Jardim Botânico Municipal de Santos “Chico Mendes”	C	SIM
12	Museu Paraense Emilio Goeldi e Parque Zoobotânico	C	SIM
13	Jardim Botânico de Recife/PE	C	SIM
14	Jardim Botânico de Brasília/DF	C	SIM

Fonte: Banco de dados RBJB (2015)

Quadro B-4: Instituições com Registro Provisório — Categoria “C” Provisório

Item	Instituição	Enquadramento	Filiação — RBJB
1	Bosque Rodrigues Alves — Jardim Zoobotânico da Amazônia/PA	C Provisório	SIM
2	Jardim Botânico da UF Santa Maria/RS	C Provisório	SIM
3	Jardim Botânico de Jundiá	C Provisório	SIM
4	Jardim Botânico do Instituto de Biociências da UNESP/Botucatu	C Provisório	SIM

Fonte: Banco de dados RBJB (2015)

Quadro B -5: Instituições sem Registro e Enquadramento, com processo arquivado no SNRJB e associado à RBJB

Item	Instituição	Enquadramento	Filiação — RBJB
1	Jardim Botânico Lajeado	SEM ENQUADRAMENTO Filiado	SIM
2	Horto Botânico do Museu Nacional da UFRJ	SEM ENQUADRAMENTO Filiado	SIM
3	Jardim Botânico Adolpho Ducke de Manaus/AM	SEM ENQUADRAMENTO Filiado	SIM
4	Jardim Botânico de Pipa	SEM ENQUADRAMENTO Filiado	SIM
5	Jardim Botânico de Sorocaba/SP	SEM ENQUADRAMENTO Filiado	SIM
6	Jardim Botânico da UCS, Caxias do Sul/RS	SEM ENQUADRAMENTO Filiado	SIM
7	Parque Botânico do Ceará	SEM ENQUADRAMENTO Filiado	SIM
8	Jardim Botânico de Niterói	SEM ENQUADRAMENTO Filiado	SIM

9	Jardim Botânico de Franca	SEM ENQUADRAMENTO Filiado	SIM
10	Jardim Botânico Benjamin Maranhão, João Pessoa/PB	SEM ENQUADRAMENTO Filiado	SIM
11	Jardim Botânico Municipal de Bauru/SP	SEM ENQUADRAMENTO Filiado	SIM
12	Jardim Botânico Municipal de Paulínia, Adelmo Piva Júnior/SP	SEM ENQUADRAMENTO Filiado	SIM

Fonte: Banco de dados RBJB (2015)

Quadro B-6: Instituições sem Registro e Enquadramento, sem processo no SNRJB e associado à RBJB

Item	Instituição	Enquadramento	Filiação – RBJB
1	Jardim Botânico de Florianópolis/SC	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
2	Jardim Botânico de São José/SC	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
3	Jardim Botânico da Univille, Joinville/SC	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
4	Jardim Botânico de Londrina/PR	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
5	Jardim Botânico Faxinal do Céu, Pinhão/PR	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
6	Jardim Botânico da UNISINOS/RS	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
7	Sítio Burle Marx, IPHAN/RJ	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
8	Museu Melo Leitão, Instituto Mata Atlântica/ES	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
9	Parque Zoobotânico Orquidário Municipal de Santos/SP	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
10	Jardim Botânico de Mato Grosso, Cuiabá/MT	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
11	Jardim Botânico Chapada dos Veadeiros, Cavalcante/GO	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
12	Jardim Botânico Campina Grande/PB	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
13	Jardim Botânico do Sergipe, São Cristóvão/SE	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
14	Arboreto Marcel Bauer, Aracaju/SE	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
15	Jardim Etnobotânico Kalunga, Teresina de Goiás/GO	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
16	SEMMAS – Jardim Botânico de Manaus/AM	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM

17	Parque Naturalístico Mangal das Garças/PA	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
18	Parque Ambiental de Ananindeua/PA	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
19	Parque Ambiental de Paragominas/PA	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
20	Sítio Radini Pomar de Sementes, Frutas da Amazônia, Abaetetuba/PA	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM
21	Horto Botânico da ALBRAS/PA	NÃO SOLICITOU Filiado	SIM

Fonte: Banco de dados RBJB (2015)

Quadro B-7: Instituições sem Registro e Enquadramento, sem processo no SNRJB e não associado à RBJB

Item	Instituição	Enquadramento	Filiação – RBJB
1	Jardim Botânico São Leopoldo	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
2	Jardim Botânico de Timbó/SC	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
3	Jardim Botânico de Guarapuava/SC	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
4	Jardim Botânico do Piauí, Teresina/PI	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
5	Jardim Botânico da FLONA UFPI, Piauí, Teresina/PI	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
6	Horto Del Rey, Olinda/PE	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
7	Instituto Orquis/PE	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
8	Jardim Botânico de Natal/RN	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
9	Jardim Botânico de Porto Seguro/BA	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
10	Jardim Etnobotânico da Bahia, Nilo Peçanha/BA	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
11	Parque Maceió/AL	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
12	Jardim Botânico de Cubatão/SP	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
13	Jardim Botânico de Diadema/SP	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
14	Jardim Botânico de Limeira/SP	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
15	Jardim Botânico Brasil KIRIM, Itú/SP	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
16	Jardim Botânico de Itatiba, SP	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
17	Jardim Botânico da UFJF, Juiz de Fora/MG	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
18	Horto de Ouro Preto/MG	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO

19	Jardim Botânico de Paraty/RJ	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
20	Jardim Botânico de Vila Velha/ES	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
21	Jardim Botânico de Bonito/MS	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO
22	Jardim Botânico de Americana	NÃO SOLICITOU Não Filiado	NÃO

Fonte: Banco de dados RBJB (2015)

ANEXO C: INSTITUIÇÕES POR REGIÃO BRASILEIRA

Quadro C-1: Quantitativo de Instituições por Região Brasileira

REGIÃO	INSTITUIÇÕES
SUDESTE	34
SUL	13
CENTRO-OESTE	6
NORDESTE	16
NORTE	9
TOTAL	78

Fonte: Banco de dados RBJB (2015)